



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação

Área de Concentração: História Cultural

Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos

Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956 – 1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História do Departamento de História da
Universidade de Brasília, como requisito parcial
para a obtenção do grau de título de Doutor em
História

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Márcia Melo Martins Kuyumjian

Autora: Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília, dezembro de 2008

BRASÍLIA: DE ESPAÇO A LUGAR, DE SERTÃO A CAPITAL (1956-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História do Departamento de História da
Universidade de Brasília, como requisito parcial
para a obtenção do grau de título de Doutor em
História

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Márcia de Melo Martins Kuyumijan
Departamento de História/UnB

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr.
Departamento de História/UFRN

Prof^a Dr^a. Maria Salete Kern Machado
Departamento de Sociologia/UnB

Prof. Dr. José Walter Nunes
Departamento de História/UnB

Prof^a Dr^a Maria Tereza Ferraz Negrão de Mello
Departamento de História/UnB

Ficha Catalográfica

GOMES, Ana Lúcia de Abreu

Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960). Brasília, UnB, PPGHIS, 2008.

351f.

Tese: Doutorado em História (História do Brasil)

- | | |
|-----------------------|--------------------|
| 1. Brasil – século XX | 2. Brasília |
| 3. Sertão | 4. Capital Federal |

- I. Universidade de Brasília
- II. Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960)

RESUMO

O problema posto por este trabalho é a incapacidade de Brasília, como capital, de representar a nação. A pesquisa desenvolvida a partir da documentação produzida ao longo dos anos de sua construção remete aos significados da nova e moderna cidade, que se construía no Planalto Central, e sua associação ao vocábulo sertão.

Dessa forma, este trabalho objetiva estudar os sentidos atribuídos, as representações construídas e práticas desenvolvidas em torno da imagem da nova capital e sua associação ao sertão, defendendo a hipótese de que a associação entre a nova capital e o sertão contribuiu, pela diacronia e sincronia desse vocábulo, para a ausência de capitalidade da cidade.

Palavras-chave: Brasília, Sertão, Representações, Capitalidade, Modernidade

ABSTRACT

The problem that this work presents is the incapacity of Brasília, as the capital of Brazil, representing the nation. The research developed from the documents produced during the years of the building of the new capital, send us to the meanings of the new modern city associated, on the other hand, to the meanings of the brazilian hinterland.

In this way, the purpose of the present work is to analyse the meanings, representations and practices that constructed a certain image that associated Brasília to the brazilian hinterland.

Key words: Brasília, hinterland, representation, capital, modernity

Agradecimentos

À Professora Márcia de Melo Martins Kuyumjian por ter acreditado em meu projeto. A ela, a minha maior gratidão por todo o apoio, confiança e presença inestimáveis.

Ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília, seus professores, alunos e funcionários.

Aos professores Brasilmar Ferreira Nunes, José Walter Nunes e Tereza Negrão pelas críticas e contribuições ao projeto inicial.

Aos colegas do Doutorado e do Mestrado, pelas trocas, conversas e compartilhamento de angústias.

Aos funcionários do Arquivo Público do Distrito Federal, nas pessoas de Marcelo e Flavia, do Arquivo Público do Estado de Goiás, do Museu da Imagem e do Som em Goiânia, do Instituto Histórico e Geográfico do DF, das bibliotecas da Câmara e do Senado pela solicitude e paciência com que sempre me atenderam e ensinaram. Por suas sugestões e dicas também.

A Angélica Alves da Cunha Marques por todo apoio, carinho e amizade encontrados nesses anos de Brasília. A ela, um agradecimento mais do que especial; um exemplo a ser seguido.

Aos colegas de trabalho do Colégio Madre Carmem Sallés, especialmente Odisséa, Renata, Eloísa e Jussara pela torcida constante.

Aos meus alunos dessa escola, por me ensinarem muito sobre Brasília, especialmente a Débora Caetano, por ser a vida presente em sala de aula.

A todos os colegas do Departamento do Patrimônio Imaterial/Iphan que por conhecerem a cidade e sua história, generosamente me ensinaram muito.

A Ana Claudia Lima e Alves por todo o apoio oferecido em diferentes momentos deste trabalho; mas especialmente por me falar de sua experiência em e de Brasília.

A Silvia Maria Ferreira Guimarães pela torcida freqüente e presente de uma nativa da cidade.

A Mônica e família pelo apoio e presença constantes ao longo da elaboração de todo esse trabalho.

E por último, mas especialmente, a meus pais, que mesmo de longe, do litoral, sempre me apoiaram, incentivaram e acarinharam.

*Acho que a vida humana deveria ser bem enraizada
Nalgum pedaço de terra nativa
Onde pudesse receber o terno apego à face da terra
Aos trabalhos que os homens realizam
Aos sons e sotaques que povoam
A tudo que dá àquele lar primordial
Uma diferença familiar inconfundível
Em meio à futura expansão do conhecimento
A melhor introdução à astronomia
Pensar no céu noturno como um pequeno lote
De estrelas pertencentes ao nosso assentamento.*

Mary Ann Evans

*“Se achardes no Sertão muito sertão, lembrai-vos que ele é infinito,
E a vida ali não tem variedade que não os faz ver que as casas
São as mesmas, e os homens não são outros.
Os que parecem outros um dia é que estavam escondidos em si mesmos.”*

Machado de Assis

Sumário

Introdução -	10
Capítulo 1 – Sobre Brasília	39
Capítulo 2 – Diálogos teóricos e procedimentos metodológicos	75
Capítulo 3 – Condenados à Modernidade	111
Capítulo 4 – “Os homens criam as ferramentas; as ferramentas recriam os homens.”	167
Capítulo 5 – - Na vastidão das terras desabitadas	206
Considerações finais	302
Anexo I	311
Anexo II	324
Anexo III	327
Anexo IV	328
Anexo V	332
Anexo VI	336
Anexo VII	338
Anexo VIII	339
Bibliografia	340



Introdução

“Nossos habitats sucessivos jamais desaparecem totalmente, nós os deixamos sem deixá-los, pois eles habitam, por sua vez, invisíveis e presentes, nas nossas memórias e nos nossos sonhos.”¹

“Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser muito nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência.”²

“Qual a roldana que, acionada na capital, faz aparecer no relógio do país como um todo um novo tempo? Sobre que eixo giram os ponteiros da capital e do país para que os minutos do Rio de Janeiro pareçam marcar as horas do Brasil?”³

1. O Problema

Nasci em uma cidade relativamente conhecida no Brasil. Seu conhecimento, sua “notoriedade” se relacionam a vários fatores; um deles, por exemplo, o fato dela compor, junto à cidade do Rio de Janeiro, o outro extremo da Ponte Presidente Costa e Silva, a Ponte Rio-Niterói.

Nasci em Niterói em 1968, quando essa cidade ainda era capital do Estado do Rio de Janeiro e a atual cidade do Rio de Janeiro correspondia ao Estado da Guanabara. A ponte Rio-Niterói, construída durante os primeiros anos da década de

¹ CERTEAU, Michel de e GIARD, Luce. “Espaços privados”. In: CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 207.

² TUAN, Yi-Fu *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983, pp. 20-21.

³ NEVES, Margarida de Souza. “Brasil, Acertai vossos ponteiros” In: *Brasil, Acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro:MAST, 1991.

70 e inaugurada em 1974, era um dos sinais concretos da fusão política que ocorreria no ano seguinte.

O Estado da Guanabara — criado quando da transferência da capital do país para Brasília, em 1960 — com apenas 15 anos de existência, seria dissolvido, assumiria o estatuto de cidade e seria incorporado ao antigo Estado do Rio de Janeiro. Como capital, é claro.

Dentre os tantos episódios que uma pessoa pode narrar de sua vida, escolhi esse para introduzir temática que também se insere em outro episódio de minha vida: minha mudança para Brasília depois de 35 anos vivendo nesse eixo Niterói-Rio.

E o distanciamento é fundamental para compreender aspectos de nossa vida e personalidade que estão diretamente relacionados à territorialidade, ao lugar de onde viemos e vivemos, ao nosso habitar, ao nosso “estar aqui” ou “estar lá”.

Coisas simples para as quais eu ainda não havia atentado: as pessoas em Brasília sabiam que eu vinha do “Rio de Janeiro”, me disseram que eu tinha sotaque. Confesso que me surpreendi. Como alguém de Niterói tem sotaque? Baianos, nordestinos têm sotaque, mineiros têm sotaque, gaúchos e paulistas também, mas pessoas do “Rio”? Pela primeira vez comecei a reparar na maneira como as pessoas falavam o português, expressões que utilizavam e passei a conhecer a maneira como eu mesma falava. Em Brasília isso é muito fácil. A cidade está repleta de “brasileiros”. Coisa difícil no Rio ou em Niterói, pois creio que devido à decadência econômica do Estado, à violência, e, talvez, à própria transferência da capital, a região não atrai, como antes, de maneira significativa, pessoas de outros Estados. Portanto, era difícil se deparar com alguém que falasse diferente de você.

É muito raro, também, que pessoas que vivam no Rio ou em Niterói saiam de sua cidade natal para morar em outro lugar do país. Afinal, descobri em Brasília, o Rio é uma cidade *tão* maravilhosa que é impossível que pessoas queiram sair de **lá**, por livre e espontânea vontade, para morar **aqui**. Quem está no Rio também não precisa de Brasília. Por ter sido capital, em termos de burocracia, sempre se resolveu tudo por lá; além do mais, mesmo se não fosse isso, nos dias atuais com a Internet, para os digitalmente incluídos, isso deixou de ser problema. Em síntese, as pessoas que vivem no Grande Rio não têm Brasília como referência.

Pois bem, por motivos pessoais mudei para Brasília em agosto de 2003 e a cidade me chamou a atenção.

Brasília é efetivamente o Distrito Federal e, assim, a capital do país; sede político-administrativa das decisões do Estado brasileiro, abriga, no interior de seu quadrilátero, mais “brasileiros” do que o Rio dos dias atuais. Para Brasília afluíram desde a sua construção, pessoas de todas as regiões do país à procura de melhores oportunidades.

Mas, a despeito disso, as imagens que são veiculadas na mídia, por exemplo, daquilo que seria o “Brasil”, não aparecem associadas a Brasília. Associa-se o Brasil ao litoral, por exemplo, ao carnaval, ao Rio, às praias. Mais recentemente, ao dinamismo econômico de São Paulo, às riquezas naturais da Amazônia, mas a Brasília é difícil. Nas palavras de um contemporâneo da transferência da capital para Brasília,

“(...) A identificação do Rio com o Brasil penetrou tão profundamente o espírito de sua metrópole que as grandezas do Rio são as grandezas do Brasil; as fragilidades do Rio são as fragilidades do Brasil; o calor do Rio, o calor do Brasil; a paisagem do Rio, a paisagem do Brasil.”⁴

Este trecho do discurso do deputado paranaense Munhoz da Rocha foi proferido na Câmara dos Deputados, faltando praticamente dois meses para a transferência da capital da República do Rio de Janeiro para Brasília. Para muitos, hoje, a idéia do Rio de Janeiro como essência, identidade e metonímia do Brasil ainda é uma referência.

Portanto, distando quase 50 anos desta fala, ela poderia ser perfeitamente aplicada à situação da cidade do Rio de Janeiro hoje.

Quando da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a ECO-92 – ocorrida no Rio de Janeiro, o então prefeito da cidade, Marcelo Alencar, defendia o retorno da capital para o Rio de Janeiro afirmando que Brasília não dera certo.

⁴ Anais da Câmara dos Deputados. 12/02/1960, p. 605. Apud. MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 88.

“Em 32 anos, nada do previsto aconteceu e hoje Brasília está ameaçada até do ponto de vista urbanístico. Cidade que foi criada para ter 300 mil habitantes, hoje, ela reúne cerca de 2 milhões de habitantes somente em seu entorno. (...) O Rio é a cidade dos holofotes, que ilumina e é iluminada. (...) Brasília ficaria como um monumento, mas não pode servir de sede do país, pois ela se esconde.”⁵

Ronaldo Costa Couto acrescenta:

“ Mesmo depois de Brasília, o Rio não deixou de ser caixa de ressonância, vitrine e sinônimo internacional de Brasil. E muito menos síntese dos principais elementos constitutivos da identidade nacional.”⁶

Por essas e tantas outras falas, que teremos oportunidade de apresentar ao longo deste trabalho, me intrigou esta interpretação que afirma que, apesar de Brasília ser a capital do país, ela não possui “capitalidade”⁷ ou seja, não consegue representar a unidade e a síntese da nação⁸. Esta unidade e esta síntese permanecem, ainda hoje, com a cidade do Rio de Janeiro.

Claro que se pode ponderar — e são observações válidas e que merecem investigação — que se trata de uma questão de tempo: o Rio de Janeiro foi capital durante 197 anos e Brasília nem 50 anos tem.⁹ Também se pode argumentar que, à luz de uma nova história política, pode-se repensar o papel que a capital exercera até meados do século XX e o papel desempenhado por ela no cenário político

⁵ ALENCAR, Marcelo. “Novo Sonho é ser Distrito Federal.” *Jornal do Brasil* – 16/06/1992 – Caderno Cidade, p. 04

⁶ COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 191-192.

⁷ Apud MOTTA, Marly Silva da. Op. Cit., p. 17.

⁸ NUNES, Brasilmar Ferreira. “Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília.” In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org.) *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 30.

⁹ Quando o assunto é a história político-administrativa do país faz-se referência à existência de três capitais para o Brasil; há que se levar em consideração, entretanto, que Salvador foi capital em uma circunstância político-administrativa distinta da situação do Rio de Janeiro e de Brasília. Durante 214 anos (1549 – 1763) Salvador foi capital do território português na América do Sul e não capital de um país soberano e independente. Há também ainda que se levantar estudos sobre essa transferência e como os soteropolitanos reagiram a tal mudança.

brasileiro atual, talvez muito mais marcado pelo federalismo do que na época em que o Rio de Janeiro era a “cabeça da nação”. Por fim, pode-se pensar, também, que o Rio fez e faz todo um esforço para não perder seu papel de destaque no cenário nacional, tendo-se aí um processo de disputa relacionado à cidade que melhor representaria a nação.

Sobre esta disputa pela capitalidade, Machado de Assis, visionário, coloca o “binóculo da imaginação”¹⁰ e projeta um futuro onde o Rio de Janeiro não é mais a capital federal, mas continua desempenhando seu papel de “cabeça da nação” no cenário brasileiro. Assim, ele comenta, no início do ano de 1893, após a publicação do relatório conclusivo da Missão Cruls:

“(…) A capital da República, uma vez estabelecida, receberá um nome deveras, em vez deste que ora temos, mero qualificativo. Não sei se viverei até a inauguração. A vida é tão curta, a morte tão incerta, que a inauguração pode fazer-se sem mim, e tão certo é o esquecimento, que nem darão pela minha falta. Mas se viver, lá irei passar, algumas férias, como os de lá aqui virão passar outras. Os cariocas ficarão sempre com a baía, a esquadra, os arsenais, os teatros, os bailes, a Rua do Ouvidor, os jornais, os bancos, a praça do comércio, as corridas de cavalo, tanto nos circos como nos balcões de algumas casa cá embaixo, os monumentos, a companhia lírica, os velhos templos, os rebequistas, os pianistas. (...)”¹¹

Alguns anos mais tarde, quando a transferência da capital era uma realidade irreversível, o tom de despeito se acentua:

“Mesmo quando estiver, em futuro não muito próximo, funcionando realmente como cidade, Brasília é certinha demais. Todo mundo morando em prédio igual, em lugares previamente designados, todo mundo trabalhando em escritórios igualzinhos (sic). Tudo muito exato, como se os habitantes nada mais fossem do que peças minúsculas e obedientes de um gigantesco, mirabolante e inédito brinquedo.

¹⁰ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 1997, p. 100.

¹¹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *A Semana II*. São Paulo: Globo, 1997, p.55.

A esta altura, ninguém mais duvida de que Brasília, vai ser mesmo a capital do Brasil. Que seja, mas daqui não saio, que bom mesmo, é o Rio.”¹²

Ou então no coco gravado por Zé do Norte em 1957 quando, apesar do início dos trabalhos de construção, pouquíssima gente acreditava na efetiva transferência:

“Mudança de Capitá

Pode levar, seu doutor, pode levar,
O governo federal lá pra nova capital
Mas a beleza desse Rio de Janeiro,
Coração do brasileiro, ninguém pode carregar.
Copacabana, Corcovado, Paquetá
Botafogo e Pão-de-Açúcar ninguém tira do lugar.”¹³

A reação de pessoas próximas a mim quando souberam da minha vinda para Brasília, por livre e espontânea vontade, me rendeu qualificativos que, em geral, giravam em torno da minha possível perda de sanidade mental. E isso em 2003.

Afirmo, portanto, que as explicações apresentadas sobre a ausência de capitalidade não me satisfizeram e nem tampouco me encantaram; ao contrário, me provocaram um certo desconforto, e ainda me perguntava pelas razões que até hoje associam a imagem do Brasil ao Rio e acabei me debruçando sobre a história da construção da “novacap” e de suas relações, nem sempre tranquilas e cordiais, com a “velhacap”.

¹² ÁLVARO, José. “Brasília vai ser capital, mas bom mesmo é o Rio. *Tribuna da Imprensa*, 14 de março 1960. Apud. SANTOS, Michelle dos. *A Construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)*. Departamento de História, Universidade de Brasília, 2008, (Dissertação de Mestrado), p. 144.

¹³ “Brasília em Letra e Música” – Reportagem de Conceição de Freitas. *Correio Braziliense*, 13 de março de 2005, Caderno Cidades, p. 32.

Caminhando pela cidade

A despeito dos debates entre aqueles que eram favoráveis à transferência e os avessos à idéia, procurei conversar com alguns historiadores, contemporâneos da construção — os chamados pioneiros —, visitei as instituições de memória da cidade: os museus da cidade, o arquivo público, o Instituto Histórico dentre outros espaços.

Nessa primeira aproximação em relação à história da construção de Brasília, pude observar que o discurso original e a história oficial da transferência da capital e construção de uma cidade estritamente com esse fito, vinham ao encontro de uma determinada tradição intelectual e política que perpassou o final do Oitocentos e toda a primeira metade do século XX. Segundo essa tradição, o âmago, o cerne, o *verdadeiro* Brasil estaria no interior. Portanto, a construção e a transferência da capital do país para Brasília objetivava justamente realizar o encontro do Brasil consigo próprio, com o que seria sua verdadeira identidade, agregar, trazer o desenvolvimento para o interior, tornar Brasília e o interior centros de irradiação de desenvolvimento. Objetivos totalmente defensáveis e, a despeito de tudo isso, estes parecem não ter se realizado, pois quando se observa as imagens veiculadas na mídia, por exemplo, a paisagem do Rio e a “esperteza e malandragem” do carioca se sobressaem em detrimento de um Brasil sertanejo, ingênuo.

Nessa minha primeira aproximação em relação a Brasília, outros episódios se destacaram: muitos restaurantes e lojas da cidade trazem referências às cidades ou estados de origem de seus proprietários.

A resposta dada era lógica: Brasília é uma cidade recente, não tem nem 50 anos, portanto um número significativo de pessoas veio de outros lugares do país para participar de sua construção. As referências desses grupos são de seus locais de origem. Brasília seria assim uma cidade (ainda) sem memória própria. Até porque, segundo uma parte da bibliografia que busca contar a história da cidade, antes de JK se voltar para o Planalto Central e a construção de Brasília se transformar em meta-síntese de governo, essa região era o “nada”.

Na ocasião de minha chegada a Brasília, havia uma exposição sobre o centenário de nascimento de JK na sede da Secretaria de Cultura do DF¹⁴. Fotos, filmes, periódicos. Não deixa de chamar a atenção que uma parte significativa da biografia de JK se confunda com a história de Brasília¹⁵. Brasília, como bem observou Ronaldo Costa Couto tem nome e sobrenome: é Kubitschek de Oliveira¹⁶.

Esta associação contribuiu para a personificação da cidade, que, em muitas ocasiões é tratada como uma pessoa e, enquanto tal, passível de ser dotada ou não de memória¹⁷.

Omite-se, assim, que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória, uma vez que as experiências vivenciadas no presente, por todos aqueles que participaram do processo de sua construção, estão relacionadas inexoravelmente àquilo que foi vivido no passado por cada uma delas, mesmo que não habitassem fisicamente naquele espaço.

Observei, por exemplo, quando de minha visita a essa exposição, que as fotografias e o filme disponível para a assistência daqueles que a visitavam¹⁸ reiteravam argumentos e imagens que, devido às minhas andanças por Brasília, já me eram bastante familiares. Muitas imagens fotográficas ou de outros filmes coevos ao período da construção da Nova Capital¹⁹ foram reiteradamente editados, compondo não só outros documentos, mas, também, propondo novas reconstituições da história.

Aqui é necessário interromper o fluxo do raciocínio para esclarecer que esta minha observação não é, de forma nenhuma, inocente ou desinteressada. Durante minha trajetória na graduação em História na UFF e posteriormente, em meu mestrado na UFRJ, a relação entre as imagens visuais e a História e a capacidade da forma de produzir mediações e gerar significados como perscruta o professor

¹⁴ Exposição: 'Juscelino Kubitschek – Centenário de Nascimento',

¹⁵ Sobre esta relação ver, por exemplo, CEBALLOS, Viviane Gomes de. *"E a história se fez cidade...": construção histórica e historiográfica de Brasília*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005 (Dissertação de Mestrado).

¹⁶ COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹⁷ Ver ROUANET, Sérgio Paulo e PEIXOTO, Nelson Brissac. "É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: *Revista USP*. Dossiê Walter Benjamin. São Paulo: USP, 1992, nº 15.

¹⁸ Filme: Anos JK – Uma Trajetória Política – Silvio Tendler.

¹⁹ Para uma análise sobre a produção filmográfica de Brasília ver: NUNES, José Walter. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

Ulpiano Bezerra de Meneses²⁰, sempre esteve dentre os meus focos de interesse. Portanto, não foi de maneira isenta que observei a insistente recorrência de alguns temas e argumentos nas imagens e locuções que estruturavam filmes, fotos e textos do período.

Algumas dessas imagens e locuções são emblemáticas e as encontrei em inúmeros espaços da cidade por onde me deslocava. Outras, de tão freqüentes, me interpelavam, sem que eu precisasse me deslocar.

À guisa de exemplo posso citar a seguinte sentença: "Quando aqui chegamos, havia uma grande **extensão deserta**. Apenas o silêncio e o mistério da natureza inviolada." Ou então: "**Deste Planalto Central, desta solidão** que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino." Ou ainda: "A criação de Brasília, a interiorização do governo, foi um ato democrático e irretratável de ocupação efetiva do nosso **vazio territorial**." Por fim, "**O único testemunho da passagem do homem por ali** era um pardieiro, pretensiosamente denominado *Fazenda do Gama* e que se resumia numa casa de telhado baixo, com um cercado no fundo, no qual viviam confinados uns 5 bois e uns três leitões."

Estas e outras frases eram "ilustradas" por imagens (e também apareciam na locução de diferentes filmes) igualmente recorrentes que teremos oportunidade de apresentar mais a frente. Apenas a título de exemplo:

²⁰ MENESES, Ulpiano Bezerra de "Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual. Balanço Provisório, Propostas Cautelares." In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, 2003, vol. 23, n. 45, pp. 11 – 36.



Observei, nesses meus primeiros tempos aqui, que as referências ao Planalto Central como sertão, deserto, ou ainda, uma profusão de espaços vazios, são recorrentes não só em textos, fotos, filmes sobre o período, mas, também, nos discursos oficiais e não oficiais e — o que mais me chamou a atenção — essas narrativas são reproduzidas até hoje por uma grande parte de atores sociais das mais diversas origens.²¹

Perguntava-me, então, orientada pelas reflexões de Durval Muniz de Albuquerque²², se ao se repetirem “enunciados e imagens” que reiteravam esse espaço como “sertão”, não se criaria uma “dizibilidade” e uma visualidade para a cidade que acabaram por inviabilizar sua “capitalidade”. Pode-se acrescentar a isso, o fato dessa dizibilidade e visualidade se referirem a um espaço geográfico, o que torna mais fácil ainda a sua naturalização.

²¹ Ver DVD – Vídeo 11 – “Mãos à obra em Brasília.” Ano 1995, Duração 58 minutos.

²² ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Massangana, 2005, pp. 19-35.

Continuando a andar pela cidade

Outro espaço que fiz questão de conhecer foi a Praça dos Três Poderes. Nela, me deparei com o Museu da Cidade ou Memorial de Brasília, o mais “antigo” museu da Capital Federal. A visita a esse museu foi um capítulo à parte nessas minhas primeiras andanças por Brasília. Sua estrutura em concreto armado, que lembra um “T”, apresenta linhas retas e sóbrias. Na verdade, sua existência é dialética: corrobora e contradiz aquela justificativa que me fora dada para o fato de Brasília não ter memória por ser uma cidade recente²³.

Intrigou-me também o fato da existência de um museu ali. Já tinha tido a oportunidade de ler o Relatório do Plano Piloto de Brasília²⁴ e não me lembrava da previsão dessa construção/museu no texto. Ao contrário, no item 9 do Relatório, a Praça dos Três Poderes seria um espaço que abrigaria três prédios: na base do triângulo equilátero, a sede do Executivo e do Judiciário e, em seu vértice a sede do Legislativo. Se a referência à monotonia dos espaços da nova capital a que se refere o jornalista José Álvaro²⁵ é correta e se, em Brasília, tudo se encontra “em lugares previamente designados”, o lugar de um Museu seria, segundo o mesmo relatório, no Setor Cultural e não na Praça dos Três Poderes.

²³ Interessante observar que quando prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek estabeleceu, em 1941, a criação do atual Museu Histórico Abílio Barreto. Houve críticas à iniciativa. Estas se deviam ao fato de se avaliar que Belo Horizonte era uma cidade recente. À época, a cidade tinha 43 anos e não possuía fatos marcantes e interessantes dignos da composição de um museu. O próprio prefeito e Abílio Barreto contra-argumentaram dizendo que, ao contrário, tal situação facilitava a reunião dos documentos e objetos históricos da época da construção da capital e de seus primeiros anos. A utilização de um espaço físico colonial — a fazenda do Curral Del Rei — para abrigar peças e objetos da época da construção da capital, não teve concordância do técnico do Sphan, José de Souza Reis, que emitiu parecer discordando da iniciativa do colonial abrigar o moderno. A negativa do órgão do Ministério da Educação e Saúde motivou uma carta do próprio prefeito a Rodrigo de Mello Franco — diretor do Sphan, discordando do parecerista. Quando da inauguração do museu em 1943, nos moldes por ele desejado, Juscelino Kubitschek afirmou: “Belo Horizonte apresentava aspectos de maior interesse para o turista que vem a Minas, que aqui tem uma impressão abrangente do desenvolvimento e da cultura do povo mineiro. Mas se perguntava pelo museu da cidade, ficava contrafeito com a resposta de que ainda não o possuíamos, (...) a vida e a evolução da capital ficavam espalhadas (...). Por ser nova a capital, nem por isso é de importância restrita a sua história, (...) grandes acontecimentos se assinalaram nesse espaço de tempo de 50 anos e embora de ontem, já se acham esquecidos. Diante da Fazenda do Leitão, nossa imaginação é encaminhada imediatamente para o Arraial do Curral Del Rei primitivo e despretensioso, absorvido pelo trabalho do homem e transformado em pouco tempo numa grande metrópole de vida agitada.” Para detalhes sobre o assunto ver: CEDRO, Marcelo. “A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para sua ação nos anos 50 e 60.” In: *ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte*. Uberlândia: Edufu, V. 9, n. 14, 2008, pp. 138-141.

²⁴ Ver Anexo I.

²⁵ Ver nota 12.

Imaginei que esse museu pudesse ser uma entre outras construções que foram feitas posteriormente. Descobri, um pouco mais a frente que, ao contrário, esse museu foi inaugurado por ocasião da fundação da própria cidade, às 12 horas e 30 minutos do dia 21 de abril de 1960 e representou a transferência oficial da capital do país para Brasília.

A cerimônia contou com a presença de Guilherme de Almeida, o Príncipe dos Poetas, que, escreveu para a ocasião, o poema *Prece Natalícia de Brasília*²⁶. Segundo a Revista Manchete que circulou no dia 21 de abril de 1960²⁷, “O museu, de paredes cobertas de mármore branco, destina-se a recolher os documentos da epopéia de Brasília. Tem lugar para o que se escreveu contra e a favor: dados para julgamentos do futuro.”

Se, em algum momento, houve em seu acervo, documentos que expressavam as idéias e argumentos daqueles contrários à construção da nova capital, eles não estão lá hoje. Talvez se encontrem na reserva técnica.

Como uma cidade recém-inaugurada “do nada” já podia ter um museu? Sua existência, portanto, a princípio, contradiz aqueles que afirmavam que a cidade é jovem e por isso não tem memória. Havia esse “lugar de memória”²⁸.

Projetado por Oscar Niemeyer, em suas paredes externas, expõe, além da cabeça de JK, esculpida por José Pedrosa em pedra sabão, a seguinte frase: “A Juscelino Kubitschek de Oliveira que desbravou o *sertão* e ergueu Brasília, com audácia, energia e confiança, a homenagem dos pioneiros que o ajudaram na realização da grande aventura.” (grifo meu)

Por outro lado, corrobora o que se dizia sobre o nada, o vazio, a solidão, a natureza dominando em sua plenitude o Planalto Central. Isto porque ao entrarmos no museu, nos deparamos com um espaço interno **vazio**. Em seu salão de exposição de 35 X 5m nunca houve acervo; pelo menos não o acervo tradicional

²⁶ Ver Anexo II.

²⁷ Revista Manchete: “Brasília amanhece capital”, 21 abr. 1960, p. 74, Texto de R. Magalhães Junior.

²⁸ Para Pierre Nora todo o “lugar de memória” é um lugar na tridimensionalidade da palavra: material, funcional e simbólico. NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire”. In: NORA, Pierre (org.) *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto/Gallimard, 1997, Vol.1, p. 37. Neste sentido, o Museu da Cidade pode ser considerado um “lugar de memória” porque além de sua materialidade, lhe estabeleceram a função de preservar, para a posteridade, os trabalhos que se referissem à história da construção da nova capital, além de estar situado em um lugar absolutamente simbólico, a Praça dos Três Poderes, acrescido do fato de ser um dos símbolos da arquitetura modernista em Brasília.

que se espera encontrar quando se visita um museu²⁹. Em suas paredes há, sim, a versão escolhida sobre o processo de interiorização da Capital Federal. Ao ler o que está ali, exposto ao olhar, ao observar as poucas fotos disponíveis, o visitante tem certeza de que a construção e inauguração de uma capital no interior do país eram a concretização de sonhos e expectativas dos “brasileiros”³⁰. Neste sentido, a despeito desse museu não ter um acervo como tradicionalmente se concebe, ele consegue, a partir da seleção de documentos que contam a história da construção da nova capital, trazer uma experiência outra, que não aquela do visitante, do turista, para o seu interior³¹.

Aquele visitante mais atento e com alguma noção da História do Brasil em seus aspectos cronológicos, entretanto, talvez estranhe o fato de as referências mais antigas incrustadas naquelas paredes remeterem a história da construção de Brasília, já como capital da nação, em pleno século XVIII em duas referências: uma sugestão do Marquês de Pombal, em 1761, para que a capital da colônia/Reino fosse erguida no sertão e outra que remete a história da Inconfidência Mineira, cujos participantes teriam sugerido que a capital das Minas Gerais independente fosse São João Del Rei.

Ressaltemos que o Brasil, enquanto Estado-Nação, sequer existia, que dirá sua capital política. A despeito daqueles que se esmeravam em ver uma unidade nacional, mesmo que em gestação, desde o período colonial, temos por exemplo a observação do viajante francês Horace Say ao afirmar que o nome *Brasil* é uma generalização referente às terras portuguesas na América, “mas que não existia, por

²⁹ Apesar deste museu não ter um acervo tradicional, estou tomando as frases e citações sobre a construção de Brasília como seu **acervo**, uma vez que os contemporâneos de sua construção idealizaram esse museu como uma forma de materializar e expor *idéias* que, de contrárias à construção de Brasília, não têm nada.

Nas entrelinhas daqueles textos gravados e abrigados nas paredes internas do museu, associados à efígie de Juscelino Kubitschek encravada em sua face externa, também se pode ler um outro texto: o de que o presidente Juscelino Kubitschek era um homem realmente especial, de uma “raça de gigantes” que conduziria o Brasil ao seu efetivo destino, qual seja o de “grande nação”. Afinal se outros governantes fecharam os olhos para o problema e a necessidade da transferência da capital, se esta era uma aspiração *nacional* somente um homem como ele, que não tinha “complexo de viralata”, que não sofria do complexo de inferioridade crônico, e a quem Deus havia poupado o sentimento do medo, seria capaz de tal tarefa.

³⁰ Ver Anexo III – Informativo sobre o Museu da Cidade.

³¹ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “O Museu e o problema do conhecimento.” In: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/AnaisMuseus-Casas_IV/FCRB_AnaisMuseusCasasIV_UlpianoBezerraMeneses.pdf (acessado em 22/05/08)

assim dizer, unidade brasileira.” Corroborando esta observação, Sierra y Mariscal afirma que

“(...) As capitanias não se podem auxiliar mutuamente, por estarem separadas por setores imensos de modo que aquele país não forma ainda um reino inteiro e contínuo. (...)”³²

Que textos do passado foram selecionados para serem reproduzidos nas paredes desse museu? Em relação ao início do século XIX, as referências remetem a sugestões feitas ao então Príncipe Regente D. João para que se deslocasse a capital do Império para o interior do Brasil; isto, é claro, num contexto geopolítico e histórico específico de fuga da Família Real para a América e expansão do Império Napoleônico.

Percebemos nesse espaço, o Museu da Cidade, nesse “lugar de memória”, que Brasília e o Brasil aparecem ao visitante como uma realidade política fundada em bases senão “atemporais, decerto imemoriais”³³. O Brasil — e a história da construção de sua capital — que estão ali apresentados nas paredes do Museu são um dado a-histórico e não resultado da vontade e intenção de atores sociais que compartilhavam um mesmo projeto político numa determinada conjuntura.

Na seqüência da história contada por aquelas paredes, temos a referência a Hipólito José da Costa que editava o *Correio Braziliense* em Londres e também era defensor da idéia de interiorizar a capital. Daí, vamos a José Bonifácio, criador do nome da cidade — Brasília —, ao Visconde de Porto Seguro, outro defensor contundente da interiorização. Em suas paredes também encontramos referências aos textos constitucionais, sendo que o maior destaque é dado às constituições de 1891 e a de 1946.

Pois bem, o que se estava fazendo ao construir e inaugurar junto com Brasília o Museu da Cidade?³⁴ Sabemos que a busca pelos antecedentes históricos é uma

³² Apud. DIAS, M^a. Odila. “A Interiorização da Metrópole”. In: MOTTA, Carlos Guilherme. 1822: *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 176.

³³ SÁ, Dominiqui Miranda de. *O Brasil “Modelado” na Obra de Belisário Penna*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999, p. 04 (Dissertação de Mestrado).

³⁴ É importante mencionar que, originalmente, este Museu não compunha o conjunto arquitetônico da Praça dos Três Poderes, como podemos observar nas maquetes e croquis referentes a esse espaço.

das formas usadas para legitimar mudanças e construir identidades. Especialmente a partir de situações que implicam mudanças extremamente radicais que nos são confrontadas principalmente com a contemporaneidade. É, segundo interpretação de Fernando Catroga, um dos mais interessantes trabalhos da memória:

“(...) o futuro é ligado ao passado por um fio *totalizador e teleológico*. Isto é toda a recordação tende a objetivar-se numa narrativa coerente que, em retrospectiva, domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos do real-passado quando este foi presente, atuando como se, no caminho, não existissem buracos negros deixados pelo esquecimento. Em certa medida, ela [a memória] é uma previsão ao contrário.”³⁵

Como nos anos 50 já se tinha idéia do devir, constituiu-se um discurso teleológico que acabou afirmando o *locus* da capital do Brasil antes mesmo do Brasil, enquanto realidade político-administrativa, existir: o interior. Como nos ensina Paul Thompson: “Quando não existe história alguma disponível, ela é criada.”³⁶

Essas origens são estabelecidas arbitrariamente pelos homens. Como nos ensina Paul Connerton,

“(...) O início não tem absolutamente nada a que agarrar-se, é como se saísse do nada. Por um momento, o momento do início, tudo se passa como se os iniciadores tivessem abolido a própria seqüência da temporalidade e houvessem sido expulsos da continuidade da ordem temporal.(...)”³⁷

Bem no caso dos museus, essas instituições datam do Iluminismo, e ali estão para divulgar um conhecimento; no caso, informações sobre determinados

³⁵ CATROGA, Fernando. “Memória e História”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001, p. 46.

³⁶ THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 21.

³⁷ CONNERTON, Paul. *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 07. É interessante observar que o momento oficial de inauguração da cidade foi estabelecido a partir da inauguração desse museu. No poema de autoria de Guilherme de Almeida, *Prece Natalícia de Brasília*, ele estabelece aquela data como dando início a um novo calendário e, portanto, a um novo tempo. É o Ano I. Cf. Anexo II.

momentos da história do Brasil catalizados por esse mote da transferência da capital para o interior. E não sei até que ponto o que fiz nos parágrafos acima — ou seja, acrescentar informações externas àqueles documentos escritos e imagéticos — deve ser feito. Isto porque, como nos ensina Pomian, os objetos que estão em um museu, ali estão expostos ao olhar, sendo uma referência de significados. São por isso, segundo esse autor, objetos semióforos, que se destacam por carregarem em si, uma história autônoma que se articula com a produção, circulação e apropriação desses objetos. São objetos que fazem a relação entre o visível e o invisível³⁸. Ou, mais ainda, como nos ensina o Professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, tornam visível o próprio visível que nem sempre conseguimos enxergar³⁹.

Seguindo ainda a interpretação de K. Pomian, esse museu também não foi construído em qualquer lugar. Ele está situado à Praça dos Três Poderes, parte do projeto urbanístico de Lúcio Costa, compondo com o Congresso Nacional (Centro ou vértice), o Palácio do Planalto (Norte) e o Supremo Tribunal Federal (Sul), um triângulo equilátero que representa a harmonia e o equilíbrio entre os três poderes⁴⁰.

Lugar-semióforo de um homem-semióforo, o presidente da República, porque recebe mandato do povo para dirigir a nação. Quanto mais próximo deste centro de poder e deste homem-semióforo, mais perto do invisível.⁴¹ E que melhor espaço para exibir as obras e edificações projetadas por arquitetos e artistas como Oscar Niemeyer e José Pedrosa que fazem referência a pessoas, grupos que marcaram a história do país e da construção de Brasília: Tiradentes, Israel Pinheiro, os candangos e o próprio JK. A eternização promovida pelo trabalho de artistas e

³⁸ POMIAN, Krzysztof. "Coleção." In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 54, Vol. 1.

³⁹ Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. "Políticas multiculturais reconhecem mas não incorporam as diferenças culturais" In: http://www.coresprimarias.com.br/ed_10/ulpiano_p.php

⁴⁰ Observe-se que, hoje, a Praça dos Três Poderes abriga outras obras arquitetônicas e artísticas que, na ocasião da inauguração não existiam. Naquele momento, a única construção fora das sedes dos Três Poderes era o Museu da Cidade.

⁴¹ Segundo Ivany Neiva Câmara "moradores e autoridades de cidades próximas a Brasília manifestavam interesse em serem reconhecidos como 'próximos à capital'. (...) No papel de carta em que o jornal *A Folha de Luiziânia* solicita ao presidente da Novacap a remessa mensal da Revista Brasília, está impresso: 'Luiziânia é a cidade mais próxima de Brasília.'" NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a Capital: Cartas a JK (1956 – 1960)*. Tese de Doutorado. PPGHIS: Universidade de Brasília, 2008, p. 203.

arquitetos de acontecimentos e personagens da história da nação é importante pela força ativa que essas imagens agenciam na paisagem da cidade⁴².

Portanto, o problema que aqui se coloca se refere à capacidade de agenciamento⁴³ das imagens de uma maneira geral e dessas que compõem e compuseram, por sua recorrência, uma determinada imagem para Brasília. Que efeitos, por exemplo, a recorrência ao uso do vocábulo sertão e de imagens que o representam para designar o espaço onde estava sendo construída a nova capital — e que foi veiculado durante todo o período de construção da cidade — produziu e gerou significados que contribuíram para a ausência de “capitalidade” para Brasília? Por detrás desse problema, se encontra outra questão de fundo apresentada pelo professor Ulpiano que seria a do potencial cognitivo das imagens visuais. Ou seja, podemos produzir conhecimento historicamente válido a partir delas?

Tendo em vista esse problema e essa questão, escolhi como objeto de estudo o próprio processo de significação e ressignificação da categoria sertão ao longo dos anos de construção da nova capital, estabelecendo a possibilidade de uma relação estreita entre a identidade visual que se construiu à época para Brasília associada ao sertão e sua incapacidade de representar o Brasil.

1.1 Do Objeto e da advertência do Lugar

A noção de *lugar*, que cabe como substrato ao objeto de estudo que pretendo desenvolver aqui, é tributária do desenvolvimento de pesquisas antropológicas voltadas para o estudo de rituais e celebrações de cunho religioso, das relações entre espaço sagrado e espaço profano.⁴⁴ Estudos de Marc Augé e Michel de Certeau, Milton Santos contribuíram para a discussão, nas sociedades contemporâneas, da temática do espaço, do lugar e ainda do não-lugar.

⁴² POMIAN, Krzysztof. Op. Cit., pp. 71- 82.

⁴³ GELL, Alfred *Art and Agency. An Anthropological Theory*. Oxford – Nova York: Clarendon Press, 1998.

⁴⁴ Ver especialmente as obras de Émile Durkheim e Mircea Eliade sobre o assunto.

Para Michel de Certeau, especificamente, espaço é aquele lugar que se constrói culturalmente a partir de significados que lhes são atribuídos. Para de Certeau “(...) o espaço é um lugar praticado”⁴⁵.

Para Marc Augé, espaço é uma categoria que designa um lugar mas não o simboliza; diferente da categoria *lugar*, este autor compreende o lugar como uma referência a partir da qual indivíduos se posicionam em relação a ele seja de maneira central ou periférica, ou ainda intermediária, tendo como referência o sistema simbólico existente. Portanto é a partir deste *lugar* que se estabelecem relações de poder, constroem-se identidades e se configuram relacionamentos. Nas palavras do professor Ciro Flamarion, o *lugar antropológico* tal como o concebe Marc Augé⁴⁶ “(...) proporciona uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído.”

No campo da Geografia, o professor Milton Santos já sinalizava que estes vocábulos — paisagem, espaço, lugar — não designam as mesmas experiências. Paisagem, segundo este autor, seria as formas que podemos perceber mas sem naturalizá-las. Segundo Milton Santos, a paisagem está sempre associada à ação do homem sobre o espaço tido como natural. Já espaço seria estas formas herdadas a partir da atuação do homem; portanto, o espaço nunca é apenas a dimensão física da paisagem que está dada ao olhar, mas sim, esta dimensão animada pela ação da vida humana⁴⁷.

Assim, nos lugares e nos espaços há uma troca permanente de significados e sentidos; é também onde se constituem relações e identidades. Dessa forma, compartilhando a compreensão sobre espaços e lugares dos autores acima, pode-se afirmar que não há espaço sem a percepção dos homens sobre ele; portanto, o lugar, o espaço é exterior e interior ao mesmo tempo; é aquilo que se percebe e as percepções e representações que dele são feitas verbal e/ou imagetivamente, sendo impossível a existência de uma sem a outra.

⁴⁵ CERTEAU, Michel de. *Artes de fazer. A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 202.

⁴⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um Historiador fala de Metodologia e Antropologia. Ensaios*. Bauru: Edusc, 2005, p. 43.

⁴⁷ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Aprofundarei esta discussão em capítulo apropriado, mas cabe ressaltar assim que o espaço, o lugar, ou ainda, a paisagem não estarão sendo tomados aqui como dados da natureza;

“(…) O espaço não é o meio (real ou lógico) no qual se dispõem as coisas, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Quer dizer que, ao invés de compreendê-lo como um tipo de éter que ‘banha’ todas as coisas ou de concebê-lo abstratamente como uma característica que lhes seja comum, deve-se pensá-lo como a força universal dessas conexões.”⁴⁸

Mas há aqui ainda uma outra dimensão em relação à questão do lugar. O enunciado que fiz aqui também é uma advertência do meu *lugar de fala* (fazendo referência aqui a uma outra categoria cunhada por Michel de Certeau⁴⁹). Este trabalho não fala de Brasília a partir de Brasília, ou do sertão, a partir do sertão; ser-me-ia impossível fazê-lo. Sem dúvida, esse trabalho fala do sertão a partir do litoral.

Em termos das implicações dessas observações, gostaria de relacioná-las ao fato de que tive oportunidade de dar aulas tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio em Brasília em três escolas diferentes durante cerca de dois anos. Também participei de Congressos nas Universidades de Goiás, assim como, durante o levantamento e pesquisa de fontes, tive contato com instituições de pesquisa tais como o Arquivo Público Estadual de Goiás, o Museu da Imagem e do Som em Goiânia e o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil-Central, o Memorial JK, o Arquivo Público do Distrito Federal. Da mesma forma, a leitura da bibliografia indicada e as inúmeras oportunidades de contatos variados com as pessoas daqui, por meio das aulas assistidas, por meio das reuniões de orientação para o desenvolvimento deste trabalho, me aguçaram a percepção em relação a um aspecto dos “Estudos Históricos” no país.

Percebi que as faculdades e universidades de Goiás e Brasília fazem *História Regional*. Este tem sido o espaço da historiografia brasileira reservado às suas instituições e aos seus acadêmicos (claro que há exceções). A História do Brasil, isto é, a história *nacional* é feita nos centros acadêmicos de São Paulo, Rio de Janeiro,

⁴⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la Perception*. Paris: Edições Gallimard, 1945, p. 281.

⁴⁹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 65-78.

cedendo espaço para Minas Gerais e, talvez hoje para o Rio Grande do Sul num processo que tem inúmeras implicações no que se refere à política de recursos do Governo Federal e de outras instituições, perpassando pelo mercado editorial, dentre outros meandros.

Em um dos livros da bibliografia consultada — *Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Viana — apresentou-se essa exata divisão. O autor justifica o estudo mais detido da formação social brasileira que ocupa o centro-sul porque essa região teve maior influência no que se refere aos destinos políticos, econômicos e sociais do país. Portanto, exerceu maior influência sobre a evolução da nação. As demais regiões — sertões do Nordeste e os Pampas do Sul do país deveriam ser áreas para o desenvolvimento de uma história regional. Perceba-se que, seguindo a abordagem deste autor, as áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, por exemplo, sequer foram contempladas⁵⁰. Observa-se que passaram-se mais de 50 anos dessa assertiva do autor...

A antropóloga Selma Senna também chama atenção para tal fato. Em relatório de pesquisa sobre a questão da região “sertão”, ela adverte:

“(...) São Paulo, por exemplo, não produz história regional e nem possui nos currículos escolares e universitários, disciplinas com este recorte. Inclusive, partes importantes dos estudos sobre o processo histórico brasileiro são feitos sob o viés do Sudeste, que detém o privilégio de interpretação da nação brasileira; também os modelos de análise dos processos econômicos, históricos e culturais do Sudeste são generalizados para as outras regiões encobrindo, recobrindo e *com*-formando outros discursos regionais, principalmente através das estratégias homogeneizadoras da educação e do ensino, em particular da historiografia oficial.”⁵¹

Já tinha uma larga experiência com o ensino de História em Niterói também nos níveis Fundamental e Médio. Em Brasília, não me surpreendi, a princípio, com o fato de se usar praticamente o mesmo material didático que utilizava em Niterói.

⁵⁰ VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

⁵¹ SENNA, Custódia Selma. “Inventando Regiões” – Relatório de Pesquisa (texto não publicado).

Entretanto, à medida que conhecia um pouco mais da região, principalmente através do trabalho da Professora Márcia Kuyumjian, sobre garimpos e garimpeiros, comecei a questionar porque os alunos daqui têm de estudar, por exemplo, a história da mineração no Brasil, exclusivamente a partir de Minas Gerais, por que a visita às áreas históricas da mineração promovida pelas escolas de Brasília é feita a Ouro Preto e não às cidades históricas do ciclo do ouro de Goiás?

Esclareço que não defendo aqui o desconhecimento sobre a história da mineração por parte dos estudantes, mas comecei a me interessar por esse movimento e pela possibilidade de estudar esse processo de configurações e construções regionais relacionadas ao *poder de dizer a região*. Como nos ensina Durval Muniz Albuquerque:

“(...) tratar da história da relação que os grupos humanos mantiveram ao longo da história com a terra, com seus territórios, fazer a história da apropriação humana da natureza, dos espaços é tratar de relações de poder, de domínio, de mando e de soberania.”⁵²

Mary Del Priore, em resenha do livro de Evaldo Cabral de Mello intitulado *A Outra Independência*⁵³, ressalta a nossa ignorância sobre a História de nosso próprio país. Ela afirma ser uma

“(...) História construída, há pelo menos um século, de forma seletiva, excludente e — por que não? — preconceituosa. Tudo indica que isolados no Sudeste, fazemos uma História do Brasil ditada pelos interesses de hegemônicos centros acadêmicos. Em nome destes interesses, raros grupos se preocupam em pensar outras regiões do Brasil. (...)”⁵⁴

⁵² ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar. As fronteiras da Discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007, p.09.

⁵³ MELLO, Evaldo Cabral de. *A Outra Independência. O Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

⁵⁴ PRIORE, Mary Del. "História que desafia o Rio-centrismo" In: *O Globo*. – Caderno Prosa e Verso, 28/05/2005, p. 4.

Segundo ela, passa a ser uma tarefa, ressaltar a “miopia” existente no estudo e no ensino da História do Brasil. História do Brasil? A qual Brasil esta historiografia se refere?

A historiadora Janaina Amado também ressaltava esse processo, sinalizando que tal desconhecimento não é exclusivo de pessoas que tiveram baixa escolaridade, como se poderia, a princípio, argumentar; reiterando Mary Del Priori, ela afirma que essa postura está presente no próprio meio acadêmico. E, se é assim, esse posicionamento pode ser decorrente

“(…) de uma atitude etnocêntrica, de quem examina a realidade exclusivamente a partir dos dados e vivência a seu alcance. Para estes, a produção historiográfica de outras regiões é sempre vista como sem importância, passando o regional a sinônimo de “menor”. Este tipo de visão iguala o “resto” (isto é, o que não pertence ao mundo do observador) e, ao igualar, escamoteia diferenças e, conseqüentemente, contradições. Os intelectuais que assim agem identificam-se, às vezes inconscientemente, com idéias e práticas desenvolvidas por setores dominantes, pois esta é uma das formas de dominação mais antigas e profusamente utilizadas na história.”⁵⁵

Quero também observar que não gostaria de acentuar nenhum processo de clivagem acadêmica, de “xenofobismo intelectual” ou de nenhuma maneira dar a entender que há uma “trama diabólica” ou uma “teoria da conspiração” que transforma as instituições acadêmicas do Centro-Sul em “todas-poderosas” e as de outras regiões em “coitadas”.

Na verdade, o exposto reflete uma tentativa de chamar a atenção para essas relações que ocorrem *nos* e *entre* espaços considerados científicos como se ali houvesse absoluta neutralidade.

As observações de Mary Del Priori reiteradas por Janaina Amado de que essas clivagens estão presentes nos próprios meios acadêmicos que produzem História se justifica: espera-se uma atitude crítica e não uma postura eivada de preconceitos. Naturaliza-se esse termo *regional* num meio acadêmico que deveria ter completa noção de que essas divisões, classificações são também resultado de relações sociais, políticas e econômicas agenciadas por seus respectivos

⁵⁵ AMADO, Janaina. “História e Região: reconhecendo e construindo espaços.” In: SILVA, Marcos Antonio da. *A República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, pp. 13-14.

representantes⁵⁶, provocando, neste caso, divisões de natureza político-administrativa.

Entendo que, o historiador procede a um recorte temporal de seu objeto, qual seja, estruturas, conjunturas, fatos, acontecimentos — as fatias do tempo de que nos fala Carlos Drummond de Andrade — decorrentes de necessidades metodológicas; este mesmo historiador deve, se assim o objeto de estudo exigir, recortar igualmente sua espacialidade, — a região — que não está, de nenhuma maneira, dada, e é, portanto, uma construção a ser explicitada⁵⁷.

Uma outra possibilidade seria a compreensão de uma história regional como aquela que se baseia em experiências vividas localmente. Tendo esta definição por base, a construção de Brasília não estaria arrolada nos temas de uma história regional; afinal sua construção foi tema de uma experiência vivida intensamente por diferentes segmentos sociais de diferentes regiões do país.

Cabe ainda a pergunta, se partirmos do pressuposto acima explicitado: teríamos alguma história hoje que não fosse, para não dizer planetária, no mínimo ocidental? Ou seja, a história regional só seria válida para estudos que tem como recorte temporal o século XVIII, no máximo o XIX?

Enfim, gostaria de contribuir para uma reflexão sobre o processo que construiu uma determinada imagem para uma região específica do país a partir de algumas indagações e verificar como esse processo tem implicações para a imagem que se tem da capital do país, para a produção historiográfica sobre e da região e outras mediações.

1.2. Do Corpus Documental

Afirmar na primeira parte desta Introdução que pretendo realizar o estudo de como o sertão foi sendo ressignificado e, nesse processo de ressemantização, se

⁵⁶ Sobre a questão ver BOURDIEU, Pierre. “A Identidade e a Representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região.” In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

⁵⁷ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Região e História: Questão de Método” In: SILVA, Marcos Antonio da. Op. Cit., p. 18.

compôs uma determinada imagem para o sertão e para Brasília. Para poder esclarecer a seleção que fiz das fontes para levar a termo este estudo, é necessário antes explicitar o que estou compreendendo aqui como uma imagem.

Martine Joly⁵⁸ abre seu livro destacando as dificuldades de se definir o que venha a ser uma imagem. Segundo a autora tal dificuldade decorre do emprego dessa palavra em múltiplas situações e com usos diferenciados: a palavra *imagem* pode estar referida a uma **representação visual**, seria um objeto outro em relação a um primeiro que ela representaria de acordo com determinadas leis que lhe garantiria maiores ou menores semelhanças com o seu modelo; aí já temos evocado um outro uso para a palavra *imagem*: **semelhança**, emprego dos mais antigos que remete à tradição judaico-cristã ao afirmar que o homem foi criado à *imagem* e **semelhança** de Deus. A palavra imagem também pode ser utilizada para designar as **representações mentais**, as atividades psíquicas. Ainda há o seu emprego enquanto **visualização dos fenômenos** que seriam as imagens científicas provenientes de inúmeros campos de estudo e, ainda, com todo desenvolvimento tecnológico e científico, parece que ela também aperfeiçoa seu emprego e aqui está ela novamente: é uma **imagem virtual**.

O *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia* nos indica quatro sentidos para a palavra imagem:

“A. Reprodução, quer concreta, quer mental, daquilo que foi recebido pela visão. B. Repetição mental, geralmente enfraquecida de uma sensação (ou mais exatamente de uma percepção) precedentemente experimentada. C. Representação concreta construída pela atividade do espírito. D. Em razão da analogia das imagens B e das percepções, e da impossibilidade de distinguir intrinsecamente em certos casos, freqüentemente, estendeu-se a palavra *imagem* a qualquer apresentação ou representação sensível.”⁵⁹

Qual o núcleo comum que podemos estabelecer a partir do que foi dito acima? Parece-me que o traço comum presente nesses diversos usos é a

⁵⁸ JOLY, Martine. *Introdução à Análise da Imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

⁵⁹ LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 517.

recorrência ao visual e ao analógico. Uma imagem é “antes de mais nada, algo que se assemelha a outra coisa.”⁶⁰

A imagem, portanto, não se materializa, necessariamente, por meio de um suporte visual concreto (pinturas, gravuras, desenhos, fotografias, filmes); ela pode ser, por exemplo, uma imagem mental. Ela pode se materializar por meio da linguagem oral ou escrita, quando por exemplo contamos um sonho, descrevemos uma pessoa.

Por isso, a despeito de destacar aqui uma questão de natureza visual: a “capacidade da forma de produzir significados”, não pretendo restringir a documentação com a qual trabalharei aos documentos visuais, exclusivamente. As “fontes” que serão utilizadas serão documentos escritos, visuais, depoimentos orais, reproduzindo aqui lições apreendidas há muito tempo, como, por exemplo, a de que “(...) é quase infinita a diversidade de testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito.”⁶¹ Ou ainda

“Não são pois os documentos os objetos da pesquisa, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade. Por isso, não há como dispensar, aqui, também, a formulação de *problemas históricos*, para serem encaminhados e resolvidos por *intermédio de fontes visuais*, associadas a quaisquer fontes pertinentes.”⁶²

Disto decorre que estarei trabalhando com um conjunto de documentos que possibilitem a compreensão dos significados atribuídos ao sertão de Goiás independentemente de sua tipologia documental. Sendo assim, destaco:

1. Textos de viajantes estrangeiros e brasileiros que visitaram a província de Goiás no século XIX compreendendo além do texto escrito propriamente dito, os desenhos, pinturas, litogravuras, mapas que compuserem esta documentação quando existirem e estiverem acessíveis.

⁶⁰ JOLY, Martine. Op. Cit., p. 38.

⁶¹ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa América, s/d, p. 61.

⁶² MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de . “Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual. Balanço Provisório, Propostas Cautelares.” In: Op. Cit., p. 27.

2. Relatórios científicos produzidos no contexto das comissões de localização da nova capital, assim como demais relatórios produzidos no contexto das expedições sanitárias ao interior do país.
3. Textos de escritores, políticos do período cuja temática tenha sido o sertão.
4. Revistas: A Informação Goyana, Revista Oeste e Revista Brasília
5. Jornais da época da construção da cidade
6. Fotografias diversas
7. Músicas do período
8. Filmes produzidos pela Novacap
9. Entrevistas do Fundo Novacap do Arquivo Público do Governo do Distrito Federal.

Apesar da diversidade de fontes aqui apresentada, a professora Márcia Kuyumjian nos retira do devaneio do que poderia parecer uma megalomania de fontes. Ela me adverte, ao tempo que me tranqüiliza:

“(...) em toda a obra escrita há uma obra ausente. Isto quer dizer que selecionar fontes e modos de narrar pressupõe a opção de excluir do contexto outras fontes e outros modos de narrar. Em termos historiográficos, isto indica que a cada interpretação uma miríade de outras possíveis formas de apreensão do objeto são deixadas de lado e, ainda, que novos sentidos sempre poderão emergir de outras investidas.”⁶³

Esta documentação será aqui, portanto, utilizada e organizada com o objetivo de responder ao meu problema/questão — a ausência de capitalidade de Brasília.

Destarte, reitero a hipótese de que uma interpretação possível para esta ausência de “capitalidade” se relaciona com uma idéia que ultrapassa as fronteiras do quadrilátero do Distrito Federal e se aloca no *sertão*. Meu trabalho tem como

⁶³ KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins e MELLO, Maria Thereza Negrão de (org.) *Os Espaços da História Cultural*. Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 09.

objetivo investigar como a construção discursiva deste lugar — Brasília — tendo por referencial um ideal de civilização, um imaginário de civilidade, que dialoga com tradições há muito consolidadas no imaginário nacional, promove e é resultado de um processo quase contínuo de interpretação, apropriação e ressignificação do sertão.

Há que ainda se fazer uma última ressalva no contexto desta Introdução. Por se tratar de uma categoria espacial, há uma forte tendência de se naturalizar o sertão, de tratá-lo como um dado do espaço físico, homogeneizando seu significado simplesmente como uma paisagem geográfica que dista do litoral. Por outro lado, um determinado sentido social e cultural que alocou o sertão no Nordeste, acabou contribuindo para reforçar esse processo de naturalização.⁶⁴ Hoje, a associação entre o vocábulo sertão e a região Nordeste do Brasil é, praticamente, automática.

Entretanto, para compreender como Brasília, antes de ser capital, teve de ser sertão, é necessário submeter esta categoria — sertão — às suas condições sociais e históricas de produção. Portanto, não partiremos do pressuposto que o sertão está lá aguardando que se desvende seus sentidos. Ao contrário, estarei perguntando por que se fala do sertão; como se fala; quem fala; que valores são expressos a partir deste lugar ou desta paisagem.

Bem, por fim, cabe explicitar o que estará sendo apresentado nas páginas que se seguem. Em um certo sentido, a organização deste trabalho segue o próprio caminho que fiz para a construção do meu objeto: no primeiro capítulo, intitulado *Sobre Brasília*, apresento as principais leituras empreendidas para melhor conhecer as diferentes interpretações construídas sobre a cidade, de que forma ela foi abordada, quais os contextos construídos para explicar a sua efetivação. Igualmente, ainda neste primeiro capítulo também exponho a bibliografia consultada sobre a noção de capitalidade e as interpretações sobre sua constituição em torno do Rio de Janeiro. Esta parte inicial do trabalho deu sustentação e legitimidade a levar a frente o meu estudo; efetivamente, não há trabalhos que se dediquem a discutir a ausência de capitalidade de Brasília tendo como referência a “dizibilidade” e a visualidade de um Brasil moderno e um Brasil arcaico que interpelava os

⁶⁴ ALVES, Elder Patrick Maia. *A Configuração Moderna do Sertão*. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2004, (Dissertação de Mestrado).

próprios contemporâneos da construção da nova capital. Sendo assim, me dediquei às leituras teórico-metodológicas que deram sustentação à argumentação deste trabalho, leituras essas que explicito no capítulo 2 que se intitula *Diálogos Teóricos e Procedimentos Metodológicos*.

No capítulo 3, *Condenados à modernidade* trabalhei basicamente com a virada do século XIX para o XX quando a Constituição de 1891 trata do tema da transferência da capital do país, procurando destacar quais eram as questões que mobilizaram, na época, políticos, escritores, enfim, intelectuais, em torno da questão dessa transferência para o Planalto Central. Procurei inserir esta discussão sobre a demarcação das terras onde seria construída a nova capital para o país em um debate maior: o da modernização do país e como intelectuais coevos percebiam e externalizavam essas questões.

No capítulo 4, intitulado *Os Homens criam as ferramentas; as ferramentas recriam os homens*, me proponho a discutir como essas modernidades que chegavam ao país, inclusive as novas idéias sobre arquitetura, por exemplo, foram alterando os padrões de visualidade da sociedade daquele período; mudanças essas oriundas da presença de inúmeros artefatos que contribuíram, é claro, para promover alterações na percepção que as pessoas tinham do momento que vivenciavam. Não há dúvida que essa exacerbação do moderno, torna mais expressivo o seu oposto, o atraso. E será sobre esse par — modernidade/atraso — que se sustentará e se explicará toda a necessidade de construção de uma nova capital para o país. Iremos observar nas fontes consultadas para este trabalho que todo o debate sobre a construção ou não de uma nova capital para o Brasil será travada não exclusivamente no Parlamento, mas nos meios de comunicação. Tanto aqueles que eram favoráveis quanto aqueles que eram contrários à transferência mobilizaram os meios de comunicação para expor e convencer os outros de suas idéias. Este capítulo, portanto, procura demonstrar como ao longo de toda a primeira metade do século XX foram se constituindo os padrões de legibilidade para que a sociedade pudesse interpretar os códigos presentes nessas novas linguagens específicas desses meios de comunicação.

A segunda parte deste trabalho se propõe a explicitar como a partir do cinema, das revistas, dos jornais e das músicas do período se foi construindo uma

determinada imagem para Brasília que ao tempo que a associava ao sertão a afastava da representação da capitalidade da nação. No capítulo 5, busco explorar as condições de produção, circulação e reprodução das fontes utilizadas para a pesquisa. A abordagem teórica que faço da documentação de maneira geral, é compreendê-la como resultado de relações sociais; portanto, o processo de sua produção e circulação são, também e em si, fontes para o estudo da História.

No capítulo 6, me debruço sobre o conteúdo dessas fontes procurando demonstrar que imagens do sertão aparecem vinculadas à Brasília e como essa operação de associar a região onde estava sendo construída a nova capital ao sertão, acabou por impregná-la de uma carga semântica que lhe retirou o direito de representar a nação.

No capítulo 7 procuro discutir de que modo a figura de Juscelino Kubitschek, considerado o fundador da cidade, e outros como Israel Pinheiro e Bernardo Sayão se associaram a mais uma imagem decalcada do nosso sertão que é a do bandeirante, constituindo junto a outros pioneiros uma “raça de gigantes”.

“Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal, a topofilia é o tema deste livro”⁶⁵

⁶⁵ TUAN, Yi-fu. *Topofilia – Um estudo da percepção atitudes e valores do meio-ambiente*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1980, p. 05.



1. Sobre Brasília

Produziu-se e escreveu-se muito sobre Brasília e muitas foram as obras que me auxiliaram no intento de conhecer melhor a cidade e as suas múltiplas e complementares interpretações.

Sendo assim, me proponho a expor os elementos centrais das leituras feitas a partir da produção intelectual que me foi oportunizada. Para tal, apresento este capítulo subdividido em quatro partes: a primeira que trata da bibliografia produzida no período da construção da cidade; uma segunda parte que trata dos estudos de natureza histórica ou sociológica sobre a nova capital abrangendo as décadas de 70 até o final do século XX; há uma terceira parte apresentando uma única tese sobre a questão da semântica para o sertão e uma última parte onde apresento a bibliografia que discute a capitalidade e a sua construção em torno do Rio de Janeiro.

1.1 Tradições Inventadas

Eric Hobsbawm e Terence Ranger⁶⁶, em seu estudo sobre a invenção das tradições, pretendem mostrar como a Monarquia inglesa e outras instituições britânicas são *tradições inventadas*. Práticas e instituições que parecem ser tão antigas quanto o Universo, na verdade, são práticas recentes e sua ancestralidade às vezes, até mesmo inventada. Estes autores asseveram que as sociedades têm uma tendência a fugir do sentimento de perda provocado pelo inexorável passar do tempo e a *invenção das tradições* pode ser interpretada como uma reação à rapidez das mudanças no mundo moderno e contemporâneo que gera situações novas. A *invenção das tradições* ou assume a forma de referência a situações anteriores, ou estabelece o seu próprio passado, através da repetição de práticas quase obrigatória. As tradições inventadas implicam automaticamente uma continuidade em relação ao passado, estabelecendo vínculos identitários e constitutivos daquela sociedade a partir de determinada prática tida como tradicional.

⁶⁶ HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

A contradição existente na caracterização do vocábulo “tradições” pelo adjetivo “inventadas” chamou a atenção uma vez que o vocábulo tradição se assenta em uma compreensão, do senso comum, não só de algo que é permanente mas cuja permanência se mantém a partir de características que lhe são originais (no sentido, aqui, de origem mesmo). Já o adjetivo “inventada” caracteriza algo que lhe deveria ser o oposto, uma vez que determina aquilo que é descontínuo, que se instala de súbito e, que, portanto, a princípio, não pode ou não deve ser tradicional⁶⁷.

Apesar de trabalho monográfico, as observações desses autores nos possibilitam perguntarmos se seria possível desenvolver um exercício de análise a partir desta categoria “invenção de tradições”, levando em consideração uma determinada historiografia que busca construir uma tradição ao vincular a construção de Brasília a um desejo ancestral de levar a capital para o interior do país.

Isto porque, Hobsbawm e Terence Ranger afirmam que os Estados-Nação modernos procuraram legitimar sua instituição não como um elemento novo, original, mas, sim, enquanto uma realidade estabelecida no tempo, em uma temporalidade remota. Ao fazê-lo procuram demonstrar que são comunidades tão antigas que não precisam justificar seu estabelecimento e existência; são como que “naturais”, não necessitando, por isso, de maiores conceituações, explicações ou legitimações.

Pois bem, lanço esta pergunta porque, a despeito do meu objeto não tratar da constituição do Estado-Nação brasileiro, penso na possibilidade de poder iluminar uma parte da historiografia sobre a construção de Brasília por esta interpretação. Brasília, era o novo, o novíssimo, em todos os sentidos. E seus mentores não só não faziam nenhuma questão de obliterar este fato, mas o divulgavam interna e

⁶⁷ Ângela de Castro Gomes destaca que a categoria *invenção das tradições* sofreu duras críticas pelo fato de possibilitar uma leitura utilitária das práticas culturais, como se elas fossem redutíveis a estratégias, bem ou mal intencionadas, que então deveriam ser desmascaradas. A autora discorda dessas críticas uma vez que as tradições, inventadas ou não, assim como outros fenômenos culturais podem e precisam ser explicadas o que não interfere em sua força política ou simbólica. GOMES, Ângela de Castro (org.) *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005, p. 105.

externamente. Uma Nova Capital, para construir um novo país e um novo tempo. Brasília era a ruptura com o passado, com o arcaico, com o tradicional.⁶⁸

Então, por que o Governo Juscelino Kubitschek e a historiografia que se constitui naqueles anos da construção buscam legitimar a construção da Nova Capital com tantos elementos do passado? Hobsbawm e Ranger afirmam que

“(...) toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.”⁶⁹

Talvez, também, porque o passado não seja exatamente o que o senso comum diz dele — aquilo que está morto, aquilo que não volta, o imóvel, imutável — mas algo que persiste, que está em aberto, sendo sucessivamente reconstruído, revisitado e que nos é capaz de informar sobre as escolhas feitas pelos indivíduos no tempo.

E, sé é assim, como nos ensina Walter Benjamin, talvez porque Juscelino Kubitschek não tenha feito nada além de submeter o futuro ao passado⁷⁰. Ao submeter o projeto desenvolvimentista à lembrança de projetos não realizados pelas gerações pregressas; legitima a construção de Brasília (a modernidade, o futuro, a nação) recuperando o que as gerações do passado não realizaram, assumindo a responsabilidade por fazê-lo.

“Quando nos apropriamos de experiências e expectativas do passado, uma atualidade autêntica é então acreditada como lugar de processamento da tradição no exato momento em que o gesto motivado de resgate incorpora a experiência culturalmente deixada como tradição ao nosso tempo de desejo e de trabalho de inovação.”⁷¹

⁶⁸ Michel de Certeau, ao se referir à cidades criadas a partir da concepção do planejamento e do urbanismo, empreende sua caracterização pela possibilidade que o planejamento urbanístico tem de operar de três formas distintas: reprimindo quaisquer formas de poluição “física, mental ou política”, determinando sua instauração sobre um “*não-tempo*”, que rechaçaria todo e qualquer tipo de tradição e, por fim, estabelecendo a si própria como um “sujeito anônimo”. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – As Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 172 – 173.

⁶⁹ HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. Op. Cit., p. 21.

⁷⁰ Em capítulo subsequente, procurarei historicizar esta questão das relações entre o novo e o arcaico a partir dos modernistas.

⁷¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória/Sertão. Cenários, Cenas, Pessoas e Gestos nos Sertões de João Guimarães Rosa e Manuelzão*. São Paulo: Editora Cone Sul/Editora Uberaba, 1998, p. 29.

Por isso, Walter Benjamin em seus escritos ‘Sobre o Conceito de História’ ainda afirma que “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’⁷²”

A primeira parte deste capítulo trata justamente desta produção historiográfica que foi sendo escrita à medida que a nova capital era erigida. Debrucei-me sobre esses textos e essas imagens que justificavam, narravam, explicavam a construção de Brasília procurando identificar esse procedimento: pensar a construção/invenções de tradições a partir não mais de uma compreensão de tradição como aquilo que permanece com suas características mesmas; mas sim, utilizando-me de uma outra caracterização para a palavra: dinâmica. Essa **dinâmica tradição**⁷³ pressupõe entrega e reformulação: entrega daquilo que foi dito e projetado por gerações anteriores e que, por uma série de razões, não foi realizado. Reformulação na medida que sabemos que só podemos “repetir” a tradição se concebemos a “possibilidade de transformação”⁷⁴. E é esta possibilidade que dá dinamicidade à tradição: a origem etimológica mesma da palavra já nos alerta: tradição é aquilo que é dito **através** do tempo e não **por meio** dele.

Ao falar na construção de Brasília e perguntar de que maneira sua existência concreta e historiográfica foi sendo efetivada, não estou falando aqui dos anos que levaram à sua construção em “pedra e cal”, tão somente. Estou querendo enfatizar que no bojo de sua construção concreta — e este processo não pode ser de forma alguma negligenciado — outra construção se fazia; esta de natureza simbólica e discursiva e que nos interessa perscrutar. Como se os candangos depositassem, em seu trabalho, nos afazeres cotidianos, nos prédios que ajudavam a construir no planalto goiano as suas expectativas, o seu futuro.

Da mesma forma que não há dúvidas acerca dos sonhos, esperanças e crenças depositadas no interior das malas e no trabalho quotidiano de cada um desses candangos, não há porque desqualificar a documentação produzida naqueles anos, genericamente expressa no chamado “discurso governista” sobre a

⁷² BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 229.

⁷³ Do latim *traditione* – transmissão verbal durante um longo período de tempo. A tradição liga o passado ao presente numa atitude de entrega.

⁷⁴ HEIDEGGER, Martin. *History of The Concept of Time. Prolegomena*. Indianápolis: Indiana University Press, 1992, p. 138.

construção de Brasília. O Governo JK também ergue, à sua maneira, a cidade; ele promove uma viagem na memória nacional, recuperando e selecionando argumentos, dando-lhes coerência, enfim, buscando fazer com que o futuro, o devir, fosse aquilo que fora projetado. E ancorava isso tudo nas mesmas colunas dos prédios da nova capital preenchidas pelos sonhos daqueles que vinham de diferentes partes do país, acreditando que contribuiriam para a construção de um futuro melhor para si, para os demais e para a nação.

Por isso, a compreensão de uma história que se constrói a partir de “um tempo saturado de agoras”: faz-se uma construção de uma tradição, ou seja, daquilo que é dito através do tempo, que nos foi entregue, ligando e legitimando o passado com o presente em um trabalho de construção desse devir desejado. Daí a sua dinamicidade. Portanto, essa entrega da tradição e da memória consolidam uma construção do presente e não nos informam sobre a imobilidade do tempo; ao contrário, nos falam sobre as escolhas feitas pelos indivíduos, demonstrando que o passado não está encerrado e que, a toda hora, ele se refaz⁷⁵.

A partir dessa compreensão de que o “discurso governista” não é bem ou mal intencionado, é uma *prática social*, é um dentre outros discursos, promovi, de acordo com o objeto de estudo aqui já exposto, uma seleção desse material e dessas obras para que pudesse dar a conhecer, também, os significados do sertão implicados no discurso da construção simbólica de uma nova capital para o Brasil; me perguntava, à medida que as leituras iam se sucedendo, de que forma essa seleção operada foi feita a partir de uma outra seleção no interior de um repertório de idéias sobre o sertão e a modernidade existentes no imaginário nacional.

1.2. No calor da construção

Como já ressaltai, a bibliografia a respeito de Brasília e sua construção é ampla e diversificada. A construção da nova capital trouxe muita polêmica: de um lado, aqueles que a defendiam e os que a rechaçavam, de outro⁷⁶.

⁷⁵ Ver também RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1997, Tomo III.

⁷⁶ Sobre as idéias mudancistas e antimudancistas ver a dissertação de mestrado: SANTOS, Michelle dos. *A Construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)*. Departamento de História, Universidade de Brasília, 2008, (Dissertação de Mestrado).

Márcio de Oliveira⁷⁷ — cujo trabalho apresentaremos mais a frente — nos adverte que, apesar do Governo JK remeter a construção de Brasília a uma tradição que se perde no século XVIII brasileiro, foi durante os seus anos de governo que se produziram as principais obras que justificam a sua construção. Exceção feita à brochura do Visconde de Porto Seguro que no final do século XIX apresentara trabalho sobre o tema da transferência da capital, assim como matérias que Hipólito José da Costa publicou em seu jornal, *O Correio Brasiliense* editado em Londres também nos Oitocentos.

Reproduzo, em tabela abaixo, quadro que se baseia em levantamento feito por este autor:

Autor	Título	Publicação
Francisco Adolfo Varnhagen (Visconde de Porto Seguro)	A questão da Capital: marítima ou interior?	1877
José Peixoto da Silveira	A Nova capital. Por que, para onde e como mudar a nova capital federal.	1957
J. R. Vasconcelos	Brasília, peça de política nacional.	1957
Ruy Bloem	Mudança da Capital	1958
Osvaldo Rico	Brasil, capital Brasília	1958
J. O. de Meira Penna	Quando mudam as capitais	1958
Moisés Gicovate	Brasília uma realização em marcha	1959
Serviço de Documentação da Presidência da República	Coleção Brasília	1960
Ismael Pordeus	Raízes Históricas de Brasília datas e documentos	1960
Horácio Mendes	Brasília e seus antecedentes	1960
Eduardo K. Mello	Brasília, história, urbanismo, arquitetura, construção	1960
Olímpio Ferraz	Brasília	1961

⁷⁷ OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: O mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005, pp. 77-81.

José Geraldo Vieira	Paralelo 16: Brasília	1966
Ernesto Silva	História de Brasília	1970
Raul de A. Silva	Os idealizadores de Brasília no século XIX.	1975
Geraldo I. Joffily	Brasília e sua ideologia	1977
Adirson Vasconcelos	A Mudança da Capital	1978
Edgar D' Almeida Vitor	História de Brasília	1980

Apesar da amplitude temporal que percorrem e da diversidade de fatos e abordagens que apresentam, estes livros organizam cerca de duas dezenas de *fatos*⁷⁸ em um todo coerente que conduziria inevitavelmente a Brasília: são denominados de “antecedentes históricos” ou ainda “idéias mudancistas”. Em seu conjunto, apresentam uma visão de história teleológica e uma operação historiográfica correspondente: os fatos apresentados nessas obras concorreram para uma única finalidade, qual seja, a construção de Brasília nos anos 60. Esses trabalhos não destacam que aqueles homens e mulheres que participaram desse processo “viviam o futuro como indeterminação”. Deixam de lado o processo gerador desses eventos, os debates acalorados no legislativo ou nos jornais, para apresentar esse todo coerente e linear: o encontro do país com a sua capital, Brasília. Essa operação historiográfica que se pretende única, hegemônica, e a *história* que lhe é decorrente são, na verdade, *práticas sociais* geradoras de *representações*, buscando se tornarem justamente hegemônicas naquele contexto político e em meio às relações de poder que se lhe apresentavam.

Na verdade, temos aqui um dos usos possíveis da história; antes de se fazer cidade, Brasília se fez construção historiográfica que visava legitimar sua própria

⁷⁸ Os fatos apresentados por esse autor como presentes nestas obras são: A Inconfidência Mineira, a fundação do Correio Braziliense, as teses de José Bonifácio e de Francisco Adolfo Varnhagem, o sonho de Dom Bosco, a Constituição de 1891 e a Missão Cruls, os projetos parlamentares, a Informação Goyana, o centenário da Independência, a geopolítica, o projeto do tenente-coronel Luís Mariano de Barros Fournier, a cidade histórica da América, a constituinte de 34, a fundação Brasil-Central a Constituição de 1946, a desapropriação das terras do DF, o papel de Jerônimo Coimbra Bueno e, por fim, Comissão de Estudos para a localização da Nova Capital

construção⁷⁹. Ao tempo em que essas narrativas iam construindo uma coerência historiográfica, também reforçavam a associação quase automática que se faz entre a cidade e seu fundador, Juscelino Kubitschek. Afinal, se desde os tempos mais remotos, tentava-se levar a capital para o interior do país, Juscelino Kubitschek, que tomara para si essa tarefa, deveria ser, realmente, um presidente muito especial.

Nessa produção bibliográfica, há que se destacar o uso feito das imagens fotográficas: da ampla produção de imagens feitas à época da construção, praticamente nenhuma delas foi utilizada para “ilustrar” esses livros. A preferência das ilustrações recaía sobre as fotos da Missão Cruls e, em menor grau, para as imagens das demais expedições que a sucederam.

Houve também, neste período, a veiculação de cinejornais produzidos pela Novacap. Estes serão objeto de análise mais a frente.

1.3. Décadas depois

Já nos anos 70, estudos desenvolvidos sob diferentes linhas teóricas e abordagens buscam estabelecer uma explicação para a construção da nova capital e não mais uma apresentação de acontecimentos que conduziram a Brasília. No interior desse conjunto, fiz uma segunda seleção: trabalhos submetidos a um conjunto de leituras críticas informadas por uma análise histórica, sociológica, antropológica e/ou econômica. Decidi, igualmente, apresentá-los por década de produção, o que para a área dos Estudos Históricos é importante uma vez que nos informam acerca das correntes teóricas que embasavam esses trabalhos.

As interpretações que explicam a construção da Nova Capital inserida em um projeto da política nacional-desenvolvimentista enfatizam a sua dimensão econômica. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Maria Vitória Benevides⁸⁰, de Miriam Limoeiro Cardoso⁸¹ que vêem Brasília como símbolo do projeto de legitimidade e aliança entre a política e os interesses econômicos nos anos 50. Brasília, assim, teria sido construída como parte de um projeto que visaria consolidar o capitalismo em uma nova fase no Brasil e no mundo, quer levando-se em

⁷⁹ CEBALLOS, Viviane Gomes de. Op. Cit.

⁸⁰ BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁸¹ CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

consideração a demanda que a Nova Capital requereu em termos de insumos industriais, quer pela circulação e dinamização do mercado interno que esta promoveu. Para essas interpretações, Brasília teria sido uma “arma simbólica”⁸² dos anos do Governo JK, capaz de cooptar parcela da opinião pública naquele momento. Como, entretanto, o discurso oficial defendia a interiorização da Capital para o Planalto Central com o fito de homogeneizar o desenvolvimento das regiões brasileiras, minimizando ou quiçá colocando fim às disparidades regionais, a crítica presente nessas abordagens é de que, na verdade, Brasília, serviu aos interesses de setores do capital nacional e estrangeiro e não aos da “nação” como o discurso da época informava. Isto, devido a várias razões como aquelas que destacam a incapacidade de Brasília de promover alterações efetivas no eixo-econômico brasileiro que se manteve no centro-sul. Brasília, portanto, havia fracassado.

Nesta linha, temos trabalhos que buscam analisar os motivos desse fracasso. A tendência da bibliografia é justificar essa incapacidade de promover a alteração do eixo de desenvolvimento econômico e social do país pelo caráter autoritário de seu projeto e de sua construção, em decorrência de uma política de cunho bismarckiano, ou seja, de uma política de Estado que se estabeleceu de “cima para baixo”.

Portanto, para esses trabalhos, Brasília teria concretizado aquilo que já estava em seu projeto: o autoritarismo de sua construção. Há trabalhos que desenvolvem a interpretação de que o projeto de Brasília teria gerado, décadas depois, uma cidade autoritária, excludente, uma “ilha da fantasia” justamente porque foi concebida a partir da crença de que a arquitetura e o planejamento urbano, em si, podem mudar a sociedade.⁸³

Nos anos 80, os estudos sobre Brasília e o Desenvolvimentismo foram enriquecidos com abordagens de natureza geopolítica que buscavam justificar sua construção em virtude da necessidade de ocupação do interior brasileiro. Brasília seria uma resposta “atrasada” dos anos 50 às preocupações datadas do século XVIII e XIX e, retomadas, no período do Estado Novo no contexto do nazi-fascismo europeu. No caso, as idéias de um “espaço vital” que legitimavam a ocupação e o controle dos países super povoados sobre áreas de baixa densidade demográfica

⁸² MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 44.

⁸³ HOLSTON, James. *A Cidade Modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

como é o caso do Planalto Central Brasileiro. Idéias essas concebidas e defendidas por Friedrich Ratzel, Karl Ritter e Karl Haushofer, mas que atravessaram fronteiras no tempo e no espaço e se concretizaram, por exemplo, em proposta do representante japonês na Liga das Nações em 1937, Barão de Shudo, e do Governo Francês do Primeiro-Ministro Paul Reynaud, de criação de um Estado nas regiões não ocupadas pelos brasileiros que pudesse abrigar os excessos populacionais do mundo europeu.⁸⁴

Nos anos 90, acompanhando a ampliação dos olhares da História, sobre novos e complexos objetos, desenvolvem-se estudos que procuram alinhar as explicações de natureza econômico/deterministas à outras interpretações não excludentes e que assumam as contradições do processo de construção da nova capital⁸⁵.

Dessas abordagens mais recentes, gostaria de destacar o trabalho de Marcio de Oliveira, citado inicialmente, que defende a tese de que Brasília foi construída com sucesso a despeito de muitos que a criticavam antes e durante sua construção. Segundo este autor, paulatinamente os argumentos a favor da mudança foram repercutindo e adensando idéias, imagens que o “senso comum” fazia do Brasil e de suas possibilidades de desenvolvimento⁸⁶.

Imagens, idéias e discursos que, segundo esse mesmo autor, não eram originais na fala de políticos e intelectuais dos anos 50. Desde o final do século XIX idéias como a de que o Brasil ainda era um país a ser feito, a ser construído, a de um país do futuro, circulavam pelos centros urbanos do país. Desse conjunto, destaca-se à idéia de construção da nação como uma tarefa. Havia uma interpretação que associava a situação do país à sua história: uma política colonizadora que privilegiara o litoral em detrimento do interior e que acabou

⁸⁴ Ver TAMANINI, Lourenço Fernando. *Brasília - Memória da Construção*. Brasília:Projecto, 2003, vol. 1 p. 76. e Menezes, Maria Lúcia Pires. *Parque Nacional do Xingu: a construção de um território estatal*. São Paulo, Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

⁸⁵ Cf. RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília*. Brasília, UnB, 1990 (Dissertação de mestrado). SILVA, Luiz Duarte da. *A Construção de Brasília – Modernidade e Periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. MOREIRA, Vânia. *Brasília: a Construção da Modernidade. Um meio para muitos fins (1956-1961)*. Vitória: EdUfes, 1998. OLIVEIRA, Marcio de. *Brasília: O mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005, LOPES, Luis Carlos. *Brasília: o enigma da esfinge* MAGALHÃES, Luiz Ricardo. *Brasília, a utopia do centro*. Goiânia, UFG, 2004 (Dissertação de Mestrado).

⁸⁶ OLIVEIRA, Marcio de. Op. Cit., p. 23.

gerando um país que na verdade eram pelo menos dois: o Brasil do litoral e o Brasil do interior. Por isso, para Marcio de Oliveira, Brasília é a expressão de um mito de nação. Mito aqui no sentido de uma narrativa que promove, em seu interior, símbolos perenes e fundadores da sociedade brasileira numa relação de tensão que iria da inexistência da nação para sua construção, a partir de uma nova capital no interior do país⁸⁷. Este mito, entretanto, se constrói a partir de outros mitos, como, por exemplo, o de que no interior, onde fica o coração do país, residia a autenticidade, a identidade brasileira. A construção de Brasília realizaria, portanto, o encontro do Brasil consigo próprio. Por isso, eram fundamentais a descoberta dos sertões e sua incorporação à cultura brasileira, para que a nação se realizasse em sua plenitude.

Vânia Maria Lousada Moreira⁸⁸, em tese de doutoramento defendida no fim dos anos 90, destaca que Brasília se efetivou enquanto construção porque representou um “meio para muitos fins”. Esta autora procura apresentar as tensões e ambigüidades presentes e subjacentes nos discursos políticos do período afirmando, com isto, a existência de vários projetos em torno do desenvolvimento nacional. Seu objetivo é apresentar uma análise do projeto desenvolvimentista dos anos JK e de que maneira a construção de Brasília representou a realização da construção da nação, apartada até então por uma civilização costeira que não conseguia se encontrar com a civilização sertaneja.

1.4 Por uma semântica para o Sertão

Como afirmei na Introdução deste trabalho, quando cheguei a Brasília, procurei conversar com pessoas que participaram do processo de construção da cidade e comecei a buscar uma literatura que me informasse melhor sobre esse processo. Os livros apresentados acima e tantos outros me encaminharam para algumas questões, muitas delas respondidas.

Entretanto, parece-me que este estudo sobre os sentidos do sertão, a relação desse espaço inscrito no processo de modernização da sociedade brasileira, sua relação (conflituosa) com os sentidos produzidos e difundidos no litoral, podem contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a questão da construção de uma

⁸⁷ Ibidem., p. 24-25.

⁸⁸ Ver nota de pé de página nº 20.

nova capital para os brasileiros e de suas relações (também conflituosas) com a antiga capital – o Rio de Janeiro e, por fim, de nossa identidade.

Sobre o tema dos sentidos e significados do sertão, gostaria de destacar a dissertação de Mestrado desenvolvida junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília intitulada *A Configuração Moderna do Sertão* de autoria de Elder Patrick Maia Alves.⁸⁹ Nesse trabalho, Elder Alves procura, a partir da Literatura e do Cinema, mostrar como se foi formando um *monopólio de sentido* para o sertão capaz de transformá-lo em um dado da paisagem física. Essa conformação semântica, ainda segundo esse autor, foi responsável pela alocação de seu sentido — que até então poderia ser utilizado para designar qualquer paragem distante do litoral — numa determinada área do Nordeste. Sem dúvida, o termo *sertão* remete a uma associação quase imediata a esta região, como o próprio autor destaca ao afirmar que “(...) Trata-se de um sentido que, na longa duração, se autonomizou, tanto em relação ao demais sertões e interiores nacionais quanto em relação ao próprio Nordeste.”⁹⁰

Entretanto, não me refutei a utilizar o termo em se tratando do Planalto Central, no Centro-Oeste brasileiro. Se o fizesse estaria fechando os olhos e ouvidos para um número quase infinito de referências presentes em discursos políticos, matérias de jornais e revistas, filmes produzidos pela Novacap e tantos outros. Estaria, igualmente, contribuindo para uma certa naturalização do vocábulo, quase uma substancialização da palavra que redundaria no estabelecimento de uma unidade que, sabemos, está longe de existir.

Por certo, o objeto que Elder Alves selecionou e a maneira como encaminhou sua argumentação não lhe possibilitaram apontar que sentidos são produzidos e apropriados e que o conteúdo semântico do sertão nordestino destacado por ele (fome, violência, ludicidade e resistência/tenacidade) extrapolou as fronteiras da região e informou outras leituras e apropriações. Como nos ensina Michel de Certeau

⁸⁹ ALVES, Elder Patrick Maia. *A Configuração Moderna do Sertão* Brasília, UnB, 2004, (Dissertação de Mestrado).

⁹⁰ Idem., p. 56.

“Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos lavradores de antanho – mas, sobre o solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas –, os leitores são viajantes: eles circulam sobre as terras de outrem, caçam, furtivamente, como nômades através de campos que não escreveram, arrebatam os bens do Egito para com eles se regalar. A escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar, e multiplica a sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não se protege contra o desgaste do tempo (nós nos esquecemos e nós a esquecemos); ela pouco ou nada conserva de suas aquisições, e cada lugar por onde ela passa é a repetição do paraíso.

Com efeito, a leitura não tem lugar: Barthes lê Proust no texto de Stendhal; o telespectador lê a paisagem de sua infância na reportagem da atualidade. (...) O mesmo se dá com o leitor: seu lugar não é *aqui* ou *lá*, um ou outro, mas nem um nem outro, simultaneamente dentro e fora, perdendo tanto um como o outro misturando-os, associando textos adormecidos mas que ele desperta e habita, não sendo nunca o seu proprietário”⁹¹

A partir de uma preocupação com a História dos Conceitos, é Reinhart Koselleck que ajuda a pensar essa questão da semântica do sertão e especialmente a força de seu significado hoje, associado a uma determinada região do Brasil. Na verdade, Michel de Certeau e Reinhart Koselleck me autorizam a defender que os anos de construção da nova capital promoveram uma ressemantização para a palavra. Na verdade, faz parte do jogo social que novas questões e situações provoquem novos usos para os vocábulos existentes. Como nos ensina Marc Bloch, “(...) para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário cada vez que mudam os costumes”, “conferindo-lhes [aos vocábulos] um conteúdo inteiramente novo”⁹².

E é nesse sentido, que Koselleck afirma, de maneira polêmica, que “(...) todo conceito só pode, enquanto tal, ser pensado, falado, expressado, uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única.” Isto porque sua elaboração estaria diretamente relacionada a uma “experiência histórica” concreta, empírica. Em uma outra situação, este vocábulo ou conceito pode ser reempregado mas nunca no mesmo contexto que o gerou. Koselleck conclui que esse conceito/vocábulo “(...) é único a partir de uma nova situação histórica que, não só engendra essa nova formulação conceitual, como também poderá se tornar, através dela, inteligível.” Por isso, é possível pensar

⁹¹ CERTEAU, Michel de. *Artes de fazer. A Invenção do Cotidiano*. Op. Cit., pp.269-270.

⁹² BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d., p. 35

a história social a partir da linguagem porque ela expõe, pelo dizer, as intencionalidades do pensar⁹³.

E é este ponto que nos interessa aqui para fundamentar a questão da ressemantização do sertão. Os vocábulos, ainda segundo Koselleck, guardam tanto uma dimensão sincrônica quanto uma dimensão diacrônica. A dimensão sincrônica é a da expressão escrita ou oral ou ainda imagética que me faz expor determinadas idéias em um momento específico e único. É o que Koselleck chama do “uso pragmático da língua” — situação única e que não se repete. Entretanto, a comunicação, no sentido da compreensão de sentidos e significados, da semântica propriamente dita, só é possível, ainda segundo o nosso autor, pela diacronia, ou seja, por sentidos constituídos ao longo do tempo, por “uma semântica que nos é pré-existente e nos é dada”⁹⁴. Enquanto, na dimensão sincrônica, a linguagem é irrepetível, na diacrônica, a linguagem só existe pela repetição de vocábulos, sentidos e significados. Ou seja, “(...) a diacronia está contida na sincronia.”⁹⁵ Assim ele assevera:

“(...) Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. (...) em cada utilização específica de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica.”⁹⁶

Para finalizar a nossa defesa da possibilidade de um estudo de uma semântica para o sertão a partir da construção de Brasília, acompanharemos Koselleck em uma última observação. Essa diz respeito ao fato de que há uma mediação entre diacronia e sincronia, nesse campo dos conceitos e vocábulos, que é definitiva pela seguinte questão: ao tempo em que a semântica permite sempre estruturas de repetição, ela também só o faz dentro de um limite. Ou seja, há sempre uma referência, uma âncora no léxico estabelecido que limita o uso

⁹³ KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1992, vol. 5, n. 10, pp. 139 – 141.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem, p. 141.

⁹⁶ Idem., Ibidem.

semântico indiscriminado dos vocábulos. Em seu trabalho, Koselleck faz referência aos textos clássicos que mantêm limitada a possibilidade de apropriação dos vocábulos⁹⁷.

Sem dúvida, indo ao encontro não só de Elder Patrick Maia Alves, mas de uma série de estudiosos que estabelecem a obra literária de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, como uma inflexão não só na literatura no país, mas em outros campos das ciências humanas e sociais, estabelecerei, aqui, este livro e a semântica do sertão nele consolidada, como nossa âncora, permitindo seu uso na sincronia daqueles tempos, ao tempo que carrega a diacronia que se constitui ao longo do tempo, permitindo seu uso durante os anos da construção de Brasília.

De fato, ‘euclidianamente’, um dos aspectos do discurso que buscou legitimar a construção de Brasília foi justamente o de um espaço-sertão inadequado à modernidade e ao projeto civilizatório brasileiro, apesar de lá, no sertão, se alocar o cerne de nossa nacionalidade, dizia-se.

O sertão era (e talvez ainda o seja) um “menos lugar” revisitado com frequência por políticos, intelectuais, artistas. A cada visita, novos sentidos vão sendo atribuídos a este termo, mas que, de uma forma ou de outra, nos remetem e nos falam sempre da nação. Por isso, a necessidade de submeter este *lugar* à análise de suas condições históricas, sociais e culturais de produção naqueles anos de construção de uma nova capital para o Brasil.

Dizer o Sertão como um “menos lugar” é estar em sintonia com os modos como o país é percebido, é vivenciado e construído enquanto nação. Este é um dos pressupostos deste trabalho, tendo por objetivo compreender por que, tanto na época da construção e passados quase 50 anos, Brasília, apesar de inegavelmente ser a capital política do país, não conseguiu desenvolver a capacidade de representar a unidade e a síntese da nação⁹⁸. Função esta que parece permanecer com o Rio de Janeiro considerado, por muitos, ainda a metonímia do Brasil.

⁹⁷ Idem., Ibidem.

⁹⁸ NUNES, Brasilmar Ferreira Op. Cit, p. 30.

1.5 Em busca da capitalidade

Muito do que se diz e se disse sobre a construção de Brasília, muitas imagens que foram produzidas sobre a cidade e a região, a forma como se avalia a relação de Brasília com o restante do país e com o antigo Distrito Federal – a Velhacap – são fruto de um processo histórico permeado por uma intensa produção de sentidos. Senão vejamos:

Ai Brasília, Brasília é um mundo novo
Você precisa ver JK falando ao povo.
Vou me embora e não levo saudade da Guanabara
Vou me embora pra Brasília
Pois Brasília é jóia rara
Aquilo é um paraíso, Leoni me falou
Me leva, me leva, seu presidente que eu vou.

(Me leva, seu presidente. – Samba de José Rosas e Jorge Veiga, 1958)

Seu doutor, tá legal,
Chegou a hora de mudar a capital,
Ai meu Rio ... meu Rio de Estácio de Sá
Adeus Pão-de-Açúcar e Corcovado
Eu também, eu também vou pra lá
Vou deixar velhos amigos
Pois sempre fui um bom rapaz
Adeus, minha Copacabana
Meu amor também vai para Goiás.

(Vou para Goiás – Composição Wilson Batista, Antônio Nássara e Jorge de Castro, 1957)

Estas composições, à época, foram escritas para externalizar sentimentos e emoções vividas por homens e mulheres que enfrentavam, em seu cotidiano, a possibilidade *concreta* e *iminente* de transferência da capital para o Planalto Central. Se seus compositores e intérpretes não se viam “ameaçados” pela possibilidade de terem que migrar para Goiás, como era o caso de parcela dos servidores públicos

federais, eles deram voz a essas expectativas e, neste sentido, são para nós fontes para adentrarmos nesse mundo de significados e representações que interessa conhecer. São, como nos ensinam os diversos expoentes da História Cultural, nossa porta de entrada para o passado. Essas músicas, marchinhas de Carnaval foram absolutamente consagradas, *cantadas em verso e prosa*, o que significa que elas construíram um universo de sentido representativo para aqueles homens e mulheres “que viviam o futuro como indeterminação”. Para o que me interessa investigar — a questão da ausência de capitalidade de Brasília, ou seja, a incapacidade da nova capital de representar a nação — estas músicas e tantos outros documentos que nos chegaram e foram selecionados, podem possibilitar perceber como foram sendo formulados discursos e estabelecidas práticas sociais capazes de produzir um espaço *sertão* para essa *moderna* cidade que emergia no Planalto Central do país.

Outrossim, as fontes consultadas me permitem afirmar que parcela desses sentidos vários foram produzidos a partir do Centro-Sul, do litoral, mais especificamente, do Rio de Janeiro, que durante pelo menos dois séculos (mas penso que posso dizer que até hoje é assim) deteve o poder “de escrever e falar sobre o outro”⁹⁹ e, com isso, de produzir significados para o sertão.

O que se segue não é uma tentativa de exposição de um determinado contexto, como pode parecer a princípio. Tenho consciência de que não há um contexto pronto, pré-estabelecido em uma “gaveta” que o historiador possa lançar mão para compor o pano de fundo de sua pesquisa. Contexto é construção e não tenho a pretensão de fazê-lo.

O que se segue, na verdade, é uma tentativa de síntese das leituras que fiz para conseguir compreender, primeiro, o que seria essa capacidade de representar a nação, essa dita *capitalidade*; em segundo lugar, precisava entender como esse sentido foi construído em torno do Rio de Janeiro. Destaco, após as leituras que fiz das minhas fontes à luz da bibliografia consultada, que a questão da transferência ou não da capital para o interior do Brasil, que mobilizou defensores e detratores da iniciativa do governo JK, falava também do que seria a identidade da nação e, com certeza, da dicotomia dos dois Brasis, o do litoral e o do sertão, do regional e do nacional, do universal e do particular.

⁹⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Preconceito...* Op. Cit., p. 26.

Lanço mão, novamente, de mais uma composição do período. Ela nos traz com clareza, aquilo que Durval Albuquerque nos adverte:

“(…) que não existe região sem que se elabore em torno dela e de seus moradores uma série de conceitos, que podem a vir a se tornar, com o passar do tempo, preconceitos, dada a mudança de sentido que estes possam sofrer, ou dependendo do uso que outros discursos regionais façam destes conceitos.”¹⁰⁰

A composição faz, também, uma associação entre identidades e a nova capital. Os grifos são meus:

“Não vou, não vou
Eu não sou índio nem nada
Não tenho orelha furada,
Nem uso argola pendurada no nariz
Não uso tanga de pena
E a minha pele é morena
Do sol da praia
Onde nasci e me criei feliz
Não vou para Brasília,
Nem eu nem minha família
Mesmo que seja pra ficar
Cheio da grana.
A vida não se compara,
Mesmo difícil e tão cara,
Quero ser pobre sem deixar Copacabana.

(*Não vou para Brasília*. – Billy Branco, Os Cariocas e conjunto Severinho Filho, 1957)¹⁰¹

¹⁰⁰ Idem., p. 33.

¹⁰¹ Ver CD – Músicas

No interior dos mecanismos que criam uma visibilidade e/ou um discurso sobre Brasília, temos todo um trabalho do Rio de Janeiro para reiterar sua capacidade de representar a nação: à época era Copacabana, *princesinha do mar*, era a bossa nova que projetou o Brasil no exterior. Um exemplo mais atual da força da capitalidade do Rio de Janeiro foram os eventos envolvendo a “comemoração” dos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil em 2008.

E é a partir desse *acontecimento* que procurarei sintetizar aqui as leituras que fiz que procuram explicar a capitalidade do Rio de Janeiro.

Naquele contexto — o da chegada da Família Real — a cidade do Rio de Janeiro passava a ser a sede do Império Português, à época um império pluricontinental. Para Jeffrey Needell, por exemplo, o Rio de Janeiro adquire a capacidade de representar o país, a *capitalidade*, a partir daqueles anos.¹⁰²

Mas, antes mesmo da chegada da Família Real ao Rio, essa cidade já era sede do vice-reinado desde 1763 e, como tal, já deveria assegurar a transmissão do poder da metrópole para a colônia. O Rio de Janeiro, enquanto “cabeça” do Império português na América não o era, simplesmente, por ser peça central na economia do espaço aterritorial do Atlântico português, função muito importante para os contemporâneos; mas sim por ser o *locus* unificador e articulador do Império na América, porque, enfim, detinha a condição de organizar, estruturar, hierarquizar áreas ao seu redor, além de uma função civilizadora em relação às demais cidades e em relação ao sertão.¹⁰³

O Rio de Janeiro, portanto, sede do vice-reinado desde 1763 e, a partir de 1808, sede do Império Português, localizava-se no litoral e, portanto, tinha suas portas voltadas para o Oceano Atlântico, para o mercado externo, para os valores da civilização que deveriam chegar da Europa. Não obstante, havia outras portas que se abriam para o interior, para o sertão.¹⁰⁴

¹⁰² NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite na virada do Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁰³ Sobre o assunto ver: RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 43 – 45. e BICALHO, Maria Fernanda. “O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa.” In: *URBANA – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade – CIEC*. Dossiê “Religião, poder, civilização e etnia na cidade colonial. IFCH, Departamento de História, Unicamp, Ano 1, nº 1, set/dez 2006.

¹⁰⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de et alli. *Rio de Janeiro, capital do Reino*. São Paulo: Editora Atual, 1995, pp. 6 – 9.

Mas em que momentos, a população que ali vivia e também a metrópole portuguesa se lembravam da existência dessas portas que se abriam para o interior do território?

Com bastante frequência, segundo a historiografia que se organizou a partir do estudo do mundo rural da colônia portuguesa na América; mesmo porque era do mundo rural que chegavam mercadorias para abastecer o mercado exterior, ou seja, para realizar a complementaridade da economia portuguesa provendo os de lá com produtos daqui. Desse mesmo mundo rural, dessas portas, também chegavam produtos que abasteciam as vilas e cidades do litoral, como demonstram estudos mais recentes preocupados em destacar o papel do mercado interno na economia colonial e a dimensão urbana da colonização. Do sertão, chegavam também notícias que preocupavam: levantes, presença de índios, quilombos, mas também era lá que se depositavam as esperanças das populações do litoral quando estas eram atacadas por países que questionavam a hegemonia portuguesa sobre parte das terras da América do Sul. Foram através dessas mesmas portas, nos lembra o professor Ilmar Rohloff de Mattos, que chegaram notícias há muito esperadas: a da descoberta do ouro e dos diamantes¹⁰⁵. Por essas mesmas portas chegavam ao sertão os ideais e valores da civilização.

Assim, o Rio de Janeiro de fins do século XVIII e início do XIX – especificamente após a chegada da Família Real ao Brasil - passa a ser sede do poder, passa a ser *cidade-capital* pois seria a expressão visível de uma autoridade superior, dos órgãos de governo e administração, além de centro das decisões militares, controle das principais áreas de comércio, centro financeiro e centro irradiador da arte e da cultura. As demais cidades se conformariam a uma crescente perda de poder.

Este conceito de *cidade-capital* ou *capitalidade*, se baseia no trabalho de Giulio Carlo Argan¹⁰⁶. Este estudioso circunscreve seu trabalho às cidades-capitais que se estabeleceram com o processo de formação dos Estados-Nacionais a partir do século XVII, momento em que o papel das cidades em sua relação com seus habitantes se altera profundamente. Este autor nos lembra que a realidade da

¹⁰⁵ Idem., *ibidem*.

¹⁰⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e Persuasão. Ensaios sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 46 – 186.

Europa Ocidental durante o período da Baixa Idade Média (séculos XII ao XV) era de fortes cidades autônomas.¹⁰⁷ Argan afirma:

“(…) A formação da cidade-capital determina obviamente a regressão de outras cidades do Estado à categoria subalterna de capitais de província. De agora em diante, teremos uma cultura e uma arte da capital abertas a todo tipo de trocas internacionais e uma cultura e arte de província, às vezes de nível elevado, mas em posição periférica em relação às grandes correntes da metrópole.”¹⁰⁸

Como se deu este processo, essa relação entre o Rio de Janeiro e o restante do território português na América? Como se deu a construção do Império do Brasil?

Pois bem, já adianto que em se tratando do Brasil e de seu território, estamos lidando com um dos dogmas políticos dos mais arraigados, levando-se em consideração o conjunto de representações e do imaginário sobre o Brasil: a vastidão de seu território. Sem dúvida, uma das primeiras lições apreendidas, por seus cidadãos, é que o “Brasil é grande”¹⁰⁹, territorial e espiritualmente. Portanto, dar a conhecer como a sociedade brasileira, em diferentes momentos, construiu imagens e representações acerca de seu território, pode nos revelar muito sobre a construção, em meados do século XX, de uma nova capital para a nação.

De maneira coerente com aquilo que expus páginas atrás sobre a formação dos Estados-Nacionais, o Brasil não é um dado, e sim, resultado de um processo histórico¹¹⁰. Portanto, devemos nos ater ao processo de construção deste território

¹⁰⁷ Angel Rama ao se referir a estas cidades medievais nos fala em organicidade, em oposição à racionalidade das cidades barrocas. Ver: RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 23-24.

¹⁰⁸ ARGAN, Giulio Carlo. Op. Cit., p. 72.

¹⁰⁹ GOMES, Ângela de Castro. “Através do Brasil: o território e seu povo.” In: GOMES, Ângela de Castro et alli (org.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira:CPDOC, 2002, p. 157.

¹¹⁰ Talvez uma boa maneira de romper com essas noções seria, por exemplo, fazer uma revisão crítica de livros didáticos de história e Atlas Históricos que apresentam os limites atuais do Brasil desde 1500. O Tratado de Tordesilhas geralmente é traçado no mapa do Brasil político atual. O mesmo acontecendo com a divisão da América Portuguesa em Capitanias Hereditárias. Pode-se argumentar que isso é feito para já dar noção da relação entre o país e essas outras divisões político-administrativas. E é compreensível. Entretanto, esta ressalva deve ser feita, o professor deve orientar seus alunos para que estes não cristalizem uma compreensão equivocada a história e da geografia do país.

que esteve profundamente relacionado à idéia de Império, lembremos, vocábulo este sempre associado à grandeza do território brasileiro.

Vejamos o que José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, destaca acerca do território do Brasil,

“(...) o território do império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade: a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza interior e exterior. (...) a divisão do Império em províncias não é e nem devia ser de ordem constitucional; não são Estados distintos ou federados, sim circunscrições territoriais, unidades locais ou parciais de uma só e mesma unidade geral. (...) por isso mesmo que o império é um e único, que ele não é dividido em províncias senão no sentido e fim de distribuir convenientemente os órgãos da administração, de modo que em toda a extensão do país haja centros adequados e próximos para o serviço e bem ser dos respectivos habitantes.”¹¹¹

O território do Império do Brasil, segundo sua interpretação, é a sua mais valiosa propriedade; ele é um e único. Nele deveria se inserir a Nação brasileira.

Muitos podem observar que a idéia de Império era herança de Portugal. Sem dúvida, a idéia migrou para cá junto com a vinda da Corte para o Brasil, se tornando mais forte com a Revolução Liberal do Porto. Esses dois anos que separam a Revolução Liberal do Porto e a emancipação do Brasil foram vividos intensamente: havia uma gama de projetos e soluções políticas para o destino do Império Português, tanto do lado de lá do Atlântico quanto do lado de cá.

Do lado de lá, o Governo de Portugal tinha a expectativa de poder concretizar o sonho de compor junto ao Brasil e outras partes do Reino, um Império nos moldes, provavelmente, da Commonwealth britânica. No mesmo Portugal, havia outros que desejavam a recolonização do Brasil e levaram à frente seus objetivos através da Revolução Liberal do Porto de 1820.

¹¹¹ Apud. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília:INL, 1987, pp. 83-84.

Do lado de cá, várias províncias do “Norte” manifestavam suas dúvidas em relação a se subordinar ao Rio ou a Lisboa, ou a nenhuma dessas duas administrações, e tentarem uma via própria, independente. Em oposição a isso havia o projeto das províncias do Centro-Sul que esposavam a idéia de uma Monarquia Dual, e de um Império. Para esses, a importância maior da idéia de Império não era externa como pretendia um dos projetos de lá, mas, sim, interna e se baseava em duas vertentes¹¹²: a idéia de construção de um poderoso país; idéia esta relacionada diretamente ao tamanho do território da América portuguesa, afinal, no século XIX, afirmava-se que

“(…) um território extenso e uma grande população, dotados de múltiplos recursos nacionais, são exigências essenciais da nacionalidade normal... Uma nação restrita em população ou território, especialmente se possuir uma língua distinta, pode apenas possuir uma literatura estropiada, e instituições estropiadas para promover sua arte e ciência. Um Estado pequeno não pode, em seu território, promover à perfeição os vários ramos de produção.”¹¹³

E a idéia de um poderoso país sim, mas, preocupado com suas bases sociais: no calor do processo de emancipação do Brasil, José Bonifácio já exteriorizava sua preocupação em estabelecer uma civilização em meio a

“(…) tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. etc. etc., em um corpo sólido e político.”¹¹⁴

A vinda da Família Real para a sua colônia na América e o processo de emancipação do Brasil traziam questões que lhes eram anteriores e mais importantes: isto porque até então, o fato do Vice-Reino do Brasil ser parte e sede

¹¹² CARVALHO, José Murilo de. “Além de Tordesilhas” In: *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! 12/09/1999, p. 03.

¹¹³ Apud HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 42.

¹¹⁴ Apud GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, Vol.1., p. 06.

do Império Português assegurava aos membros desta sociedade uma identidade e um vínculo com a civilização européia. A independência gerava, assim, uma instabilidade nestes que até então se representavam e se reconheciam como parte integrante do Império Português¹¹⁵.

Dito de outra forma, a independência poderia desencadear a fragmentação territorial, a república, como no caso de nossos vizinhos hispano-americanos, ou ainda, o temor maior, uma rebelião de escravos nos moldes da ocorrida no Haiti em 1794.¹¹⁶

Portanto, frente a tantas dúvidas e incertezas, a questão de se repensar como configurar, em um só corpo político, tanto “metal heterogêneo” foi vencida por aqueles que foram incumbidos pelo então Imperador D. Pedro I de escrever a Carta Magna outorgada em 1824: a solução apresentada pela Constituição de 1824 foi, a despeito do projeto político encabeçado por José Bonifácio - já experimentando um violento ostracismo político a essa época, a definição da nacionalidade por dois mecanismos: a liberdade e a propriedade. Brasileiros eram todos os cidadãos livres e proprietários. Buscava-se, assim, sua identidade na estrutura sócio-econômica anterior, configurando uma identidade para os membros do jovem Império do Brasil.

Os nove anos que abrangem o Primeiro Reinado (1822-1831) demarcam igualmente, um período de grande efervescência política. Para muitos, apesar de feita a independência, esta não era um consenso em todas as regiões do Império. Como afirma Fernand Braudel, “É evidente que uma nação em processo de construção não é um personagem simples.”¹¹⁷

Tratava-se, portanto, de construir e consolidar o Estado Nacional¹¹⁸. O malogro da Assembléia Nacional Constituinte, a Carta outorgada de 1824, a repressão à Confederação do Equador, a renovação dos tratados econômicos com a Inglaterra que comprometiam o fornecimento de mão-de-obra escrava a partir de 1831 entre outros fatores que sinalizavam o absolutismo do Imperador e, por fim, a

¹¹⁵ WOODWARD, Kathryn. “Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual.” In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 19 e passim.

¹¹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade. Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 192 e passim.

¹¹⁷ BRAUDEL, Fernand. *L'Identité de la France. Espace et Histoire*. Paris: Flammarion, 1990, p. 13.

¹¹⁸ Ao longo do século XIX e do XX o nacional pretendia ser o estabelecimento de um estatuto de autonomia política aliado a de uma cultura não dependente.

questão da sucessão do trono português impossibilitaram a consolidação daquele Estado ameaçado pelas tentativas de recolonização. Por isso, para muitos, a abdicação do imperador era a oportunidade de retomar o projeto político inscrito à época da independência e reorganizar o Estado Imperial em novas bases que não aquelas do absolutismo e da centralização.

A abdicação do Imperador trouxe novo momento de instabilidade ao Império do Brasil, inclusive com sérias ameaças à integridade do território brasileiro (Lembremos, a mais valiosa propriedade do Império).

Portanto, aqueles que no calor do “vulcão da anarquia” das Regências defendiam a retomada da centralização tinham bastante clareza que o excesso de federalismo, de liberdade, não só ameaçava a ordem escravista e agro-exportadora, mas, ao fazê-lo, também punha em perigo o projeto civilizatório que significava justamente o elo identitário que aqueles homens e mulheres, que habitavam o Império do Brasil, mantinham com a Europa.

É durante o calor das Regências, no auge de seu momento de descentralização que é aprovado pela Assembléia, o Ato Adicional de 1834, considerado por determinada historiografia o mecanismo conciliador das várias correntes políticas que se alternavam no poder naquele contexto. Como se dizia à época: “adicionar para não dividir”. O Ato Adicional de 1834, em seu texto legal, contemplava interesses das tendências políticas que disputavam a hegemonia política: aqueles que defendiam o federalismo e aqueles que defendiam a centralização. A criação do Município Neutro da Corte, com sede na cidade do Rio de Janeiro, é um dos elementos de centralização; para alguns é o momento em que se desencadeia a distinção do Rio em relação às demais cidades do Império¹¹⁹. Na verdade, estas datas e acontecimentos se destacam não em si mesmos, mas como reveladoras de um processo, que já ressaltai páginas atrás, de vitória de um projeto político de centralização das decisões no Centro-Sul do Império, mas especificamente no Rio de Janeiro.

Pela sua força econômica, a cidade conseguira constituir todo um centro de negócios a seu redor e para abastecê-lo, estruturara todo um sistema de serviços,

¹¹⁹ LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

uma malha ferroviária e rodoviária associada a um sistema de navegação de cabotagem que iam passo a passo solidificando seu papel como cidade econômica mais importante do Império. Daí, temos a ligação da cidade com todas as regiões do Império e, posteriormente, da florescente República brasileira. Esta ligação com o mundo (universal) e com as regiões (particular) transformaram o Rio de Janeiro em uma cidade admirada pelos estrangeiros e pelos nacionais, admirados, por sua vez, pelo fato dela atrair tantos olhares e interesses estrangeiros. Assim, assumindo o seu papel de cidade-capital, o Rio de Janeiro se revelou imensamente atraente como o lugar da política, da cultura, o núcleo de sociabilidade intelectual e de produção simbólica, representando a sua maneira o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade e do poder. Aquela cidade que seria capaz de conferir sentido e significado às demais regiões do Império e, depois, da República.¹²⁰ Era uma cidade que por estar aberta, geograficamente falando, ao mundo exterior, era o centro das novidades e de sua divulgação. Senão, qual teria sido o motivo dos editores da Revista Informação Goiana, por exemplo, decidirem por sua publicação no Rio de Janeiro? É Elder Alves que complementa:

“(...) Foi no Rio de Janeiro dos espaços dos cafés, confeitarias, livrarias, jornais, tipografias, faculdades e organizações políticas que se estabeleceu o encontro de gerações intelectuais que estavam naquele momento costurando a teia simbólica e afetiva da nacionalidade e construindo alguns dos eixos de interpretação da nação. As notícias e imagens ali chegavam e dali partiam. Os sentidos eram ali produzidos e reprocessados, nacionalizados ou não. Sem passar por esse circuito de imagens e representações coletivas, nenhum evento em si (...) lograria atrair as atenções e paixões do período. O circuito cultural e político do Rio de Janeiro atuava como um estuário de contenção e retenção de idéias, símbolos e valores coletivos.”¹²¹

Gostaria de reiterar a constituição de uma dimensão simbólica baseada em uma abertura às novidades por parte do Rio de Janeiro. Sua trajetória histórica, seu papel econômico, associado a sua posição geográfica em um ponto eqüidistante das

¹²⁰ MOTTA, Marly Silva da. Op. Cit., p. 32

¹²¹ ALVES, Elder. Op. Cit., p. 25.

regiões situadas nos extremos do território conferiram ao Rio um cosmopolitismo em relação às demais cidades do Império. Como afirma André Nunes de Azevedo:

“Este conjunto simbólico, que se desenvolve nas vicissitudes históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência. Esta esfera simbólica evolui, sendo redimensionada ao sorver novas experiências e constituidoras da tradição da urbe”.¹²²

O Rio de Janeiro passa, assim, a assumir a tarefa de construir e consolidar a unidade nacional, a integridade do território do Império a partir de inúmeros mecanismos que vão desde os repressores, os de cooptação, até aqueles que se utilizam da difusão de valores da civilização, aquilo que fazia com que homens e mulheres da “boa sociedade” imperial se aproximassem da Europa.

Para que esse projeto político fosse vitorioso era necessário abolir o federalismo, a descentralização defendida por inúmeras províncias. Para empreender essa tarefa - anular a visão provinciana - inúmeros mecanismos, dentre eles a difusão, a partir do Rio de Janeiro, de hábitos e costumes tidos como civilizados.

O Regresso Conservador (1838), a antecipação da maioria do imperador D. Pedro II garantiam a consolidação do Estado Nacional, a ordem escravista e agro-exportadora e a retomada do projeto civilizatório. A classe senhorial, ao forjar o Estado Nacional e ao se forjar enquanto classe, construía uma identidade para o Brasil. Uma identidade que procurava, sem dúvida, espelhar-se nas nações civilizadas. Destarte, é em torno de uma conservação, de uma ordem escravista e agroexportadora e de uma expansão, a de um projeto civilizatório em processo de construção que o Estado Nacional se consolida no Segundo Reinado (1840 – 1889).

E qual a vitrine a espelhar esse ideal de civilização se não a Corte, o Rio de Janeiro? Sem dúvida, é com este processo de transferência da capital do Vice-Reino

¹²² AZEVEDO, André Nunes. *Rio de Janeiro. Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE, Depext – SR 3 – UERJ, 2003, p. 45.

do Brasil de Salvador para o Rio (1763), com a chegada da Família Real ao Rio (1808) e a criação do Município Neutro da Corte (1834) que o Rio vai se firmando como a “cabeça” da nação, ou seja, como um centro capaz de expandir seu significado, estabelecer hierarquias por um determinado território. Na verdade, este processo vai determinando uma distância entre a cidade-capital e a província. Distância esta que não é necessariamente geográfica. Afinal como nos sinaliza Ângela de Castro Gomes, o sertão, a província, o interior é

“(...) lugar geográfico e social que não precisava estar muito distante dos limites de algumas das mais importantes cidades de então”.¹²³

A distância entre capital e província é simbólica e tanto menor, quanto maior for a eficiência da província em copiar os valores, os símbolos da capital. Como nos assinala Alain Corbain a análise da “província” não se fundamenta a partir de uma análise de diferenças ou de desigualdades, mas sim da percepção de uma carência, de um afastamento, de uma privação, a da cidade-capital.¹²⁴

Também aqui, não deixamos de falar de identidade. E os contemporâneos do processo de construção de Brasília sabiam disso, como demonstra a historiadora Michelle dos Santos:

“Com a ida da Capital Federal para o interior, lá para o planalto goiano, construída Brasília, este atual Distrito Federal que vai ser? — Estado autônomo? Território? Município de outro Estado? — De qualquer forma, passará a ser província ou parte da Província.

Brasília capital, seus filhos e habitantes passarão a ser os Senhores Federais, os da Corte, como se dizia no Império, os da Capital Federal, depois de novembro de 1889. E os outros todos, entre os quais os filhos deste atual Distrito Federal? — Ah! Aí é que está! Isso é o que me invoca! Os atuais filhos do atual Distrito Federal, isto é, os cariocas, que já foram da

¹²³ GOMES, Ângela de Castro. “Através do Brasil: o território e seu povo.” In: GOMES, Ângela de Castro et alli (org.) Op. Cit., p. 170.

¹²⁴ CORBAIN, Alain. “Paris-Provence”. In: NORA, Pierre (org.) *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto/Gallimard, 1997, Vol.2, pp. 2851-2852.

Corte e hoje ainda são Distrito Federal, passarão a ser ... provincianos! Sim, senhor, no duro — Pro – vin – ci – anos!

E é isso que me apoquenta e me invoca: eu também, carioca da gema, passar a ser Provinciano depois de ter nascido Federal! Ui!”¹²⁵

As Comédias de Martins Pena são um exemplo da construção desse distanciamento simbólico. Em *Um Sertanejo na Corte*, Martins Pena coloca na boca do “cosmopolita” Pereira todo preconceito em relação ao seu hospede recém-chegado do interior, o Tobias, que fazia sua primeira incursão na civilização:

“E que tal o quadrúpede! Chamar seges casinhas e piano bicho! Há ainda uma estupidez por estes vastíssimos sertões que cobrem grande parte do Brasil.”¹²⁶

Em outra peça, *O Juiz de Paz na Roça* o personagem José insiste com sua noiva Aninha que o Rio é a cidade ideal para se viver. Na seqüência de diálogos ele apresenta a ela tudo o que há de bom no Rio: teatros, cosmoramas, circos e, é claro, a Rua do Ouvidor.¹²⁷

Mesmo com a Proclamação da República, e com a determinação constitucional de demarcação de área no Planalto Central para a construção da futura capital do país, o Rio não perde sua capitalidade; até porque durante boa parte do século XX, essa iniciativa não saiu do papel a não ser por poucas medidas como o envio de comissões para o Planalto Central com o fito de reconhecimento e de demarcação da área.

Ao contrário, com a possibilidade da transferência da capital, a tendência de parte daqueles que eram contrários à idéia, era ressaltar mais e mais as características do Rio enquanto “cabeça” da nação, enquanto *locus* do cosmopolitismo. Houve, naqueles anos, um intenso debate sobre o papel do Rio de Janeiro enquanto *urbes* capaz de representar o país. Temos aí, na verdade, uma

¹²⁵ SOARES, Gerson de Macedo. “Provinciano!” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1957. Apud: SANTOS, Michelle dos. Op. Cit., p. 222.

¹²⁶ PENA, Martins. *Comédias*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 74.

¹²⁷ Idem., pp. 40-41.

discussão sobre a identidade da cidade, do carioca, de sua capacidade ou não de representar a nação e, claro, dos demais habitantes de nosso vastíssimo território se verem nela representados, além é claro, da própria discussão da identidade da região e da nação.

Essa polêmica foi retratada de inúmeras maneiras; para continuarmos no universo da literatura, Wilson Martins destaca a revista¹²⁸ *A Capital Federal* de Artur Azevedo que estreou em 1897 no Recreio Dramático. Nela, uma família mineira se dirige ao Rio para obrigar o sedutor de Quinota a com ela se casar. Chegando à Capital Federal ficam deslumbrados com a civilização. Mas não é necessário muito tempo para que o pai de Quinota, Euzébio, e toda a família se dêem conta de outros aspectos da vida da Capital menos atraentes: corrupção, jogo, prostituição, a falta de princípios morais.¹²⁹

Implícita, como em *A Capital Federal* ou explicitamente como no caso da Revista *Mercúrio* também de Aluísio Azevedo, o protagonista é a cidade do Rio de Janeiro, naquele contexto, a maneira como ela se caracteriza, como ela se define é como se define o Brasil.

Não é à toa que os anos finais do século XIX e os do início do século XX são anos de intenso questionamento sobre o destino do país e, por que não do Rio de Janeiro.

A bibliografia consultada me autoriza a enfatizar determinados aspectos históricos da passagem do século XIX para o XX. Destaco, especialmente, as mudanças na vida social, política e econômica brasileira: a abolição da escravidão, a proclamação da República, a inserção do Brasil em uma nova fase do capitalismo

¹²⁸ As Revistas do Ano foram instrumentos capazes de construir uma visibilidade para o Rio de Janeiro, uma forma de exibição para espectadores que se dividiam entre aqueles que ficavam confusos e outros embevecidos com os cenários curtos que retratavam tão bem as mudanças pelas quais a então Capital Federal passava. Eram espetáculos que proporcionavam àqueles que moravam no Rio de Janeiro a possibilidade de rirem de si mesmos. “O personagem Gregório é tão mais engraçado na revista de Artur Azevedo quanto maior é a sua perplexidade, quanto maior sua inadaptação à cidade. As revistas eram encenadas para um público citadino que começava a se habituar a outras medidas de tempo, a transformações freqüentes no espaço em que vivia. Para esses espectadores, o homem do interior, o deslocado na Capital é motivo de riso, sobretudo porque parece representar a seus olhos surpresas e espantos que já foram os seus. Ri-se de Gregório, como se riria das próprias coordenadas espaço-temporais anteriores à aceleração das transformações políticas e urbanas do século XIX.” In: SUSSEKIND, Flora. *As Revistas do Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, p. 38.

¹²⁹ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996, Vol. 5, p. 02.

internacional reiteraram o papel do Rio de Janeiro no cenário nacional e internacional. Se o porto do Rio de Janeiro perdia para o de Santos no que se refere à exportação de café, ganhava e muito quando a questão era as importações e o comércio de cabotagem, aumentando, assim o papel do Rio de Janeiro em relação ao comércio com os demais estados da nascente República.¹³⁰

Entretanto, também estava claro que a infra-estrutura da cidade não se encontrava de acordo com todo este progresso. Tratava-se de adequar a Capital Federal aos novos tempos, modernizá-la, higienizá-la. É Nicolau Sevcenko que nos aponta a reação dos cariocas em relação às transformações pelas quais o Rio passou naquele início de século:

“Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem se lhe pudesse opor. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, [...]: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que maculasse a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.”¹³¹

Como já sinalizei páginas atrás, a capital tem o poder de representar, de destacar o caráter da nação. Entretanto, este caráter cosmopolita, moderno não era um consenso nem mesmo na sociedade carioca, como demonstram escritores e políticos do período.

Na revista citada *A Capital Federal*, Arthur Azevedo faz um desfecho que pune os maus, recompensa os bons em uma verdadeira apologia da vida rural, por exemplo.

¹³⁰ TOPIK, Steven. “Metrópoles Macrocefalas: uma comparação entre a primazia do Rio de Janeiro e a Cidade do México entre 1880 e 1910. In: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. 1991, Volume 34 (1), pp. 53-77.

¹³¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 30.

Outro exemplo da tensão existente desses valores que separavam o litoral do interior nos é oferecido por episódio em que a primeira-dama, Nair de Teffé, convidou ninguém menos do que Catulo da Paixão Cearense para se apresentar em recital no Palácio do Catete. A primeira-dama expandiu a prática muito comum entre a elite carioca de abrir os salões para saraus e recitais; só que ela o fez no Palácio do Catete. Assim, ela mesma conta o episódio:

“Ao abrir os salões do Palácio do Catete para receber os nossos amigos e parentes, abri-o como se fosse a sala de visitas da nossa casa, gastando o mínimo possível. (...) O Marechal Hermes da Fonseca era amigo e admirador de Catulo da Paixão Cearense. Pediu-me para convidá-lo a participar de um dos nossos saraus. (...) Numa noite de maio de 1914 reuni um grupo de amigos para um recital de modinhas interpretadas por Catulo. (...) Graças aos aplausos daquela noite memorável o violão irmanou-se nos salões da sociedade ao violino, violoncelo e o piano. (...) Catulo, depois de estrondoso sucesso alcançado no recital no Palácio do Catete, pediu-me para interpretar alguma música nossa. (...) Chiquinha [Gonzaga] compôs para mim o famoso *Corta Jaca*, com partitura para violão e piano. (...) Caprichei um repertório bem brasileiro e convidei amigos para um recital de lançamento do *Corta Jaca* (...) No dia seguinte, foi aquele Deus nos acuda ... a turma do ‘contra’ usou o *Corta Jaca* numa girândola de pilhérias sedições e bombásticas contra mim e o Marechal, numa campanha injusta e abominável sob a batuta do oráculo do civilismo. (...) A nossa música tem as suas origens e raízes nas danças e cânticos dos escravos. Sua adoção na sociedade era quase impossível. Havia uma onda de preconceitos contra as serestas, os xotes e maxixes.”¹³²

O “oráculo” do Civilismo a que Nair de Teffé se refere, é ninguém menos que Rui Barbosa que, em sessão de 11 de novembro de 1914 no Senado, denuncia que em vez de obras de Wagner e Chopin se ouvia, nos salões do Catete, Catulo e o *Corta Jaca*.¹³³

¹³² TEFFÉ, Nair de. *A Verdade sobre a Revolução de 22*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, 1974, p. 43. Apud. *Nosso Século*. São Paulo: Abril Cultural/Círculo do Livro, 1985, vol. 3, p. 48.

¹³³ Gostaria de destacar, a partir da citação feita, que efetivamente o mundo social é muito mais complexo do que as clivagens de uma determinada história social procuraram determinar. O exemplo da narrativa de Nair de Teffé demonstra claramente que a questão cultural não deve partir de clivagens sociais pré-estabelecidas como a questão, no caso, de uma cultura erudita e de uma cultura popular. Nas palavras de Roger Chartier: “Com efeito, as divisões culturais não se ordenam obrigatoriamente segundo uma grade única do recorte social, que supostamente comanda a desigual presença de objetos como as diferenças nas condutas” In: CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia. A História entre Certezas e Inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 68. Como bem percebeu Nair de Teffé, a crítica de Rui Barbosa era uma crítica emparelhada com seu desafio político e não, necessariamente uma crítica de natureza efetivamente cultural. Numa outra perspectiva, Carlo Ginzburg aborda a situação inversa em *O Queijo e os Vermes*, São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Pois bem, creio ter demonstrado como foi sendo construído um sentido de capitalidade para o Rio de Janeiro ao longo do século XIX extremamente associado, como não poderia deixar de ser, ao ideal de civilização.

Mas e o sertão?

Os relatos mais antigos de que dispomos sobre a região dos sertões de Goiás dizem respeito a relatórios de governadores de capitania e correspondências oficiais que ressaltam a decadência da região mineradora poucos anos depois das descobertas auríferas na região. Segundo historiografia que hoje busca desconstruir essa visão de um Goiás decadente, essa postura assumida pelos primeiros governadores da Capitania tem relação direta, segundo Paulo Bertran, com a ingovernabilidade dessas regiões e com a incompetência administrativa de seus responsáveis. Segundo esse estudioso, frente às expectativas de um Portugal ávido por riquezas auríferas e pela incontrolável prática do contrabando era mais prudente difundir a decadência da região do que ressaltar seu bom desempenho.¹³⁴

Além desses relatos oficiais, identificamos as narrativas de sete viajantes que percorreram ao longo do Oitocentos a província de Goiás: os franceses Auguste Saint Hilaire e Francis Castelnau, o austríaco John Emanuel Pohl, o escocês George Gardner, os alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius e o inglês William John Burchell. Dentre estes, apenas o último publicou exclusivamente desenhos e financiou sua própria viagem. Nos outros casos, os volumes publicados apresentavam o tradicional texto descritivo e as respectivas ilustrações que poderiam ser pinturas, mapas, litogravuras, desenhos, e, dependendo do período, fotografias. Além disso, eles tiveram suas viagens financiadas quer pelo Estado, quer através de instituições científicas.

Ao longo de todo o século XIX, essas obras foram editadas e reeditadas na Europa. Apesar das edições brasileiras datarem do final do século XIX, isto não foi empecilho para a sua divulgação ao longo da segunda metade do Oitocentos, uma vez que a “boa sociedade” do Império adquiria essa literatura em suas viagens à Europa ou mesmo através da representação de inúmeras editoras européias no Rio de Janeiro e em outras capitais.

¹³⁴ BERTRAN, Paulo. “Prefácio” In: CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás. Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia: UFG, 2002, p. 14.

Os volumes de Spix e Martius foram publicados em Munique por M. Lindauer e em Londres por H. E. Lloyd, ambos em 1823. No ano seguinte houve a publicação em Londres de uma 2ª edição. Na mesma época, Auguste de Saint Hilaire publicava seu livro pela editora Grinbat. George Gardner publicou seu volume de 562 páginas contendo várias ilustrações, em 1846, pela editora Reeve Brothers de Londres. Em 1848 esse volume foi traduzido e publicado em Munique e Dresden por Arnoldische Buchhandlung. Em 1849, sai uma segunda edição na Inglaterra.

No Brasil, as edições dessas obras traduzidas datam das primeiras décadas do século passado, mas foi a partir dos anos 30 que tanto o campo das ciências sociais quanto o mercado editorial começa a se consolidar no país, viabilizando sucessivas edições e reedições dessas obras. Destaca-se que mesmo em seu idioma original, estes livros provavelmente eram lidos pela chamada “boa sociedade” do Império brasileiro e pela sociedade letrada dos primeiros anos da República.

Esta mesma historiografia goiana, a que me referi anteriormente, atribui a essa literatura de viagens a divulgação da idéia de atraso e decadência de Goiás. Desde o início do século XX, representantes desse estado passam a editar, no Rio de Janeiro, a Revista Informação Goiana (1917-1935) com o fito de divulgar o desenvolvimento e as riquezas de Goiás. Até quase o final do século XIX o único jornal da região era o Matutina Meia-Pontense editado em Meia Ponte, atual Pirenópolis.

Era, na verdade, uma situação extremamente desigual: o Rio de Janeiro era a Capital da República e, como demonstrei, concentrava a capitalidade da nação. Concentrava também parcela significativa da produção e difusão de opiniões e posicionamentos em relação ao restante do país.

Sentidos esses que, para muitos intelectuais, artistas e políticos, eram conformados a partir de um excesso de *estrangeirismos*. Portanto, para aqueles que debatiam na Constituinte a necessidade de se transferir a capital do país para o interior, um dos argumentos era de que a cidade do Rio de Janeiro era por demais cosmopolita, não apresentando características nacionais.

Entretanto, esse aspecto que parecia confrontar dois modelos de sociedade, dois projetos de civilização — a civilização litorânea, de características cosmopolitas e a civilização sertaneja, autêntica porque não contaminada pelas influências

européias — naquele momento dos trabalhos da Constituinte (1890 – 1891) era ainda muito tênue. Na verdade, esta expressão “civilização sertaneja” era defendida por pouquíssimos; em geral, civilização e sertão eram tidos como palavras antagônicas, em seu sentido próprio, ou seja, eram inconciliáveis.

Ressalto, portanto, que a imagem, a representação que se cria de um determinado espaço se constrói a partir de práticas sociais como essas que esbocei acima. O conhecimento desta construção é importante porque é uma das formas de se conhecer como as sociedades se representam para os outros e para si próprias, configurando-lhes determinadas identidades em detrimento de outras, ou até mesmo, produzindo alterações identitárias.

Este processo de conhecer as significações e ressignificações do sertão no contexto da construção de Brasília é objeto de estudo altamente defensável e justificável. Isto porque este processo fala de nós brasileiros, fala de nossa história, fala do estabelecimento de um determinado processo de civilização que constituiu todo o discurso de ocupação dessas terras desde o século XVI quando este vocábulo ainda não tinha o significado que irá adquirir nos séculos XVIII e XIX.

Em dicionário de 1694, já se assinala o trabalho de oposição que o termo irá adquirir nos séculos subseqüentes:

“Civilidade: maneira honesta, suave e polida de agir, de conviver. Deve-se tratar todo mundo com civilidade. Ensina-se às crianças a civilidade infantil. Apenas os camponeses, as pessoas grosseiras, carecem de civilidade.

Civilizar: tornar civil e polido, tratável e cortês. A pregação do Evangelho civilizou os mais selvagens povos bárbaros. Os camponeses não são civilizados como os burgueses.”¹³⁵

Portanto, essa idéia de que nas cidades do litoral, encontrava-se a civilização e que no interior, no sertão, no mundo rural encontrava-se a barbárie fala diretamente de nós e de nossa história enquanto povo e país. Não é à toa que no próprio Relatório do Plano Piloto apresentado por Lúcio Costa ele nos adverte que Brasília

¹³⁵ FURETIÈRE, *Dicionário* (1694) Apud. STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras da Civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 21.

“(...) deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher, satisfatoriamente, sem esforço as funções vitais próprias de UMA CIDADE MODERNA QUALQUER, não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma Capital.”¹³⁶

¹³⁶ Ver Anexo I.



2. Diálogos teóricos e procedimentos metodológicos

Como já pude demonstrar na Introdução e no capítulo anterior, a construção de Brasília tem íntima relação com a questão nacional, pois sua construção em “pedra e cal” simbolizava a construção mítica da nação, a construção simbólica de um novo Brasil.

Sobre a questão, deixemos a palavra com o próprio “fundador”:

“(...) Quero abordar agora, meus patrícios, o problema da mudança da capital para Brasília. Conheço as críticas aos trabalhos que vêm sendo feitos pelo meu governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a Capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a Lei Magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, irá promover a fundação de uma nova era para nossa pátria. Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta onde vive um povo em condição de aperto. Em torno de nossa vastidão, os descampados, o país para conquistar, sítios admiráveis e no entanto, nos agrupamos a beira mar, espiando as fases das marés. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o oeste, voltar as costas ao mar e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir e voltar. Do Brasil, nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra.(...)”¹³⁷

Pode-se observar, neste trecho da Mensagem de Ano Bom (1956/1957) do presidente Juscelino Kubtischek, algumas referências recorrentes: a grandeza do território nacional e a necessidade de encontrar seu centro, o seu coração para realizar a nação; o abandono do interior e, por fim a relação entre a construção da capital e a construção da nação e a decisão do seu governo de assumir tal tarefa.

As fontes consultadas agregam um determinado conjunto de elementos que à luz da interpretação de Marcio de Oliveira e de Marilena Chauí me ajudaram a

¹³⁷ KUBTISCHEK, Juscelino. Mensagem de Ano Bom. 1956/1957. In: *Revista Brasília* Rio de Janeiro, 1957, nº 01, Ano 1, p.01.

compreender a construção mítica da nação brasileira, que se fez paralelamente à construção urbanística e arquitetônica da cidade de Brasília.

Segundo Marcio de Oliveira essa narrativa mítica baseava-se na idéia de inexistência de um povo, de uma identidade, de uma nação, tarefa que a construção de Brasília iria realizar¹³⁸.

Marilena Chauí nos fala do *mito fundador* que, segundo ela, para além da dimensão etimológica que a palavra carrega, qual seja, a de narrativa, possui, igualmente, um sentido antropológico que é o de construção de uma “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”¹³⁹. Ainda segundo esta autora, “(...) um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quando mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.”¹⁴⁰

Tendo em mente este sentido antropológico do *mito fundador*, Marilena Chauí aponta três elementos que o constituem: “(...) a obra de Deus, isto é, a **natureza**, a palavra de Deus, isto é, a **história**, e a vontade de Deus, isto é, o **Estado**.”¹⁴¹

À luz desta interpretação, voltemos ao discurso de Juscelino Kubitschek que deixei na página anterior. Nele, a construção de Brasília aparece como um *problema*, o da conquista do país. Ao mesmo tempo, a construção de uma nova capital para os brasileiros era um *ato político criador, renovador*, e mais, *fundacional de uma nova era* para o Brasil e para os brasileiros. A construção de Brasília era a *completa consumação da posse da terra*, do território.

Ora, esse mito fundador da nação encontrava, na construção de Brasília, sua atualização expressiva: afinal éramos *geograficamente um dos maiores países deste planeta*. Segundo essa narrativa mítica, essa abundância de territórios e riquezas nos fora dado por Deus e, claro, que se assim ele o fizera, é porque reservava ao Brasil e aos brasileiros um destino promissor. Marilena Chauí nos remete à carta de Pero Vaz de Caminha “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”

¹³⁸ OLIVEIRA, Marcio de. Op. Cit., p. 24.

¹³⁹ CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 57- 87.

¹⁴⁰ Idem., p. 09.

¹⁴¹ Id., p. 58.

e dando um salto no tempo nos lembra da sentença de Afonso Celso em *Por que me ufano de meu país*: “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos.”¹⁴² Outros elementos constituintes desse *mito fundador* se agregam. Houve aqueles que ao longo da história já expressavam esse conjunto que viria a conformar o que denominamos, hoje, de idéias mudancistas; incluindo-se aí o próprio Dom Bosco que sonhara a construção de uma civilização no paralelo 15º, de onde escorreria o leite e o mel. Por fim, temos o governo Juscelino Kubitschek (o Estado) que realiza a vontade de Deus. No discurso de Juscelino Kubitschek ele nos fala de que não foi o inventor de Brasília, mas que cabia a ele fazê-lo. Lembremo-nos, Deus o havia poupado do sentimento do medo.

Nas palavras do arcebispo de São Luís, Dom José Delgado, “O presidente Juscelino Kubitschek está criando com Brasília, um novo Brasil”.¹⁴³

Este trabalho, portanto, se insere em um conjunto de pesquisas que tem buscado explicitar o processo de constituição da nação como uma construção produzida na história, por atores sociais que veiculam suas idéias através de discursos nos quais e por meio dos quais estão presentes um conjunto de representações, de símbolos, nem de longe consensuais.¹⁴⁴ Ao contrário, as representações da nação são um campo de disputa, de luta por classificações, diferenciações, pertencimentos, enfim pelo controle da legitimidade da divisão do mundo social.¹⁴⁵

Esta compreensão e este enfoque se baseiam nos trabalhos de estudiosos que, a despeito de objetos e sociedades distintas, partem do pressuposto de que a nação, em seu sentido jurídico-político, tal como a concebemos hoje, “não é mais velha que o século XVIII”¹⁴⁶ a despeito de grupos nacionalistas desejarem estabelecer-lhe uma legítima antiguidade.

¹⁴² Idem., *ibidem*.

¹⁴³ DELGADO, Dom José. “Com Brasília Novo Brasil.” In: *Revista Brasília* Rio de Janeiro, dez. 1959, nº 36, Ano 3, p.01.

¹⁴⁴ BACZO, Bronislau. “Imaginação Social.” In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, Vol. 5 Antrophos-Homem, pp. 310-311.

¹⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 113.

¹⁴⁶ HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo ... Op. Cit.*, p. 13.

Um desses historiadores, autor da assertiva acima, Eric Hobsbawm, tem por objetivo refletir sobre as mudanças vividas no Ocidente pós Segunda-Guerra em que organizações econômicas supranacionais pareciam se colocar acima dos tradicionais Estados-nação, indicando o seu futuro desaparecimento. Entretanto, segundo nosso autor, assiste-se a um fato a princípio inesperado: um movimento de valorização do nacionalismo, com a descolonização afro-asiática e outras questões vividas no Oriente Médio e na Europa do Leste no final do século XX que tornaram necessária a reflexão sobre o assunto.

Assim, Hobsbawm procurou apresentar as mudanças no conteúdo dessa forma político-jurídica na Europa a partir do século XVIII. De seu elucidativo trabalho, destaco a premissa de que as nações são um fenômeno recente na história da humanidade¹⁴⁷ e que o estabelecimento das “origens nacionais são o desafio em um debate que constitui, ele próprio, um ‘lugar de memória’”¹⁴⁸.

Benedict Anderson, outro estudioso do tema, destaca a importância de se estudar como as “nações” se tornaram entidades históricas a partir do século XVIII por meio de um conjunto de fatores que as adaptaram à realidades sociais e ideológicas distintas.

Em sua definição de nação, Benedict Anderson propõe que ela seja compreendida como

“(...) uma comunidade política imaginada —imaginada como implicitamente limitada e soberana. (...) Ela é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora em sua mente esteja viva a imagem de sua comunhão. (...) é imaginada como *limitada*, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um milhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações.”¹⁴⁹

Uma outra possibilidade para o uso da palavra *imaginada* é o fato de que um russo ou um cipriota “jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora em sua mente esteja viva a imagem de sua comunhão”¹⁵⁰. Neste sentido, faço referência, também, ao conceito

¹⁴⁷ Idem., p. 14.

¹⁴⁸ NORA, Pierre. Apresentação do volume A Nação. In: NORA, Pierre. Op. Cit., p. 571.

¹⁴⁹ ANDERSON, Benedict. Op. Cit., p. 14-15.

¹⁵⁰ Idem.

de Edward Said de *geografia imaginativa* que se refere ao fato de que cada habitante de um país não só se imagina como compatriota de outros que desconhece, mas também, formula em seu pensamento, em sua imaginação, uma compreensão do espaço, da região na qual vive que, sem dúvida, é construída a partir daquilo que ele imagina como o espaço onde ele não vive e não habita. E que essa imaginação, o estabelecimento do “meu” território e do território do “outro”, da minha região e da região do outro não é uma mera questão de espaço físico; ela implica em fronteiras, culturais, sociais, políticas, econômicas, por fim, elementos simbólicos e identitários.¹⁵¹ Como nos ensina Pierre Bourdieu,

“(…) a procura de critérios objetivos de identidade regional ou étnica, não deve fazer esquecer que na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, ou o sotaque) são objetos de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores.”¹⁵²

Portanto, as clivagens do regional são ditas por meio dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas.

Neste caso, as representações operam simbolicamente, classificando o mundo e nossas relações em seu interior. Ao operar essa classificação, se estabelecem critérios, se atribuem valores, se produz uma hierarquia. No caso, da região que temos por objeto estudar, o sertão, podemos afirmar que ela é um produto histórico também porque resultado desses processos sociais de representação/classificação. A oposição dual litoral/sertão não é de maneira nenhuma, equânime, é hierarquizadora. Como reitera Roger Chartier, estas representações ou

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um processo reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, essa investigação sobre as representações

¹⁵¹ SAID, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 64-65.

¹⁵² BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 112.

supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.”¹⁵³

Portanto, são essas representações que acabam por dirigir a conduta social, já que por intermédio delas que os indivíduos tomam consciência de sua relação com os demais e com o próprio mundo, atuando sobre ele.

Para exemplificar a relação entre as representações e as práticas, e as hierarquizações que estas podem promover, voltemos a nossa região, o sertão de Goiás.

Essa região se insere no bioma Cerrado, um dos oito biomas que compõem o atual território brasileiro. Por sua localização na área central do país, ele é um ponto de interseção de praticamente todos os demais biomas, além de, territorialmente, ser o segundo maior em extensão; o maior é o da Floresta Amazônica. No interior do bioma Cerrado situam-se as principais bacias hidrográficas do continente. Como se não bastasse, hoje a área é a mais nova fronteira agrícola do país. Entretanto, a despeito de todos esses elementos que, sem dúvida lhe configuram importância, esse bioma foi excluído da última Constituição Federal que não o reconheceu como patrimônio nacional, não lhe assegurando, portanto, preservação, ao contrário da Floresta Amazônica ou da Mata Atlântica, por exemplo.¹⁵⁴

Essa exclusão pode ser interpretada como exemplo da pouca visibilidade ou mesmo invisibilidade de uma determinada região do país. Essa desvalorização, provavelmente, tem sua origem em períodos mais remotos de nossa história quando os então estados de Goiás e Mato Grosso — sem suas respectivas divisões atuais, Tocantins e Mato Grosso do Sul — eram vistos como estados menores da federação, numa clara relação que envolve poder econômico e político de uma determinada região ou estados, sobre os demais.

Sendo assim, no contexto desta discussão que não objetiva se debruçar sobre o Estado Nacional no período republicano, mas, sim discutir a representação da nação por meio de sua capital, é que estaremos pensando a nação segundo a

¹⁵³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, s/d, p.17.

¹⁵⁴ RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas Anãs do Sertão: o Cerrado na História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, vol. 1, p. 53.

indicação dos autores já citados, mas também de Pierre Nora que, de maneira mais enfática, assevera que

“A nação é ela própria inteiramente uma representação.(...) Não a história de uma idéia, de um sentimento, não a história de um movimento, não a história de um país, de um Estado de uma cultura ou sociedade, não a história de uma história; a de uma representação(...)”.¹⁵⁵

Pois bem, se a nação é uma representação, de que maneira nós queremos nos representar ou nos ver representados? Pensar em uma representação para a nação significa operar uma seleção: escolher imagens e referências em meio a um conjunto, a um repertório delas. Essas escolhas envolvem questões ligadas à memória e à identidade. Nas palavras de James Fentress e Chris Wickham:

“(...) Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam. Na medida em que a nossa ‘natureza’ — o que realmente somos — se pode revelar de modo articulado, somos aquilo de que nos lembramos. Sendo assim, então um estudo da maneira como nos lembramos — a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias, a maneira como definimos as nossas identidades pessoais e coletivas através de nossas memórias, a maneira como ordenamos e estruturamos as nossas idéias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros — é o estudo da maneira como somos.”¹⁵⁶

Sem dúvida, a literatura e nas narrativas de viajantes conformaram imagens sobre o Brasil, nossa identidade e o conteúdo de nação nelas implicado. Entretanto, a fotografia, reconhecidamente, um “espelho com memória” e o cinema dando movimento às imagens potencializavam um determinado efeito de “realidade” quase intrínseco à essas novas tecnologias.

A Revista Cinearte, editada a partir dos anos 20, muito cônica desse efeito de realidade se perguntava em um de seus editoriais:

¹⁵⁵ NORA, Pierre. Apresentação do volume A Nação. In: NORA, Pierre. Op. Cit., p. 571-572.

¹⁵⁶ FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social. Novas Perspectivas sobre o passado*. Lisboa, Teorema, 1994, p. 20.

“Quando deixaremos desta mania de mostrar índios, caboclos e negros, bichos e outras ‘avis-rara’ desta infeliz terra aos olhos do espectador cinematográfico? Vamos que, por um acaso, um desses filmes vá para o estrangeiro? Além de não ter arte, não haver técnica nele, deixará o estrangeiro mais convencido do que ele pensa que nós somos: uma terra igual ou pior do que Angola, Congo ou coisa que o valha. Ora vejam se até não tem graça deixarem de filmar as ruas asfaltadas, os jardins, as praças, as obras de arte, etc., para nos apresentarem aos olhos, aqui, um bando de cangaceiros, ali, um mestiço vendendo garapa em um purungo, acolá um bando de negrotos se banhando num rio, e coisas deste jaez”.¹⁵⁷

Pois bem, de que maneira gostaríamos de ser lembrados?

As fotografias que se seguem, em um total de nove, são de diferentes procedências: as três primeiras são pertencentes ao acervo do Instituto Fiocruz e retratam moradores das localidades por onde as expedições levadas a frente pelo este Instituto no início do século XX passaram. Essas expedições eram realizadas em parceria com a Inspetoria de Obras contra a Seca, órgão este vinculado ao então Ministério da Viação e Obras Públicas, ou ainda com empresas estrangeiras responsáveis pelo prolongamento das inúmeras estradas de ferro que, à época, rasgavam o país. A primeira foto pertence à expedição de João Pedro de Albuquerque e José Gomes Faria pelos estados do Ceará e Piauí durante os meses de março a julho de 1912; as duas subseqüentes se referem à expedição do pesquisador Astrogildo Machado e do farmacêutico Antônio Martins.

Há inúmeras imagens dessas expedições e a análise corrente desse material pelos próprios pesquisadores da Fiocruz é que em seu aspecto de registro, essas fotografias podem nos informar sobre as condições de vida da população do interior do país.

Desse extenso acervo, a seleção que fiz de apenas três imagens não foi, obviamente, aleatória. Quis contrastar duas imagens posadas com uma que não.

¹⁵⁷ Revista Cinearte, 28 abril, 1926, p. 02. Apud. GOMES, Paulo Emílio Salles *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*, São Paulo: Perspectiva, 1984, p. 310



Legenda atribuída: Doentes. O homem da direita sofre de entalação*, o outro de ataques silenciosos e as meninas de conjuntivite granulosa. Caracol, PI, maio 1912.

Fotografia tirada por ocasião da expedição de João Pedro de Albuquerque e José Gomes Faria pelos estados do Ceará e Piauí durante os meses de março a julho de 1912. Essa expedição se inseria no contexto de mais outras duas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz a serviço da Inspetoria das Obras contra a Seca, órgão vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. As outras duas expedições foram a de Adolpho Lutz e Astrogildo Machado pelo São Francisco e seus afluentes e a de Belisário Penna e Arthur Neiva pelo interior da Bahia e Goiás.

* Decorrência do megaesôfago, manifestação digestiva comum em portadores da doença de Chagas.



Sem local, dez, 1911. Foto que compõe o acervo da expedição liderada por Adolfo Pereira Dias que tinha como tarefa executar estudos que viabilizariam o prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil — a chamada Longitudinal — até alcançar Belém do Pará. Compuseram esta expedição o médico Astrogildo Machado e o farmacêutico Antonio Martins.



Casa de Comércio. Santo Antônio – GO, jan., 1912. Foto que compõe o acervo da expedição liderada por Adolfo Pereira Dias que tinha como tarefa executar estudos que viabilizariam o prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil — a chamada Longitudinal — até alcançar Belém do Pará. Compuseram esta expedição o médico Astrogildo Machado e o farmacêutico Antonio Martins.



Canudos, BA – 1897, Foto de Flavio de Barros



Famílias no casamento – Família Levy. S.I., 1931



Av. Rio Branco. Rio de Janeiro, ca. 1920. Foto de Augusto Malta



Cena de rua no Morro do Castelo. Rio de Janeiro, ca. 1920. Foto de Augusto Malta



Provavelmente vista tomada do sopé do Morro do Castelo. Rio de Janeiro, ca., 1920. Foto de Augusto Malta.



Av. Rio Branco. Rio de Janeiro, ca. 1920. Foto de Augusto Malta

A pose é justamente o tempo da fotografia. O tempo da construção de uma imagem que é a que se quer preservar. No caso das duas primeiras imagens, é de fácil percepção que os retratados procuraram se vestir com suas melhores roupas, o que demonstra certa familiaridade com a ritualística e o significado do artefato fotográfico. Entretanto, como no caso das expedições não se tratava de retratar pessoas de acordo com as práticas desenvolvidas nos estúdios dos principais centros urbanos do país, não havia cenários disponíveis que estivessem de acordo com os paramentos, o que torna ainda mais contrastante a indumentária, as paredes de pau-a-pique, os calçados ou a ausência deles. Ou seja, o pano de fundo denunciava o lugar da imagem, o sertão mais inóspito do país.

A organização da terceira imagem do conjunto é de outra natureza: apesar da existência de indivíduos conscientes da existência do fotógrafo e que se imobilizam diante da câmera fotográfica, a imagem poderia muito bem passar por um instantâneo. Tal imagem foi selecionada por mim por outro motivo: contrastar com as imagens da Avenida Rio Branco retratadas por Augusto Malta nos anos 20 (páginas 88 e 91). As largas avenidas e as lojas são extremamente contrastantes com a imagem da casa de comércio Santo Antonio, da pavimentação da rua e da população que a freqüenta.

Novamente pergunto: qual a imagem que se queria do país? Com certeza, a imagem da Casa de Comércio Santo Antonio estava muito mais próxima do arraial de Canudos – imagem com certeza muito divulgada naquele ano da campanha de Canudos (página 86). Sabemos que, para um determinado público, a imagem do arraial é a imagem da barbárie. Então, se “somos o que recordamos” e se as fotografias eram consideradas “espelhos com memória”, a que imagem gostaríamos de nos ver associados?

Pierre Nora indaga se haveria um arquétipo ou metonímia de paisagem nacional. O Pão-de-Açúcar, por exemplo, o Corcovado, ou trechos da Floresta Amazônica. Como se estabelece uma metonímia espacial da nação?¹⁵⁸ Como isso se faz? Se fazê-lo é praticamente impossível, principalmente em um país de dimensões tão amplas quanto o Brasil, como pensar em uma representação homogênea em meio a tanta heterogeneidade?

¹⁵⁸ NORA, Pierre. Apresentação do volume A Nação. In: NORA, Pierre. Op. Cit., p. 574.

Devemos nos perguntar se essa diversidade geográfica, climática, humana e cultural são empecilhos para a criação de uma nação. A realidade política demonstra que não. A questão está em conseguir estabelecer referências comuns em meio a essa heterogeneidade. No caso do período em estudo, pode-se afirmar que o litoral, durante boa parte de nossa história, teve o poder de estabelecer esse consenso, de dizer o sertão e, ao fazê-lo, de produzir um conhecimento sobre ele. Portanto, o sertão não se disse: ele foi dito pelo litoral, numa relação de inclusão e exclusão¹⁵⁹.

No capítulo 1, procurei demonstrar como o Rio de Janeiro, da virada do século XIX para o XX, teve condições de produzir e criar circuitos de produção e circulação de sentidos. Essa operação se deu através do agenciamento promovido por intelectuais, jornalistas, escritores, políticos, e também do progresso tecnológico, do contato com o que havia de mais moderno, com o crescimento das atividades culturais ligadas à edição de livros, o barateamento e difusão da fotografia, a chegada do cinematógrafo¹⁶⁰. Ao dizer o sertão como o lugar do atraso e das práticas tradicionais, por exemplo, essa esfera intelectual do Rio de Janeiro agenciou sistemas de classificação que foram capazes de operar, estabelecer a diferença entre o outro e o nós, entre a diferença e a identidade, numa relação de estreita dependência: afinal, não há identidade sem diferença¹⁶¹.

Assim, esses critérios e classificações acabaram por determinar a maneira como os próprios brasileiros se reconheciam, se representavam e se faziam representar. Classificações essas que acabaram por agenciar representações que se concretizaram, por exemplo, em personagens como o Jeca Tatu, em sotaques, como o caipira e o “nordestinês”, na música caipira, sertaneja¹⁶², definindo identidades para esses elementos. Identidades essas regionais, nunca nacionais. Afinal, era o Rio de Janeiro que era espelho e vitrine do nacional.

A questão da identidade vem sendo longamente discutida nos últimos anos devido às questões que o homem contemporâneo tem se colocado frente à consciência que o século XX e a pós-modernidade nos trouxeram acerca da

¹⁵⁹ Sobre a questão precisamos lembrar do discurso daqueles que levaram a frente a tarefa de construir Brasília que esta cidade seria construída a partir do nada, como se não houvesse nenhuma referência que a informasse e que estas referências então se constituiriam a partir de um tempo novo.

¹⁶⁰ ALVES, Elder P. M. Op. Cit., p. 19.

¹⁶¹ Sobre o tema ver: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁶² BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., pp. 110-115.

fragmentação da realidade, das alteridades; não mais uma alteridade que se encontra apenas no outro; mas uma alteridade que se encontra dentro de nós mesmos trazendo à tona o esfacelamento do indivíduo moderno e de conceitos como o de Identidade e Sujeito. Como assevera Stuart Hall, esse processo de questionamento, oriundo principalmente do campo da teoria social, é por demais complexo para se estabelecer afirmações de natureza mais conclusivas acerca da questão; entretanto, essas mesmas questões contemporâneas são importantes no sentido de sinalizarem que a compreensão que se tinha acerca desta categoria *identidade* que se desdobrou na de Sujeito Cartesiano não é adequada como parâmetro analítico para as questões atuais mas é capaz de iluminar a maneira como se lidou com a questão no passado¹⁶³.

Stuart Hall propõe a utilização da categoria *identificação* como mais adequada quando o assunto é a teoria social e cultural. Isto porque o conceito de *Identidade* tal qual o Ocidente o utiliza há 2.500 anos - na forma proposta pela lógica de Aristóteles - se baseia nos princípios da identidade e da não contradição: só se pode conhecer aquilo que é; não se pode conhecer aquilo que é e *não é* ao mesmo tempo.

Para muitos, entretanto, apesar do enorme questionamento que este conceito de identidade vem sofrendo, ele ainda é a condição de possibilidade de qualquer discurso e interlocução. É a base das relações práticas do homem em sociedade.

No pensamento de Aristóteles, trata-se de dar a conhecer aquilo que é a essência das coisas. A formulação dos conceitos, aquilo que as coisas são, seria feita a partir da seleção do universal e necessário, eliminando-se o contingente e o particular. É interessante observar a origem latina do verso ser — *essere* — que nos dá justamente a idéia de essência.

Nas palavras do filósofo Gerd Bornheim,

“(...) Aprendia-se portanto, a grande Identidade — o A que tropeça em si mesmo —, ou seja: não se aprendia nada. [porque não havia] vinculação sofrida com o mundo em que vivemos. Realmente, como ensinar a pensar a

¹⁶³ HALL, Stuart, “Quem precisa de identidade?” In: Silva, Thomaz Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 104.

realidade se não se embrenha o pensamento nas contradições que urdem a própria tessitura do real? E qual o interesse em apassivar o pensamento, subjugando-o à lógica da identidade e fechando-lhe os olhos para as contradições de toda a ordem que quase devastam o homem? Com tal lógica, pensa-se a partir do quê? Para quê?”¹⁶⁴

Portanto, no campo delimitado, os questionamentos do último século em relação à Identidade foram muito fortes e de diferentes matizes, mas que de uma forma bastante abrangente assumem o pensamento dialético para o qual não pode haver identidade sem a diferença. Vejamos, brevemente, esses questionamentos: a teoria marxista sinalizando que o indivíduo se subordina às condições econômicas, sociais, históricas; a psicanálise que afirma que parte de nossa *identidade* é formada por meio de processos psíquicos em um universo que escapa totalmente à racionalidade: o Inconsciente; a lingüística de Ferdinand Saussure asseverando ser a linguagem uma referência social e cultural e que o processo de significação se baseia nos pressupostos de identidade, sim, mas, também no de diferença. Outras contribuições importantes para esse questionamento foram os movimentos sociais e políticos dos anos 60, assim como a construção da genealogia do “sujeito moderno” de Michel Foucault, inserindo nas discussões a “microfísica” do poder.

Stuart Hall, preocupado com a questão da Identidade inserida nas culturas nacionais, destaca que muitas vezes usamos o verbo ser (*essere* – essência) para metaforicamente expressarmos nossa identidade nacional: eu *sou* brasileira.¹⁶⁵ Metaforicamente, porque as identidades nacionais não nascem conosco, não há nenhum tipo de hormônio que segregue em nosso organismo tal identidade. Por isso, podem ser formadas e transformadas sempre que confrontadas com a diferença. Se não fosse assim, os dilemas e questões que os escritores, políticos do Brasil da virada do século XIX para o XX se colocavam, não fariam sentido algum.

Destaco, entretanto, que não estarei trabalhando com a questão nacional buscando definir o que seja o sertão em oposição ao litoral, mas, sim, como já reiterei anteriormente, pensando esta relação de maneira dialética, privilegiando as relações entre o universal e o particular, entre o nacional e o regional, entre o litoral

¹⁶⁴ BORNHEIM, Gerd. *O Idiota e o Espírito Objetivo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1980, pp. 147-8.

¹⁶⁵ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 47.

e o sertão numa relação de estreita dependência: afinal, não há, no Brasil, desenvolvimento, modernidade, nação, sem sertão. Portanto, se trata de pensar a identidade da nação para entender, também, como essa representação foi capaz de reescrever o passado do Brasil e de lhe vaticinar o futuro. Lembremo-nos de que Brasília era a construção do novo, do novíssimo. Entretanto, como já explicitiei, uma determinada operação historiográfica foi feita para explicar sua construção elaborando, a partir de um processo de seleção, um determinado passado para o país. Mais do que o sentido do sertão ou do litoral, trata-se de buscar entender Como essas representações e clivagens, expressas em uma série de documentos, operaram nesse momento de construção da nova capital.

Nos anos imediatamente subseqüentes à proclamação da República, os debates giravam em torno de nossa identidade: havia uma “questão nacional” a ser resolvida. Em muitos momentos, essa questão se expressou na consciência da existência de uma civilização litorânea em oposição a uma civilização sertaneja, afinal nossa identidade estaria ou de um lado ou do outro. Pode-se pensar que “mineiramente” o governo Juscelino Kubitschek resolve o problema: nem no litoral, nem no sertão, no coração, no **meio**. Mas na verdade, a idéia de centro, de meio não é uma opção de consenso. Esta idéia de centro é fundamental para a concepção de Brasília pois o centro, o coração faz a mediação, num processo de reconciliação entre os pólos que, nesse caso, são o litoral e o sertão.¹⁶⁶

Entretanto, querendo sair um pouco desse par dicotômico assentado no princípio da não contradição de Aristóteles, gostaria de propor analisar essa questão a partir de uma perspectiva de nação de natureza dialética na qual o sertão não é um resquício do passado, não é algo que deve acabar, mas que durante todo esse período foi condição de possibilidade de toda e qualquer modernidade no Brasil. Como nos ensina o professor Durval Muniz Albuquerque, para aqueles que pensam que a civilização traz modernidade, pode-se observar que a civilização também pode trazer mais sertão. Se compreendermos sertão como o espaço da ausência de civilização, o que podemos dizer de nossas civilizadas metrópoles Rio, São Paulo e tantas outras? Guimarães Rosa não teve dúvida: “Sertão é isto: o senhor empurra pra trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando

¹⁶⁶ Cf. TUAN, Yi-fu. TUAN, Yi-fu. *Topofilia...* Op. Cit., p. 19.

menos se espera.”¹⁶⁷ Andréa Jacinto sinaliza que, na atualidade, a expressão “entorno” do DF nada mais é do que uma atualização dessa idéia de vazio, ausência, tão reiterada por aqueles que ao longo da primeira metade do século XX possuíam autoridade e poder para dizer o sertão. O entorno do DF, hoje, segundo essa perspectiva é sobretudo uma construção discursiva que reatualiza a questão da região-problema, trazendo à tona uma série de imagens depreciativas formuladas por setores do Estado¹⁶⁸. Neste sentido, Starobinski assevera:

“(…) A surpresa perturbadora é descobrir que longe de necessitar da longa duração cara aos historiadores, as passagens da barbárie à civilização, da civilização à barbárie se fazem por vezes em um só passo. Por mais que a história aqui contada implique apenas indivíduos de antigamente, sua moralidade final, contudo, possui um alcance mais vasto e poderia estender-se a todos os homens e a todos os tempos. (...) A oposição entre a civilização e a barbárie equilibra-se em uma suspensão interrogativa. Isso não leva a renegar a civilização, mas a reconhecer que ela é inseparável de seu avesso.”¹⁶⁹

2.1 Um Lugar para o sertão

Ao consultar os dicionários e os significados presentes sobre o vocábulo *sertão*, encontraremos um consenso em relação ao seu significado mas não, necessariamente, em relação a sua localização. Fenômeno já percebido por Guimarães Rosa quando afirma não só que o “sertão está em toda parte”¹⁷⁰ mas também que é um lugar que aceita todos os nomes: “aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga.”¹⁷¹ Ou então, de maneira mais radical, afirma Luc Dertain em *Le Globe sous le bras* que “Não atingimos o sertão; porque desde que respiramos o lugar, ele já não é mais sertão”¹⁷².

¹⁶⁷ ROSA, Guimarães *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1972, p. 218. Cf. ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. “Quando a gente não espera, o sertão vem: *Grande Sertão: Veredas*, uma interpretação da história do Brasil e de outros espaços.” Cf. www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm

¹⁶⁸ JACINTO, Andréa Borghi Moreira. “*Margens Escritas: versões da capital antes de Brasília*.” Comunicação apresentada na XXV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006, GT 50 – Sertão: sentidos e re-sentidos.

¹⁶⁹ STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p. 56.

¹⁷⁰ ROSA, Guimarães. Op. Cit., p. 09.

¹⁷¹ Idem., p. 370.

¹⁷² Apud: DEBS, Sylvie. *Cinema e Literatura no Brasil. Os Mitos do Sertão: emergência de uma identidade nacional*. Fortaleza: Interarte, 2007, p. 118.

Vejamos os significados encontrados em dicionários:

“*Lugar* inculto, distante das povoações ou terras cultivadas, longe da costa.”
(CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.)

Região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas.
(HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.)

Na fala daqueles que moram em regiões que são consideradas “sertão” temos:

“ O nome de sertão é um *lugar* que tá desertado (...)” Seu Adão – Vale do Jequitinhonha.
(RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Sertão, Lugar Desertado. O Cerrado na Cultura das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 281, Vol. 2.)

Ou então,

“(...) sertão como um todo é *selvagem*, ou quando muito, um *espaço* intermediário entre o litoral ou algumas outras cidades próximas do interior e a completa barbárie das entranhas do continente.”
RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Sertão, Lugar Desertado. O Cerrado na Cultura das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 283, Vol. 2.)

Ou ainda,

“O sertão é um território particular que fica por trás de Pernambuco. Essa palavra significa Boca do Inferno, pelo que me disse nosso tradutor”¹⁷³

Nas definições acima, destaquei em itálico as referências a *lugar*, *espaço*, *região*. Se optasse por selecionar e reproduzir aqui outras, teríamos provavelmente, área, território, enfim um amplo vocabulário de natureza geográfica.

Na verdade essas palavras são usadas como sinônimos e até mesmo elas, isoladamente, possuem muitos usos e significados¹⁷⁴.

¹⁷³ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 2000, art. Sertão, p. 822.

¹⁷⁴ Para uma apresentação das diversas concepções de espaço, território e lugar. Ver: MESQUITA, Zilá. “Espaço, Território, Lugar... Estas Palavras Ciganas... In: *Educação, Subjetividade e Poder*. Porto Alegre, n.5, Vol. 5, julho 1998, pp. 64-75.

Na fala de muitos contemporâneos da construção de Brasília, era fundamental para o desenvolvimento do país que se tomasse posse dos vazios do interior brasileiro, dos rincões e sertões do país. Ao encerrar o Congresso dos Municípios Mineiros, em Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek reiterava, numa clara alusão à relação entre a nação e a identidade

“(...) Nada obstará a marcha do país para a conquista de si mesmo, que é a ocupação efetiva de suas grandes áreas internas.”¹⁷⁵

Uma possibilidade de interpretação desta fala de Juscelino Kubitschek é a de uma semântica para o sertão como um *território*: o conceito de território, como já vimos, pressupõe a atuação de um poder, de uma força político-administrativa sobre uma determinada região.

“(...) Estado e território são então estreitamente ligados. As funções essenciais do Estado são o controle do território, a manutenção de sua integridade, sua extensão eventual, a retificação de suas fronteiras. Sobre o território se exerce uma autoridade, uma competência; sua extensão define o campo de aplicação deste poder. Cada construção territorial só subsiste graças ao bom funcionamento duma administração direta ou delegada que assegure a gestão, o controle.”¹⁷⁶

Legitimava-se a construção de Brasília já que era uma tarefa do Estado brasileiro colocar fim à ausência: ausência de poder público, à ausência de civilização, à ausência de desenvolvimento.

Uma interpretação que se agrega a esta, quase como que um desdobramento, associa a construção de Brasília no sertão como uma solução para a ausência de qualquer sentimento de pertencimento à nação e à ausência de identidade nacional. A conquista e desbravamento desse sertão significavam a hegemonia da nação e da nacionalidade sobre a natureza e o território brasileiros.

A bibliografia consultada sobre o Sertão e a origem etimológica do vocábulo é unânime em relacioná-lo a um espaço. A referência mais antiga que parece haver é

¹⁷⁵ KUBITSCHKEK, Juscelino. Discurso proferido na sessão de Encerramento do Congresso dos Municípios Mineiros. In: *Revista Brasília*. Rio de Janeiro, 1957, nº 04, Ano 1, p.01-02.

¹⁷⁶ Apud. MESQUITA, Zilá Op. Cit., p. 70.

a de um dicionário de autoria de Bernardo Maria de Carnecatim e publicado em Lisboa que remete a origem desta palavra a uma língua da região de Angola: a língua *bunda*. Segundo Willi Bolle, com referências a estudos de Gustavo Barroso e Walnice Nogueira, a palavra já era usada na África e, posteriormente, em Portugal. Não era originalmente empregada, como mais tarde o será, em referência à noção de deserto (aridez, secura, esterilidade), mas sim com a de interior, de região distante da costa: por isso o sertão pode até ser formado por qualquer tipo de vegetação, contanto que sejam afastadas do mar. A grafia era feita com “c” – mulcetão. No dicionário de língua Bunda, mulcetão bem como sua corruptela “certão” é dado como *locus mediterraneus*, isto é, um lugar que fica no centro ou no meio das terras.¹⁷⁷

O vocábulo preservará o sentido de interior, associando a ele, também, as paisagens desérticas.

Minha preocupação, mais do que estabelecer uma localização para a região é compreender o *sertão* como uma rede de sentidos e não como palavra cujo significado já está dado, estabelecido; compartilho da idéia de que o sertão não é necessariamente um espaço geográfico (apesar de ser impossível promover uma dissociação desta idéia); é, sim, uma referência cultural e, enquanto tal, índice de discurso hegemônico e de atribuição de identidade.

Para aqueles homens, principalmente, que ao longo do século XX procuravam alocar nossa identidade ou no litoral ou no sertão, que asseveravam que o *sertão* era o *locus* da barbárie, daquilo que havia sido abandonado pelos poderes constituídos, reafirmo: o *sertão* não é um resquício do passado; é justamente condição de possibilidade para o discurso do desenvolvimento e da modernidade. E a modernidade surgia, neste momento, como um caminho para a nacionalidade. Portanto, não há modernidade brasileira sem sertão.

E aqui estamos retomando a compreensão de quão importante é o poder de dizer a região. Acredito que a relação litoral/sertão e esse poder que o litoral se arvora de dizer o sertão têm suas raízes nas relações históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais que se estabeleceram entre essas duas regiões.

¹⁷⁷ BOLLE, Willi. *grandesertão.br*. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Ed. 34, 2004, p. 48.

Em muitas circunstâncias o Rio continua dizendo Brasília, a despeito dela ser a capital federal. Mas o que importa se ela, Brasília, não representa o Brasil? Afinal, como sinalizou Machado de Assis em 1896,

“(...) a própria cidade do Rio de Janeiro não reclamou nada, quando se discutiu a Constituição, não levou aos pés do legislador o seu passado, nem o seu presente, nem o seu provável futuro, não examinou se as capitais são ou não obras da história, não disse coisa nenhuma;(...)

A conclusão é que o Rio de Janeiro, desde princípio, achou que não deveria ser capital da União, e este voto pesa muito. É o decapitado *par persuasion*. Assim é que temos contra a conservação da capital, além do mais, o beneplácito do Rio de Janeiro.”¹⁷⁸

Portanto, não estarei procurando estabelecer uma correspondência entre o sertão, no caso o de Goiás e o discurso sobre este sertão. Até porque, se o Sertão é

“Lugar desertado, sem gente, domínio da natureza, reino de feras: quem vive num lugar assim? Se sertão é corruptela de “desertão”, como pode haver aí moradores?

Seria o sertanejo um desertor, aquele que sai das fileiras da ordem e da civilização? Ele nega: se aqui vivo, o sertão é mais para adiante.”¹⁷⁹

Minha preocupação é tentar verificar de que maneira textos e imagens elaborados por diferentes representantes de também diferentes segmentos sociais em diferentes épocas compuseram e cristalizaram representações sobre este território-sertão. De que maneira dialogaram com outras tantas tradições e discursos? De que forma ocorreram apropriações, ressemantizações, ressignificações que, de uma maneira ou de outra, marcam hoje, as nossas próprias imagens e representações sobre esse território?

Gostaria ainda de afirmar que tenho a consciência de que a aproximação em relação a textos e imagens implica sempre uma distância no tempo que senão insuperável, é difícil de transpor. Apresentarei, na seqüência a metodologia que pretendo seguir nesta tarefa.

¹⁷⁸ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *A Semana II*. São Paulo: Globo, 1997, p.31.

¹⁷⁹ RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Op. Cit., p. 13.

2.2 Do Método

Em se tratando da discussão acerca da imagem da nação e de sua representação através de sua capital, estarei procedendo a análise a partir dos discursos textuais e imagéticos do período, conscientes de que esta produção textual e imagética feita durante os anos JK deram visibilidade e dizibilidade¹⁸⁰ ao sertão-Brasília. Os textos e as imagens não reproduzem o *real*, mas produzem efeitos, agenciam percepções e ações, são capazes de construir uma determinada *realidade*. Deve-se estar atentos para o fato de que boa parte das imagens que fazemos e temos em nossa mente são resultados não de uma formulação presencial no sentido de que estivemos em um determinado lugar e conformamos a nossa representação sobre dada paisagem. Em geral, nosso repertório imagético é formado por imagens e construções de alguém que esteve lá, viu e nos relatou. Disto, por exemplo, já nos alertara Euclides da Cunha:

Ao revés de admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é certo, sem par, capaz daquele terror a que se refere Wallace; mas todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a Hyloe prodigiosa com um espanto quase religioso — sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. (...)¹⁸¹

Reitero, a partir deste texto de Euclides, essa questão que é central neste estudo: as representações imagéticas que temos ou fazemos de coisas, pessoas e lugares não são originalmente nossas (e nem poderiam ser). Vemos as coisas pelos olhos, lentes, textos de outrem, e formulamos, cada um de nós, as nossas próprias representações que são mediatizadas por visões de mundo, pelo imaginário social, pelas inúmeras apropriações de que são objeto e também, inegavelmente pelo meio pelo qual essas informações são veiculadas. A veiculação dessas informações quer

¹⁸⁰ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste ...* Op. Cit., pp. 56 e passim.

¹⁸¹ Citado por SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador e a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 32.

textuais, imagéticas, sonoras por meio da literatura ou do cinema ou ainda do rádio e da televisão, são capazes de produzir “efeitos de realidade” outros. É inegável, por exemplo que a fotografia produza um “efeito do real” maior do que aquele produzido pela literatura. Por sua vez, maior ainda é o efeito de realidade produzido pelo cinema.

E é isto que queremos chamar a atenção: de que mais do que um saber produzido por estes textos e imagens, eles acabam por agenciar, dar existência a uma *outra realidade*. E é neste sentido que Foucault trabalha com a noção de discurso: esse conhecimento e essa *realidade* instituída produzem uma determinada tradição¹⁸²: Na verdade, o sertão mais do que um lugar espacial e geográfico concreto, é um conjunto de

“(...) enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza.”¹⁸³

importando aqui observar como foi sua construção, como se deu sua operacionalização e seu funcionamento, que efeitos produziu.

Para empreender tal tarefa, tive que fazer algumas opções: primeiramente decidi trabalhar com discursos textuais e imagéticos produzidos externamente ao sertão e que se auto-referenciam para esclarecer como seu deu este processo de invenção de uma determinada tradição no que se refere à transferência da capital para o interior do Brasil.

Em alguns momentos dessa caminhada tive que recorrer à produções de intelectuais de Goiás para explicitar alguns contrapontos necessários ao trabalho. Já adianto que o trabalho com esse material deve ser objeto de novos estudos que, infelizmente, não poderei aprofundar aqui.

Em se tratando de documentação textual, minhas fontes serão basicamente trabalhos de escritores, jornalistas, e políticos, as narrativas de viagens e relatórios científicos, conforme apresentei na Introdução deste trabalho.

¹⁸² FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

¹⁸³ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste ...* Op. Cit., p. 24.

E, como nosso objetivo aqui é investigar o fato de Brasília não ser a referência quando se fala de representação/imagem do Brasil e dos brasileiros e, em se tratando da questão da imagem de Brasília como metonímia do país, torna-se necessário direcionar o meu estudo para a questão da visualidade, retomando o meu ponto de interesse acerca da capacidade da imagem/forma produzir significados e estabelecer mediações.

Ao destacar o papel da *visualidade*, seguimos as sugestões do professor Ulpiano Bezerra de Menezes¹⁸⁴, que assegura a proficuidade do deslocamento da questão das fontes visuais para o campo da *visualidade*. Isto porque as fontes, segundo este autor, não são o objetivo último do conhecimento. São meios que nos permitem conhecer aspectos considerados relevantes da história das sociedades. Em suas próprias palavras, “As séries iconográficas (...) não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade.”¹⁸⁵

Estudar a *visualidade* que existe nas sociedades é justamente destacar a historicidade embutida nessa dimensão. As sociedades, não se representaram, não se disseram da mesma maneira ao longo do tempo. A visualidade, portanto, não é uma característica da documentação; é sim, um atributo dos próprios processos sociais¹⁸⁶. Segundo a interpretação de Ulpiano Bezerra de Menezes, a visualidade é um conjunto de discursos e práticas que constituem variadas formas de experiência visual em circunstâncias históricas específicas.¹⁸⁷

Propomos explorar, portanto, a capacidade das imagens de produzir conhecimento partindo do pressuposto de que a *visualidade* é uma dimensão dotada de historicidade e passível de estudo e compreensão.

¹⁸⁴ MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Rumo a uma história visual” In: MARTINS, José de Souza (org.) *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005, pp. 33-56. Ver também: MENESES, Ulpiano Bezerra de “Fontes Visuais, Cultura Visual, História visual”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/Humanitas, vol.23, nº 45, 2003, pp. 11-43.

¹⁸⁵ MENESES, Ulpiano Bezerra de “Fontes Visuais, Cultura Visual, História visual”. In: Op. Cit., p. 36. Ver também: LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e Cidade. Da Razão Urbana à Lógica do Consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1945)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1997, pp. 9-11.

¹⁸⁶ MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual.”, Op. Cit., pp. 30-32.

¹⁸⁷ Idem.

Se o Professor Ulpiano Bezerra de Meneses propõe o deslocamento das fontes visuais para a *visualidade* é porque tem observado nos trabalhos que tratam de uma história iconográfica uma forte tendência ao uso quase exclusivo de fontes de natureza visual e o esmaecimento das demais; como se o uso exclusivo das fontes visuais garantisse e legitimasse por si só o trabalho desenvolvido. As fontes de natureza textual, oral, performática também devem e podem ser utilizadas, sem que se estabeleça uma hierarquia de fontes. A sua escolha e uso devem ser justificados metodologicamente a partir de sua adequação para melhor responder às questões e problemas levantados. Até porque, o resultado final do trabalho pode ficar comprometido se não se levar em consideração o diálogo entre a variedade de “fontes” que o homem produz em suas práticas e não se deixar levar por uma espécie de “oculocentrismo”, muito em voga nos dias atuais devido, dentre outros fatores, ao lugar que as imagens vêm ocupando no mundo contemporâneo. Fontes visuais, orais e escritas serão, assim, tratadas como resultado de relações sociais, por isso, seguindo ainda as orientações do professor Ulpiano, a documentação será tomada a partir de ângulos distintos: primeiramente, uma vez que é necessário estudar a visualidade em torno de um determinado sentido para o sertão, a documentação será tratada por meio de séries, já que é necessário estabelecer padrões de uso e apropriação. Foram organizadas, com este fito, quatro séries distintas: a série **Revista**, englobando os periódicos A Informação Goyana, a Revista Oeste e a Revista Brasília; a série **Recortes de Jornais**; a série **Cinejornais Novacap** e a série **músicas**. Estas séries documentais então passarão a ser tratadas como artefato, objeto, materialidade, através do conhecimento sobre as relações sociais que as geraram: quem as produziu, por quê, a quem se destinavam tentando recompor o que se denomina de seu circuito social¹⁸⁸, suas condições de produção e mais especificamente a análise dos programas e das políticas para as imagens, textos e depoimentos.

Na seqüência, após esta abordagem das condições de produção destas séries que nos permitem explicitar um determinado sentido para sua publicação, passarei a sua análise expressiva, no sentido de que procurarei estabelecer como jornalistas, escritores, fotógrafos, cineastas e músicos levam o seu leitor, espectador

¹⁸⁸ FABRIS, Anateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo-Edusp, 1991, pp39-82.

ou ouvinte ao sertão ou a Brasília. Esta etapa será feita mediante a identificação de campos semânticos recorrentes¹⁸⁹ para que possamos identificar as representações que podem daí ser aferidas.

Entretanto, é muito importante assinalar que por serem resultado de relações sociais, não se deve esperar encontrar nas fontes utilizadas para responder às questões que eu, como historiadora, apresento, a ausência do conflito e das incoerências que são próprias do mundo social. Nas palavras do professor Ulpiano

“Sem dúvida, nada impede, por exemplo, que práticas e representações, em modo verbal e visual, possam eventualmente corresponder-se. Entretanto, é improvável que por sua natureza elas devam sempre fazê-lo, como se fossem peças apenas apresentadas em formas múltiplas mas que, ao final, se encaixarão fatalmente umas nas outras, ordenadamente, como num *puzzle*. (...) Deve-se concluir, sobretudo, pela exigência de examinar as fontes visuais (e outras, é claro) mais do que como documentos, como ingredientes do próprio jogo social, na sua complexidade e heterogeneidade.”¹⁹⁰

A documentação que será analisada sob a perspectiva do registro, procura dar a conhecer essa produção de “consciência geopolítica”¹⁹¹ a partir de um processo de seleção feito a partir do universo simbólico daquela sociedade. Ora, o que é selecionado? Como nos indica Cornelius Castoriadis,

“(...) cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive, tentando cada vez fazer um conjunto significativo, no qual certamente devem encontrar lugar os objetos e seres naturais que importam para a vida em coletividade, mas também esta própria coletividade. Esta imagem, esta visão mais ou menos estruturada do conjunto da experiência humana do possível, utiliza as nervuras racionais do dado, mas as dispõe segundo significações e as subordina a significações que como tais não dependem do racional (...) mas sim do imaginário.”¹⁹²

Ou seja, do elemento

“(...) que dá à funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver,

¹⁸⁹ Cf. NUNES, José Walter. Op. Cit., pp. 50 e passim.

¹⁹⁰ MENESSES, Ulpiano Bezerra de. “Rumo a uma história visual”, Op. Cit., p. 44.

¹⁹¹ SAID, Edward. Op. Cit., p. 24.

¹⁹² CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 179

de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, este significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência dos objetos de investimento prático, afetivo e intelectual, individuais ou coletivos (...)"¹⁹³

Bronislaw Baczo alerta que este adjetivo social acoplado à palavra imaginário, a despeito de não ajudar a circunscrever melhor o significado dos termos, é de fundamental importância, pois implica no direcionamento da atividade do pensamento para questões de ordem social envolvendo aí relações, instituições, exercício de poder, conflitos e, igualmente, porque designa a participação da função imaginativa individual em um fenômeno coletivo¹⁹⁴.

Essas representações são sistemas de interpretação (que significam e re-significam os objetos) que são, por sua vez, resultado de um processo de interiorização da realidade exterior elaborada psicológica e socialmente. Portanto, o processo de formulação de representações é um ato por excelência humano, pois pressupõe uma atividade intelectual que atua sobre uma realidade que nos é externa. Essas representações assumem seu caráter social uma vez que os indivíduos estão inseridos em grupos que partilham de um mesmo conjunto de significados porque sua origem, sua posição social são as mesmas assim como ocupam funções que acabam por condicionar a maneira como enxergam o mundo e lhe dão significado¹⁹⁵.

A maneira como os indivíduos representam a si e ao mundo condicionam seu comportamento frente a si mesmo e à sociedade. Ao fazê-lo, dialeticamente, estão sendo estabelecidas divisões, territórios, regiões; estamos, assim, falando também de poder. O imaginário social é lugar e objeto de conflitos¹⁹⁶.

Ora, como apreender esse imaginário social ? O imaginário social pertence ao campo da representação, mas não em um processo de tradução reprodutora, e sim

¹⁹³ Idem, p. 175.

¹⁹⁴ BACZO, Bronislau. "Imaginação Social." In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, Vol. 5 Antrophos-Homem, p. 309.

¹⁹⁵ MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes. 2003.

¹⁹⁶ BACZO, Bronislau. Op. Cit., p. 310.

de tradução criadora por meio dos “discursos” que expressam determinadas elaborações e expressões coletivas.

Ferdinand de Saussure, pai da moderna ciência lingüística, defende que a linguagem é um sistema de regras e normas que vigoram para além dos indivíduos e de suas consciências. O emissor de fala concreta, nada mais seria do que um suporte para convenções estabelecidas de modo arbitrário (a língua).

Mikhail Bakhtin, entretanto, sustenta que todo significado só surge no diálogo e o discurso é resultado de um processo de disputa por significação, de negociação, manipulação e escolhas. A palavra, segundo este estudioso, não é puro código estabelecido arbitrariamente; é, sim, resultado de todo um processo social de construção de sentido. Segundo nosso autor só é possível compreender a linguagem a partir das falas concretas dos agentes sociais. Daí o caráter dialógico, mutável e ambivalente da linguagem. Ora enquanto um fenômeno sujeito à ação social, a linguagem está carregada de relações hierárquicas, de conflitos e de poder; isto porque os diferentes agentes sociais com seus diferentes projetos se utilizam da mesma linguagem no campo do discurso. Por isso a linguagem se apresenta como o primeiro índice das mudanças em curso em uma determinada época¹⁹⁷.

Sendo assim, os imaginários sociais são uma rede simbólica sancionada socialmente e são ao mesmo tempo obra e instrumento deste imaginário externalizado por meio do discurso. Assim, assevera Bronislau Baczo:

“(...) O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças. Um só e mesmo código permite fazer concordar as expectativas individuais, exprimir as coincidências e as contradições entre as experiências e as esperanças, e ainda sustentar os indivíduos em ações comuns. Os imaginários sociais fornecem, deste modo, um sistema de orientações expressivas e afetivas que correspondem a outros tantos estereótipos oferecidos aos agentes sociais: ao indivíduo relativamente ao seu grupo social; aos grupos sociais relativamente à sociedade global, às suas hierarquias e relações de dominação, etc.; à sociedade global relativamente aos outros que constituem o seu meio envolvente. A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito o imaginário social *informa* acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada

¹⁹⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1986, pp.41 e passim.

maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização , o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.”¹⁹⁸

Há, portanto, nesse imaginário, em seu tecido simbólico uma circulação de mitos, utopias, expectativas. Baczo afirma inclusive que há maior força quando o imaginário social opera com expectativas de uma sociedade em relação ao seu futuro.

A construção de Brasília representava, no imaginário social brasileiro do período, a construção da própria nacionalidade, tarefa que, segundo os contemporâneos da construção e de sua reconstituição histórica, ainda estava por fazer. Segundo hipótese de Márcio de Oliveira, “Brasília, aquela que não deveria ter existido” foi não só construída, mas foi pouco a pouco conquistando a população porque os argumentos defendidos pelos “mudancistas” repercutiram “positivamente na imagem geral que se tinha do Brasil de então.”¹⁹⁹

De fato, Brasília se apresenta como capital política do país. Entretanto, a hipótese que norteia este trabalho é de natureza diversa: se baseia na idéia de que apesar de capital política do país, Brasília não tem “capitalidade”, não consegue representar a nação. Essa ausência de capitalidade é consequência de uma série de fatores; gostaria de examinar aqui a hipótese do processo de significação e re-significação do sertão — agenciado durante aqueles anos de construção de um novo país e de uma nova sociedade — ser um deles. Assim, acredito ser necessário trabalhar na perspectiva da construção de discursos e de sua apropriação entre os diversos grupos sociais. Procurarei utilizar a análise dos documentos baseada na compreensão da noção de discurso enquanto negação de um esquema de comunicação elementar que se define a partir de uma relação sem mediações entre emissor, receptor, código, mensagem. Por isso não estarei trabalhando também com o conceito de ideologia, tal qual cristalizado por diferentes trabalhos de natureza marxista. Nestes, a ideologia acaba por negar a particularidade da emissão

¹⁹⁸ BACZO, Bronislau, Op. Cit., p. 311.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, Marcio de. Op. Cit., p. 23.

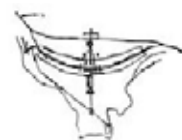
do discurso e as diferentes possibilidades de sua apropriação, além de partir do pressuposto de que o ideológico é uma inversão da realidade.

Para o tipo de análise que pretendo fazer, o processo de significação não se encontra simplesmente implícito na intencionalidade do sujeito emissor e em sua fala, mas, reconhece a possibilidade da existência da produção de sentidos múltiplos e variados, extrapolando os limites da simples transmissão de informações²⁰⁰. Estou compreendendo, assim, os discursos textuais e imagéticos como suportes das diferentes representações existentes em uma mesma sociedade. Estes variam de acordo com o lugar social de expressão do discurso; e sua maior ou menor receptividade depende de ser o emissor reconhecido como portador legítimo ou não de tal enunciação. Há também a condição do receptor como produtor de discursos que ao contrário da passividade, se apropria e reelabora aquilo que era produto para consumo, em produção, segundo sua trajetória e expectativas em relação ao futuro. Por isso também destaquei a importância de se trabalhar os programas e as políticas desenvolvidas em torno dessa documentação escolhida no sentido de que elas resultam

“(...) do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (...) o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também de épocas sucessivas durante as quais continuou a viver.”²⁰¹

²⁰⁰ ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 2002, pp.20-25.

²⁰¹ LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento” In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106, vol 1.



3. Condenados à Modernidade

Um trabalho que procura investigar a dimensão da visualidade e tratá-la historicamente deve procurar apreender seu objeto em sua interação social. Só esta interação explícita e produz significados. É nessa interação que se dá a disputa pelo sentido, construído a partir de discursos e práticas característicos e constitutivos de experiências sociais distintas, porque fruto de circunstâncias históricas específicas.

Se reitero, seguindo as sugestões do professor Ulpiano, o uso do visual como “plataforma” estratégica de observação de uma determinada realidade, quero chamar a atenção para a visualidade de Brasília também como uma experiência estética: a visualidade de sua arquitetura (como suas construções interagem com os espaços), a visualidade propiciada pelo seu plano urbanístico, a visualidade de seu céu “traço do arquiteto”, a visualidade estabelecida a partir das asas do avião.... De todos os ângulos e em todas estas facetas, há um consenso: Brasília é uma cidade *modernista*, é uma *urbs* moderna.

A sentença é conhecida e a princípio, quando nos debruçamos sobre a extensa bibliografia sobre a cidade, pode-se perceber que, na maior parte das vezes, essa característica é tomada como um dado e, quase que exclusivamente, em termos urbanísticos e arquitetônicos. Assim, a cidade é obra de dois gênios da arquitetura *moderna* brasileira: Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, admiradores de Charles Édouard Jeanneret-Gris, Le Corbusier, renomados arquitetos e urbanistas contemporâneos.

Entretanto, quero problematizar essas afirmações consagradas, não para contestá-las; ao contrário, para reforçar a dimensão modernista da cidade, construindo o contexto de sustentação deste trabalho ao tempo que o recorte temporal deste estudo é explicitado.

Explicando melhor: são poucos os trabalhos²⁰² que aprofundam a relação entre a construção da nova capital e o movimento modernista brasileiro em suas

²⁰² Ver SCHWARTZ, Jorge (org.). *Da Antropofagia à Brasília*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

múltiplas facetas. A referência ao moderno para a construção da moderna Brasília é, em geral, sempre a matriz urbanístico-arquitetônica de Le Courbsier.

Não estou sugerindo que não o seja — muito pelo contrário. Entretanto, sabe-se que a sua construção envolveu um longo processo de construção de sentidos que pode ser expressa, para aqueles mais apaixonados pela questão das idéias mudancistas, nas muitas décadas demandadas para sua construção política, social, imaginária.

Esclareço que não pretendo aqui aprofundar tal estudo, mas é importante apresentar a contribuição daqueles que se propuseram a pensar o Modernismo, e também daqueles que relacionaram Brasília a esse pensamento “moderno brasileiro”. Dizia-se que “No Brasil dos anos dourados, tudo era novo”: o cinema era novo, a música era nova e para acompanhar o novo ritmo, o presidente era bossa nova. Caberia, portanto, uma *nova* capital para o país.

Pois bem, na medida em que me debruçava sobre a bibliografia referente ao meu objeto, pude observar que em paralelo com a dimensão urbanística e arquitetônica da nova capital, havia uma outra perspectiva a ser considerada que pode adensar o adjetivo “moderna” para a cidade. Diria que a principal — para este trabalho — diz respeito a uma capital modernista que começa a ser erigida a partir das questões e debates colocados para a sociedade brasileira em fins do século XIX.

A relevância dessa ampliação diz respeito a duas questões centrais deste trabalho: (1) as transformações na *dimensão visual* da sociedade associada à modernização característica da virada do século XIX para o XX e (2) o questionamento acerca da *capitalidade* do Rio de Janeiro.

Primeiramente, o período posterior ao fim da Guerra do Paraguai é tido pela historiografia como desencadeador da crise do Império. A bibliografia sobre o tema é extensa, mas, a dimensão dessa crise que destaco aqui é a de uma tomada de consciência por parte dos contemporâneos que os espaços se ampliavam e como constatou Machado de Assis em crônica para *A Semana*, o tempo se acelerava.

Em suas próprias palavras: “*Não há dúvida que os relógios, depois da morte de Lopez, andam muito mais depressa.*”²⁰³.

Há também, por parte da bibliografia especializada, um consenso de que essa sensação de ampliação dos espaços e aceleração do tempo tem estreita relação com uma série de modernidades que chegavam ao Brasil e se espalhavam: ferrovias, companhias de navegação fluvial e de cabotagem, imigrantes, maquinário agrícola, fotografia, cinema, um pouco mais tarde o automóvel, o avião. Não havia como ficar alheio a todas essas mudanças e não ser por elas interpelado. Sem dúvida, esse processo, associado a outros, promoveu alterações na *visualidade* daquela sociedade e é esse aspecto me interessa compreender.

A outra questão importante para o desenvolvimento deste trabalho é o fato de que é também nesse período do final do Oitocentos e início do século XX, que a cidade do Rio de Janeiro começa a ser questionada em seu papel de capital do país. Tomemos, por exemplo, uma questão central indicativa desse processo: a inclusão de um dispositivo constitucional que previa a demarcação de território no Planalto Central para posterior instalação de uma nova capital para o país. O Rio de Janeiro era questionado, assim, em suas bases, por não conseguir representar uma nação que não era só litoral, mas um imenso sertão. Questionamentos esses feitos por jornalistas, políticos, escritores que, de uma maneira ou de outra, compartilhavam e discutiam idéias que são constituintes do Modernismo. E será por meio do Modernismo que trarei para a discussão essas duas questões: novos padrões de *visualidade* e o papel e a posição da cidade do Rio de Janeiro perante a nação.

3.1 Modernismos

Moderno, modernização, modernidade, modernismo são palavras, às vezes, de pouca precisão semântica. Em vista disso, autores de diferentes matrizes de pensamento têm procurado estabelecer alguns limites conceituais para estes termos.

²⁰³ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras Completas. A Semana*. 25 de março de 1894, p. 114.

Modernidade é um vocábulo geralmente utilizado para designar a experiência histórica dos homens ocidentais relacionada à subjetividade e ao racionalismo de matriz cartesiana que ascenderam como categorias definidoras das relações do Homem com o mundo a partir dos séculos XVI e XVII.

Entretanto, é a partir do Oitocentos, que os homens ocidentais passam a compartilhar formas mais radicais de compreensão e vivência do espaço e do tempo, decorrentes daquela experiência originária, proporcionando, em alguns casos, um desconforto diante de um mundo em constante e acelerada transformação. É o “mal-estar da civilização” que Freud nos advertia provocado entre outras coisas pelo “desencantamento do mundo” de que nos fala Max Weber. Ou ainda, nas palavras de Marshall Berman:

“(…) A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar”.²⁰⁴

Já o termo **Modernismo** aparece relacionado às dimensões da cultura, da arte, da estética, da política. No caso da realidade brasileira, até os anos 80 do século XX, o Modernismo foi apresentado como movimento que teve seu início em São Paulo com a Semana de Arte Moderna ocorrida de 11 a 17 de fevereiro de 1922 e vem sendo interpretado como um dos elementos propiciadores das mudanças experimentadas pela sociedade e pelo Estado Brasileiro a partir dos anos 30 e que culminariam com o nacional-desenvolvimentismo dos anos 50 e 60 no Brasil. Um movimento de ruptura que se expressava, dentre outros aspectos, (1) na temática abordada pelos trabalhos de artistas, (2) no uso de tecnologias modernas que

²⁰⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 15.

repercutiram não só na forma, mas no conteúdo das informações veiculadas para a sociedade que se urbanizava no período.²⁰⁵

Alguns estudiosos²⁰⁶ têm demonstrado que essa abordagem da temática do Modernismo, tendo São Paulo como berço e a Semana de Arte Moderna em fevereiro de 1922 como data de nascimento, produziu, dentre inúmeras simplificações, uma homogeneização de sentidos para esse movimento tão diversificado e abrangente, além de dar ênfase a uma estreita vinculação do mesmo com correntes estéticas internacionais, como se nos limitássemos a absorvê-las.²⁰⁷

A partir dos anos 90, portanto, vários estudos procuraram considerar outras variantes, ampliando os horizontes temporais e retirando o foco espacial do Modernismo de São Paulo. Afinal, o Modernismo brasileiro não poderia ser uma repentina descoberta dos paulistas ou de qualquer outro conjunto de intelectuais isoladamente. Nas palavras de Annateresa Fabris:

“(...) A centralidade que os modernistas de São Paulo atribuíram a si mesmos — esposada pela maioria dos estudiosos até o final dos anos 70 — foi vista dentro de uma ótica nova: como estratégia de vanguarda, como uma leitura particular da modernização da cidade, transformada em paradigma para todo o Brasil.”²⁰⁸

Assim, a partir destes estudos buscou-se mostrar que havia uma diversidade de Modernismos o que implica poder pensar em uma igual variedade de projetos de modernidade que poderiam se expressar em diferentes estéticas.²⁰⁹

Os anos 80 e 90 do século XX assistem, dessa maneira, a uma espécie de “revisonismo”, a partir do qual a centralidade que os próprios paulistas atribuíram a si e, conseqüentemente, à Semana de Arte Moderna que estabeleceu para este

²⁰⁵ GOMES, Angela Maria de Castro. “Os intelectuais Cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de *Festa*.” In: *Luso Brazilian Review*. Vol. 41, n., 1 2004, p.82.

²⁰⁶ FOOT HARDMAN, Francisco. “Antigos Modernistas.” In: NOVAES, Adauto. (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

²⁰⁷ Além do estudo de Francisco Foot Hardman, destaco aqui o trabalho de Ângela Maria de Castro Gomes, o de Annateresa Fabris já citados e o trabalho de MICELI, Sergio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: perspectiva, 1977.

²⁰⁸ FABRIS, Annateresa (org.) *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1994, p. 08.

²⁰⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. *Essa gente do Rio ...Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 12.

grupo uma vanguarda intelectual que se tornaria hegemônica²¹⁰, passa a ser problematizada.

Estes estudos procuraram demonstrar que muito antes da Semana de Arte Moderna de 1922 — mais precisamente ao longo do período que separa a crise do Império da própria Semana — a intelectualidade dos principais centros urbanos já discutia os destinos da nação em torno do sentimento de conforto/desconforto provocado pela experiência da modernidade.

Essa experiência foi abordada de diferentes maneiras. Francisco Foot Hardman propõe uma síntese dessa diversidade de abordagens que vou me utilizar aqui: ele as agrupa em dois conjuntos: um que propõe uma interpretação *eufórico-diurno-iluminista* e outro *melancólico-noturno-romântica*²¹¹.

Em seus trabalhos, tanto Ângela Maria de Castro Gomes quanto Francisco Foot Hardman e Annateresa Fabris identificaram intelectuais, jornalistas, políticos de diferentes cidades brasileiras que davam sentido àquela sensação descrita por Marshall Berman em sua análise sobre o Modernismo e a experiência russa em relação ao atraso da sua sociedade frente à Europa Ocidental: um sentimento de polarização entre a angústia do atraso e o desejo de desenvolvimento. Essa sensação era, com certeza, sentida por inúmeras pessoas nos centros urbanos do país que, em maior ou em menor grau, vivenciavam esse processo de modernização.

Este sentimento de conforto/desconforto expresso por um grupo de intelectuais antes da semana de Arte Moderna nos remete à Geração de 1870 que, experimentando as mudanças pelas quais parcela da sociedade brasileira passava, se posicionava entre (1) o sentimento de sentir-se em casa em meio ao redemoinho da modernidade — já que esta nos levaria à vanguarda da civilização ocidental e (2) a sensação de desconforto em relação ao conteúdo e à velocidade das mudanças

²¹⁰ Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo sociedade e Cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992. FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 – 1940)*. São Paulo: Unesp, 2002 e GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa gente do Rio ...Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, FABRIS, Annateresa. "Figuras do Moderno (Possível);" In: SCHWARTZ, Jorge (org.) *Da Antropofagia a Brasília. Brasil 1920 – 1950*. São Paulo: FAAP e Cosac & Naify Edições, 2002, p. 43.

²¹¹ Para a análise dessas categorias ver FOOT HARDMAN, Francisco. Op. Cit.

que se lhes apresentavam e que nos descaracterizavam, afinal, o nosso passado era aquilo que nos singularizava; era a fonte de nossa identidade nacional.

Sem querer antecipar ou manter o berço do Modernismo em seu lugar histórico de distinção, qual seja, a Semana de Arte Moderna, diria que talvez pudéssemos pensar a Semana como um *acontecimento*. Enquanto tal, a Semana pode ser compreendida tanto como culminância quanto desencadeamento de um processo responsável pela aceleração e pelo estabelecimento de relações entre eventos, “os cruzamentos dos itinerários possíveis” de que nos fala Paul Veyne²¹², que se encontram, a princípio, desarticulados e que ganham sentido e coerência por meio do trabalho de historiadores que se debruçam sobre os documentos que foram selecionados à época como representativos do sentido, do imaginário daquela sociedade e que sofrem mais uma seleção e ordenação contemporâneas.

Em síntese, a Semana de Arte Moderna não inaugurou ou foi responsável por uma mudança; ela é resultado de um processo histórico e historiográfico e, enquanto tal, revelador e propiciador de outros²¹³.

De uma maneira ou de outra, essas visões e sentimentos acerca daquilo que estava acontecendo externalizaram, quer como estética, quer como tema, a questão da modernidade e da tradição.

3.2 Uma intelectualidade

*O papel do intelectual e do artista é tão importante hoje
Como o do guerreiro de primeira linha.
Tomai o lugar em vossos tanques, em vossos aviões, intelectuais de Minas!
Trocai a serenata pela metralhadora!
Parti em espírito com os soldados que vão deixar as suas vidas na carnificina
Que se trava por um mundo melhor.
Defini vossa posição! Sois das mais fortes equipes de todos os tempos brasileiros.
Mais do que nunca terra de poetas, terra de romancistas e narradores!
Terra de sensibilidade interior, terra de inteligência.*²¹⁴

²¹² VEYNE, Paul. *Como se escreve a História. Foucault revoluciona a História*. Brasília, Editora da UnB, 1980, p. 30.

²¹³ LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, s.d, p. 26

²¹⁴ ANDRADE, Oswald de. “O Caminho Percorrido.” In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, vol.5. Apud. RIBEIRO, Marília Andrés. “O Modernismo brasileiro: arte e política.” In: *ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte*. Uberlândia: Edufu, V. 9, n. 14, 2008, p.124.

Nesta citação de Oswald de Andrade temos claramente explicitada a compreensão de que aquilo que é produto do trabalho intelectual e artístico tem, como tantos outros mecanismos, poder de transformação porque “(...) as palavras são como navalhas”²¹⁵, são capazes de provocar, intervir, agir na sociedade.

As idéias, esposadas e defendidas pela intelectualidade e expressas por meio de diferentes veículos nos levam a conhecer melhor as relações construídas por homens e mulheres de uma determinada época. É no material crítico produzido pelos intelectuais que podemos encontrar as suas propostas de ação, intervenção e transformação²¹⁶. Os intelectuais, como já sabemos, são ‘mentes pensantes’. A dificuldade está em perceber que além de ‘mentes pensantes’, são ‘corpos atuantes’ na construção do futuro por eles almejado. Como nos lembra Oswald de Andrade, há a formulação crítica mas também há a sua participação e mediação no jogo social.

A partir dessa visão, como nos orienta Reinhart Koselleck, questiona-se a compreensão tradicional de que determinadas situações e/ou contextos são geradores de idéias. Segundo esse autor, há inúmeras mediações entre situações/idéias e idéias/situações que não são passíveis de serem expressas pela linguagem; entretanto, eles “permanecem entrelaçados, embora jamais coincidam inteiramente.”²¹⁷

Pois bem, quem eram esses homens e mulheres que expressavam e debatiam idéias, que se colocavam no jogo social?

A experiência intelectual que polarizou os debates políticos, literários, sociais em finais do Oitocentos é objeto de rica e extensa análise por diferentes áreas de estudo, o que só enriquece a visão deste período.

Segundo Ângela Alonso, além de análises extemporâneas sobre o período em questão, intelectuais coevos já identificavam, em suas práticas, a emergência de um novo momento de reflexão de uma “nova geração” de intelectuais que ficaria conhecida como *Geração de 1870*. É ela que assinala:

²¹⁵ Belchior. “Fotografia 3X4” (música).

²¹⁶ BURKE, Peter e PORTER, R. *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 1993.

²¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC – Rio, 2006, p. 267.

“(...) O fenômeno foi detectado pelos próprios contemporâneos [...] que associaram sua constituição à divulgação de novas escolas européias de pensamento — argumento sintetizado no famoso *slogan* de um de seus membros, como a chegada de ‘um bando de idéias novas’[...].”²¹⁸

Sustentando tal assertiva, temos a crônica de Machado de Assis — “A Nova Geração” — publicada em 01 de dezembro de 1879²¹⁹, o estudo de José Veríssimo intitulado *a História da Literatura Brasileira*, publicado em 1916, que nomeia a produção desse grupo de literatos de *modernismo*, além dos trabalhos, por exemplo, de Teixeira Mendes²²⁰. Essas e outras contribuições literárias, segundo José Veríssimo, se inseriam em um movimento sócio-cultural que acolhera e se inspirara em diferentes teorias européias: o positivismo, o darwinismo, o evolucionismo.²²¹

A bibliografia consultada nos informa que essa Geração de 1870 vivenciou a chamada crise do Império proveniente, grosso modo, de uma insatisfação em relação às características da sociedade, da economia e da política brasileira originárias do sistema monárquico. Pode-se destacar, dentre elas, a manutenção da escravidão, a centralização político-administrativa, os vínculos entre a Igreja Católica e, por fim, a própria Monarquia, considerada a raiz de todos esses males. Portanto para vencê-los, era necessário que a sociedade ultrapassasse o próprio regime monárquico e caminhasse em direção à República, munida de um imaginário de Civilização cujo espelho era a Europa

Essa posição política, seguindo a interpretação de Ângela Alonso, é que daria uma certa homogeneidade a esse grupo de intelectuais denominado Geração de 1870 e não, necessariamente, uma mesma origem social centrada em uma incipiente classe média urbana do Rio de Janeiro. Sua situação de marginalidade política frente ao projeto saquarema de nação, sustentado nos pilares do catolicismo, do indianismo romântico (definidor de nossa nacionalidade) e no

²¹⁸ ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento. A Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 21.

²¹⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “A Nova Geração.” In: *Crítica & Variedades*. São Paulo: Editora Globo, 1997, pp. 29 – 70.

²²⁰ SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 34.

²²¹ FOOT HARDMAN. Op. Cit., p.290.

liberalismo político estamental (elemento limitador da cidadania) tornava o grupo ainda mais coeso seguindo, ainda, a interpretação dessa autora.²²²

A bibliografia consultada também nos informa que na virada do século XIX para o XX, passagem do regime monárquico para o republicano, o Rio de Janeiro concentrava essa tensão entre o arcaico e o moderno: sede da antiga Corte e da então instaurada Capital Federal, a cidade era pólo de atração dos intelectuais de todo o país. Eles viveram intensamente aqueles dias de debates acalorados acerca dos destinos da República brasileira e de qual caminho seguir em direção à construção de uma nação ao mesmo tempo brasileira e moderna que mais à frente os modernistas “clássicos” tiveram como bandeira.²²³

E a cidade do Rio de Janeiro era o *locus* por excelência desses debates. Além de centro das decisões políticas do país, o Rio atraía, por sua condição de capital, inúmeros intelectuais de todos os estados do país. Como “cabeça-da-nação” a cidade potencializava as inúmeras possibilidades de divulgação das idéias que por ela circulavam, expandindo, para todo o país, valores que, muitas vezes, pelo simples fato de circularem no Rio, eram reconhecidos como civilizados.

A despeito dessa efervescência cosmopolita, a cidade também explicitava, em seus prédios, instituições, ruas e becos, o seu passado colonial e imperial, presente em sua arquitetura e em seu traçado urbano, quer pela existência — quase ostensiva para alguns — de ex-escravos e mestiços, quer pelas instituições ali estabelecidas e por tudo o que elas representavam. Havia, portanto, uma explicitação desse dilema: como uma cidade com um passado tão visível, tão acachapante, poderia representar este novo Brasil republicano? Nas palavras de Luís Edmundo:

“Na madrugada do século, o Rio de Janeiro ainda é um triste e miserável agrupamento de telhados mais ou menos pombalinos, feio, sujo e torto.”²²⁴

²²² ALONSO, Ângela. Op. Cit., pp. 160 – 168.

²²³ ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 21.

²²⁴ EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 25.

Ou ainda, Olavo Bilac referindo-se à cidade que desaparecia ao som das picaretas da reforma urbana de Pereira Passos:

“Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opóbrio. A cidade colonial imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles materiais apodrecidos que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas — as picaretas regeneradoras!”²²⁵

Para os intelectuais que se colocavam como tarefa (ou como missão²²⁶) pensar o Brasil, onde residiria a nossa nacionalidade? No passado, na *história* do litoral ou no futuro, no *espaço* do interior, novamente no *território*?

O litoral e suas cidades retratavam a trajetória histórica brasileira: a colonização portuguesa, a escravidão; já o sertão era terra ignota ou seja, era a possibilidade de um novo começo, sem marcas dessa trajetória. Nas palavras de um dos mais representativos escritores da Geração de 1870 — Silvio Romero — dever-se-ia refletir sobre a existência de:

“(...) intelectuais eivados de estrangeirices de toda casta, principalmente na capital e nas grandes cidades, e o imensíssimo número de analfabetos ou incultos que constituem a nação por toda a parte [...] o problema brasileiro por excelência consiste exatamente em tratar em fazer tudo o que for possível em prol de tais populações, educá-las no destino da pátria. O maior obstáculo a isto têm sido as literatrizes dos escritores e políticos que se julgam eles, esses desfrutadores de empregos públicos, posições e profissões liberais, os genuínos e únicos brasileiros, a alma e o braço do povo.”²²⁷

²²⁵ BILAC, Olavo. “Crônica” In: *Kosmos*. Rio de Janeiro, março, 1904.

²²⁶ Utilizo-me aqui da expressão e tese de Nicolau Sevcenko em *Literatura como Missão*. Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²²⁷ Apud. NEEDEL, Jeffrey. Op. Cit., p. 251.

E Silvio Romero não se encontrava sozinho. Contemporaneamente, ou um pouco mais tarde, muitos outros sinalizavam que se a cidade era o local da civilização, também era o da barbárie e da perdição²²⁸. Assim como, muitos daqueles que viviam no sertão, desejavam a civilização.

Reiterando o que já afirmei no capítulo 2, barbárie e civilização não são estágios pelos quais as sociedades passam, um após o outro, numa visão evolucionista. São sim aspectos de um mesmo processo²²⁹. E disso, Euclides da Cunha já sabia. Escrevendo sobre as reações “jacobinas” no Rio de Janeiro, em março de 1897, quando milhares de pessoas, inconformadas com a derrota da terceira expedição contra Canudos, investiram contra as sedes de jornais monárquicos, nosso repórter e escritor vaticinara que os revoltosos da rua do Ouvidor, centro da civilização, eram mais perigosos do que o sertanejo: “trogloditas completos”, “enlurvados e encobertos de tênue verniz de cultura. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral”.²³⁰

Em meio aos primeiros anos do regime republicano, a insatisfação em relação a esta forma de governo se espalhava e aqui não há como não fazer menção à célebre frase de Saldanha Marinho que afirmara “Não era esta a República de nossos sonhos.”

Quem seriam esses descontentes?

Havia os monarquistas, os positivistas, os *jacobinos* e inúmeros brasileiros que, nas cidades ou nos sertões, mostravam e demonstravam sua insatisfação.

Outros escritores também buscavam retratar os dilemas que viviam por meio de suas obras, como demonstramos no primeiro capítulo em relação aos teatros de revista que se apresentavam no Rio de Janeiro. A compreensão de que as cidades, mais especialmente as litorâneas, apareciam como o local das mudanças, da

²²⁸ Ver capítulo 1 em que discuto as experiências positivas e negativas de personagens na então Capital Federal. Outro exemplo de obra literária que reflete sobre as reações das pessoas frente à modernização urbana é o romance *A Capital* do escritor mineiro Avelino Fóscolo, publicado em 1903. O cenário não é o Rio de Janeiro, mas Belo Horizonte, capital planejada das Minas Gerais, inaugurada em 1897.

²²⁹ ZILLY, Berthold. “A Barbárie: antítese ou elemento da Civilização? Do Facundo de Sarmiento a Os Sertões de Euclides da Cunha.” In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001.

²³⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 378.

modernização, do cosmopolitismo vai recrudescendo; o contrário também passa a ser verdadeiro: o sertão, o interior como o local da identidade genuína do brasileiro, onde o “Brasil era mais Brasil”. Entretanto, esse interior, esse sertão se encontrava totalmente abandonado pelas autoridades e por todos aqueles que viviam inebriados pelo fascínio que as cidades, e mais especificamente o Rio de Janeiro, exercia. Ainda nas palavras de Euclides da Cunha:

“(…) Vivendo 400 anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos de chofre, arrebatados no caudal dos ideais modernos deixando na penumbra secular em que jazem no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo, respingando em faina, cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências de nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.”²³¹

Olavo Bilac, um pouco mais tarde, expõe a questão em “Crônica”, publicada no jornal *A Gazeta de Notícias* de 19 de março de 1905:

“ __ Bom dia Conselheiro ! Como vai ?

__ Como velho, meu caro amigo, como velho... A velhice tomou conta de mim e, quando essa abominável senhora toma conta da gente, a gente nem sabe como vai!

__ Não diga mal da velhice, Conselheiro ! [...]

__ Deixe lá; [...] estamos num país onde não se respeita o que é velho, e

onde a maluquice e o desaforo dos moços amarguram os que tiveram a desventura de viver em tempos sensatos e de sobreviver a esses tempos. Que é que os senhores têm feito? Têm destruído o que havia de bom: casas e homens, política e costumes, ruas e finanças...

__ Perdão, Conselheiro! Lá quanto á polícia e às finanças, não sei bem ... [...] Agora, quanto às ruas e às casas, acho que a injustiça é grande. Que temos feito? Temos dado cabo de ruelas escuras para abrir ruas claras, e temos arrasado casas velhas para construir casas novas...

²³¹ CUNHA, Euclides. Op. Cit., pp. 236-237.

___ Pois é um mal! Cada cidade tem uma fisionomia própria, que deve ser conservada. [...] Nela vivem a fisionomia da raça , a recordação dos avós, o respeito do passado. Os nossos avós bem sabiam o que faziam quando fizeram suas ruas estreitas, com casas baixas ...

___ E sem calçamento, e sem esgotos, não?

___ Sim senhor! Tudo quanto eles fizeram foi muito bem feito!

___ Mas Conselheiro, Londres, Paris, Berlim ...

___ Aí vem o senhor com a mania ! A Europa é a Europa, e o Brasil é o Brasil ! Eu nunca vi Londres, nem Paris, nem Berlim ...

___ E não tem pena?

___ Não tenho pena: para saber o que é civilização, não precisei sair daqui. [...]

(o bonde passa pelo Palácio do Catete, soldados em linha, banda de música, muitas carruagens)

___ Que é aquilo?

___ É a recepção do embaixador americano.

___ Olá ! Pelo que vejo vai tudo muito bem! É o que os senhores querem ... Não sei porque é que não resolvem a entregar tudo isto, de uma só vez, à América do Norte !

___ Mas, seriamente, o conselheiro acredita que este Mr. Thompson, tão correto, tão amável, tão pacífico, venha aqui com a disposição de meter todo o Brasil dentro do bolso da sobrecasaca ? Olhe que a coisa não me parece fácil: dentro desse bolso não pode caber um só de nossos jequitibás; e a cartola do embaixador Yankee não é bastante vasta para conter um só dos afluentes do Amazonas !

___ Vá gracejando! Vá gracejando! Eles não gracejam ... Já percorreram todo o Amazonas, já estudaram as nossas minas de carvão [...] e já organizaram uma companhia para transformar em eletricidade a força de nossas cachoeiras !

___ Ah! Então está tudo perdido! Se vamos ter eletricidade, vai tudo raso!

___ Continue a gracejar, continue!

___ Mas como quer o Conselheiro que eu não gracie? Esses homens não vão levar consigo para a América do Norte o nosso carvão , as nossas cachoeiras, [...] e as nossas florestas. Nós temos tudo isto, e não temos dinheiro. Eles têm dinheiro, e não tem tudo isto. Aproveita-se tudo isto com o dinheiro deles. [...]

___ Está enganado! O que nos falta não é dinheiro: é juízo. Ricos somos nós!

___ Ricos, de que, Conselheiro? [...] Temos carvão, temos água, temos florestas, temos ouro , temos brilhantes, {...} e apesar disso morremos à fome ...

___ Isso é uma figura de retórica.

___ Uma figura de retórica? Vá ao interior do Brasil ... o trem o levaria por uma extensão de terras sem cultura , sem plantações, sem gado, sem habitações. [...] Veria uma gente magra, amarela, depauperada pela escassez de alimentação, vendendo leite a tostão a garrafa ... e atravessaria cidades outrora fluorescentes e ricas, e agora desertas e tristes. [...] E reconheceria que nossa riqueza é uma fantasia. [...] Lembra-se do Jaqueta, Conselheiro?

___ Que Jaqueta?

___ O Jaqueta era um avarento, que morava lá para os lados do trapicheiro, e morreu há uns dez anos. Era o tipo acabado do faminto, do miserável. [...]dia, os vizinhos notaram que a porta da casa do Jaqueta permanecia fechada: bateram, insistiram, não obtiveram resposta; chamaram a polícia e arrombou-se a porta. O velho Jaqueta estava morto, morto de inanição e de miséria, em cima de uma grande arca, que lhe servia de cama. Abriram a arca, e estava cheia de ...

___ De quê?

___ De moedas de ouro inglesas e brasileiras! O desgraçado morrera de fome em cima de um tesouro!

___ Mas que diabo tem isso com nossa conversa?

___ Tem que ... mal comparando, esse Jaqueta é o Brasil ! [...]"

Neste longo trecho há muitos elementos relevantes para a discussão que trato aqui. Talvez o mais abrangente seja a permanência de um

“(...) comprometimento com uma imaginação européia [como] (...) parte integrante do projeto civilizatório do Império, projeto que se evidenciara desde a vinda da Corte portuguesa e se afirmara com a independência e o Segundo Reinado.”²³²

Paulo Prado corrobora:

“(...) se o nosso sentimento era brasileiro, a imaginação era européia [...]. Abandonávamos todas as paisagens do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas, por um trecho da Via Ápia, [...], ou por um pedaço do cais do Sena, à sombra do velho Louvre.”²³³

Poderia me estender aqui com inúmeras citações, mas, sem dúvida, podemos apontar 3 questões que, nos primeiros anos do século XX, ocuparam as páginas de revistas, jornais, livros e as mentes de número significativo de pessoas preocupadas com o destino da nação: (1) a questão da reforma urbana do Rio de Janeiro em um momento da história da República brasileira em que se cogitava de se empreender a transferência da capital (nos lembremos disso); (2) a questão de se viver no Brasil mas com os olhos na Europa, modelo de civilização para número significativo de pessoas que viviam nas cidades brasileiras, opondo-se aqueles que defendiam uma civilização sertaneja em detrimento de uma costeira; (3) as esperanças que se depositavam no interior do país, região ainda a ser explorada e incorporada à nação.

Entretanto, apesar do interior ser, para alguns o depositário desse porvir, o pensamento de Euclides, e de tantos outros intelectuais, era a de que o governo republicano deveria seguir às orientações de uma *vanguarda* intelectual que, do litoral, decidia os destinos dos sertões. Essa vanguarda intelectual, presente e

²³² SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto Civilizatório do Império.” In *EBA 180*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 06 e passim.

Vale a pena destacar nesta nota que esta comunicação do Prof. Dr. Afonso Carlos Marques dos Santos foi proferida por ocasião do 180º aniversário da Escola Nacional de Belas Artes. A Escola Nacional de Belas Artes foi também nos anos 20 e 30 do século XX o palco dos debates que envolveram o Modernismo no Brasil.

²³³ PRADO, Paulo. *Revista Paulística*. Apud. *Nosso Século*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985, vol. 1 parte 2, p. 71.

extremamente atuante no Rio de Janeiro, mas também em outras capitais do país, adquiria o direito de dizer o interior, identificando e valorando hierarquicamente as diferenças internas existentes²³⁴.

Muitos deles desejavam para o interior aquilo que criticavam no litoral²³⁵, ou seja, a civilização, e, em sua esteira, o *desenvolvimento*²³⁶. Nessa tensão entre o litoral e o interior, se inscreve a *tiranía das distâncias*: aquilo que era capaz de retirar o sertão do isolamento era levar a capital para o interior e, assim, fazer com que esta nova capital promovesse a integração por meio de estradas que ligassem o país de norte a sul e de leste a oeste. Ou seja, novamente, naturaliza-se o problema como se este fosse, simplesmente, uma questão de geografia: era o ônus e o bônus da imensidão de nosso território.

Avalio que cabe aqui uma digressão: corria o ano de 1902 e, ao tempo que no Rio de Janeiro era publicado *Os Sertões* de Euclides da Cunha, Juscelino Kubitschek nascia em Diamantina. Com certeza, toda a avaliação que Juscelino Kubitschek fez das dificuldades que teve de estudos e deslocamentos, contribuíram para reforçar no ex-presidente a necessidade, não só de interiorização, mas de integração. Juscelino havia sido um leitor de Euclides como demonstraremos nos próximos capítulos. Aliás, ele e, com certeza, sua geração e muitas outras²³⁷.

Se Euclides faz um longo estudo sobre o “meio”, a “terra” em *Os Sertões* e em outros livros relatando, por exemplo sua viagem à Amazônia quando da sua participação na Comissão que iria definir as fronteiras brasileiras, Juscelino tem

²³⁴ Ver a idéia de “imperialismo interno” presente na interpretação de SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 28.

²³⁵ SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A Construção de Brasília. Modernidade e Periferia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997, p. 43.

²³⁶ Avalio importante nos termos na palavra *desenvolvimento*, ou seja, tirar o envolvimento; retirar também a possibilidade das pessoas do lugar transformarem ou não seu espaço, seu território a partir de seus próprios mecanismos.

²³⁷ É conhecido o impacto que *Os Sertões* promoveu desde a sua publicação. Em 23 de novembro de 1994 a revista *Veja Educação* publicou uma pesquisa feita entre 15 intelectuais brasileiros para o estabelecimento de um cânone nacional onde foram indicadas as 20 obras mais representativas da cultura brasileira. *Os Sertões* figura em primeiro lugar com 15 votos. Desde a sua primeira edição em 02 de dezembro de 1902 até 1909, a Editora Laemmert publicou três edições totalizando 10.000 exemplares. De 1911 até 1982 a editora Francisco Alves publicou 28 edições. Em 1969, o livro caiu em domínio público pluralizando sua publicação por outras editoras e mais recentemente em diversos portais da internet. Ver:

http://veja.abril.com.br/idade/educacao/pesquisa/obras_primas/biblioteca_nacional.html#resultado (acessado em 15 de março de 2008).

ABREU, Regina. *O Enigma dos Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998, p. 311.

clareza que os rios e as trilhas abertas nas montanhas e planícies eram caminhos “naturais” deveriam ser substituídos por estradas, essas sim

“(…) marcas na terra que trazem a elas impregnadas a intencionalidade dos agentes que as constroem. E serão tão ou mais importantes quanto maior o isolamento da região que incorpora, até porque elas ensejam aspirações e desejos diversos daqueles que tiveram a intenção de fazê-las.”²³⁸

Novamente tem-se aí a atribuição — tanto no início quanto em meados do século XX — à geografia física, ao *meio*, o problema do isolamento em que se encontrava parcela significativa da população brasileira, naturalizando o problema. Nas palavras de Carlos Walter Porto Gonçalves: “a geografia física explicava a geografia política.”²³⁹

Mas voltemos a Euclides e à publicação de *Os sertões* em 1902. Há que se ressaltar que apesar de escrito em São José do Rio Pardo, interior de São Paulo, o livro foi publicado no Rio de Janeiro²⁴⁰. A Editora Laemmert se comprometeu a fazê-lo desde que o próprio autor custeasse a edição. Essa primeira edição, com tiragem de 1.000 exemplares, esgotou em dois meses, requerendo da editora, nova tiragem para atender a encomendas que vinham de diferentes estados do Brasil.²⁴¹

Com o intuito de reiterar a centralidade do Rio de Janeiro, observemos o que o próprio Euclides escreveu numa clara metonímia do Rio em relação ao Brasil²⁴²:

“(…) O que sobretudo me satisfaz é o lucro de ordem moral obtido: a opinião *nacional inteira* que pelo seus melhores filhos, está inteiramente do meu lado [...] Venci por mim só, sem reclames, sem patronos, sem a rua do Ouvidor e sem rodas.”²⁴³ (grifo meu)

²³⁸ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando. Nos Varadouros do Mundo*. Brasília: Ibama, 2003, p. 92

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Como já sinalizamos no capítulo anterior, para se ter sua obra lida e debatida era necessário publicá-la na capital, no Rio de Janeiro, termômetro para a aceitabilidade ou não do autor como homem de letras. Cf. NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical. sociedade e cultura de elite na virada do Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 211.

²⁴¹ NEEDELL, Jeffrey. Op. Cit., pp. 254-255.

²⁴² Margarida de Souza Neves chamou esta atitude de tomar a parte pelo todo e vice-versa de “deslizamento discursivo eloquente”. NEVES, Margarida de Souza. “Brasil, Acertai vossos ponteiros” In: *Brasil, Acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro, MAST, 1991, p. 55.

²⁴³ Apud NEEDELL, Jeffrey. Op. Cit., p. 255.

Esta última sentença da citação acima também é central para algumas questões que estive comentando: primeiro a idéia de que Euclides conseguiu “vencer” estando fora dos tradicionais “esquemas” de apadrinhamento que poderiam garantir o acesso ao mundo literário da antiga Corte e da então Capital Federal. Pode-se interpretar esta sentença como representativa da futura oposição entre São Paulo e Rio de Janeiro, apesar de Euclides ser fluminense, mas não carioca. Ainda pode-se pensar que desejava marcar sua diferença frente à uma intelectualidade *eivada de estrangeirices, enluvadas e cobertas com uma fina camada de verniz de cultura* e que tinham os seus olhos e expectativas voltadas para a Europa.

Entretanto, quando da publicação de *Os Sertões* já se avizinhavam as reformas que tomariam conta do centro do Rio de Janeiro e que, de fato, substituiria a rua do Ouvidor, associada ao regime monárquico, pela Avenida Central. E é com esta questão que introduzo o tema da transferência da capital para o interior do Brasil.

3.3 A Assembléia Nacional Constituinte de 1891

Uma das primeiras questões que me fiz quando das leituras sobre *as idéias mudancistas* e os episódios e acontecimentos que as delimitavam foi a de que se a Constituição de 1891 determinava a demarcação da área para a transferência e o Poder Executivo nomeara Comissão que se encarregou de estudar o Planalto Central para tal delimitação, qual o sentido de empreender as reformas urbanas no Rio de Janeiro quando tudo isto já havia sido concluído? Inclusive o Relatório da Missão Cruls já se encontrava publicado desde 1894. Sem falar em todos os debates coevos à organização da Missão Cruls, à publicação de seu relatório e das Reformas Urbanas do prefeito Pereira Passos.²⁴⁴

²⁴⁴ Silvio Romero lamenta que tenham sido gastos nas reformas urbanas da Capital Federal recursos que seriam mais do que suficientes para construir no Planalto Central uma nova capital para o país. (Provocações e Debates. Rio de Janeiro, 1910, p. 179.”Apud Coleção Brasília, 2º volume, p. 90.

Com esta questão, me debrucei sobre a documentação relativa aos debates da Assembléia Nacional Constituinte e à organização da Missão Cruls²⁴⁵.

O conteúdo desses debates me reservou algumas surpresas acerca das questões que estavam em jogo naquele momento. Na verdade, minha expectativa era a de que pudesse encontrar na documentação as questões que preocupavam nossos literatos até porque a maior parte da bibliografia sobre a construção da nova capital e a transferência do Governo Federal remete à Constituição de 1891 e seu artigo que, oficialmente, *apenas* determina a demarcação da área para onde seria transferida a capital do país.

Acreditava que, ao analisar os documentos referentes às sessões legislativas que debateram a elaboração e a redação final do artigo que determinava tal transferência, pudesse assinalar as referências nesse debate à dicotomia sertão/litoral, afinal, tratava-se de retirar a sede do Governo da União da cidade do Rio de Janeiro (litoral) e transferi-la para algum ponto do Planalto Central do Brasil (sertão). Na verdade, talvez ingenuamente, esperava encontrar ali a fala de constituintes representantes dos Estados de Minas, Goiás e outros a favor da interiorização e os do Rio de Janeiro, contra.

Essas expectativas, entretanto, não se confirmaram, mostrando e demonstrando para nós, historiadores, que nos debruçamos sobre nossas fontes que o passado, vivido como presente-futuro para aqueles homens e mulheres do final do Oitocentos, não é linear como nós esperamos que seja, mas é uma intrincada e complexa rede, muitas vezes incoerente, como são as próprias relações sociais. Novamente, os documentos, e só eles, apresentaram outras mediações para o problema. Acompanhemos o debate:

Localizei 9 projetos constitucionais referentes à questão da transferência da capital da União para o interior. Em torno deles se organizaram debates e emendas.²⁴⁶

Primeiro dado a observar é que os autores dos projetos e das emendas são médicos, advogados, políticos que, em sua maior parte, construíram sua vida política ainda no Império e no Rio de Janeiro²⁴⁷.

²⁴⁵ Consultar Anexos IV, V, VI e VII.

²⁴⁶ Ver especificamente Anexo V.

Ao contrário do que eu pensava, a questão da transferência da capital para o interior não se sustentava politicamente, naquela ocasião, em torno das questões de desenvolvimento do interior ou da visão do interior como cerne da nossa nacionalidade.

A preocupação dos políticos era de outra natureza, até porque não se tinha clareza do local de construção e instalação da futura Capital de República. No caso, o debate promovido por aqueles parlamentares, que apoiavam ou não o projeto, girava em torno de uma idéia: a conquista ou não de uma maior autonomia por parte da cidade do Rio de Janeiro quando esta deixasse de ser Distrito Federal e assumisse ou a capital do Estado do Rio de Janeiro, no lugar de Niterói, ou ainda se convertesse, ela própria, em um Estado. Ou seja, o cerne da questão era o Federalismo²⁴⁸ estabelecido como doutrina na Constituição de 1891 e os benefícios que ele traria para as relações dos Estados com a União. Apresento, a seguir, síntese do teor dos discursos daqueles que eram favoráveis à transferência, em torno dos seguintes argumentos:

- 1) Dar ao Rio a organização de Estado autônomo e federado.
- 2) Retirar o Congresso da influência dos movimentos populares da cidade do Rio de Janeiro.
- 3) Os interesses dos cidadãos do Rio de Janeiro ficam a cargo do Governo da União e, portanto, ficam sacrificados
- 4) Todos os poderes intervêm nas decisões em relação ao Rio de Janeiro menos o próprio povo do Rio de Janeiro. Argumentavam que eram 600.000 cidadãos que não gozavam de autonomia enquanto havia outros Estados da Federação, muito menores numericamente, que tinham toda a autonomia.
- 5) Os problemas da cidade do Rio de Janeiro existem porque não há poder local.

²⁴⁷ Ver especificamente Anexo IV.

²⁴⁸ O federalismo significava para os novos estados a possibilidade dos estados se apropriarem da receita de exportação e contrair empréstimos; a possibilidade de organizar suas tropas policiais; a autonomia política conseguida pelos estados.

6) A Capital Federal, o Rio de Janeiro, é um cancro que sugou a vida das províncias.²⁴⁹

O Deputado e depois Senador pelo Distrito Federal Thomaz Delphino dos Santos, médico, natural do Rio de Janeiro, muito citado na bibliografia que se construiu como versão autorizada para a construção de Brasília, defende a mudança da capital argumentando sobre a cidade do Rio de Janeiro:

“... é justamente porque a amo que a quero ver na posse dos seus poderes, vivendo independentemente na vida local e contribuindo para a vida de todos, que a quero ver melhorada materialmente, mais salubre do que é atualmente, e ela é uma das mais salubres do mundo.”²⁵⁰

E segue mais adiante se referindo ao romance do artista Pedro Américo²⁵¹ *Holocausto*:

“Se temos uma cidade mal arrumada, mal calçada, com toda a casta de aleijões arquitetônicos, saídos da imaginação de mestre de obras boçal; se temos uma cidade verdadeiramente feia, como afirmou o ilustre representante e grande pintor, meu amigo que me ouve, o Sr. Dr. Pedro Américo, no seu romance *O holocausto*, é porque não há poder local que tenha importância e força para dar-lhe outra feição. Foram os nossos poderes confiscados na Monarquia, e segue a República pelo mesmo caminho.”²⁵²

O Senador pela Bahia Virgílio Damásio corrobora a necessidade de retirada da capital da cidade do Rio de Janeiro:

“(...) direi que as condições da população aglomerada nesta capital são as mais contrárias à existência de uma grande capital e de uma grande Federação como a nossa. Além disso, em uma cidade populosa, onde avulta a lia social constituída por massas nas quais infelizmente, a instrução não penetrou ainda, nem a mínima educação cívica; onde se encontram muitos, falemos a verdade, que, inteiramente fora da comunhão do povo laborioso e honesto vivem entre a ociosidade e os manejos ou expedientes pouco confessáveis; essa

²⁴⁹ Ver Anais da Câmara dos Deputados, 1890-1891.

²⁵⁰ DELPHINO, Thomaz. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de dezembro de 1890.

²⁵¹ Pedro Américo de Figueiredo deputado constituinte pelo estado da Paraíba. (Ver Anexo IV)

²⁵² Idem.

grande massa de homens é uma arma, uma alavanca poderosíssima em mãos de agitadores...”²⁵³

Por outro lado, essa documentação e a bibliografia condizente pôde nos fornecer pistas acerca da decepção de nossos intelectuais com o regime republicano que se instaurara. Claro que esse não era o único motivo, mas com certeza, promulgada a Constituição de 1891, o que se tinha era, claramente, a preocupação em dar à cidade do Rio de Janeiro, quando transformada em Estado da Federação, a autonomia de que as demais unidades iriam usufruir e não uma preocupação genuína com os destinos do país, de seu desenvolvimento e de sua população.

Nesse processo de debates e elaboração constitucional houve referências à necessidade de interiorização, de situar a capital em região mais central, mas esses argumentos são periféricos, não dão o tom aos debates. Até porque, nas palavras de um contemporâneo:

“Era natural que na época colonial, o tempo do Brasil português, fosse a sede do governo no litoral, na Bahia, primeiro e depois no Rio de Janeiro; porquanto só uma pequena margem, uma pequena faixa junto ao mar, tinha a civilização e recursos, e era necessário ir pouco a pouco levando ao interior o predomínio dos possuidores. Se à Monarquia, que é a centralização política e administrativa, convinha à fixação nesta cidade, se ela jamais a arredaria daqui, é porque desconhecia o seu próprio interesse e o da nação.”²⁵⁴

Os argumentos contrários à transferência constantes desses debates diziam respeito:

- a) à inadequação do Planalto Central para sediar a capital.
- b) não haver urgência.
- c) não haver necessidade.
- d) enormes gastos de recursos.
- e) o Rio de Janeiro é o foco da civilização na América do Sul.

²⁵³ DAMÁSIO, Virgílio. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 15 de dezembro de 1890.

²⁵⁴ Tomas Delphino. Discurso In: Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de dezembro de 1890, Vol I, p. 546.

- f) não há, no Brasil, cidade que melhor represente as tradições mais eloqüentes de patriotismo da gênese brasileira do que o Rio de Janeiro.
- g) o Rio de Janeiro desfruta de grande progresso.

Com a promulgação da Constituição em fevereiro de 1891, o tema da transferência da capital continuou em debates na Câmara e no Senado. Tratava-se, então de operacionalizar aquilo que fora debatido e consensuado durante os trabalhos, até porque, a forma final do artigo constitucional não previa efetivamente a transferência como querem nos convencer aqueles que buscam construir uma legitimidade para a transferência da capital desde tempos imemoriais. Observemos a redação final do artigo 3º da Constituição Federal:

“Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 Km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer a futura Capital Federal”.

De maneira extremamente prudente, ele apenas determinava que a região ficaria pertencendo à União e, para tal, era necessário demarcá-la.

Não havia nesse artigo nada que determinasse a efetiva transferência. Portanto, tratava-se de promover sua operacionalização por aqueles que efetivamente desejavam a transferência.

Em 15 de junho de 1891, o então presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca encaminha Mensagem ao Congresso Nacional solicitando que este conceda os meios precisos à escolha e demarcação do terreno onde será estabelecida a futura capital do país.²⁵⁵

Em julho de 1891, a Comissão de Obras Públicas e Colonização indefere duas propostas de empresas²⁵⁶ cujo objetivo era o levantamento do terreno, elaboração das plantas e construção dos edifícios da futura capital cuja autoria era de particulares.

²⁵⁵ Marechal Deodoro da Fonseca, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 15/06/1891.

²⁵⁶ As propostas apresentadas foram a empresa dos engenheiros Guilherme Greenhalgh e Thomaz Bezzi e da Agência Construtora do banco Impulsor representada por Pedro Caminhada e Franklin Washington da Silva e Almeida

Na seqüência, entra em discussão no Congresso o Projeto nº 71²⁵⁷, de autoria do Sr. Nogueira Paranaguá, cujo objetivo era autorizar as despesas para o empreendimento necessário à escolha e demarcação do terreno da futura capital como assim determinava o artigo constitucional.

O projeto, entretanto, sofrerá ajustes já que, em sua versão original, determinava que findo os estudos e aprovado o relatório, o Governo Federal abriria

“(...) imediatamente concorrência, no país e no estrangeiro, a propostas para a construção de edifícios públicos necessários à instalação da nova capital (...)”²⁵⁸

A Comissão determinou que se estabelecesse apenas a exploração do território e a demarcação da área e que posteriormente, então, o Congresso deliberaria sobre a construção e mudança efetiva da Capital.

Foi durante as sessões de discussão desse Projeto e de seus substitutivos que temos registrado a referência feita ao “sertão” do Planalto Central em todo esse ano de debates parlamentares. Em defesa de seu projeto, o então deputado pelo Distrito Federal, Nogueira Paranaguá, historiciza a questão da transferência da capital instaurando a origem dos debates no século XVIII com os inconfidentes. Ele dá início a sua fala para responder às intervenções do deputado pelo Pará, o Sr José Ferreira Cantão e pelo Sr. Henrique de Carvalho, deputado pelo Maranhão. A referência ao “sertão” é feita no bojo de uma avaliação crítica do fato de D. João não ter levado a capital para o interior, concluindo que aqueles governantes “não souberam cumprir o seu dever”.

Ele assinala também que a questão da transferência era uma prerrogativa do Congresso, mas que a demarcação se fazia urgente uma vez que os terrenos devolutos deveriam passar para a União de forma a que se evitasse desapropriações posteriores. O fato das terras passarem a ser devolutas era

²⁵⁷ Ver Anexo VI.

²⁵⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 1891, vol.I, sessão de 30 de julho de 1891, p. 650.

importante porque não implicaria em nenhum tipo de ônus para o Governo Federal.²⁵⁹

O substitutivo aprovado então estabelecia regras claras e precisas no sentido de que as providências imediatas a serem tomadas diziam respeito à demarcação da área de 14.400Km² no Planalto Central. Oitenta e oito signatários — a maioria pertencentes aos estados de Minas Gerais, São Paulo e, em seguida, Rio Grande do Sul²⁶⁰ — se comprometeram com o documento.

Entretanto, apesar de toda esta movimentação política, a *Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil* mais conhecida por Missão Cruls, só foi instituída pelo então presidente Floriano Peixoto em 1892. Seu objetivo era o de estudar e demarcar o local onde seria construída a futura capital do país segundo determinava o artigo 3º da Constituição de 1891²⁶¹.

3.4 A Comissão Exploradora do Planalto Central

Os documentos consultados nos mostram que a comissão foi nomeada em 17 de maio de 1892 por Antônio Gonçalves de Faria²⁶², à época Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, instituição a qual se subordinava o então Observatório Astronômico do Rio de Janeiro²⁶³. Seu diretor, o astrônomo belga Luiz Ferdinand Cruls, foi nomeado para chefiar essa Comissão, formada por 22 membros. A tarefa principal dessa Comissão já era conhecida: demarcar a área para a instalação da futura capital do país. Além disso, deveria produzir um diagnóstico científico sobre a região. Durante sete meses, a Comissão percorreu o território a ser

²⁵⁹ Sobre a desapropriação das terras para a construção de Brasília e seus desdobramentos nos dias atuais, ver FARIAS, Darcy Dornelas de. *Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás (1955 – 1958)* UnB, Dissertação de Mestrado Brasília, 2006.

²⁶⁰ O número de deputados federais é determinado por um regime de proporcionalidade em relação ao número de habitantes dos Estados. Minas Gerais e São Paulo eram os estados, à época, com maior colégio eleitoral.

²⁶¹ O artigo 3º da Constituição Federal de 1891 determinou: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 Km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer a futura Capital Federal”.

²⁶² Antônio de Faria também havia sido deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul durante a legislatura que promulgou a 1ª Constituição Pernambucana (Ver Anexo IV).

²⁶³ Hoje Observatório Nacional subordinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

estudado no Planalto Central e publicou, em 1894, relatório conclusivo de seus trabalhos.

Assim instrui o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

“(...) No desempenho de tão importante missão deveis proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar, da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das águas que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. da região explorada e tudo o mais que diretamente se ligue ao assunto que constitui o objeto de vossa missão.”²⁶⁴

A Missão Cruls e o relatório que é o seu produto normalmente são analisados como um “antecedente de Brasília”²⁶⁵. Ou seja, como mais um daqueles acontecimentos que corroboraram e concorreram para legitimar a transferência da capital na medida em que a Missão e seu posterior relatório provam que esta transferência era um desejo nacional, uma vez que aprovada por meio de dispositivo constitucional.

Esta é uma leitura possível e que se mantém até os dias atuais²⁶⁶. Entretanto, pode-se pensar em uma leitura desse relatório como um documento que procurava responder às questões que se colocavam à época para aquela sociedade.

Pode-se afirmar que, em muitos aspectos, ele é uma resposta a duas questões que preocupavam sobremaneira políticos e intelectuais do período: o destaque que é dado em suas páginas às questões hidrográficas, geológicas, botânicas e climáticas, pode ser interpretado como uma resposta às relações feitas na época entre, por exemplo, o clima do Rio de Janeiro e sua correspondente insalubridade e a proliferação de epidemias. A adequação do clima seria uma resposta tanto àqueles que eram reticentes no sentido da transferência quanto às questões que envolviam a vinda de imigrantes e braços para a lavoura, uma vez

²⁶⁴ CRULS, Luiz. *Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 29.

²⁶⁵ Ver VERGARA, Moema de Rezende. “Ciência e história no Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República.” In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. 13, nº4, out/dez, 2006.

²⁶⁶ Ver DVD Vídeo 2 que corresponde ao Globo Repórter divulgado no segundo semestre de 2003, pela Rede Globo, que documentou a Missão Cruls e que reproduz a versão de que esta expedição 60 e poucos anos antes da construção de Brasília.

que a imagem do Brasil no exterior ficara bastante comprometida com o quadro de doenças que assolavam várias cidades principalmente a Capital Federal, sendo um elemento dificultador na atração de mão-de-obra imigrante para o trabalho na agricultura. Sobre o aspecto climático da região, o autor do relatório afirma que

“(…) Em resumo, a zona demarcada goza, em sua maior extensão, de um clima extremamente salubre, em que o emigrante europeu não precisa da aclimação pois encontrará aí condições climáticas análogas às que oferecem as regiões mais salubres da zona temperada européia.”²⁶⁷

Pode-se acrescentar que participaram da Comissão dois médicos e um farmacêutico além de um botânico e um geólogo.²⁶⁸ Dentre os médicos, destaca-se a presença de Antonio Martins de Azevedo Pimentel renomado médico sanitarista do período.

Reiterando essa possibilidade de interpretação, reproduzo, abaixo, matéria publicada no Jornal do Brasil em 1895, comentando o Relatório que, concluído, foi encaminhado pela Comissão a diversos órgãos da imprensa no Rio de Janeiro. Esses se encarregaram de reproduzi-lo integralmente ou em parte, ou ainda de, pelo menos, comentá-lo. Assim se refere o Jornal do Brasil ao relatório assinalando que

“a conclusão a tirar de todas as belezas que, nos diferentes reinos da natureza, foram cientificamente e singelamente descritas nos relatórios da comissão demarcadora do planalto, é que o futuro distrito federal do Brasil — é não só um lugar de clima delicioso e ameno como um vasto depósito de tudo quanto a natureza foi pródiga nessa bela terra americana. As madeiras, as pedras preciosas e de construção, a água cristalina, os minerais preciosos e úteis a situação altamente higiênica, tudo concorre para colocar a futura capital do Brasil no Eldorado fantástico das lendas americanas. (...) Mas permita a providência que quanto antes possamos ver a Capital Federal nessas regiões providenciais, isentas de febre amarela, dos maus esgotos, com ruas largas e limpas e sobretudo com a vantagem para o Governo Federal de poder facilmente irradiar a sua fiscalização para todo o território da União sem ficar ameaçado de uma sequestração. Como já estivemos aqui com uma revolta minando o mar e um plano infernal cortando o movimento pela estrada de ferro Central. Que quanto antes se mude a capital federal, cumprida a injunção da Constituição, tais são os nossos votos.”²⁶⁹

²⁶⁷ Idem., p. 111.

²⁶⁸ Ver Anexo VII.

²⁶⁹ *Comissão de Estudos do Planalto Central - Artigos Publicados na Imprensa*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1896, p. 31-33.

Não há como não fazer referência ao paradigma de ciência que fundamentou os trabalhos dos cientistas dessa expedição ao interior de Goiás.

Apesar de Pasteur já ter apresentado suas pesquisas na Academia Francesa de Ciências em 1878, além de outros cientistas nos Estados Unidos e em outros países da Europa também o terem feito, o paradigma científico que norteou os membros da expedição foi o miasmático. De acordo com este, as condições ambientais (ares, qualidade da água e do solo, clima, regime de chuvas) desempenham um papel determinante no que se refere à manutenção ou não da saúde e profilaxia de doenças²⁷⁰. Segundo esse paradigma, as emanções de gases, odores oriundos da decomposição das matérias e substâncias, assim como as doenças contagiosas concorriam para que uma região fosse considerada propícia ou não à propagação de doenças.

Sobre a manutenção do paradigma miasmático nos meios científicos da então Capital Federal, Dominichi Miranda de Sá reitera:

“(...) A dependência estrita que estabelecia, para a definição das relações entre sintomas e moléstias, entre indução e lógica, conhecimento médico e observação das condições ambientais e dos costumes tornava essa medicina excessivamente contingente e opinativa do ponto de vista dos novos grupos. Contra uma terapêutica que se reduziria a meios sociais e climas específicos, os pastorianos apresentavam uma etiologia única, os micróbios; marca de uma teoria que foi, crescentemente, sendo considerada mais verdadeira e mais científica.”²⁷¹

Lembremos que a despeito de todo o trabalho desenvolvido por Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Arthur Neiva, Belizário Penna — já trabalhando e defendendo a profilaxia de doenças pautados em novos paradigmas como o da microbiologia — ainda seriam necessários muitos anos para que se abandonasse o paradigma climático-telúrico pautado na idéia de que as condições ambientais por si só podem provocar doenças. Pensemos, por exemplo, em toda a justificativa para a reforma

²⁷⁰ Ver sobre o assunto: CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 64 e passim.

Especificamente sobre a Comissão Exploradora do Planalto Central ver: ROSAS, Roberta Jenner. *Do Paraíso ao Grande Hospital: dois olhares da ciência sobre o Sertão (Goiás 1892 – 1912)*. UnB: Brasília, 1996, (Dissertação de Mestrado).

²⁷¹ SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão ...* Op. Cit., p. 109.

urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro e os desmontes dos morros na área central da Capital da República. Essas se basearam ainda no paradigma miasmático. Lembremo-nos que a derrubada do Morro do Castelo ocorreu em 1922, durante a administração Carlos Sampaio na prefeitura do Rio de Janeiro. E o mais irônico é que com a justificativa de que o Morro do Castelo impedia a circulação do ar no centro da cidade, se utilizaria a terra proveniente do desmonte para drenar pântanos e mangues da cidade também responsáveis, segundo esta interpretação, pela emanção de ares pestilentos.

Levando esse modelo em consideração, partindo da análise das condições naturais da região do Planalto Central, essa foi considerada *salubérrima*, ou seja, era adequada à instalação da futura Capital da República. Os aspectos naturais da região foram considerados muito superiores aos do litoral. Assim afirma Luiz Cruls na introdução do Relatório final entregue²⁷²:

“(...) Nutrimos pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior soma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias para nela se edificar uma grande Capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com águas potáveis e abundantes, situada em regiões cujos terrenos, convenientemente tratados prestar-se-ão às mais importantes culturas, e que, por um sistema de vias férreas e mistas convenientemente estudados, poderá facilmente ser ligado com o litoral e os diversos pontos do território da República.”

Outro destaque no que concerne ao grupo que compunha a expedição era a presença marcante de membros do Exército. Na verdade, deve-se sinalizar que a composição dos membros da Comissão atendia à duas conformações: a científica e a militar. E neste sentido, a escolha de Luiz Cruls não poderia ser mais adequada uma vez que além de engenheiro e astrônomo, era professor da Escola Superior de Guerra²⁷³; inclusive cinco membros da Comissão foram seus alunos nessa instituição: Tasso Fragoso²⁷⁴, Hastimphilo de Moura, Celestino Bastos, Alípio Gama e Antônio Cavalcanti de Albuquerque. Mas esses não eram os únicos militares que

²⁷² CRULS, Luiz. Op. Cit., p. 19.

²⁷³ Foi, inclusive, professor de Euclides da Cunha.

²⁷⁴ O General Augusto Tasso Fragoso viria a compor — junto ao General Menna Barreto e o almirante Isaías de Noronha — a Junta Governativa que assumiu o governo federal brasileiro por 10 dias até que Getúlio Vargas assumisse o Governo Provisório em 03 de novembro de 1930. Na ocasião da Missão Cruls ficou responsável pela demarcação do eixo Noroeste do quadrilátero Cruls.

compunham a Comissão. Dos seus 22 membros, 16 pertenciam à caserna. Deve-se ressaltar, igualmente, que também era um período de discussão e definição de nossas áreas fronteiriças, que informavam questões da geopolítica do período.

Após o retorno da Missão Cruls e enquanto aguardavam o relatório final e conclusivo, mas já cientes da área demarcada, os deputados Fleury Curado (GO) e Belarmino de Mendonça (PR) apresentam projeto para que se proceda à escolha do local mais apropriado para a construção da capital federal dentro da área demarcada pelo retângulo Cruls. Além disso, o projeto também determinava que se estabelecesse uma administração provisória de um síndico no local escolhido da zona demarcada. Sua função seria a de dirigir todos os trabalhos relacionados à fundação da nova capital. Tal projeto, entretanto, não teve tempo hábil de ser votado ainda naquela legislatura.²⁷⁵

Em 1894, foram aprovadas instruções para que nova comissão voltasse ao território demarcado para que se pudesse, então, escolher dentro do quadrilátero o território mais adequado. Os trabalhos se desenvolveram a partir do mês de julho de 1894 até fins de 1895²⁷⁶.

Em Mensagem ao Congresso Nacional, em 03 de maio de 1897, o então presidente Prudente de Moraes extingue a Comissão de Estudos da Nova Capital, transferindo os recursos do orçamento destinados a ela para a construção da estrada de ferro Catalão – Cuiabá, silenciando a questão por quase uma década.²⁷⁷

No calor dos acontecimentos que tomaram conta do Rio de Janeiro de 12 a 15 de novembro de 1904, José Joaquim de Campos Costa Medeiros de Albuquerque publica artigo no jornal “A Notícia”, sobre a necessidade de se mudar a capital. Ele diz:

²⁷⁵ Sessão de 19 de agosto de 1893.

²⁷⁶ Em 1910, o Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, médico sanitarista que participara da Missão Cruls afirma em monografia publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que os trabalhos realizados pelas quatro turmas que compuseram a Comissão não foram satisfatórios no sentido da demarcação da área. Ele ressaltava que do ponto de vista científico o trabalho foi muito bem recebido, mas que para o objetivo primeiro que lhe fora determinado, qual seja, a demarcação da área da futura capital, não. Daí o retorno da Comissão em 1894/1895. Ver: PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. “Histórico da Mudança da Capital Federal para um sítio do interior do Brasil.” In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1910, Tomo LXXXIII, parte 1, pp. 279 – 291. Coleção Brasília, volume 2, p. 89.

²⁷⁷ Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da terceira legislatura, em 3 de maio de 1897, p. 20 Coleção Brasília, 1897-1945.

“Há umas certas questões que vivem adiadas para uma oportunidade que os diretores da política brasileira nunca se decidem a encontrar e cuja urgência é, entretanto, inegável. Uma delas é a mudança da capital da República para o planalto central.

Vale a pena falar nela agora, quando um caso grave põe em relevo sua importância, a fim de ver se há quem afinal pense nisso.

Cada dia esta cidade se torna mais imprópria para continuar como sede dos poderes federais. É um grande centro comercial, cosmopolita, que não traduz de modo nenhum o espírito brasileiro. (...)”²⁷⁸

Passado mais de um ano dos acontecimentos da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, em sessão do Senado Federal de 09 de dezembro de 1905, o senador Joaquim Nogueira Paranaguá volta a defender a interiorização da capital. Um de seus argumentos se refere ao clima quente do Rio de Janeiro e ao fato do corpo diplomático e o Presidente da República irem para Petrópolis anualmente, o que é apresentado como um descrédito para a capital:

“Encarado o problema por este lado, fica provado a evidência, a grande vantagem que advirá para nós outros com a mudança da capital para aquela salubérrima região. Por outro lado, verifica-se, como demonstrou de modo brilhante o Sr. Saint Hilaire em seus escritos, opinião em que foi secundado pelo cientista francês Castelnau em suas descrições, o modo de pensar e opiniões emitidas por Glaziou e ultimamente pelo Sr. Cruls. Que considera aquela região como a melhor do Brasil, asseverando como assevera em suas descrições o Sr. Glaziou, que aquele pedaço do Brasil só tem em todo o mundo um ponto que o equivale — Nice. Disse o Sr. Glaziou: “É realmente igual ao clima de Nice. Ali as árvores por mim plantadas se aclimaram perfeitamente e estão produzindo excelentes frutos.” [E conclui que ao transferir a capital, todos lucrarão.] “Se pelo clima já está demonstrada a conveniência da mudança da capital, não há dúvida de que essa mudança também se torna recomendável no sentido do desenvolvimento de nossas riquezas e aumento dos elementos de defesa nacional.

Tendo a nossa capital no interior do país, comunicando-se por meio de estradas de ferro, com todas as cidades do litoral, o desenvolvimento do país se fará do centro para a periferia o que será de grande vantagem.

Creio que encarando esta questão debaixo de todos os pontos de vista, tenho demonstrado a vantagem enorme que advirá para o país com essa mudança de capital.

Dizem alguns que quem vai lucrar é o Estado de Goiás.

Quem vai lucrar, Sr. Presidente, é o Brasil.

Lucrará Goiás, lucrará São Paulo, na sua área do ocidente, lucrará o Ceará, lucrará o Pará, lucrará Pernambuco pelo qual atravessarão as estradas do norte e a própria Bahia, que terá seu território cortado pelas estradas que tenham de se comunicar com a capital.

Nestas condições considero que este serviço será o mais importante que podemos prestar ao nosso país a bem da integridade do Brasil, a bem da unidade nacional, a bem da estabilidade do governo e do seu desenvolvimento industrial e econômico, porque além de São Francisco não

²⁷⁸ Jornal A Notícia, Rio de Janeiro, 18 e 19 de novembro de 1904.

há casa bancária, quanto mais um banco e as indústrias não podem se desenvolver por falta de meios de comunicação.

Nestas condições o meu voto ao retirar-me desta tribuna, é que os ilustres representantes da Nação considerem bem que o nosso país é extraordinariamente vasto, que se entende da nascente do Colingo à barra do Chuí, do Cabo Branco às fontes do Jaguari, e que nestas condições, para que o centro receba seiva, impulso e vida indispensável é que a Capital do Brasil se coloque no planalto central, capital que represente o seu cérebro potente e o seu coração nobre,²⁷⁹

Entretanto, após esses acontecimentos na Capital Federal, a questão é silenciada. Em Carta Aberta ao Exmo. Sr. Presidente da República e Membros do Congresso Nacional, de 1911,²⁸⁰ Joaquim Nogueira Paranaguá nos fornece uma pista do que teria acontecido para esse silenciamento. Assim, ele se refere à interrupção do processo de transferência da capital, afirmando que

“Infelizmente, fatos gravíssimos vieram perturbar profunda e dolorosamente a vida nacional e fizeram com que fossem suspensos os trabalhos iniciados para a execução do art. 3º da nossa lei fundamental; ao voltar, porém a nação à sua vida normal, surge com maior vigor a idéia de transferência da capital para o interior.”²⁸¹

Podemos imaginar que esses fatos “gravíssimos” se referem à Revolta da Armada, às revoluções federalistas em diversos estados do Brasil, enfim, os conturbados anos do governo Floriano, seguidos pelos não menos conturbados anos do governo de Prudente de Moraes — com Canudos e Contestado —, e Rodrigues Alves com a Revolta da Vacina, culminando já em 1910, como o próprio senador faz referência em seu texto, na Revolta da Chibata.

Com a consolidação do regime republicano, cada vez menos se falava na questão da transferência, o que pode nos levar à conclusão que naqueles anos que separam a proclamação da República da década de 20 do século passado, a questão política e econômica não se centrava efetivamente na necessidade de levar

²⁷⁹ Anais do Senado Federal, 1905, vol III e IV p. 204-208, sessão de 09 de dezembro de 1905.

²⁸⁰ Carta lida pelo Sr. Eduardo Sócrates na sessão de 09 de novembro de 1911.

²⁸¹ PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Carta Aberta ao Exmo. Sr. Presidente da República e Membros do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 06.

o desenvolvimento para o interior, mas, provavelmente, na adequação ou não da cidade colonial e imperial do Rio de Janeiro como sede da capital da República.

Essa temática da inadequação do Rio de Janeiro para sediar a capital da República é retomada quando do suicídio de Getúlio Vargas e toda a crise política que se estendeu durante a campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek e seus anos de governo.

Em discurso durante sua campanha eleitoral no ano de 1955 na cidade de Belém do Pará, Juscelino Kubitschek afirma:

“Não é possível que cinqüenta cidadãos na capital da República estejam a inquietar e a ameaçar 50 milhões de brasileiros.”²⁸²

O ex-presidente José Sarney faz curiosa analogia²⁸³ entre a transferência da Corte Portuguesa para suas terras na América em 1808 e a transferência da Capital para Brasília. Em entrevista o ex-presidente afirma:

“Com o tempo, foi se consolidando a minha visão de que o Juscelino, se tivesse permanecido no Rio de Janeiro, teria sido deposto. Porque ele ganhou a eleição com margem de votos muito pequena. E tinha uma resistência política de grande magnitude; uma reação popular, no Rio de Janeiro, grande; uma resistência militar também de grande alcance, por causa das ligações com Vargas. Então, num gesto extremamente político, ele fez exatamente o que D. João VI fez quando acossado pelas tropas de Napoleão: fugiu para o Brasil. O Juscelino fugiu para o Planalto Central. E aqui, com a imagem da construção de Brasília, com o símbolo de Brasília, conseguiu fugir do fantasma da deposição que rondava o seu governo e das dificuldades maiores que o cercavam.”²⁸⁴

²⁸² OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Meu Caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976, p. 333, Vol. 2.

²⁸³ Analogia esta sugerida pelo Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes quando do exame de qualificação deste trabalho em 12 de dezembro de 2006. Ele sugeriu que se analisasse a transferência da Capital para Brasília como analogia daquele movimento que trouxe o governo português para as terras da América em 1808.

²⁸⁴ COUTO, Ronaldo Costa. Op. Cit., p. 204.

Bem, retomemos às questões do início do século XX. Em agosto de 1917, diante não só da inoperância do Congresso Nacional sobre a questão da transferência da capital, mas também da ausência de políticas federais para o estado de Goiás, totalmente insulado do restante do país, um grupo de intelectuais edita a *Informação Goyana*, revista que tinha o objetivo de divulgar os atributos naturais do chamado *hinterland*, ou seja, do Brasil Central, bem como suas potencialidades econômicas.

Reencontramos alguns membros da Missão Cruls como responsáveis pela publicação da revista. Henrique da Silva, major do Exército e conhecido na Capital Federal como o *último bandeirante*²⁸⁵, leva à frente a tarefa de fundar a revista em 1915. Do grupo original da Missão Cruls destacam-se dois outros colaboradores do periódico: o General Augusto Tasso Fragoso e o médico sanitaria Antonio Martins de Azevedo Pimentel. Além destes, compuseram a equipe de propagandistas de Goiás e de defensores da transferência da capital, políticos como o deputado federal e depois senador por Goiás Leopoldo de Bulhões e os intelectuais Capistrano de Abreu, Afonso Arinos, Miguel Calmon, Americano do Brasil, Eduardo Sócrates, José Carlos de Carvalho, Colemar Natal e Silva. Victor de Carvalho Ramos, Hugo de Carvalho Ramos, Jorge Maia, Mario Vaz dentre outros²⁸⁶.

Nos seus 213 números, o tema da transferência da capital foi tratado em 83 artigos o que representou, segundo dados de Maria Araújo Nepomuceno, 3,72 % dos artigos publicados. O assunto que aparece em primeiro lugar com 382 artigos publicados representando 17,14% dos artigos da revista está relacionado às potencialidades econômicas de Goiás, seguido dos temas de recursos naturais (267 artigos 11, 98% do total), Notas e Informações (249 artigos, 11,17% do total) e transportes (242 artigos, 10,86% do total).²⁸⁷ Apesar do tema da transferência da capital para o Planalto Central constar de praticamente todo o período de existência da revista, essa publicação não é sequer citada pelos “historiadores oficiais” de Brasília.

²⁸⁵ SILVA, Luís Duarte da. Op. Cit., p. 42.

²⁸⁶ NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O Papel Político-Educativo de A Informação Goyana na Construção da Nacionalidade*. Goiânia: Ed. UFG, 2003, p. 37.

²⁸⁷ Idem., pp. 38-9.

Parece que a história oficial de Brasília buscou encobrir toda e qualquer iniciativa do estado de Goiás no sentido de sua contribuição para a transferência da Capital. Essa hipótese, defendida por Marcio de Oliveira, explicaria a ausência da participação dos irmãos Bueno (Jerônimo e Abelardo) e de outras iniciativas do estado de Goiás que concorressem com o objetivo de transferência da capital.²⁸⁸

Retomando a questão da revista e de sua circulação, destaco que sua publicação era feita na Capital Federal, com financiamento do governo de Goiás, e sua distribuição era feita em número significativo de estados da Federação e em alguns países estrangeiros. Ressalto a questão de sua publicação se dar no Rio para retomarmos o tema da centralidade do Rio de Janeiro. Da mesma forma que, anos antes, Euclides publicou sua obra no Rio dizendo que só assim ela poderia ter repercussão *nacional*, em 1915 quando os editores da Revista *Informação Goyana* optam por publicar o periódico na então Capital Federal, sua intenção não era outra.

Carlos Lessa, entretanto, ressalta que:

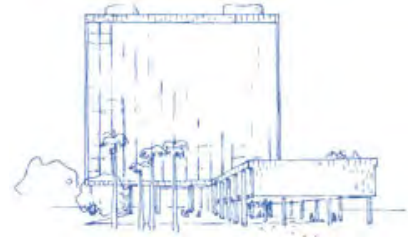
“(...) A história do Rio no século XX é uma história de perdas. Perda do epicentro da agricultura, do café. Perda da primeira posição como cidade industrial. Perda da função de grande nó logístico do país. Deixou de ser o maior porto exportador no início do século e importador nos anos cinquenta (...) O ponto de máxima intensidade [da valorização] foi a Copacabana dos anos cinquenta. Era como se tivessem construído o paraíso tropical. Toda a exaltação da cidade se expressava em Copacabana. Nesse momento o Rio não era Paris tropical, não era cópia de nada, era simplesmente o Rio, a afirmação não arrogante de que nós, brasileiros, éramos especiais. Mesmo sem ameaçar nenhuma outra região do país, o Rio era o laboratório da brasilidade. Era o momento em que a auto-estima brasileira estava no máximo. Era a época em que o Brasil achava que podia tudo. A história nos condenava, o presente era incômodo, mas o Brasil era o país do futuro, dotado de imensa ousadia. O pessoal brincava dizendo que Deus era brasileiro e tinha identidade do Instituto Felix Pacheco.”²⁸⁹

Esse movimento lento de perda da hegemonia econômica para São Paulo que vai se consolidando na primeira metade do século XX, não é acompanhado necessariamente pela perda de centralidade no que se refere aos aspectos culturais e políticos, por exemplo. Na citação anterior, Carlos Lessa assevera que nada mais

²⁸⁸ OLIVEIRA, Marcio de. Op. Cit., p. 110.

²⁸⁹ O Globo, 9 dez. 2000. Caderno Prosa e Verso, p. 03.

brasileiro nos anos 50 do que Copacabana. Entretanto, a produção cultural de outros centros urbanos começa a se projetar e compor, junto ao Rio de Janeiro, um cenário mais amplo de manifestações culturais. Deve ser destacado aqui que não estamos querendo dizer, com isso, que essa produção cultural não existisse antes. Ao contrário. Mas, sem dúvida alguma, os novos meios de comunicação que se democratizam concorreram para uma maior divulgação e publicidade dessa produção.



3.5. Rio, São Paulo, Belo Horizonte.... Muitos Brasis

“O Rio de Janeiro é a cidade contemplativa, cercada de montanhas, olhando o mar.”

Cassiano Ricardo²⁹⁰

“(...) O que são as vaidades meu Deus! Essa gente do Rio nunca perdoará S.P. (sic) ter tocado o sino. Não falo de você. Você já não é do Rio. Você é como eu: do Brasil.”²⁹¹

Mário de Andrade

Pesquisar as origens da polarização entre Rio de Janeiro e São Paulo é ter clareza que esse também é um campo profícuo para *invenções de tradições*²⁹².

Em uma perspectiva da história cultural, observa-se aqui também, mais uma vez, que os espaços, as regiões não são única e exclusivamente dados físicos da paisagem, dados naturais. Destaca-se, aqui, a construção de representações, a partir de um processo de seleção de enunciados e imagens sobre o lugar, a região que, em não poucos casos, acaba levando à determinação de estereótipos em relação ao espaço em questão.

Decerto está que essas disputas e questões tinham um substrato mais denso e que remetem às questões as quais já me referi acerca da identidade da nação: a

²⁹⁰ Apud VELLOSO, Mônica Pimenta. “A ‘cidade-voyeur’: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas... In: *Revista Rio de Janeiro*. Niterói, Vol. 1, nº 4, set/dez 1986, p. 56.

²⁹¹ Apud GOMES, Ângela Maria de Castro. “Essa Gente do Rio... os intelectuais cariocas e o Modernismo.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1993, vol. 6, n. 11, p. 62.

²⁹² Ver sobre a construção da imagem de São Paulo o artigo de BLAJ, Ilana. “Mentalidade e Sociedade. Revisitando a Historiografia sobre São Paulo colonial.” In *Revista de História*. São Paulo: USP – Departamento de História, 2000, nº 142-143.

nacionalidade se encontrava no litoral ou no interior? Qual era a fonte de nossa nacionalidade? E esse não era um problema de só menos importância, ou de identificar simplesmente as nossas origens; na verdade, essas clivagens remetiam a projetos de nação distintos e, em muitas vezes, antagônicos.

São Paulo, no início do século XX, em franca ascensão econômica e política com o estabelecimento do “café com leite” busca a sua singularidade na história do país. Em fins da década de 10 e início dos anos 20, São Paulo constrói a sua história e a sua identidade em oposição a um Rio, que segundo os críticos do cosmopolitismo carioca, não queria ser Brasil, queria ser Paris.

Para parcela considerável da intelectualidade paulista que viria, no início dos anos 20, compor o que conhecemos por modernistas, era absolutamente necessário mergulharmos em nossa diversidade cultural para elaborarmos nossa identidade enquanto nação.

Por outro lado não é possível admitir que, frente à complexidade das questões que se colocavam, principalmente quando se discute a questão da nossa identidade e de nossas escolhas em direção à modernidade, que o Rio e sua intelectualidade ficassem alijados dessas discussões. Ao contrário, por ser a “cabeça-da-nação”, essa força centrífuga, trazia para o espaço da cidade do Rio, intelectuais de diferentes regiões do país, o que estimulava, sem dúvida, uma vibrante interlocução entre posições defendidas por diferentes grupos de intelectuais.

A questão da centralidade e o papel do Rio de Janeiro na história do país provocaram uma perda da diversidade de suas histórias locais e, igualmente, uma perda de seus diferentes projetos nacionais em detrimento daquele(s) vitorioso(s).

Na introdução deste trabalho, citei alguns exemplos sobre a questão da forma como tem sido feita a História do Brasil, utilizando experiências provenientes do meu trabalho com o Ensino de História no Ensino Médio. Uma das questões mais comuns que encontrávamos nas provas de Vestibular, por exemplo, eram assertivas que afirmavam que a Semana de Arte Moderna havia ocorrido no Rio de Janeiro em fevereiro de 1922. Aquele candidato menos atento às aulas de História e Literatura não percebia o erro da questão. Até porque, a maior parte da História do Brasil que se estuda e se cobra no vestibular é uma história que se centra no Rio de Janeiro.

Portanto, para nossos alunos, que ouvem uma história do Brasil que é contada a partir do Rio de Janeiro é mais do que natural que tal movimento de vanguarda estética tivesse ocorrido na Capital Federal.

Se a historiografia que se produz acaba concorrendo para a formação da literatura didática, para a formação do professor, o que podemos observar por esta produção é uma história centrada no Rio de Janeiro e o aparecimento dos demais estados na medida de sua relação com o Rio. Portanto, o Rio enquanto capital, enquanto sede da maior parte dos movimentos sociais e culturais do Império Brasileiro — que a historiografia destaca — cidade que aglutinava os mais representativos expoentes culturais do país, também deveria ter sediado o Modernismo em sua vertente mais destacada: a Semana de Arte Moderna.

São Paulo, na história contada pelos livros didáticos aparecia como a tradicional “boca do sertão” local por excelência de dispersão das bandeiras responsáveis pelo aprisionamento de índios e pela busca do ouro. No século XIX, São Paulo reaparece na “História do Brasil” como o lugar de expansão da lavoura cafeeira e da mão-de-obra imigrante. E eis que de súbito, do nada, na mesma literatura didática, os intelectuais de São Paulo aparecem como descobridores da nova estética brasileira. Como explicar isso aos nossos estudantes? Esquecemos de dizer a nossos alunos que

“(…) Foi nos espaços abertos nas zonas distantes que se passou boa parte da história da colonização da América.”²⁹³

Pois bem, para explicar o florescimento do Modernismo em São Paulo e não no Rio de Janeiro, alguns estudiosos têm proposto alguns encaminhamento para análise.

A proposta de José Murilo de Carvalho²⁹⁴ de analisar o “Modernismo” nas redes intelectuais tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo desde a virada dos Oitocentos, parte de uma análise sociológica sobre as origens e características de

²⁹³ SOUZA, Laura de Mello Apud. KOK, Gloria. *O Sertão itinerante. Expedição da Capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004, p. 17.

²⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. “Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro”. In: *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: FCRB, 1988.

cada uma destas cidades. O autor propõe que pensemos o Rio de Janeiro como *cidade ocidental antiga* cujas funções predominantes eram a política e a administração. A principal atividade econômica era o comércio e enquanto *cidade antiga*, a mão-de-obra predominante constituía-se de escravos. Já São Paulo poderia ser caracterizada como *cidade ocidental moderna*. Nela, a presença de escravos seria insignificante; sem tradição política, haveria, portanto, maior liberdade cultural e artística.²⁹⁵

Seguindo essa interpretação, quais as implicações dessas características para o posicionamento da intelectualidade perante às questões que se colocavam na virada do século XIX para o XX? Como capital do Império e, após 1889, da recém fundada República, o Rio de Janeiro se encontrava em uma situação delicada pois, segundo essa interpretação, não havia como se libertar de seu passado colonial e imperial. Urgia, portanto, transformá-la e o modelo de urbanização era o europeu, especialmente a cidade de Paris, acirrando as já densas características cosmopolitas da cidade. Pode-se deduzir as dificuldades então que os intelectuais, políticos, jornalistas tinham de dar conta da diversidade e do ecletismo do mundo urbano do Rio de Janeiro tendo em vista sua relação com o restante do país. Claro que houve exceções como João do Rio, Lima Barreto e Manuel Bonfim, mas que, no fundo confirmam a regra. Não havia espaço para se pensar a diversidade do país ou a diversidade social e cultural da cidade do Rio de Janeiro naqueles anos do início da República brasileira. Os pensadores que se debruçaram sobre a realidade da capital, exercitavam uma análise das dimensões políticas cujos temas eram a organização do Estado Brasileiro, a defesa das fronteiras, dentre outras.

Diferentemente do Rio de Janeiro, ainda de acordo com essa abordagem, São Paulo até o desenvolvimento da cafeicultura, era uma cidade inexpressiva em termos econômicos ou políticos até pelo menos as primeiras décadas do século XX. Também não tinha a tradição intelectual do Rio de Janeiro.

Quando a cidade começa seu processo de expansão econômica inicialmente com a cafeicultura e, depois, com a industrialização, a composição populacional da cidade sofre uma alteração significativa com a chegada dos imigrantes. Não era

²⁹⁵ Idem., p. 13 – 15.

necessário, então, criar uma imagem de cidade européia. São Paulo já era uma Babel.

Outras interpretações da historiografia avaliam que a produção intelectual de parcela da intelectualidade do Rio de Janeiro encontrava-se comprometida devido às suas relações quase sempre promíscuas com o Estado uma vez que a maior parte dos escritores eram funcionários públicos, o que comprometeria sua capacidade de criação e estabelecendo quase que uma impossibilidade de renovação estética por parte do Rio. Nas palavras de Ângela Maria de Castro Gomes, esta intelectualidade

“(...) estaria integrada em uma ‘Velha República das Letras’ no dizer dos modernistas paulistas numa nítida associação e contestação de padrões estéticos e políticos.”²⁹⁶

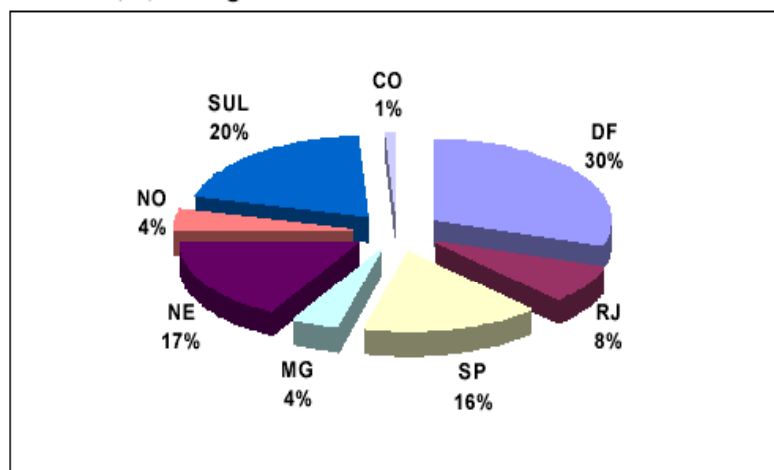
Ainda segundo Ângela Maria de Castro Gomes, essas análises pautadas em diferenças entre modelos de cidades apresentados de maneira dicotômica, apesar de trazerem elementos importantes para a reflexão, devem ser relativizadas pois muitas de suas conclusões acabam não sendo sustentáveis. Por exemplo, a autora sinaliza que se a forte presença da burocracia federal no Rio de Janeiro era um impeditivo para uma certa liberdade de produção intelectual, São Paulo também detinha uma vigorosa burocracia estatal que também possuía estreitos vínculos com a política local e nacional. Outros dados significativos para que possamos questionar essas interpretações dizem respeito ao papel econômico do Rio de Janeiro. Muitas análises falam do crescimento econômico de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, o que é inegável. Entretanto, esse crescimento só veio a abalar o papel e o lugar do Rio de Janeiro no cenário econômico nacional a partir dos anos 20.²⁹⁷

²⁹⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa Gente...* p. 25.

²⁹⁷ Corroborar esta visão de que São Paulo não tinha participação significativa na economia nacional até a expansão cafeeira na região é corroborar teoria já ultrapassada dos ciclos econômicos e fechar os olhos para toda uma historiografia econômica que vem sinalizando a importância da produção para o abastecimento interno da colônia e posterior império no cenário nacional. Esta historiografia destaca que, por exemplo, pode-se observar nas áreas de produção para o mercado interno, concentração de terras, escravos e riquezas, como em qualquer área de produção voltada para o mercado externo. Pesquisa que se refere a áreas produtoras do Rio de Janeiro voltadas para o abastecimento interno. Ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manoel. *O Arcaísmo*

Na seqüência, podemos observar dados relativos à participação dos estados brasileiros na indústria nacional no início do século XX.

GRÁFICO 1:
Participação relativa (%) de regiões selecionadas no VBP da indústria nacional em 1907.



Fonte: LOUREIRO, Ana Claudia Nonato da Silva. *Rio de Janeiro, uma análise da perda recente de centralidade*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, 2006, p. 23.

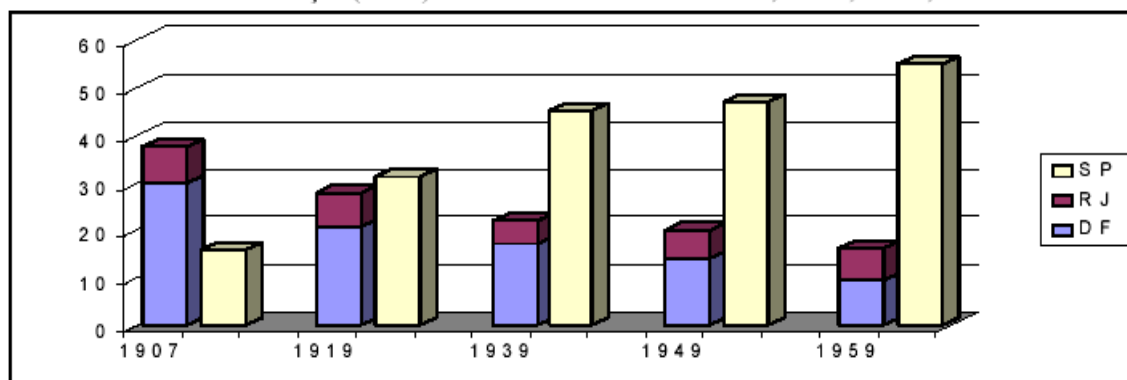
A partir deles, pode-se observar que só a cidade do Rio de Janeiro detinha, à época, 30% da produção total nacional sem contar com a produção do Estado do Rio de Janeiro. Sozinha, a capital concentrava produção industrial superior ao Estado de São Paulo, ao Estado do Rio de Janeiro e o de Minas Gerais somados.

Temos, abaixo outro gráfico que apresenta uma comparação específica da produção industrial dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e o então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, até o ano imediatamente anterior à transferência da sede do Distrito Federal para Brasília. Observa-se que é na passagem para e década de 20 que a produção industrial do Distrito federal é ultrapassada por São Paulo:

como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790 – 1840). Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

GRÁFICO 2:

Participação relativa (%) do Distrito Federal, e dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo no Valor Bruto da Produção (VBP) da indústria nacional: 1907, 1919, 1939, 1949 e 1959



Fonte: LOUREIRO, Ana Claudia Nonato da Silva. *Rio de Janeiro, uma análise da perda recente de centralidade*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, 2006, p. 27.

Está claro que estes dados estatísticos não são neutros e podem servir também para demonstrar uma progressiva perda de importância econômica do Rio ao longo do século XX como também já sinalizei anteriormente neste capítulo. Entretanto, esta perda não é sentida imediatamente. Até porque se o papel industrial da então capital federal foi talvez o primeiro a demonstrar uma queda na participação na economia nacional, o mesmo não ocorreu nos setores comercial e financeiro. Também não houve queda acentuada na demografia da cidade, como ainda pode-se observar na tabela que se segue:

Tabela 3: População residente em capitais estaduais brasileiras selecionadas (em mil habitantes): 1920, 1940, 1950 e 1960

Capitais	1920	1940	1950	1960
Rio de Janeiro	1.148	1.764	2.378	3.307
São Paulo	579	1.326	2.198	3.825
Salvador	283	290	417	656
Recife	239	348	525	797
Fortaleza	79	180	270	515
Belo Horizonte	56	211	353	693
Curitiba	79	141	181	361
Porto Alegre	179	272	394	641
Belém	236	206	254	402

Fonte: LOUREIRO, Ana Claudia Nonato da Silva. *Rio de Janeiro, uma análise da perda recente de centralidade*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, 2006, p. 25.

Por tudo isso que se apresentou, autores se debruçaram sobre a questão de modernidade em São Paulo, no Rio de Janeiro e também em Minas, sinalizando que para o estudo deste movimento há que se libertar de uma visão que estabelece um movimento Modernista puro — o de São Paulo — e que no Rio ele se desvirtuou ou até sequer existiu, ou se desenvolveu tardiamente em Minas Gerais²⁹⁸.

Moderna Minas

Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Israel Pinheiro. A trajetória dessas personalidades relacionadas à construção de Brasília vieram se juntar a algumas outras que podem trazer elementos que nos ajudem a pensar uma modernidade para Brasília que se materializa em sua arquitetura, mas que tem como suporte, como alicerce, um conjunto de referências que recheiam as estruturas de concreto da cidade.

²⁹⁸ Sobre o Modernismo no Rio de Janeiro ver trabalhos de GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, e VELLOSO, Mônica Pimenta Velloso. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. Sobre o Modernismo em Minas Gerais ver trabalhos de GOMES, Ângela de Castro (org.) *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005, BOMENY, Helena. *Guardiões da Razão. Modernistas Mineiros*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, MIRANDA, Wander Melo. *Anos JK. Margens da Modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial, Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002 e STARLING, Heloisa. "Juscelino Prefeito." In: *Belo Horizonte*. Prefeitura Municipal. Catálogo de exposição Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2002.

Quem seriam essas pessoas que protagonizaram uma parte da construção de Brasília?

Oscar Niemeyer, carioca, foi aluno de Lúcio Costa na Escola de Belas Artes. Ele mesmo relata que apesar das dificuldades financeiras pelas quais passava depois de formado se ofereceu para trabalhar graciosamente no escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão. A partir daí, estava firmada uma parceria que “modernizou” Minas e o Brasil.

Pois bem, como falar da parceria entre Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa sem mencionar o nome de Rodrigo de Melo Franco?

Este último foi responsável pela indicação do nome de Niemeyer a Juscelino Kubitschek para a construção da Pampulha.

Assim, Oscar Niemeyer descreve seu primeiro encontro com JK:

“Nosso primeiro encontro ocorreu em 1940, quando, em companhia do meu velho amigo Rodrigo de Melo Franco de Andrade, fui procurá-lo em Belo Horizonte para conversarmos sobre o projeto da Pampulha. Conversa que não posso esquecer, principalmente quando ele — com o mesmo dinamismo de hoje — me pediu que elaborasse o projeto para o dia seguinte, desejo que atendi, desenhando-o à noite no quarto do antigo Grande Hotel, onde me hospedara.”²⁹⁹

Sobre o encontro entre Juscelino e Oscar Niemeyer, escreve o também mineiro Fernando Sabino, em *Lugares-Comuns*:

“A rigor, foi esse desejo de reinventar a cidade, de redefini-la por meio de uma paisagem inteiramente nova alterando, de tal forma, os hábitos de seus moradores até fazê-los um dia viajantes incorrigivelmente modernos, a marca que diferenciou a administração de Juscelino da de seus anteriores. (...) Talvez isso tudo tenha acontecido porque não faltava ainda poesia em Belo Horizonte naquele tempo. (...) Às vezes, cruzando calmamente a rua, transeunte como outro qualquer, com seu sorriso de simpatia já irresistível, o prefeito Juscelino — a prefeitura era ali perto naquele tempo, e se não me engano ainda é. Tempo de Pampulha, do Niemeyer, da arquitetura moderna. Brasília nasceu ali”.³⁰⁰

²⁹⁹ NIEMEYER, Oscar. *Minha Experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961, p. 28.

³⁰⁰ Apud. STARLING, Heloisa. “Juscelino Prefeito.” In: *Belo Horizonte*. Prefeitura Municipal. Catálogo de exposição Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2002, p. 43-44.

Estes depoimentos são referendados pelo médico mineiro Pedro Nava:

“As conseqüências do que ele [Capanema] fez são incalculáveis. Siga o meu raciocínio. Sem o prédio do Ministério da Educação (recebido na ocasião como obras de um mentecapto) não teríamos a projeção que tiveram na época Lúcio Costa, Niemeyer, Carlos Leão, Cândido Portinari. Foram entendidos por Capanema e seus auxiliares próximos (Drummond, Rodrigo, Mário de Andrade e outros). Sem essa compreensão não teríamos tido a Pampulha, concepção artística e arquitetônica prestigiada pelo imenso Kubitschek. Sem Pampulha não teríamos tido Brasília do mesmo Juscelino Kubitschek que desviou nosso curso histórico — levando o Brasil para seu oeste. A raiz de tudo isso, a semente geradora, o adubo nutridor estão na inteligência de Capanema e de seus auxiliares de gabinete.”³⁰¹

Nestas citações torna-se claro que o encontro dessas pessoas condicionou o desenvolvimento de todo um projeto de Modernidade do país que tem como um de seus marcos a construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde, a partir do projeto desclassificado da equipe de Niemeyer e Lúcio Costa, no então concurso realizado com esse objetivo, e considerado um dos elementos deflagradores de toda uma arquitetura moderna brasileira³⁰².

Também foi Rodrigo de Melo Franco, o responsável pela indicação de Lúcio Costa para a diretoria da Escola Nacional de Belas Artes ao então Ministro da Educação e Saúde à época Gustavo Capanema. Como não associá-los à construção do Ministério da Educação e Saúde, hoje Palácio Gustavo Capanema?

Como não associar Capanema a Carlos Drummond de Andrade?

Como não associar Carlos Drummond a Lucio Costa a quem era subordinado? Segundo as belas palavras do poeta:

³⁰¹ Apud. BOMENY, Helena. “Infidelidade Eletivas: intelectuais e política” In: BOMENY, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001, pp. 14-15.

³⁰² Quando o assunto é a construção de Brasília, a literatura de ampla circulação pouco enfatiza a parceria antiga de Niemeyer com Lucio Costa no projeto que viabilizou o prédio do Ministério da Educação e Saúde, inaugurado no fim do Estado Novo. Tampouco comenta que o projeto apresentado pela equipe de Lucio Costa e Niemeyer para o MÊS não foi vitorioso no concurso organizado, mas foi o que foi erigido por determinação do ministro à época Gustavo Capanema. Essa mesma literatura também não dá destaque ao fato de Niemeyer e Lucio Costa já terem trabalhado para Juscelino Kubitschek quando este fora prefeito de Belo Horizonte e eles, arquiteto e urbanista, viabilizaram a Pampulha. Outro silenciamento, este mais difícil de passar despercebido, é a ausência de ambos personagens — Lúcio Costa e Oscar Niemeyer — no dia da inauguração da nova capital.

“Trabalhei cerca de doze anos ao lado de Lúcio Costa, num canto da sala do Ministério da Educação. Entre a divisa de madeira e uma fila de arquivos de aço, formou-se um corredor com duas mesas. Para chegar à dele, Lúcio passava pela minha. Dirigia-me um *olá* quase silencioso e, vez por outra, dava um leve toque no meu ombro. Pouco nos falávamos, mas nos entendíamos bem. Lúcio não tinha hora de chegar ou de sair. Dizia-se mais um consultor de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do PHAN, do que um burocrata responsável pela Divisão de Estudos e Tombamentos.”³⁰³

Se pudéssemos permanecer restritos ao ambiente de Belo Horizonte e mais especificamente ao ambiente intelectual da Rua da Bahia, como não associar a pessoa de Carlos Drummond de Andrade à chegada do Modernismo “paulista” à cidade através de artigo publicado no *Diário de Minas* que comentava os romances de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, *Os Condenados* e *Paulicéia Desvairada* respectivamente. Como não relacionar o Modernismo em seus diferentes aspectos à Minas? Como não relacionar essa geração de modernistas ao estabelecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?

Em Minas, esses intelectuais ficaram conhecidos pelo Grupo do Estrela, nome do café situado à rua da Bahia onde se reuniam. Além dos mineiros já aqui citados, outros como Abgar Renault, Alberto Campos Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida, Gabriel Rezende Passos, Hamilton de Paula, Heitor Augusto de Souza, João Alphonsus Guimarães, João Guimarães Alves, João Pinheiro Filho, Mário Alves da Silva Campos, Mário Cassasanta e Milton Campos compunham o grupo.

Observando esses nomes, a maioria de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, nos chama a atenção o aspecto geracional: Juscelino Kubitschek, Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa nasceram no ano de 1902; Gustavo Capanema e Rodrigo de Melo Franco, ambos mineiros, são um pouco mais velhos 1900 e 1898 respectivamente. Cândido Portinari e Oscar Niemeyer um pouco mais novos: 1903 e 1907. Israel Pinheiro, o mais velho de todos, nascido em 1896 em Caetés, Minas Gerais, filho de ninguém menos do que João Pinheiro, republicano, presidente do estado de Minas Gerais de 1906 a 1908, quando de sua morte.

³⁰³ ANDRADE, Carlos Drummond de. “Lúcio Costa na repartição.” In: CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC – Iphan, 2000, p. 181.

No início do capítulo, falei um pouco sobre a geração intelectual de 1870 — terminologia consagrada; fala-se também em geração, em relação ao Modernismo literário, em referência às gerações dos autores. O aspecto geracional que chamo a atenção aqui se refere à experiência compartilhada por essas pessoas, intelectuais, políticos, arquitetos. Uma experiência de modernidade que diz respeito a um viver entre dois mundos, em vivenciar esse sentimento de fragmentação; modernidade não como uma etapa histórica que vem substituir um tempo tido por tradicional. Como já sinalizei a tradição é aquilo que nos é dito através do tempo, mais especificamente aquilo que nos é entregue.

O fato é que à medida que me debruçava sobre a história de Brasília, as experiências, as vivências dessas pessoas se entrecruzavam tendo como eixo um “moderno” muito além dos traços arquitetônicos e urbanísticos pelos quais a cidade é conhecida.

Há inúmeras referências aos modernistas dessa geração citada e que estiveram associados ao projeto político do Estado Novo; assim como dois desses modernistas especialmente encontram-se associados, também, à construção de Brasília — Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Não há como não relacionar a participação desses personagens do movimento modernista dos anos 30 e 40 à construção de Brasília duas décadas depois. Para muitos estudiosos dos governos de Juscelino Kubitschek, quer à frente da prefeitura, do estado ou do governo federal, a modernidade por ele defendida não se encerrou quando do fim de seu mandato como prefeito. A citação que se segue de Niemeyer não deve ser tomada no sentido restrito da arquitetura, mas sim, de um movimento maior em torno de uma idéia de projeto de nação.

“(...) Em termos de arquitetura, Brasília é continuação da Pampulha. Porque a Pampulha foi feita com o mesmo tipo de arquitetura. Arquitetura nova que a gente estava impondo. Mais leve, utilizando a curva, mais próxima das igrejas de Minas Gerais (...)”³⁰⁴

³⁰⁴ Apud. COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 82.

Brasília é modernista em suas largas avenidas próprias para o deslocamento por meio do automóvel; é modernista em sua organização espacial setorizada; é modernista em sua arquitetura; mas é igualmente modernista em suas casas populares geminadas inspiração da arquitetura colonial mineira como nos relata Oscar Niemeyer ao relembrar uma conversa com Rodrigo Melo Franco:

“Trabalhei no Sphan e com Rodrigo muitas vezes visitei Ouro Preto. Lembro a conversa que tivemos um dia nessa cidade, muitos anos atrás, sentados no par do Tofolo, diante da Casa dos Contos. Rodrigo a me falar dos problemas existentes, das pequenas casas geminadas que um dia poderiam desabar, como um baralho de cartas, das igrejas pilhadas pelo Brasil afora, das verbas curtas demais.”³⁰⁵

A literatura especializada afirma que o Modernismo brasileiro se caracterizou pela busca da tradição, da origem ao tempo em que seus intelectuais e artistas projetaram um futuro não só para a arte mas para o Brasil.³⁰⁶

No que se refere a essa busca da tradição, da origem, pode-se afirmar que aquele grupo de intelectuais modernistas que participou ativamente do Ministério da Educação e Saúde, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, construiu a verdadeira convicção de que

“(...) a formação da mentalidade futura do homem brasileiro, não estaria solidamente alicerçada se não fosse igualmente estabelecido no presente o que importava de nosso passado.”³⁰⁷

A arquitetura moderna, segundo essa orientação, se relacionava com a arquitetura colonial brasileira naquilo que era representativa, por exemplo, das técnicas de construção desse período colonial. Essa era a tradição que cabia destacar e preservar. As estruturas em concreto armado sobre pilotis eram segundo Lucio Costa e Oscar Niemeyer, semelhantes às estruturas tradicionais de pau-a-pique. Elas se apresentaram em inúmeros monumentos, mas destacamos aqui o

³⁰⁵ CAVALCANTI, Lauro (org.) *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: MINC – Iphan, 2000, p.8.

³⁰⁶ Idem., p. 9.

³⁰⁷ Idem, Ibid., p. 12.

próprio prédio do MES, o hotel Ouro Preto em Ouro Preto, MG e os prédios das quadras residenciais de Brasília que se baseiam nessa estrutura.

Mas há outros vínculos dessa arquitetura moderna com o movimento modernista, bastante elucidativos, como, por exemplo, “(...) o rigor construtivo de João Cabral de Melo Neto [cujo processo criativo] se aproxima do projeto de poesia concreta que, por sua vez, identifica-se com a linguagem da arquitetura de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, linha que tem início nos anos trinta e culmina com o projeto que desenha a cidade de Brasília.”³⁰⁸

Em setembro de 1959, Brasília não estava nem inaugurada, mas sediou um encontro internacional de críticos de arte que foi documentado pela imprensa da época. Na ocasião, Juscelino Kubitschek proferiu o discurso intitulado “Brasília nasceu sob o signo da Arte” que reproduzo na íntegra:

“A cidade nova e a síntese ou a integração das artes, eis — senhores — o belo tema que vos congrega aqui, e que, melhor que em outro qualquer lugar, aqui eu encontro ambiência adequada ao seu debate.

Partindo de outra ordem de considerações, almejando em sua luta contra o subdesenvolvimento propiciar ao Brasil a base industrial, o crescimento harmônico, as vias de comunicação, o progresso técnico, tudo, enfim, que permitisse criar e acumular riqueza e viesse assegurar autonomia econômica — o meu governo observou que a transferência da capital se engastava como chave de abóbada, no plano geral que se traçara e que esta corajosa iniciativa tinha de ser tomada, não só para cumprir um compromisso com o povo brasileiro mas principalmente por ser uma imposição da economia, um imperativo da sobrevivência nacional.

Era preciso um gesto ousado uma opção heróica. Este gesto se verificou. Esta opção se exerceu. Por isso, vós que vindes ao Brasil para transcendentais debates no campo estético e científico, podeis encontrar neste planalto, a mil quilômetros do mar, em local onde, há pouco mais de dois anos, tudo era ainda silêncio, distância e infinita soledade.

Vejo em nosso encontro um símbolo. Nele reluz uma significação extraordinária. Sugere ou antes afirma e veementemente, que o futuro tecnológico, econômico e social deste país não mais se construirá à revelia do coração e da inteligência como tantas vezes ocorreu no passado e ainda sucede no presente, mas ergue-se-á sob o signo da arte — signo sob que Brasília nasceu.

Houve quem discordasse de tudo quanto aqui vedes: houve quem desaprovasse esse pelejar sem descanso, esse afã, essa paixão, essa pertinácia que do nada vão tirando uma cidade bela e racional como um teorema, leve e airoso como uma flor.

Se Brasília foi uma imprudência, viva a imprudência! Os que têm meditado a fundo sobre os destinos desta nação, compreenderam Brasília e por ela se

³⁰⁸ SCHWARTZ, Jorge (org.). Op. Cit., p.12.

apaixonaram, cômicos de que agora e não mais tarde, esta cidade tinha que ser erguida no Planalto.

Não foi por capricho ou fantasia que a Nação brasileira vinha clamando em sucessivas gerações pela transferência de sua metrópole. Com a fina intuição das coletividades, a nação pressentia que de Brasília viria o equilíbrio, a força distribuída, o desenvolvimento harmonioso deste país vasto como um continente. Era necessário que o seu comando se deslocasse para o centro, mormente nessa grande hora em que o Brasil é tomado de um frenesi criador, como força irrefreável em busca de uma vida melhor e mais alta. Se essa força não fosse dominada e orientada se essa imensa energia que se liberta não se submetesse à linha mais pura do interesse nacional, o país marcharia em desequilíbrio e em insegurança crescendo de um lado só como um gigante coxo e aprofundando ainda mais as diferenças que existem entre as suas regiões pobres e suas regiões ricas.

Há quatro séculos o Brasil se adentra para este arremesso decisivo contra a vastidão inexplorada e solitária de nossos sertões. Brasília não poderia ter nascido antes: as circunstâncias não o teriam permitido. Devia nascer precisamente agora, como nasceu, porque os recursos da técnica, os modernos inventos hoje asseguram ao espírito pioneiro da nossa raça os instrumentos que antes lhes faltavam. Se não surgisse nesta hora, em que a nação se vê psicologicamente preparada para o grande passo e encontra meios de realizá-lo se continuasse a ser procrastinada, como um sonho utópico, a nossa geração teria sido, com justiça, acusada de inépcia: a nossa geração teria falhado e retardado, criminosamente, a marcha ascensional deste país.

Mas aqui tendes Brasília, obra de juventude, obra de audácia, de uma nação que se vê de um futuro esplendente e dispõe de energia bastante para antecipá-lo. Graças ao espírito inventivo de dois notáveis arquitetos brasileiros, dois corajosos inovadores, cujo nome tem merecido a consideração dos meios cultos de todo o mundo: Lucio Costa e Oscar Niemeyer e também a colaboração devota de jovens talentosos que formam uma admirável equipe de urbanistas e arquitetos — nesta cidade que a energia dos brasileiros faz surgir no coração do território pátrio, tudo é beleza, harmonia, equilíbrio e eficácia.

Foram precisos séculos, esforço contínuo e vigoroso para criar uma civilização brasileira e para que esta civilização tomasse posse de si mesma tornando-se apta a dirigir o seu processo de crescimento e renovação. Brasília é o fruto amadurecido desse grande esforço. Em cada pormenor de seu planejamento, seja na órbita política, seja na feição urbanística ou na forma arquitetônica se imprimem viva as características de singularidade que nosso povo alcançou como civilização.

O Brasil pode mirar-se no novo espelho de cristal que a nova metrópole lhe estende: a singeleza da concepção e o seu caráter diferente a um tempo rodoviário e urbano; a sua escala digna desse país e da nossa ambição e o modo como essa escala monumental se entrosa nas escala humana das quadras residenciais sem quebras da unidade do conjunto; a idéia, enfim, de localizar a sede dos três poderes fundamentais não no centro do núcleo urbano, mas na sua extremidade sobre o terraplano triangular como palma da mão que se abrisse além do braço estendido da esplanada onde se alinham os ministérios. Assim, sobrelevados e tratados com dignidade e apreço arquitetônico em contraste com a agreste natureza circundante, eles se oferecem simbolicamente à nação e parecem dizer ao povo: "Votai, que o poder é vosso!"

É palpável, está ao alcance de todos a dignidade da intenção que presidiu no traçado desta cidade. Mas discuti, discordai à vontade. Sois críticos e a

insatisfação é o vosso clima. De uma coisa estou certo, porém, e a vossa presença aqui é testemunho disto. Com Brasília se comprova o que vem ocorrendo em vários setores de nossa atividade: já não exportamos apenas café, açúcar, cacau; em nossa pauta já não seguiam somente produtos coloniais ou artigos de uma indústria que se expande: mostramo-nos capazes também de fornecer um pouco de alimento à cultura universal.

Espero que Brasília responda por si mesma a uma das indagações que constam do temário de vossos debates — a saber: se tem a arte um papel na civilização que se abre. André Malraux, em palavras que ficarão gravadas nas lembranças dos brasileiros, disse que, na verdade, se erige aqui a primeira capital da nova civilização; as grandes perspectivas da arquitetura moderna que o nosso século não conhecia ainda aparecem nesta cidade a mais audaciosa concebida pelo Ocidente; nela renasce, enfim, o lirismo arquitetural que floresceu no mundo heleno.

Brasília, civilização nova, é pois assistida pela arte desde o berço, em pleno surgimento. Que mais significativa participação poderia a arte almejar no mundo que desponta?

Sede bem-vindos ao Brasil, senhores. Vejo aqui reunidos em jovial camaradagem alguns dos mais altos expoentes da crítica de arte e da arquitetura em todo o mundo. O povo brasileiro orgulha-se de vos receber. Vossa visita se inscreverá como um dos acontecimentos mais importantes da vida cultural deste país onde o vosso nome é, há muito, admirado e respeitado.

Espero que de regresso as vossas pátrias, possais levar do Brasil uma imagem bela e talvez o pensamento de que este povo jovem ao mesmo tempo que procura o bem estar material, busca no domínio do espírito satisfazer aquelas outras exigências tão imperiosas na alma do homem, quanto a que diz respeito a sua subsistência e segurança.”³⁰⁹

A despeito de tão extensa citação, nela temos elementos fundamentais para as questões que apresentamos: a existência de dois Brasis; o litoral e, sobretudo o sertão, espaço do vazio, da solidão, da ausência; a importância de se encontrar o centro do território; Brasília e os destinos da nação, os maiores e mais profícuos. Além destes, Juscelino é enfático ao afirmar que a despeito da longa espera, Brasília só poderia ser daquele período; só naquele momento, é que o Brasil estava pronto para o encontro consigo próprio, com a civilização e sobretudo com uma sua filha: a arte moderna.

Jamais antes, em nenhum outro momento da história brasileira, havia se vivenciado tal experiência estética.

³⁰⁹ KUBITSCHECK, Juscelino. “Brasília nasceu sob o signo da arte.” In: Diário Carioca de Brasília, 18/09/1959.

Enquanto experiência, pode-se abordar o “moderno” de diferentes maneiras, mas como estamos tratando da construção de uma cidade, no caso a Capital Federal, podemos relacionar essas experiências do urbano com outras, como as reformas do Rio de Janeiro, a construção de Belo Horizonte, de Goiânia e a própria construção de Brasília

Mário de Andrade comenta sobre o fato dos mineiros terem transformado um curral em capital do estado: Minas “também quer ter também capital moderníssima também”.

Carlos Drummond de Andrade poetou essa modernidade de Belo Horizonte de outra forma:

“Por que ruas tão largas?
Por que ruas tão retas?
Meu passo torto
De onde venho
Não sei andar nesta vastidão simétrica
Implacável.
Cidade grande é isso? (...)”

As reformas urbanas do Rio de Janeiro, no período de 1902 a 1904, igualmente foram tema exaustivo de crônicas.

Manuel de Sousa Pinto em visita ao Rio de Janeiro em 1905, avaliava:

“De modo que, dado o mesmo caso de a cidade estar pronta, de existir a nova Rio de Janeiro, eu igualmente não poderia descrever-ta porque com toda essa poeirona, não a enxergaria nitidamente. Ma não existe, prepara-se. E é tudo absolutamente provisório agora aqui. A planta da cidade, que pensavas ingenuamente ter fixado nos primeiros passeios é uma ficção do teu espírito ligeiro; onde ontem havia uma rua, há hoje uma praça em

ruínas; a esquina que dobrastes à tarde, desapareceu na manhã seguinte.”

310

Ou então, um trecho que indica uma mesma sensação

Para aqueles que moravam na região onde hoje é Brasília, eles também comentam as mudanças trazidas por tantas “modernidades” que chegaram ao Planalto Central com a construção da nova capital. Cito um exemplo dentre tantos que é o a cidade de Planaltina fundada em 1811 e que portanto, já existia quando da construção de Brasília. José Carlos Monteiro da Glória em sua dissertação de mestrado recolheu uma moda de viola que canta Planaltina quando ela ainda era sertão: a autoria é de Erasmo de Castro.³¹¹

“Vou cantar o meu catira
E dar a minha opinião
Essa vida de hoje em dia
Já não tem mais direção
Me lembro e tenho saudades
Quando fala em tradição
Das folias e dos catiras
Quando aqui era sertão.
(...)”

(...)
Hoje é tudo diferente
Cheio de poluição
Se eu pudesse eu sumia
Até dentro de um balão
Sumia pra bem longe
Levando minha ilusão
Lá bem alto no espaço
Eu voltava pros seus braços
Na hora da explosão.”

Poderia ter citado depoimentos demonstrando euforia em relação às mudanças que a modernização trazia para essas terras. Eles existem e são numericamente significativos. Ressalto esse aspecto para reiterar que a modernidade é uma experiência e não uma questão de sucessão de temporalidades. Se assim o fosse não haveria quem a questionasse.

³¹⁰ Apud. Brito Broca *A Vida Literária no Brasil*, 1900, p. 281.

³¹¹ Apud. GLÓRIA, José Carlos Monteiro da. *Quando aqui era sertão. Fragmentos do Cotidiano e Representações do Território: Planaltina na primeira metade do século, nas lembranças de antigos moradores*. Brasília: UnB, 1999, (Dissertação de Mestrado), p. II.

No próximo capítulo procuraremos demonstrar como as “modernidades” que chagavam ao Brasil no início do século XX compuseram uma nova visualidade para a sociedade que se estruturava no meio urbano.



Capítulo 4 – “Os homens criam as ferramentas; as ferramentas recriam os homens”

“E subitamente, é a era do automóvel. O monstro transformador irrompeu bufando, por entre os escombros da cidade velha e [...] tudo transformou com aparências novas e novas aspirações. Quando os meus olhos se abriram para as agruras e também para os prazeres da vida, a cidade, toda estreita e toda de mau piso, eriçava o pedregulho contra o animal de lenda, que acabava de ser inventado em França. Oh! O automóvel é o criador da época vertiginosa em que tudo se faz depressa, com o relógio na mão, e ganhando vertiginosamente tempo ao tempo. [...] O automóvel fez-nos ter [...] pena do passado.”³¹²

“Foi mais uma década marcada por uma série de iniciativas que apontavam tanto para o aparecimento de um crescente público e mercado de arte quanto para a possibilidade de um trabalho com novas linguagens no universo da produção cultural. Nela aparecem revistas e jornais que recorriam cada vez mais aos recursos da fotografia, das caricaturas, charges e desenhos; a propaganda que aumentava em periódicos, cartazes e até anúncios luminosos, vendendo produtos os mais diversos e rendendo fama e dinheiro aos que a ela se dedicavam. Além disso também surgiam a indústria fonográfica, o rádio e o desafio do cinema.”³¹³

“Em menos de dois anos brota do chão, como um milagre da natureza, uma cidade nova em folha que vai regurgitar de vida e de atividades, marcando um novo passo no desenvolvimento do país.”³¹⁴

No capítulo anterior vimos como a questão de modernidade era um tema presente na sociedade brasileira da virada do século e concorreu para questionamentos, incertezas, alteração das expectativas dos indivíduos no interior

³¹² João do Rio. “A Era do Automóvel”. In: *A Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911, p. 4 e 9.

³¹³ GOMES, Ângela. *Essa gente do Rio...* Op. Cit., p. 86

³¹⁴ Locução do Cinejornal 10 – Novacap. Ver DVD – Vídeo 6.

da sociedade, ressemantizações de si e do mundo, dentre outros sentimentos que promoveram diversas alterações no universo simbólico da sociedade brasileira. Essas novas questões obrigaram aos homens e mulheres que vivenciaram-nas a ajustar suas lentes, seus óculos, ou o seu ângulo de visão diante das mudanças que lhes eram apresentadas e vivenciadas.

Não tenho porque duvidar que, da mesma forma como hoje, com a Internet, com o acesso a um mundo qualitativamente virtual, tem-se uma radical transformação da maneira como percebemos e experimentamos o mundo, aqueles homens e mulheres que viveram outras alterações, também sofreram mudanças estruturais em sua percepção de si e das coisas ao seu redor. Selecionei para o título deste capítulo, frase do professor e filósofo canadense Herbert Marshall McLuhan constatando um processo quase inexorável descrito anos antes, de outra maneira, por Olavo Bilac:

“Já se anuncia bem de perto o jornal do futuro, falado e cinematografado, entrando rapidamente pelos olhos e ouvidos, graças à ação combinada dos fonógrafos e das fitas do *Pathé*. Já os artigos longos cansam a atenção do público leviano. Quase todos os leitores dos jornais diários limitam a curiosidade à leitura dos telegramas, das curtas notícias, nas quais em poucas palavras, se diz o que houve nas Câmaras, nas secretarias e nas ruas.”³¹⁵

Como nos ensina Roger Chartier³¹⁶ nenhum texto pode ser desvinculado do suporte que o veicula; quaisquer mudanças que venham a ocorrer nesse suporte, implicam igualmente em transformações não só nos modos de ler, mas também nas formas de compreensão do mundo. Assim, a capacidade de gravar a voz e reproduzi-la, acompanhada de seu suporte correspondente à época, o fonógrafo; a capacidade de transportá-la pelo telefone ou telégrafo, a possibilidade de captar imagens estáticas ou em movimento e também divulgá-las por meio da fotografia, do cinema, das revistas ilustradas, com certeza promoveram alterações significativas na forma como as pessoas passaram a compreender o mundo ao seu redor.

³¹⁵ Apud SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 21.

³¹⁶ CHARTIER, Roger. *Do Palco à Página*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

Bem, devo esmiuçar melhor de que “modernidades” estou falando: a primeira linha telefônica instalada no Brasil data de 1881; em 1889 começou a operar a primeira usina hidrelétrica do país: a Marmelos em Juiz de Fora. O fonógrafo começou a se expandir pelo país em 1891, até essa data somente famílias de muitas posses possuíam um. As projeções, a partir de cinematógrafos, datam de 1896 e só eram possíveis na Capital Federal e em cidades que já tivessem eletricidade; novas técnicas de impressão — litografias e fotografias — possibilitaram a publicação de revistas ilustradas. Em 1905, o Rio de Janeiro contabilizava 12 automóveis; sem falar na apresentação do 14 bis nos céus de Paris em 1906.

Sua chegada ao país não significava adesão irrestrita a elas. Ao contrário, parcela da sociedade olhava com desconfiança para esse mundo moderno que se descortinava aos olhos daqueles que viviam nas principais cidades do país, especialmente naquelas que ofereciam infra-estrutura para recebê-las. Talvez um dos exemplos que melhor ilustre esse sentimento de desconfiança seja a chegada e comercialização das máquinas de escrever no Brasil. Não escolhi este exemplo à toa: cito este exemplo porque hoje há muitas pessoas que se recusam a escrever direto no computador, mantendo o hábito de primeiro escrever a mão e, depois, “passar a limpo”, conforme destaca Lima Barreto em 1911:

“(...) Pondo de parte o custo de um desses desgraciosos aparelhos, e lembro aqui aos senhores que aquilo é fatigante, cansa muito e obrigava-me ao trabalho nauseante de fazer o artigo duas vezes: escrever à pena e passar à limpo à máquina.”³¹⁷

Alguns anos mais tarde, Monteiro Lobato, defensor da utilização do novo equipamento, ainda incentivava seu uso por parte de seus correspondentes Anísio Teixeira e Godofredo Rangel, demonstrando que o uso dessas máquinas não se encontrava difundido nem entre aqueles que poderiam utilizá-la como instrumentos de trabalho.

³¹⁷ Apud. SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo...* p. 27

Outro exemplo é de uma carta de Mário de Andrade a Manuel Bandeira contando a aquisição de uma máquina de escrever. Assim, Mário de Andrade relata suas reações diante deste novo objeto:

“(...) Comunico que comprei esta máquina. Se você estivesse aqui era um abraço pela certa, tanto que estou contente. [...] Engraçado, por enquanto me sinto todo atrapalhado de escrever diretamente por ela. A idéia foge com o barulhinho, me assusto, perdi o contato com a idéia.

Isso: perdi o contato com ela. Não apalpo ela. Mas isso passa logo, tenho a certeza, e agora é que você vai receber cartas bonitas de mim.”³¹⁸

É claro que, por detrás tanto dessa reação do início do século XX e a dos dias atuais em relação à escrita direta no computador, está a compreensão da escrita como algo personalíssimo e individual, quase uma inspiração no caso dos escritores e intelectuais. Tal tarefa passa a ser mediada por algo mecânico e homogeneizador, descaracterizando, nessa interpretação, a atividade de quem a exerce.

Sobre isso, assim se pronunciou a Revista Fon-Fon em 1907:

“Ontem, para a produção de seus lindos versos líricos, o poeta recolhia-se à miséria da mansarda e com a clássica pena de pato e à luz de uma vela de sebo, invocava a musa.

Hoje, a inspiração vem quase ... mecanicamente, através do rumor rítmico da máquina de escrever e sob a claridade moderna da luz elétrica.”³¹⁹

³¹⁸ ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1966, p. 97.

³¹⁹ “Posições Intelectuais”. *Fon!Fon!*, n. 9, jun. 1907.

“UNDERWOOD”

A

RAINHA

Os novos modelos da machina

“Underwood”

possuem todos os aperfeiçoamentos modernos que confirmam a sua supremacia incontestavel sobre as demais machinas de escrever.

SRS. DACTYLOGRAPHOS.—
 Antes de comprardes uma machina de escrever, deveis fazer um confronto entre “UNDERWOOD” e qualquer outra offerida ou preendida, resultando deste confronto com certeza a plena convicção da superioridade da machina “UNDERWOOD”. Vendemos em prestações mensaes suaves e acceptamos em troca machinas usadas, como pagamento parcial, assim como temos officina admiravelmente bem montada para attender á nossa numerosa freguezia.

No. 5 UNDERWOOD STANDARD TYPEWRITER

Reclame da máquina Underwood publicado na revista Careta de 14/06/1919

Bem, não é nosso objetivo aqui apresentar uma a uma essas “modernidades” que chegavam às cidades que apresentavam a infra-estrutura necessária para recebê-las. Meu objetivo aqui é estabelecer como essas novas técnicas mudaram a forma como o mundo era percebido e compreendido, porque mudaram também o próprio homem. Foi neste sentido que no primeiro capítulo, usei o termo agenciamento ou agencialidade ou ainda agência. Utilizo aqui a noção de *agency* a partir da leitura feita pelo antropólogo Alfred Gell³²⁰. Estudando a arte nas sociedades primitivas, sua hipótese central é que a arte deve ser estudada em sua capacidade de agenciamento, provocação, mediação, intervenção e não exclusivamente em sua dimensão semiótica ou estética, (apreensão de um sentido de arte impregnado de passividade). Isto porque esses “objetos” incorporam e explicitam intencionalidades e, portanto, mediam relações sociais.

³²⁰ GELL, Alfred. *Art and Agency. An Antropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998, p.06 e 07.

Em relação à modernidade dos meios de comunicação que chegavam ao Brasil, eles são capazes de gerar alterações significativas em diferentes esferas, especialmente na esfera do visual (produtos visuais, instituições visuais, cinema, revistas, dentre outros), termo aqui que emprego de maneira alargada no sentido mesmo de visão de mundo que será analisada como características da modernidade, quais sejam a de fragmentação, de dinamicidade. No caso de inúmeras obras de escritores e artistas do Modernismo, pode-se observar uma “(...) fragmentação dos textos baseada no dinamismo da vida moderna e a abolição de adjetivos desnecessários usados em estilos anteriores, principalmente o simbolismo e o parnasianismo;”³²¹

No que se refere ao impacto da reprodução de imagens nas revistas e jornais, Antonio Dimas afirma que a Revista Kosmos por exemplo fazia um enorme esforço em ilustrar o que fosse possível por meio de fotografias e que o texto ficava, muitas vezes, em segundo plano. Em 1909, a própria revista *Kosmos* publicava artigo intitulado “O Domínio da gravura”.³²²

É Olavo Bilac que comenta a questão da inserção de imagens nos jornais e revistas da época:

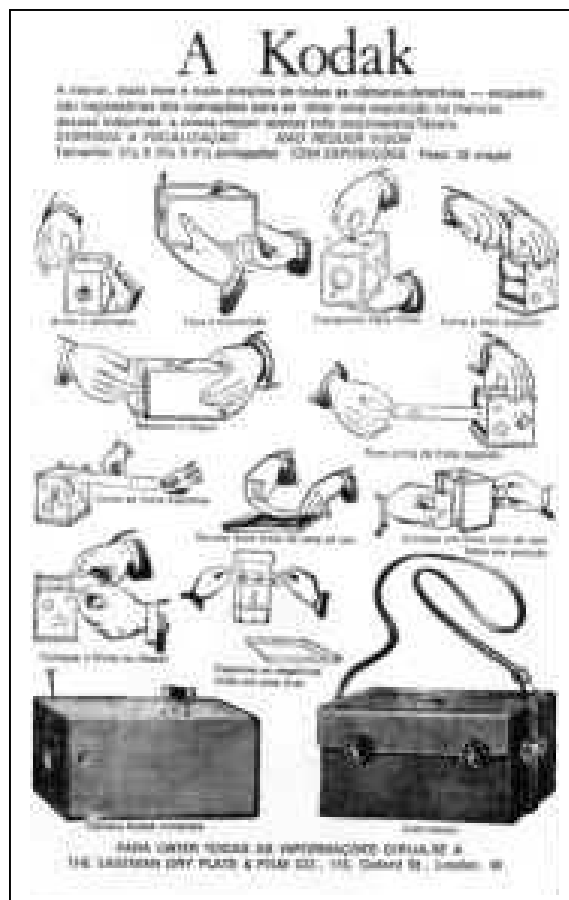
“Vem perto o dia em que soará para os escritores a hora do irreparável desastre e da derradeira desgraça. Nós os rabiscadores de artigos e notícias, já sentimos que nos falta o solo debaixo dos pés... Um exército rival vem solapando os alicerces em que até agora assentava a nossa supremacia: é o exército de desenhistas, dos caricaturistas e dos ilustradores. (...) Já ninguém mais lê os artigos. Todos os jornais abrem espaço à ilustrações copiosas, que [entram] pelos olhos da gente com uma insistência assombrosa. As legendas são curtas e incisivas: toda a explicação vem da gravura, que conta conflitos e mortes, casos alegres e casos tristes.”³²³

³²¹ CEDRO, Marcelo. “A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para sua ação nos anos 50 e 60.” In: *ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte*. Uberlândia: Edufu, V. 9, n. 14, 2008, pp. 128-129.

³²² Apud. SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo...* p. 36.

³²³ BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias*. 13 de janeiro de 1901. In: DIMAS, Antônio (org.) *Vossa Insolência: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Apud. TURAZZI, Maria Inez. “Uma Cultura Fotográfica.” In: TURAZZI, Maria Inez (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan/MinC, 1998, vol. 27, p. 10.

Com o lançamento, pela americana Eastman Kodak, das câmaras automáticas associadas ao seu famoso *slogan* “Aperte o botão e nós fazemos o resto” em 1888, se amplia o uso da fotografia e sua associação a um tempo “instantâneo”, o que sem sombra de dúvida explica a associação entre *kodaks* e crônicas de leitura rápida. Novas técnicas fotográficas que implicam igualmente em novas técnicas de narração.



Nessa linha, podemos relacionar também o livro de viagens de Antônio de Alcântara Machado “Pathé Baby”³²⁴ — já nos anos 20. Nele, há uma radical alteração na forma de narrar sua passagem por várias cidades da Europa.

A escrita desse livro de crônicas de viagens de Alcântara Machado traduz uma aproximação entre a linguagem fílmica e a escrita concisa, rápida, instantânea, características dos meios de comunicação a partir de então. Nas palavras de Cecília de Lara,

“De todos os autores do modernismo brasileiro, Antonio de Alcântara Machado é sem dúvida o que mais se deixou impregnar pelos meios de

³²⁴ Pathé Baby é um modelo de câmera filmadora de 9,5mm fabricada pela francesa Pathé e que foi comercializada no Brasil até os anos 40 com bastante sucesso se levarmos em consideração o preço de equipamentos de filmagem.

comunicação visual que começaram a se transformar e adquirir uma nova dimensão em consequência da Primeira Guerra Mundial. Compreendeu de relance a importância do grafismo, em toda a infinita diversificação e complexidade de formas que assumem com o dadaísmo e o surrealismo o **clímax** do movimento de renovação, quase que de liquidação do passado, pelo menos dos modelos tradicionais não de todo desaparecidos e ainda com bastante vitalidade, para resistir ao conflito de 1914-1918.”³²⁵

O livro “Pathé Baby” foi publicado originalmente sob a forma de colaborações semanais no Jornal do Comércio, edição de São Paulo, no período de abril a novembro de 1925. Essas crônicas contavam a viagem do autor à Europa. Nesse veículo, o formato é de crônica. Entretanto, sua publicação posterior, sob o formato de livro, obedeceu à uma montagem, posso dizer, cinematográfica: o índice é apresentado como um programa de cinema da época; o prefácio, de autoria de Oswald de Andrade, se intitula “Abertura” e as ilustrações que abrem os capítulos, de autoria do artista plástico modernista Antônio Paim Vieira, reproduzem a abertura das sessões de cinema à época: orquestra e um desenho da cidade objeto da visita.

A percepção de que *Pathé Baby* não era uma simples coletânea de crônicas de viagens foi sinalizada em resenha publicada por Ronald de Carvalho no Jornal do Comércio (São Paulo) em 30 de março de 1926. Ele afirma:

“Meu caro Alcântara Machado. Você criou a poesia do cartaz no Brasil. **Pathé-Baby** está acima do cinema. Transcende o movimento do cinema, porque tem volume aéreo, tem desenvolvimento lírico, tem todos os tons puros que exprimem os dados do real. O Oswald não tem razão. **Pathé-Baby** não é reportagem. [...] Reportagem é descrição. **Pathé-Baby** é um estilo. (...)”³²⁶

Vejamos um trecho do livro de Antônio Alcântara Machado:

³²⁵ BARBOSA, Francisco de Assis. “Prefácio”. In: LARA, Cecília de. *Comentários e Notas à edição fac-similar de 1982 de Pathé-Baby*. São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982, p. 07.

³²⁶ Apud. LARA, Cecília de. Op. Cit., p. 53.

“(...) Ruído. Pó. E gente. Muita gente. O soldado apita, levanta o seu bastão, e a circulação pára para que possam passar tranqüilamente a ama e o seu carrinho. Duas costureirinhas que tagarelavam. A família que vai bocejar nos bancos do Bois. Um maneta vendendo alfinetes. Gargalhadas uma loura de olheiras verdes. A Kodak de um inglês. Um casal de namorados. Israelitas sustentando a roseta da Legião de Honra. Paris que passa.”³²⁷

“Paris que passa”. Como em um filme. Na notícia da primeira exibição do cinematógrafo no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, no Brasil, temos o registro de outra modernidade associada: a eletricidade. A sua inexistência em muitas cidades brasileiras foi um impeditivo para o desenvolvimento do cinema em todo o país. Vejamos como o Jornal do Comércio em sua edição do Rio noticia esta primeira exibição:

“Em uma vasta sala quadrangular, iluminadas por lâmpadas elétricas de Edison, paredes pintadas de vermelho escuro, estão duzentas cadeiras dispostas em fila e voltadas para o fundo de uma sala onde se acha colocada , em altura conveniente, a tela refletora que deve medir 2 metros de largura aproximadamente. O aparelho se acha por detrás dos espectadores, em um pequeno gabinete fechado, colocado entre duas portas de entrada. Apaga-se a luz elétrica, fica a sala em trevas e na tela dos fundos aparece a projeção luminosa, a princípio fixa e apenas esboçada, mas vai pouco a pouco se destacando. Entrando em função o aparelho, a cena anima-se e as figuras movem-se.”³²⁸

Com a abertura da Avenida Central no Rio de Janeiro, vários cinemas vão se instalando no espaço que configuraria, anos depois, a *Cinelândia*. João do Rio expressa sua reação a essa nova técnica com a coluna *Cinematographo*, na Gazeta de Notícias, a partir de 1907. Em suas crônicas publicadas, há uma explicitação de que há uma mudança na forma como se vê o mundo a partir do advento de todas

³²⁷ MACHADO, Antônio Alcântara. “Pathé Baby”. In: *Obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983, Vol. II, p. 65.

³²⁸ Apud. SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo...*, p. 40.

essas técnicas mas que se expressam no cinema como representativo de uma percepção visual fragmentada, efêmera, distraída. Nas palavras de Dominichi Miranda de Sá, é

“Inevitável salientar o caráter audiovisual dessa nova subjetividade e dessa nova forma de compreensão do mundo que se fortaleceu com a modernização da cidade nas primeiras décadas do século XX, esvaziando a disponibilidade para a contemplação, para o polimento e para a reflexão que o antigo saber literário. Sob esse padrão mental, a transformação irrompia como sinônimo do efêmero criando uma nova sensibilidade mais adaptada ao múltiplo, à variedade das imagens em mudança, e ao intenso intercâmbio social, transitório e impessoal.”³²⁹

Entre a crítica de João do Rio na sua coluna *Cinematographo* e *Pathé Baby* de Alcântara Machado, temos um curto intervalo de tempo, mas uma radical mudança de temporalidade/visualidades. João do Rio *fala sobre* o cinema; Alcântara Machado *dialoga com* ele. Passa-se assim da técnica como assunto para a técnica como forma.³³⁰ E a divulgação dessas e outras crônicas e o cinema, por exemplo, passam a ser processos correlatos.

³²⁹ SÁ, Dominichi Miranda de. Op. Cit., 2006, p. 84.

³³⁰ SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo...* p. 147.





1. las palmas



córdoba



ANTÓNIO DE ALCÂNTARA MACHADO
Córdoba, 1937

Outros elementos vão se destacando como uma maneira de atrair esse público distraído, que passa pelas ruas da cidade: a propaganda, ou como se dizia à época, o reclame.

Os meios de comunicação vão lançar mão das ilustrações, tanto numa produção mais atrativa para as capas dos volumes quanto nas ilustrações em seu interior. Daí, não é de se estranhar o sucesso de revistas como *O Cruzeiro*, cuja primeira edição é de 1928, apresentando uma nova concepção dessa relação entre texto e imagem num momento de intensas mudanças políticas associadas a uma nova dinâmica da imprensa, produtora diária de notícias e o uso das novas tecnologias como o cinema e o rádio pelo Estado consciente do poder de divulgação desses mecanismos.

O *Cruzeiro* foi uma das revistas-cinema que se tornaram cada vez mais comuns. Ela também documentou em vários números a questão da construção da nova capital.



A revista *O Cruzeiro* é até hoje a mais longa revista publicada no Brasil. A capa ao lado, com a presença de um político também é rara. A maior parte das capas apresenta figuras femininas sejam atrizes ou belas mulheres. Sua tiragem chegou a 750 mil exemplares.³³¹

As fotografias da revista *O Cruzeiro* são de autoria diversa; mas há que se destacar a participação do fotógrafo francês Jean Manzon, imigrante que chegou ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial, junto a outros dois fotógrafos franceses: Marcel Gautherot e Pierre Verger. Jean Manzon foi fotógrafo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, trabalhando junto ao fotógrafo alemão Eric Hess. Durante as décadas de 40 e 50 trabalhou como um dos repórteres fotográficos da revista *O Cruzeiro*. Produziu, também, alguns dos filmes existentes sobre a construção de Brasília. Também publicou o livro *Flagrantes*

³³¹ Ver portal da internet www.memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro

do *Brasil* prefaciado por Manuel Bandeira e Cândido Portinari. Neste prefácio, Manuel Bandeira explica o impacto de seu livro fotográfico:

“Paulo Prado fez em prosa excelente o *Retrato do Brasil*. Retrato pessimista e amargo. Tomou para epígrafe o símbolo de Capistrano de Abreu: o jaburu, ave de estatura avantajada, que passa os dias com uma perna cruzada triste, triste. Éramos para o saudoso paulista, o doente melancólico portador de 4 taras terríveis: a luxúria, a cobiça, a tristeza, o romantismo. E se o livro acaba com uma palavra de esperança, é porque ‘o futuro não pode ser pior do que o passado’.

Bem diferente é este outro *Retrato do Brasil* que nos oferece Jean Manzon em imagens do mais puro estilo fotográfico. Aqui não se exprime um brasileiro apaixonado, denegrindo o objeto de seu amor por vê-lo tão distanciado ainda do seu ideal patriótico: fala o estrangeiro isento, o artista imparcial, de olhos objetivos como a própria lente que maneja com magistral perícia. As nossas misérias sim, mas também as nossas grandezas. Não somos apenas o jaburu triste ou o pobre louco sentado a meio da escada como fotografou Jean Manzon numa das páginas mais impressionantes deste álbum: somos também o jangadeiro audaz que retesa os músculos em presente ainda difícil no mar da infinita lembrança. Nada de snob na arte de Jean Manzon filiada à grande tradição de Nadar. A objetiva atua sem outra intervenção humana além da escolha do assunto, do ângulo, da luz. Jogando com esses três elementos, Manzon retrata fielmente a nossa terra, os nossos costumes, ao mesmo tempo que se retrata a si mesmo na sua força, na sua inteligência, na sua sensibilidade, na sua coragem.”³³²

As reportagens fotográficas de *O Cruzeiro* e de outras revistas ilustradas da época, como a *Manchete*³³³, por exemplo, se inserem na categoria de revistas-cinema. Sobre elas, o caricaturista Belmonte explicita:

“Faltava-nos a revista-cinema: aquela, que, ao invés de nos dizer ao ouvido, infindavelmente, uma longa série de fatos e conhecimentos, erguesse simplesmente o braço e nos apontasse tudo isso. Nós queríamos ‘ver para

³³² MANZON, Jean. *Flagrantes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoras Bloch, 1950, Prefácio.

³³³ Publicada de 1952 a 2000.

crer', isto é queríamos ser homens do nosso século, folheando uma revista como se estivéssemos assistindo a um filme cinematográfico. Foi então que surgiu 'S.Paulo' Prodígio do gênio paulista, 'S.Paulo' não conversa fiado, nem perde tempo em contar: mostra. Mas não mostra como um cicerone enfastiado que, de dedo hirtos, acaba por tornar-se enfadonho a custa de repetir-se. Mostra como uma tela cinematográfica, da maneira mais clara, mais artística, mais convincente possível, num prodígio de sínteses que tem sido a causa essencial do seu indiscutível sucesso."³³⁴

Este texto, escrito por Belmonte em 1935, traduz a expectativa do público leitor em relação às revistas ilustradas e os padrões de visualidade que começavam a se configurar à época. O movimento da película cinematográfica era associado ao movimento da vida urbana e o público esperava encontrar essa relação nas páginas das revistas que folheavam. Portanto, as revistas, o cinema, os jornais, os programas de rádio são resultado dessas novas relações, representações e práticas sociais. Para perenidade e sucesso de venda, as revistas, programas e livros se encontravam condicionadas a essas novas relações.

O *locus* por excelência dessas mudanças era o Rio de Janeiro e, a partir da primeira década do século XX, também São Paulo. Mas com certeza era a partir do Rio de Janeiro que essas novidades se encaminhavam para São Paulo e demais cidades que tivessem infra-estrutura para recebê-las, o que em muitos casos era um problema. Por isso, também, como já sinalizei em capítulos anteriores o Rio de Janeiro era a “cabeça da nação” e o relógio por meio do qual todo o Brasil “acertava os seus ponteiros”³³⁵.

Em síntese, o que estou procurando demonstrar é que para a composição de um estudo da visualidade para o período em questão, não basta fazermos uma exposição de fotos ou relação de documentários e filmes de cinema com suas respectivas temáticas modernas ou não.

A visualidade é uma dimensão da sociedade que se utiliza sim das imagens visuais em sua composição, mas não são essas as únicas que a compõe. Como tão bem demonstrou Roger Chartier no estudo sobre teatrólogos e o mercado editorial,

³³⁴ MENDES, Ricardo. *A revista S.PAULO: a cidade nas bancas*. Campinas: Unicamp, (3): 91-97, dez.1994.

³³⁵ NEVES, Margarida de Souza. Op. Cit.

as peças de teatro, os livros são resultado de uma produção coletiva e, portanto, fruto de um processo de negociação que ocorre no mundo social.³³⁶ Assim a recepção do público a esse novo texto escrito ou visual em sua materialidade deve passar a ser objeto de análise.

A visualidade, como já afirmei no primeiro capítulo, não é apenas um modo de olhar; ela é formada a partir de um conjunto de práticas e de discursos acerca destas próprias práticas que constituem distintas formas de experiência visual em circunstâncias históricas específicas. No caso do objeto de estudo deste trabalho observa-se (1) a constituição mais intensa de uma sociedade cuja visualidade, nesse período de desenvolvimento da indústria cultural e da ampliação da população urbana, se transformava, e (2) a questão da imagem de Brasília quanto *cabeça da nação*.

É muito importante destacar este aspecto uma vez que estou trabalhando no interior de um recorte temporal delicado para estudar esta questão da visualidade a partir exclusivamente de fontes visuais. Até os anos 30, no Brasil, tinha-se uma incipiente mas presente produção visual. Entretanto, a aferição da circularidade dessas imagens, ou melhor, de sua apreensão e significação é mais difícil no sentido de que não há uma farta documentação acerca da recepção, por parte do público, do que hoje chamamos de documentos, feita pelos leitores textuais ou imagéticos coevos. Além disso, a ausência de infra-estrutura na maior parte do país, é um elemento que deve ser levado em consideração quando se discute a possibilidade de circulação dessas imagens.

4.1 Fotografia: técnica registrando e compondo outras modernidades

“A história da fotografia lembra-nos imperiosamente que estamos já no fim do século XX e que o nosso olhar envelheceu com o somar-se dos anos em que se foi constituindo, pouco a pouco, esse oceânico arquivo de imagens; lembra-nos que estamos já muito longe daquelas primeiras décadas da fotografia nas quais o espanto foi como que o movimento tateante de uma

³³⁶ CHARTIER, Roger. *Do Palco à Página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI a XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

cultura confrontada com a eclosão de uma técnica para a qual não se dispunha ainda de saberes apropriados, e de um modo de representação que apenas se podia capturar — na teoria e nos fazeres — pela referência enganadora às técnicas que ela mais radicalmente veio perturbar.”³³⁷

“Um objeto reflete um desenho de luz sobre os olhos. A luz penetra nos olhos através da pupila, é concentrada pelo cristalino, e se projeta na tela que se encontra atrás do olho, a retina. Esta é dotada de uma rede de fibras nervosas que, através de um sistema de células, transmite a luz a vários milhões de receptores, os cones. Estes cones são sensíveis tanto à luz quanto à cor, e reagem transmitindo ao cérebro informações relativas à luz e à cor.”³³⁸

Esta descrição física e bioquímica da apreensão visual é o limite uniforme da percepção visual para nós seres humanos. Acredita-se que a percepção visual se altera de indivíduo para indivíduo, dentro de certos limites e que para a apreensão e percepção visual concorrem outros fatores relacionados especialmente à dimensão da cultura e que dizem respeito a modelos de percepção que se relacionam com as convenções estabelecidas em uma determinada época e em uma determinada sociedade como forma, cor, espessura, textura, relação entre distância e altura, proporção.

Em relação à expressão da arte, o século XX assistiu à passagem de uma pintura figurativa para uma pintura abstrata, por meio da qual se expressava uma imagem interna, íntima do artista e seus sentimentos e conflitos; enfim, a dimensão psicológica em suas múltiplas facetas; a pintura deixou de ser exclusivamente uma arte figurativa, ou seja, um ponto de vista sobre uma realidade que é externa ao pintor ou ao escultor. É tradicional e recorrente a interpretação de que a pintura, após o advento da fotografia, pôde se libertar da figuração para alçar outros vãos. Assim,

³³⁷ FRADE, Pedro Miguel. *Figuras do Espanto. A Fotografia antes de sua cultura*. Porto: Edições Asa, 1992, pp. 16-17.

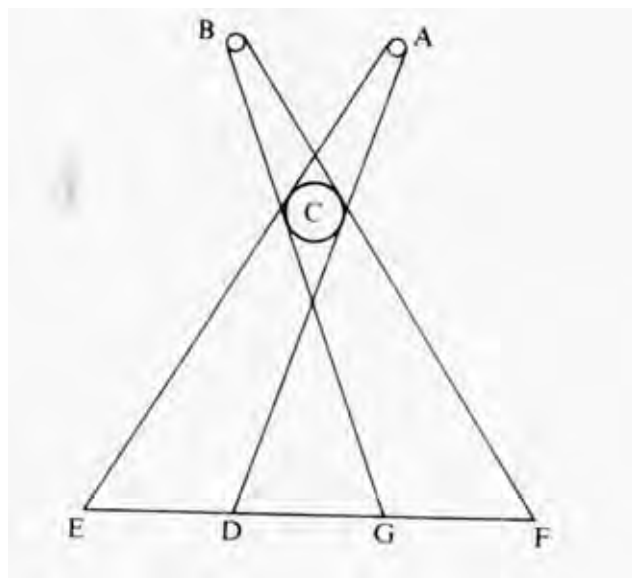
³³⁸ BAXANDALL, Michael. *O Olhar Renascente. Pintura e Experiência Social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 37.

“(...) a grande maioria das abordagens encara a fotografia essencialmente enquanto resultado da técnica, desvinculada de qualquer tradição estética e muitas vezes considerada uma ‘intrusa’ que rompe a harmonia do desenvolvimento da pintura. A consequência última dessa concepção é a idéia de que a fotografia usurpou a função representacional da pintura empurrando-a para a abstração.”³³⁹

Em relação tanto à fotografia quanto ao cinema, tem-se no período inicial de seu desenvolvimento uma percepção dessas expressões imagéticas diretamente associadas aos limites impostos pelas questões técnicas que lhes são inerentes. Portanto, a fotografia e o cinema documentavam; até porque foi esta a atribuição que lhes foi dada, desde o Oitocentos: a função de reproduzir com perfeição a realidade³⁴⁰.

Desde o século XVI, buscava-se uma forma de reproduzir com perfeição o mundo. Naquele contexto, desenvolveu-se a *perspectiva artificialis*, ou seja, uma técnica que é capaz de reproduzir em um espaço bidimensional a tridimensionalidade do mundo – o que em si é mais uma construção datada historicamente e, por isso uma convenção, um modo de olhar e ver a que nos acostumamos.

No século XVI, já de posse dessa técnica, Leonardo da Vinci alertava para essa dificuldade e para os recursos que eram utilizados pelo pintor para levar a um espaço bidimensional a visão estereoscópica do ser humano, retratada na imagem ao lado. Assim, ele afirma:



³³⁹ MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira. *Arte e Fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998, p. 47.

³⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. “La définition sociale de la photographie.” In: BOURDIEU, Pierre. (org.). *Un Art Moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Éditions de Minuit, 1965, p. 108.

“É impossível que uma pintura, mesmo que executada com a maior perfeição de desenho, sombra, luz e cor, pareça ter o mesmo relevo que o modelo natural, a menos que o modelo seja observado de longe e com um só olho.”³⁴¹

Desde então, o homem passa a buscar o aperfeiçoamento dessa técnica. Ainda no século XVI, baseado na *perspectiva artificialis* desenvolve-se a câmara obscura. Entretanto, a imagem que era projetada sobre suas paredes era desfocada e, muitas vezes, indefinida. As lentes objetivas, também uma invenção do século XVI, passam a ser utilizadas, direcionando e orientando a construção perspectiva da forma. Na dimensão da física, a fotografia já estava pronta. É a química do século XIX que será responsável por seu acabamento.

A invenção da fotografia no século XIX tem relação direta com a pesquisa, na área química, de elementos — os sais de prata — capazes de fixar as imagens em um suporte qualquer *sem a intervenção do homem*. A longa busca por uma técnica capaz de reproduzir o mundo exterior com perfeição culmina então — mas, sabemos, que não pára por aí — com a pesquisa e o desenvolvimento dessas substâncias fotossensíveis.

Essa expectativa que se criou em torno desse artefato capaz de reproduzir o mundo de forma perfeita é uma herança com a qual os estudiosos da imagem têm que lidar. Até porque, como procuramos demonstrar ao traçar a busca pela reprodução da realidade desde o século XVI com a *perspectiva artificialis* e seguindo a abordagem de Peter Galassi,

“(...) a fotografia não foi um bastardo deixado pela ciência na porta [de entrada] da arte, mas um filho legítimo da tradição ocidental.”³⁴²

O peso da *mimesis* no que se refere ao objeto fotográfico e ao cinema também, especialmente em seus primórdios, é tão grande que chega-se a avaliar

³⁴¹ Apud. BAXANDALL, Michael. Op. Cit., p. 41.

³⁴² GALASSI, Peter. *Before Photography. Painting and the invention of photography*. NovaYork: The Museum of Modern Art, 1981, p.12.

que mais do que uma analogia com o real, buscava-se, sim, uma homologia entre o referente/representante e o representado³⁴³.

E é justamente esta dimensão de ilustração, cópia da realidade que será destacada nos filmes e fotografias, revistas e periódicos que compõem as fontes selecionadas de nosso objeto de estudo.

No primeiro volume impresso com gravuras realizadas ainda a partir de daguerreótipos³⁴⁴, o editor informava:

“As vistas que nós apresentamos formarão uma coletânea *in-quarto*. Estas vistas, tomadas em diversos lugares do mundo, foram gravadas por artistas de primeira grandeza (...) cujo talento refinado e original distingue-se por uma qualidade primordial, a nitidez. (...) As pessoas de bom gosto desejarão esta linda coleção de vistas, elas a desejarão por sua exatidão e expressão.”³⁴⁵

Passados quase 100 anos da afirmativa anterior, selecionei do editorial do primeiro número da Revista Brasília a seguinte referência bastante elucidativa:

³⁴³ MACHADO, Arlindo. *A Ilusão Especular. Introdução à Fotografia*. São Paulo: Brasiliense/Funarte, 1984, p. 27.

³⁴⁴ Processo fotográfico pesquisado na França a partir de 1826 por Louis Jacques Mandé Daguerre oficialmente divulgado em 1839. Consistia o daguerreótipo, em linhas gerais, no seguinte: uma placa de cobre, revestida com lamina de prata, tinha sua superfície bem polida e lavada com solução de ácido nítrico, que removia dela todas as partículas. A placa era exposta, numa caixa fechada, à ação do vapor de iodo, até se formar em sua superfície, uma camada amarela de iodeto de prata. Assim sensibilizada, a placa era colocada numa **câmara escura** onde, seguindo os ensinamentos de Daguerre, devia permanecer de cinco a seis minutos, no verão, e de dez a doze no inverno. No clima dos trópicos, dois ou três minutos eram suficientes. Encontrava-se presente uma imagem latente, mas era necessário proceder à revelação. A placa era mais uma vez colocada em numa caixa fechada e exposta à ação do mercúrio, aquecido a 60°. Os vapores que se desprendiam do metal revelavam a imagem. Nos pontos onde a placa havia recebido mais luz, depositava-se uma película de mercúrio. Para se fixar a imagem, a chapa era lavada primeiro numa solução de hipossulfito de soda e em seguida, com água destilada. Secava-se a chapa e procedia-se à montagem. A placa era então protegida por um *passepapier* de cobre fino de formato oval, quadrado ou octogonal, cuja superfície, muito despojada, na primeira década de invenção da daguerreotipia, passa a ostentar ornamentos cada vez mais elaborados em alto e baixo relevo. Placa e *passepapier* recebiam nova proteção, por meio de uma placa de vidro de mesmo formato. Inseriam-se os três elementos na aba direita de um estojo, a qual eram fixados por meio de um aro fino de cobre ou papelão, coberto de veludo. A aba esquerda do estojo era revestida de cetim ou veludo, em geral em tons de grená ou vermelho, com ornatos em vermelho.

³⁴⁵ TURAZZI, Maria Inez. “Uma Cultura Fotográfica.” In: TURAZZI, Maria Inez (org.) Op. Cit., p. 07.

“Esta publicação aparece como consequência do artigo 19 da Lei nº 2.874 de 19/05/1956 que estatui para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) a obrigatoriedade de divulgar mensalmente os atos administrativos da Diretoria e contratos por ela celebrados.

A administração da Companhia, ao providenciar o cumprimento daquele dispositivo, pareceu de conveniência aditar ao Boletim, a que a lei se refere, algumas páginas iniciais com a forma usual e comum de *revista*, estampando-se nesta um noticiário, principalmente fotográfico sobre a marcha da construção da Nova Capital e as informações de interesse, relativas ao mesmo empreendimento — de modo a manter a população sempre a par do que se está realizando e do que se pretende fazer. (...)”³⁴⁶

Igualmente, em depoimento de Lúcio Batista Arantes, que assumiu em 1951, o Poder Judiciário de Planaltina, consultado no Arquivo Público do Distrito Federal, ele afirma:

“(...) Quando foi em 1951, no final de 1951, mais ou menos... uma Comissão de Estudos e Localização da Nova Capital, presidida pelo General poli Coelho, esteve em Planaltina. E a saudação do General foi feita por mim, como Juiz de Direito de lá; *Tenho uma fotografia que eu vou oferecer depois pra vocês, que comprova esse fato.* (grifo meu)”³⁴⁷

Em outra entrevista coletada por ocasião do desenvolvimento do Projeto da Fundação Nacional pró-Memória de preservação dos cine-jornais do período da construção de Brasília, temos em um depoimento do cinegrafista José Silva — de uma das produtoras que filmou os cine-jornais da época da construção de nova capital — uma avaliação dessa compreensão do cinema/fotografia como um meio capaz de reproduzir a realidade. Ele afirma:

“ A gente precisa salvar esses filmes, pois o Juscelino gostava muito deles. Ele chorou quando viu a imagem da mãe dele saindo da Igrejinha ... ”³⁴⁸

³⁴⁶ Revista Brasília nº01 janeiro de 1957. Ano 1

³⁴⁷ Arquivo Público do Distrito Federal. Lúcio Batista Arantes, 1998, Vol. 57, p. 01.

³⁴⁸ ALVIM, Clara de Andrade (Coord.). *Os Cine-jornais sobre o período da construção de Brasília*. Brasília: Funarte, 1983, p. 51.

Em outro depoimento, o filho de José Silva, Sálvio Silva — que trabalhou junto ao pai nas filmagens que documentaram momentos diversos da construção da cidade — dá outra indicação sobre o uso do cinema como “testemunha ocular” da história. Ao responder uma pergunta sobre a questão de como ocorria a distribuição dos filmes que documentavam a construção de Brasília, ele relata o que teria sido um diálogo mantido com Israel Pinheiro em 1958:

“(...) Perfeitamente. Os filmes foram distribuídos pela UCB³⁴⁹. Em 1958 fizemos o primeiro filme colorido sobre Brasília. Havia uma pressão muito grande contra a construção de Brasília. Quando o filme ficou pronto, o Dr. Israel me chamou e disse: ‘Olhe Sálvio, vá dar um giro por Minas Gerais exibindo esse filme. Eu lhe dou um cartão de apresentação para os prefeitos. É preciso mostrar o que está acontecendo em Brasília porque a pressão está muito grande contra a construção. Peguei o filme e saí fazendo projeções em várias cidades.’”³⁵⁰

Claro que, guardando as devidas proporções, não nos afastamos muito da reação do público que testemunhou a primeira sessão do cinematógrafo Lumière em Paris no ano de 1895. No programa daquela noite, 15 curta-metragens totalizando 25 minutos, dentre os quais *L’arrivée d’un train à la Ciotat*. O destaque dado, a este curta especificamente, é feito porque o relato que temos sobre a reação das 33 pessoas que assistiam a essa sessão inaugural é que elas reagiram de maneira homogênea a uma cena do trem percorrendo os trilhos e parecendo sair da tela em direção às pessoas que assistiam impactadas àquele “espetáculo de realidade”.

Mas se a fotografia e o cinema continuam a produzir na sociedade a mesma visão que os homens e as mulheres do século XIX instituíram para esses artefatos, como explicar a minha tese de que houve alteração nos padrões de visualidade daquela sociedade?

Ora, se estou considerando a visualidade como um conjunto de práticas e de discursos acerca dessas práticas que constituem distintas formas de experiência visual em circunstâncias históricas específicas, o que mudou?

³⁴⁹ Distribuidora de Filmes União Cinematográfica Brasileira.

³⁵⁰ ALVIM, Clara de Andrade (Coord.) Op. Cit., p. 56.

Fiz uma busca aos dicionários do período conforme a abordagem metodológica de Reinhart Koselleck a que fizemos menção no capítulo 1. Ele já destacava que os dicionários são uma boa fonte para investigar os usos que uma sociedade faz de seu vocabulário. Enquanto os dicionários do século XIX mantinham os vocábulos *retrato*, *retratar* e *retratista* associados à pintura, a partir do final da década de 1910 o verbete dessas palavras passa a ser constituído pela técnica fotográfica para não mais perder este sentido; e isto em um curto espaço de tempo.

Além disso, partir dos anos 20 e 30 do século passado, houve uma mudança na compreensão da fotografia e também do cinema a partir do desenvolvimento de uma reflexão teórica sobre as práticas desenvolvidas por aqueles que operavam as câmeras. Nessa nova abordagem, destaca-se o papel do fotógrafo, do diretor ou do operador de câmera que utilizava a máquina, imprimindo assim no produto final sua ótica e sua percepção do e sobre o real.

Igualmente destacava-se o poder de manipulação e uso dessas imagens para os mais diferentes fins. A despeito desse esclarecimento sobre o poder da imagem de mediar, produzir e gerar significados, um de seus usos mais antigos qual seja, um registro do que “realmente” aconteceu, permanece tanto nos anos 50 se estendendo, porque não dizer, até os dias de hoje.

Por que isso? Por que a existência e uso da fotopintura³⁵¹ (que já indicava a possibilidade de manipulação das imagens desde o século XIX) prática utilizada em diversas oficinas fotográficas, acrescida das discussões e do esclarecimento da possibilidade de manipulação e uso das imagens não resultou na perda de legitimidade de seu uso enquanto uma cópia fiel da realidade?

Provavelmente, porque no contexto das práticas operadas a partir da crescente gama de imagens técnicas que se desenvolveram nos séculos XIX e XX havia discursos que legitimavam essas mesmas imagens como reprodutoras fiéis do real que lhes era externo. A princípio estaria presente, nesse caso, a compreensão da fotografia e do cine-documentário como *mimesis*, como espelhos do real, como

³⁵¹ Processo desenvolvido por Eugène Disderi em 1863. Consiste em produzir uma fotografia em baixo contraste sobre a qual o fotógrafo ou pintor aplica as tintas e obtém o resultado de uma pintura. Foi muito utilizada por pintores de pouco talento ou por fotógrafos que queriam agregar um outro valor — o artístico — aquilo que faziam, ou ainda a pedido do próprio cliente que solicitava a eliminação de um ou outro detalhe que lhe desagradasse. Essas fotografias retocadas não são consideradas fotopinturas, mas é importante destacar a possibilidade de fazê-lo desde os primórdios da fotografia.

artefatos que são capazes de expressar a mais estreita semelhança com seu referente. Penso, por exemplo, no lugar que as fotografias ocuparam, em seus primórdios, nas exposições universais. Na primeira, ocorrida em Londres, por exemplo, elas foram apresentadas junto àqueles objetos oriundos do desenvolvimento tecnológico, estabelecendo, nesse caso, um determinado estatuto para a imagem fotográfica. Quando da Exposição Universal de Paris de 1855, as fotografias ocuparam o Palácio da Indústria e não o Palácio das Belas Artes.

Entretanto, sempre houve a possibilidade de manipulação das imagens; e manipulá-las significava, então, manipular a própria realidade. Conforme já afirmei em capítulo anterior, a fotografia não retrata a realidade; ela cria uma nova realidade ao retratá-la. Esse “real” cada vez mais, ao longo do século XX, só passa a ser passível de compreensão e de entendimento por meio dessas formas de “reapresentação”.³⁵² É essa alteração que o século XX promove em sua visualidade: “(...) o ‘real’ tornou-se inconcebível e inimaginável sem a presença verificadora da fotografia.”³⁵³

Fotógrafos e fotografados tinham plena consciência, igualmente, da possibilidade que essas imagens técnicas, especialmente a fotografia, detinham. Na fala popular há, por exemplo, a quadrinha: “Máquina lambe-lambe/que retrata muita gente/sendo feia, velha e pobre/sai rica, nova e decente.” Pode-se observar tal capacidade também nos anúncios de muitos fotógrafos ao longo do período mencionado. Talvez o maior exemplo de “manipulação” da fotografia em seus primórdios seja a foto “Os 30 Valérios” que ganhou medalha de prata na Feira Internacional de Saint Louis nos EUA. Ou então, na forma poética de Cecília Meireles em *Encomenda*:

“Desejo uma fotografia
como esta — o senhor vê? — como esta:
em que para sempre me ria
Com um vestido de eterna festa.

Como tenho a testa sombria,

³⁵² Cf. CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa (orgs.). *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*. São Paulo: Cosac&Naif, s/d, p. 24.

³⁵³ Idem.

Derrame luz na minha testa.
Deixe esta ruga, que me empresta
Um certo ar de sabedoria.
Não meta fundos de floresta
nem de arbitrária fantasia...
Não... Neste espaço que ainda resta,
Ponha uma cadeira vazia.

Acredito que, então, uma possível resposta à pergunta feita acima esteja, portanto, também, no caráter indiciário que a imagem adquire tanto no caso da fotografia quanto do cinema.

Mas antes de abordar essa questão do caráter indiciário das imagens fotográficas ou do próprio cinema, é necessário recapitular as diferentes interpretações que essas imagens técnicas tiveram, levando em consideração o seu estatuto. Senão vejamos:

Ressalvando as diferenças entre o cinema e a fotografia, pode-se afirmar que, em termos da análise empreendida por teóricos de ambas as técnicas imagéticas, há três formas de abordar a relação sobre a fotografia e o cinema e seus vínculos com o princípio de realidade, que aqui apresento, cronologicamente³⁵⁴: (1) a fotografia e o cinema como *mimeses*, ou seja como cópia bidimensional da realidade; (2) o questionamento do princípio da realidade estruturante dessas imagens técnicas e o alerta de que este princípio era apenas uma ilusão. A fotografia e o cinema eram códigos e não “espelhos” do real. Enquanto código eram capazes de promover análises, interpretações e até propor formas de transformar a realidade; (3) a fotografia e o cinema como índices, traços do real que deixam sua marca.³⁵⁵

Compartilhando da análise de Philippe Dubois, acredito que é essa dimensão indiciária que distingue as imagens técnicas de outras expressões visuais e que pode ajudar a explicitar os motivos pelos quais, mesmo sabendo da possibilidade de manipulação das imagens técnicas, essas ainda mantêm seu poder de convencimento do *isso foi*.

³⁵⁴ Apesar desta apresentação cronológica, vale ressaltar que elas convivem até hoje. Uma compreensão não exclui a outra.

³⁵⁵ DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1994, p. 26

A contribuição da semiótica para a análise dessas imagens é muito importante; entretanto, todos esses anos de estudos ressaltando o caráter ideológico e simbólico das imagens de uma maneira geral não provocaram uma mudança nos usos que a sociedade faz dessa prática social e muito pouco das representações construídas em seu entorno. Práticas essas, é importante ressaltar, que fazem parte de nossas vidas há mais de 150 anos. A fotografia e o cinema compõem, sem sombra de dúvida, a experiência visual dos séculos XIX, XX e XXI.

É importante destacar que a questão do cinema, no sentido acima exposto, é um pouco diversa. Talvez pela complexidade que envolve a produção de um filme se comparado com o processo de produção de uma fotografia, tenha-se uma idéia de que a fotografia é mais automática e, por isso, mais neutra. No caso do cinema, há toda uma discussão acerca das relações dos filmes com a psicanálise, por exemplo, além do fato de que, em se tratando de indústria cultural, a produção cinematográfica, hoje, diz respeito, quase que em 80% a obras de ficção.

De uma forma ou de outra, em ambas as situações — fotografia e cinema —, a marca do referente é o sentido de realidade que a combinação físico-química são capazes de produzir. O resultado desse traço nos é capaz de remeter novamente ao referente gerador da imagem bidimensional, gerador do traço, por um processo de contigüidade física. O traço de *um* real impregna a fotografia e é isso que torna as imagens técnicas tão especiais. Sobre esta questão Philippe Dubois afirma:

“(...) quer se queira, quer não, além de todos os códigos e todos os artifícios da representação, o ‘modelo’, o objeto referencial captado, irresistivelmente retorna.”³⁵⁶

Roland Barthes também estuda essa dimensão do referente, do índice da imagem fotográfica. Sobre isso, ele afirma:

“Chamo de referente fotográfico não a coisa *facultativamente real* a que uma imagem ou um signo remete, mas a coisa *necessariamente real* que foi

³⁵⁶ Idem., p. 46,

colocada diante da objetiva, na falta do que, não haveria fotografia.” (Grifos do autor).³⁵⁷

Pode-se destacar aqui outras expressões desse *sentido* de realidade, dessa força da *forma* que a fotografia e o cinema possuem. Carlos Drummond de Andrade fala, poeticamente, dessa capacidade da forma de mediar a relação entre o sujeito e o mundo, gerando e produzindo significados. Diz ele: “Itabira é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói.”³⁵⁸

As experiências, as práticas, suas representações através de discursos textuais e imagéticos compuseram uma determinada visualidade para o período em estudo. A fotografia e o cinema assim como o texto escrito e o discurso oral não são atividades distintas: todas elas caminham na direção de produzirem e serem resultado de um determinado imaginário. Por isso, relembro que apesar de estar tratando da questão da construção de uma determinada visualidade para uma parte do território brasileiro — o sertão —, não trabalharei exclusivamente com as fontes visuais mas textos escritos e orais também. Lembrando sempre que esses julgamentos que se fazem sobre a realidade é que podem ser tomados como verdadeiros ou falsos, autênticos ou não; não os objetos em si. Quem dá sentido às coisas e compõe cenários é o ser humano. Os sentidos atribuídos, os usos estabelecidos é que são capazes de conferir significado à realidade.

Portanto, desde a chegada de um determinado grupo de “modernidades” ao Brasil, dentre elas, a fotografia, o cinema, as revistas ilustradas e tantos outros, desencadeou-se o desenvolvimento de novos mecanismos e novos hábitos na sociedade brasileira. Mecanismos e hábitos esses relacionados à capacidade de “agencialidade” — agency — das imagens no sentido de mediar, produzir e sustentar novas relações sociais, possibilitar novas formas de acesso ao poder e à informação.

Cada época, portanto, produz, a partir dos mecanismos disponíveis padrões de visualidade, oralidade, escrita. É inegável, por exemplo que esse período das primeiras décadas do século XX também assistiu a alterações nos padrões de

³⁵⁷ BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 119.

³⁵⁸ ANDRADE, Carlos Drummond. “Confidência do Itabirano.” In: *Sentimento do Mundo*. São Paulo: Record, 2001.

oralidade e audição. Questionam-se as narrativas intermináveis, os discursos cheios de retórica e figuras de linguagem. Uma determinada “(...) cultura auditiva [...] palavreadora e múltipla nos ensinamentos, herdada dos portugueses e aqui prevalecente até o limiar do século XX (...)”³⁵⁹

A veiculação dessa oralidade também sofre mudanças radicais, como foi o ocorrido com a invenção da fotografia, cinema e outros dispositivos visuais desenvolvidos no período. Estou me referindo ao rádio e ao impacto promovido por ele em toda a sociedade brasileira. Nas palavras de Roquette-Pinto já fazendo referência aos “sertões”, ele assevera:

“(...) Rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola, é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador dos enfermos; o guia dos sãos, desde que realizado com espírito altruísta e elevado. Viver no sertão não é mais morrer em vida (...)”³⁶⁰

É Dominichi Miranda de Sá que complementa:

“Para Roquette-Pinto, as emissões radiofônicas, cobrindo todo o território nacional, seriam verdadeiros ‘centros de educação popular irradiando para edificação, deleite e instrução da população rural, os conselhos da ciência, as notícias da história nacional, a poesia e a música.’

No entanto, a despeito de todo o seu entusiasmo, o rádio educativo, já nos anos 30, não pôde concorrer com o enorme impacto que a música popular ganhou com a criação da Rádio Nacional e dos programas de auditório. Insistindo nas óperas e conferências, os cientistas viam proliferar charges nas revistas e jornais, assim como correspondências de ouvintes reclamando dos programas “maçantes e cacetes” que a rádio emitia.”³⁶¹

É sobejamente conhecido o poder do rádio como meio de comunicação. Por razões ligadas à política de extensão e ampliação de infra-estrutura por regiões

³⁵⁹ SÁ, Dominichi Miranda de. Op. Cit., 2006, p. 133

³⁶⁰ *Elétron*, ano I, n. 4, mar. 1926, p.1. Apud. SÁ, Dominichi Miranda de. Op. Cit., 2006, p. 175.

³⁶¹ SÁ, Dominichi Miranda de. Op. Cit., 2006, p.177.

estratégicas do país, o Governo Federal foi estendendo as linhas de transmissão e ampliando, assim, a possibilidade de difusão das diferentes emissoras. No caso do cinema, a situação se diferencia pois à infra-estrutura básica, que seria a eletricidade, se somaria a necessidade de instalações e de uma política de distribuição de filmes que, sabemos, bastante complexa.

Em relação às fotografias sua divulgação se dava por meio de jornais e revistas cuja abrangência também se restringia à existência ou não de vias de comunicação e de uma política de distribuição.

No caso de Goiás, já citei a revista Informação Goyana, cuja periodicidade abrangeu os anos de 1917 a 1935. O fato de seus produtores optarem pela sua publicação na Capital Federal – a cidade do Rio de Janeiro, já é um indicativo das dificuldades de divulgação existentes no interior do país.

Durante o Governo Vargas, com a política da Marcha para o Oeste, temos a publicação da *Revista Oeste* cuja temática incidiu justamente sobre a vida efervescente de Goiânia recém construída no Planalto Central.

Seus colaboradores a veiculam necessariamente ao Estado Novo. Paulo de Figueiredo, homem do regime, assevera: “Por tudo isso concordo que se veja em *Oeste* um veículo do Estado Novo, Estado que, em Goiás, possibilitou o surgimento e a consolidação de Goiânia.”

A revista, uma publicação oficial do Estado de Goiás durante a interventoria de Pedro Ludovico, teve vida curta sendo publicada durante três anos, de 1942 a 1945. De perfil eminentemente intelectual, teve dentre seus colaboradores Americano do Brasil (também envolvido com a revista Informação Goyana), Paulo de Figueiredo, Zoroastro Artiaga, textos do então já falecido Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Elis que comparou a publicação da Revista Oeste e o Batismo Cultural da nova capital goiana à Semana de Arte Moderna ocorrida duas décadas antes em São Paulo.

Cada número mensal custava Cr\$ 4,00 e em um de seus reclames ela afirmava ser “a única revista exclusivamente literária publicada no Brasil mediterrâneo”.

Mesmo com novas perspectivas e abordagens, a idéia presente na revista *Informação Goyana* de que a imagem que o Brasil fazia de Goiás não correspondia à *realidade* se faz presente na seguinte passagem do primeiro editorial da Revista Oeste que não traz assinatura:

“O jornalismo-balcão, o jornalismo dicionário de adjetivos, mancheiadamente a mil-réis por cabeça, não fazem, ao fim, pintar Goiás a tintas claras. Caricaturizam a imagem. Realizam a caricatura, ficiconam. Bifurcam traços. Desparalelizam cores. Desfiguram a expressão. E não se registrando a própria imagem, o fotógrafo provoca caretas a quem lho contemple. Índios, onças...A retentiva alheia age, mas a impressão reage. Subsiste a inversão de cores e o espetáculo continua. (...)

O Estado de Goiás nunca foi condignamente interpretado. Nunca se lhe fixou letra fiel, nesta fase.”³⁶²

A Revista Oeste apresenta clichês fotográficos nas páginas de seus fascículos, com formatos que variavam do tamanho 10X15 cm até fotos que ocupavam a totalidade da página no formato 18X24cm. De modo geral, os aspectos urbanos da nova capital de Goiás são o *visível* que se quer mostrar. Entretanto, assim como no caso da Revista *Informação Goyana*, outras cidades e seu desenvolvimento também eram apresentados. Zoroastro Artiaga era colaborador da Revista e seus artigos eram eminentemente de caráter econômico, demonstrando as potencialidades do Estado neste campo. Ele foi durante muitos anos, o guardião de um álbum de imagens recebido ou organizado durante a interventoria de Pedro Ludovico com cerca de 470 imagens da qual reproduzimos alguns *clichês*.

³⁶² Revista Mensal Oeste. 05/07/1942, p. 01.



Trabalhadores na Estrada de Goiânia a Trindade, c. 1938. Antonio Pereira da Silva. Coleção IBGE do MIS-GO.



Visita de Getúlio Vargas à fazenda de Joaquim Borges, 7 de agosto de 1940. Goiânia. Antonio Pereira da Silva. Coleção José Mendonça Teles do MIS-GO.



Avenida Anhangüera, c. 1943. Goiânia. Haroutium Berberiam. Coleção Belkiss Spenzieri do MIS-GO.



Vista aérea – Praça Cívica, década de 1950. Goiânia. Sílvia Bento. Coleção José Mendonça Teles do MIS-GO.

Entretanto, se um dos objetivos desse capítulo é perscrutar sobre como essa modernidade produziu e foi produto de novas práticas e representações a partir e sobre essas modernidades, temos na citação anterior uma demonstração de que essas novas tecnologias do visível iam sendo incorporadas tanto em seu conteúdo quanto em sua forma ao cotidiano de significados presentes na sociedade. Não é outro o sentido das palavras “fotografia” e “imagem”.

Em outro artigo da revista *Oeste*, intitulado “Ação Civilizadora”, Vasco dos Reis assinala que

“(…) Nossas metrópoles perderam aquela ampla calma sombria das grandes árvores protetoras, para assumir o aspecto podado, retilíneo, prático, escovado, de pressa, de azáfama, na febril atividade do progresso. As cidades menores assumiram uma atitude idêntica, botando fora as superfluidades embaraçantes, corrigindo aqui, recortando além, acomodando-se em suma à moda da época, isto é, ao traje de marcha, de alpinismo, para escalar as barreiras e vencer o futuro.

No mato, a conta é a mesma. Nada de onças ou de bugre. Nada, mesmo.

Estas coisas, de resto, muito exageradas pela mitomania literária, passaram, no sertão atual, ao domínio da lenda. Quem quer ver bicho feroz ou homem feroz, vai ao cinema.

Conheço muitos e muitos sertanejos que, em matéria de onça, só travaram conhecimento, aliás indesejável, com a clássica, de óleo de ricino...

Índio só o aymoré das latas de biscoito... (…)

Logo que as vitrolas, o cinema e depois o rádio entraram a exercer sua influência nos rincões mais distantes, o matuto aprendeu coisas de arrepiar. (…)

O sertão se aproxima cada vez mais da cidade, tornando a transição dia-a-dia menos nítida.(…)”³⁶³

³⁶³ REIS, Vasco dos. “Ação Civilizadora.” In: *Revista Oeste*. Goiânia, dez. 1944, nº 23.



Capítulo 5 – Na Vastidão das Terras Desabitadas

*A verdadeira viagem se faz na memória.
Marcel Proust*

Para uma determinada historiografia, o Brasil nasceu de uma viagem. A referência a essa experiência, segundo tal interpretação, nos foi marcante no tocante à constituição de nossa identidade. Quer por aquela que se transformou em nossa certidão de nascimento — a carta do escrivão de Cabral, Pero Vaz de Caminha — quer por tantas outras narrativas de viajantes, que em seu processo de elaboração e divulgação acabaram por contribuir para a formação de uma determinada imagem para esta região do mundo denominada Brasil.

A menção à palavra viagem igualmente pode nos remeter a tantas outras lembranças; no caso, lembro a Odisséia, Odisseus, Ulisses.

Outrora, outros viajantes e navegadores partiram da Europa em direção a um mundo novo. Na bagagem, não mais a idéia de viagem dos cruzados, por exemplo, quando se viajava para encontrar o mesmo, saía-se de um templo católico, em direção a outro templo também católico. De Deus para o mesmo Deus. Não se via o outro; do mesmo eu, se ia ao mesmo. E aqui se faz de todo presente o conceito de identidade, daí a mesmidade do mesmo³⁶⁴.

Esses navegadores do século XV se depararam com o outro e um outro efetivamente outro, inegavelmente outro. Naquela ocasião, temos o relato de inúmeras tentativas para transformar o outro em o mesmo. Afinal, como poderíamos interpretar a missão jesuítica de transformar populações pagãs em cristãs? Não seria essa uma forma de aniquilar o outro frente ao mesmo?

³⁶⁴ BORNHEIM, Gerd. “A descoberta do Homem e do Mundo.” In: NOVAES, Adauto. *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Desde o século XVI, pelas características que envolvem o fato do “viver em colônias”, fomos marcados pela experiência da viagem, pela espera, pelo retorno tanto para os de lá, quanto para os daqui. Por isso a referência a Ulisses e sua Odisséia de retorno a Ítaca. Entretanto, a referência à Odisséia também é feita naquilo que François Hartog destaca quando do retorno e da construção da imagem do outro: ninguém retorna para o mesmo, pois o outro não está só no espaço, está também no tempo.³⁶⁵

O processo de independência do país e, 67 anos depois, a proclamação da República, foram momentos chaves para o estabelecimento de viagens visando o conhecimento da nação. No século XX, especialmente, tivemos os sanitaristas, os modernistas, a Marcha para o Oeste, e, por que não, as comissões cuja tarefa era o reconhecimento e delimitação da área onde se daria a construção de Brasília. Todas elas com a justificativa de que era necessário conhecer o “verdadeiro” Brasil para conhecer os brasileiros.

Juscelino Kubitschek fez uma viagem em alguns aspectos similar a de Ulisses: no livro 5 da Odisséia, Ulisses demonstra um absoluto cansaço ao lutar reiteradas vezes contra o mar para poder voltar a Ítaca, representação da terra firme:

“(...) Ulisses ficou arrebatado ao contemplar a terra e a floresta. Foi como a alegria que sentem os filhos, ao verem reviver o pai, de há muito prostrado no leito e consumido por sofrimentos atrozes provocados por um gênio maligno. Nem cabem em si de contentes, quando os deuses livraram seu pai do mal. Assim, Ulisses nadou contente até alcançar a praia.”³⁶⁶

Não há como não pensar, a partir da citação anterior, na polaridade estabelecida pelo par ‘terra e mar’, tão presente em nossa trajetória enquanto nação, na existência de “dois Brasis”, um no litoral e outro no sertão. Guardada a distância temporal, não é outro o sentido das palavras de Juscelino Kubitschek quando, uma década antes do início da construção de Brasília, ele afirma como deputado constituinte, a necessidade de transferência da Capital; só que para o Triângulo Mineiro:

³⁶⁵ HARTOG, François. *A Memória de Ulisses. Narrativa sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 28.

³⁶⁶ Apud. TUAN, Yi-fu. *Topofilia ... Op. Cit.*, p. 138.

“(...) As imensas regiões do interior e a força de uma decisão política que transferisse para o seu meio o centro vital da administração brasileira passariam a constituir imediatamente um elemento novo, de profunda significação econômica e social. Na rota do progresso do Brasil, o grande sonho de recuar a fronteira econômica do Brasil, levando-a para regiões que ainda hoje aguardam uma nova epopéia de bandeirantes, foi o fator decisivo que acalentou, durante gerações sucessivas, o propósito de vitalizar o sertão brasileiro, plantando no coração da pátria um centro poderoso de irradiação cultural, econômica e social(...)”³⁶⁷

Proponho, assim, uma Odisséia do regresso; não à terra natal, mas aos fundamentos de nossa história como fez o governo JK buscando explicar e legitimar a construção de uma nova capital para a nação. Durante a abertura da Primeira Semana Mudancista³⁶⁸, Juscelino Kubitschek afirmou que seu governo tinha a consciência que estava empreendendo

“(...) a continuação de uma viagem que se iniciou com a chegada da frota de Cabral à Bahia, que prosseguiu com Mem de Sá para o Rio de Janeiro, que se alargou imponente na caminhada das Bandeiras e que agora, para alta e merecida honra de minha vida, retomo com o pensamento na integração do Brasil em si mesmo para a posse do povo brasileiro do seu próprio e imenso território.”³⁶⁹

E dá continuidade ao tema da viagem mais adiante, nessa mesma mensagem, avaliando que esse empreendimento é nada mais nada menos do que

“(...) o prosseguimento da viagem da nacionalidade até Brasília (...)”³⁷⁰.

³⁶⁷ KUBITSCHKEK, Juscelino. Sessão de 20 de maio de 1946. Anais da Câmara dos Deputados. SERVIÇO DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. “Antecedentes Históricos” – *Coleção Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, Vol 3, p. 12.

³⁶⁸ Ciclo de Conferências ocorrido Mensagem de Ano Bom. 1956/1957. In: *Revista Brasília* Rio de Janeiro, 1957, nº 01, Ano 1, p.01.na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – USP com palestras de vários autores: Hernani Loiola Fagundes, Miguel Reale, Pedro Calmon, Celso de Melo Azevedo, Herbert Levy, José Augusto Bezerra de Medeiros, Jerônimo Coimbra Bueno.

³⁶⁹ KUBITSCHKEK, Juscelino. “A Fundação de Brasília é a fundação do equilíbrio da nação brasileira.” Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek aos participantes da primeira semana nacional mudancista. In: *Revista Brasília*, mar. 1957, n. 3, p. 1.

³⁷⁰ Idem.

Não se pode esquecer o número de viagens efetivas que Juscelino Kubitschek empreendeu para acompanhar o ritmo das construções de Brasília. Elas são objeto de notícias de jornais e revistas e se encontram retratadas em inúmeros cinejornais do período dentre outros veículos de comunicação.

A imagem da *viagem* é igualmente recorrente nos filmes produzidos ao longo do período da construção de Brasília. Chamo a atenção especialmente para o filme *O Bandeirante*³⁷¹ produzido por Jean Manzon³⁷². Nele, por volta do terceiro minuto, apresentam-se imagens de “caravanas de candangos (que) marcham para o Planalto Central”³⁷³, como a locução faz crer. A música de fundo, impactante, é de autoria de Heitor Villa Lobos³⁷⁴. Há que se ressaltar, também, que as imagens são grandiosas: as tomadas em close dos candangos ou da realização do seu trabalho produzem um impacto visual que gera empatia do público com o esforço dos brasileiros para a construção da cidade. Esse padrão visual, em close e em grande formato, já era utilizado nas revistas e no cinema desde os anos 30 e estimulava a visão e observação do público e dos leitores.

As imagens fotográficas também trazem o registro da chegada dos candangos para participar da construção de Brasília atendendo ao *chamado patriótico*. Talvez, um dos símbolos mais *recorrentes* nessas imagens sejam as malas e trouxas que acompanhavam os candangos em sua trajetória buscando um lugar na construção da capital e, conseqüentemente, uma vida melhor. A exposição permanente do Museu Vivo da Memória Candanga dedica um espaço específico para esses objetos.

³⁷¹ Ver DVD - Vídeo 3 – O Bandeirante.

³⁷² Jean Manzon produziu mais de 700 documentários de curta-metragem para exibição em salas de cinema; muitos deles eram resultado de encomendas feitas ou por empresas ou pelo próprio governo. Jean Manzon, ao chegar no Brasil, trabalhou inicialmente no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) junto ao governo Vargas; até 1952 sua principal ocupação foi a de fotógrafo da revista *O Cruzeiro*, até que, a partir desta data montou a sua própria produtora cinematográfica.

³⁷³ Narração no minuto 3:00 – DVD – vídeo 3.

³⁷⁴ Heitor Villa Lobos compôs a música apresentada neste trecho do filme para a produção cinematográfica de Hollywood intitulada “A Flor que não morreu” (1959) do diretor Mel Ferrer.



Pessoas anônimas. 17 de janeiro de 1959.

ArPDF NOV.D.04.04.C.04 nº 3330



Retirantes chegando. 22 de março de 1958.

ArPDF. NOV. D.04.04.C.04 – nº 3279



Pessoas Anônimas. 17 de janeiro de 1959. ArPDF NOV.04.04.C.04 nº 3331



Gaúchos e família em Brasília. [1958-1960]

ArPDF NOV.D.0404.C.04 – nº 3388

Torna-se necessário, neste momento, recuperar aquilo que apresentei na parte referente à metodologia sobre a maneira como as fotografias e os cinejornais foram utilizados como fontes. Primeiramente, não estou buscando desvelar algum tipo de verdade subjacente aos discursos ou às imagens. Ao contrário, é justamente por ter clareza de que as formas textuais e imagéticas são performáticas, têm toda uma linguagem própria produzindo por meio de seus recursos específicos, sentidos e significados é que optei por apresentar fotografias e filmes e não descrevê-los através de palavras aquilo que “é dado a ver”. Afinal, uma imagem não é uma palavra.

Entretanto, a relação entre as imagens visuais e a realidade, especialmente a partir de dispositivos técnicos como a fotografia e o cinema, põe em destaque a questão da representação e do papel da palavra enquanto elemento mediador entre as coisas e a sua representação.³⁷⁵ Há que se destacar, igualmente, que estas formas de representação imagética *reapresentam* em escalas imponderáveis os referentes que ficaram ali gravados pela ação da luz na emulsão de gelatina e sais de prata. A circulação da fotografia e dos filmes no século XX pode ser abordada por uma questão de escala. Com certeza, a partir destes dispositivos técnicos, parcela considerável da população tinha acesso aos referentes imagéticos que, de outra forma, jamais teriam. Por isso, afirmamos na primeira parte que os novos padrões de visualidade no século XX têm relação direta com a forma pela qual estes recursos visuais organizam a multiplicidade e a simultaneidade das experiências da modernidade. Reitero, portanto, o fundamental papel desses recursos audiovisuais para a compreensão do “real” em nossa sociedade.³⁷⁶

Assim, tendo consciência dessas questões, e, a partir do estudo dessas fontes que mediarão, produziram, instauraram e reiteraram uma semântica para os sertões, inspiro-me nas orientações do Professor José Walter Nunes, no sentido de dar a perceber as *recorrências* de natureza verbal, imagética, musical, textual e empreender uma comparação entre esses documentos elevados à categoria de

³⁷⁵ DEBS, Sylvie. Op. Cit., p. 108.

³⁷⁶ CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa (org.) Op. Cit., pp. 17-29.

monumentos do passado³⁷⁷. Essa recorrência se utiliza da diacronia da semântica do vocábulo *sertão* para reiterar sentidos e, por meio da sincronia, construir outros, mas dentro dos limites estabelecidos pela própria diacronia deste vocábulo cujas alterações dependem dos usos sociais e, portanto, são mais lentas. É Reinhart Koselleck que adverte da possibilidade de empreender essa tarefa a partir de “(...) um procedimento analítico comparativo com outras fontes textuais, já que a partir de um texto único isto não seria possível.”³⁷⁸

Observei, igualmente, na primeira parte deste trabalho, que é necessário dar a conhecer os processos que geraram esse conjunto documental e suas condições sociais de produção, circulação e recepção. Isto porque a produção e circulação dos textos e imagens são sustentadas por determinados processos e agentes sociais que, em seu cotidiano elaboram textos orais, escritos, imagéticos, mobilizando uma série de princípios estéticos, retóricos, argumentativos no curso de sua interação social.

Subjaz aqui, também, a discussão acerca da produção do conhecimento e de uma determinada verdade histórica. Se na “realidade” social coexistem e convivem uma pluralidade quase infinita de sentidos atribuídos e produtores de “verdades”, não é tarefa menor identificá-los e apresentar como eles operaram em uma determinada realidade social. Como já lembrei aqui, Pierre Bourdieu já nos sinalizava que o “real” é o real e suas representações. O professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses nos fala um pouco dessa capacidade simbólica do homem ao destacar o trabalho do oleiro:

“É preciso atentar para o que tomei como ficção, utilizando a etimologia da palavra, que vem do verbo latino *finco*, relativo à atividade do oleiro. O oleiro fabrica formas. Nós também fabricamos formas — formas verbais, conceituais, visuais, sonoras, performáticas, etc. — para dar sentido ao mundo, às coisas, a nós mesmos. A linguagem direta, denotativa, não dá conta da realidade; a poesia, dá: por ela a linguagem humana é capaz de dizer o indizível (....)”³⁷⁹

³⁷⁷ NUNES, José Walter. Op. Cit., p. 50.

³⁷⁸ KOSELLECK, Reinhart. “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos.” In: *Estudos...* Op. Cit., p.140.

³⁷⁹ Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. “Políticas multiculturais reconhecem mas não incorporam as diferenças culturais” In:http://www.coresprimarias.com.br/ed_10/ulpiano_p.php

Nesse processo de fabricação de formas visuais, textuais, orais, sonoras, como também já destaquei, o litoral foi profícuo em dizer o sertão e esse fato, não é natural; é resultado de um processo histórico que foi sendo escrito, narrado e construído socialmente conforme já destaquei. As narrativas orais, imagéticas, textuais produzidas a partir daí mesclam uma dose de objetividade (pretensão ao verossímil) e de subjetividade. Nos é impossível separar as duas, ou ainda, destacar a dose de subjetividade e relegá-la.

No caso das fontes aqui utilizadas pode-se dizer que há um acordo implícito entre o *leitor* e o *escritor* ou entre a *assistência do filme* e o *produtor*. Confia-se que o material produzido por esse escritor, cinegrafista, narrador retrata a realidade (essa perspectiva historiográfica presente, por exemplo, nos cinejornais da Novacap faz parte daquilo que se reconhece como um documentário e o público assistente quando percebe que o que será exposto ao olhar é um documentário ele se mobiliza para assistir e cria uma expectativa de assistir a cenas que ele deve considerar “reais”) e que cabe ao leitor, público ou ouvinte reconhecer a possibilidade de verossimilhança, de interpretação, de posicionamento do autor, dentre outros.

Portanto, textos, filmes, fotografias, depoimentos orais só adquirem significado quando se afere a sua possibilidade efetiva de verossimilhança e interação com o real³⁸⁰, ou seja, só quando fazem *sentido*. Sendo assim, vejamos:

Uma das principais referências históricas do Brasil — para muitos nossa certidão de nascimento — é justamente um documento que nos olha do exterior: a Carta de Pero Vaz de Caminha. Sua apresentação das terras encontradas pelos portugueses faz referência a aspectos tanto do litoral quanto do sertão.

“(...) Esta terra senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos visto, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda é chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia calma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a

³⁸⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1997, p. 329.

estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos pareci muito longa...”³⁸¹

Este sertão descrito por Caminha aparece representado em vários cinejornais do período: é recorrente a referência a uma Brasília “terra dadivosa, em que se plantando tudo dá”³⁸².

Nas páginas finais dos primeiros números da Revista *Brasília*, pode-se aferir também o uso de fotografias que mostram um sertão paradisíaco com árvores copadas, rios encachoeirados, dentre outras imagens que nos remetem à diacronia da palavra sertão significado, naquelas páginas, como um Paraíso Terreal. Deve-se lembrar que a existência de água em profusão e o clima ameno são símbolos firmados na semântica do Paraíso. É Euclides da Cunha que afirma que o rio Amazonas havia se convertido em

“mundo maravilhoso. (...) A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava [...] uma página inédita e contemporânea do Gênesis. (...)”³⁸³

As imagens apresentadas nas fotografias do período da construção de Brasília assim como nos filmes e cinejornais produzidos no período³⁸⁴, nos remetem às sensações de tranquilidade, abundância, frescor. Algumas são muito similares àquelas pertencentes ao conjunto fotográfico da Missão Cruls, como podemos observar na seqüência de imagens.

³⁸¹ CAMINHA, Pero Vaz . Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, Jaime (org). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943, p. 239-240.

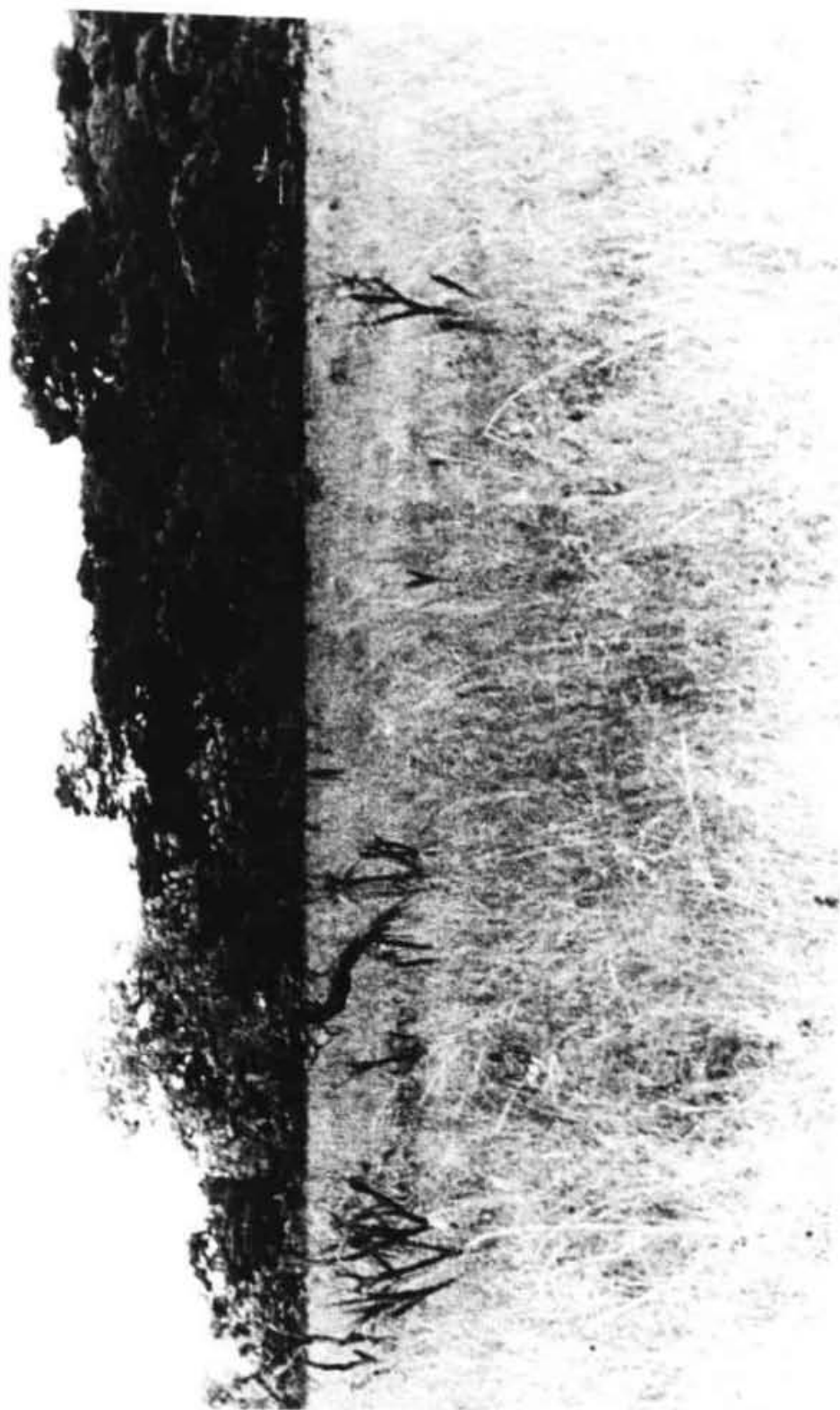
³⁸² Ver DVD – Vídeo 5 – “Brasília: profecia de Dom Bosco” - minutagem 6:30.

³⁸³ Discurso de posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, cadeira nº 7 (18 de dezembro de 1906).

³⁸⁴ Ver DVD - Vídeo 4 “Barragem Saia Velha” e Vídeo 10 – “As Primeiras Imagens de Brasília” – Minutagem 4:00.



Catetinho (?) – 1956 ArPDF NOV.04.04.B.02 nº 519



Catetinho. 1956 - ArPDF NOV. D. 04.04.B. 02 nº 488



Entre 1956 e 1960. – ArPDF NOV. 04.04.C.04 nº 3417



Vsta parcial do cerrado próximo ao Catetinho. ArPDF NOV. 04.04. B.02 nº 542



Praça dos Três Poderes. 03 de fev. de 1958. ArPDF NOV. 04.04.B.02 nº 207



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
CDD: A80P8.D41 A 1 P 119
CONTEÚDO: MISSÃO CRULS - VISTA DE CURALÃO
LOCAL: SOBRAS / DATA: 1982
AUTOR: H. MONTE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
CDD: AP001804.01 A.1 N° 109
CONTEÚDO: MISSÃO OSULLS - RIO AREIAS
LOCAL: OSIAS / DATA: 1902
AUTOR: H. MORIZE



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
COD. ARQ/PE/04.01.1.1 N° 111
CONTEÚDO: MISSÃO CRULS - RIO DESCUBERTO
LOCAL: GOIAS / DATA: 1992
AUTOR: H. MORIZE

É interessante observar, em termos do projeto gráfico da Revista *Brasília*, que à medida que a construção da cidade avançava, as fotos que retratavam aspectos bucólicos da região, foram substituídas por imagens da construção da nova capital e que mostravam, portanto, a ação do homem na transformação da paisagem, temática que tratarei mais adiante.

Neste momento, torna-se necessário fazer algumas observações acerca das condições de produção e circulação da *Revista Brasília*.

A Revista Brasília é resultado da Lei nº 2.874 de 19 de setembro de 1956 que estabelecia a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Em seu artigo 19º, a empresa teria a obrigatoriedade de divulgar mensalmente os atos administrativos da diretoria e os contratos por ela celebrados. As edições dessa prestação de contas, em formato de Boletim, seriam entregues aos deputados e senadores do Congresso, aos ministros e autoridades, nas repartições federais, órgãos de publicidade, dentre outros. Para atender a essa demanda e a outros públicos, sua tiragem foi elevada de 5.000 exemplares para 10.000.

A direção da Companhia, entretanto, decidiu que, mais do que um boletim onde seriam publicados os atos administrativos e contratos, esta deveria ser uma revista por meio da qual o público pudesse acompanhar a construção da Nova Capital. Ressaltava-se nessa decisão que esse noticiário deveria ser sobretudo fotográfico conforme se observa a seguir:

“A administração da Companhia ao providenciar o cumprimento daquele dispositivo pareceu de conveniência aditar ao Boletim, a que ele se refere, algumas páginas iniciais com a forma usual e comum de *revista*, estampando-se nestas um noticiário, principalmente fotográfico sobre a marcha da construção da nova capital e as informações de interesse relativas ao mesmo empreendimento — de modo a manter o público sempre ao par do que se está realizando e do que se pretende fazer.”³⁸⁵

Para tal tarefa, Raimundo Nonato da Silva — jornalista maranhense, funcionário do Ministério da Educação e Cultura à época —, considerado o primeiro jornalista a se fixar no que viria a ser Brasília, foi convidado a assumir a direção da Divisão de Divulgação da Novacap.

³⁸⁵ Revista Brasília, nº 01 – jan. 1957 – Ano 1.

Das edições ininterruptas publicadas ao longo do período de janeiro de 1957 a agosto de 1966, analisei todos os números até dezembro de 1960.

A Revista Brasília era editada no Rio de Janeiro. Seu projeto gráfico ficou sob a responsabilidade do arquiteto Artur Lício Pontual a quem se juntou o também arquiteto Hermano Montenegro³⁸⁶. A revista era vendida, mas o governo tinha toda uma política para sua distribuição gratuita em todas as capitais brasileiras. Há, nas cartas que o Presidente Juscelino Kubitschek recebia, vários pedidos de seus exemplares conforme se pode observar na referência que se segue:

“(...) A finalidade desta é solicitar ao presado (sic) senhor, conforme vi (sic) pelo programa de rádio Mairying Veiga, onde o senhor ofereceu a um ouvinte, todos os números da Revista Brasília, seja me também dedicado tal favor, pois queria ter o praser (sic) de ter em mãos para devaneio dos meus olhos tal preciosidade. (...)”³⁸⁷

Sem dúvida, a Revista Brasília se insere em um modelo de projeto gráfico já relativamente tradicional nos anos 50 quando o Estado brasileiro já tinha uma experiência significativa no campo da propaganda política, incluindo nesta iniciativa não só a edição de revistas, mas também o uso do rádio e do cinema como veículos fundamentais para a projeção do governo.

Como característica principal de seu projeto gráfico, como já citado na nota 2, se tem a presença significativa de imagens fotográficas. A revista apresenta uma divisão clara: as reportagens eminentemente fotográficas apresentam como texto, exclusivamente as legendas; já os textos ou são apresentados isoladamente, opção mais rara ou com fotos, todas muito bem cuidadas.

Pois bem, como se distribui ao longo da revista e de suas edições a questão dos textos e das imagens visuais?

³⁸⁶ Ambos eram, junto a Oscar Niemeyer, responsáveis pela edição da revista de arquitetura “Módulo”.

³⁸⁷ Carta de um ferroviário mineiro ao Presidente Juscelino Kubitschek. Abril de 1959. Apud. NEIVA, Ivany Câmera. Op. Cit., p. 200.

Sobre o programa da rádio Mayring Veiga que o missivista faz referência Georgete Rodrigues nos informa que essa rádio ofereceu à Novacap uma proposta de programa intitulado “Parada Nacional. Nesse programa de 25 minutos de conteúdo ‘musical e cívico’, se faria a propaganda da construção de Brasília. Esse programa também seria televisionado. RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit., p. 69.

Apesar de não manter uma única estrutura, a Revista Brasília³⁸⁸, ao longo do período de construção da nova capital, 1957 a 1960, apresentou em suas páginas inúmeras seções; algumas se mantiveram em todos os exemplares; outras foram acrescentadas ou retiradas, indo e voltando ao longo desse triênio. Exceção feita para os números 05 e 40, o primeiro, de maio de 1957, dedicado, em sua integralidade, à Primeira Missa em Brasília e o segundo, de abril de 1960, dedicado à inauguração da capital. Os demais, em linhas gerais, apresentavam invariavelmente uma primeira seção, como uma espécie de editorial, com textos assinados por personalidades como o próprio Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Barbosa Lima Sobrinho, deputados federais, membros da Igreja Católica, intelectuais, dentre outros.

Uma segunda sessão intitulada “A Marcha da Construção de Brasília” era um dos espaços reservados ao uso quase exclusivo das fotografias. É interessante observar que na primeira edição do ano de 1960, essa seção passa a se chamar “A Marcha da Construção” para a partir do número 41, de maio de 1960 desaparecer sendo substituída pela seção “Aspectos de Brasília”. Achei relevante mencionar o fato pois até hoje Brasília continua em construção.

É necessário, neste momento, interromper o tema das seções da Revista, para discorrer um pouco sobre a questão o uso das fotografias nas edições da *Brasília*.

Inicialmente, não havia identificação de fotógrafos. Apenas no número 17, ou seja, quase um ano e meio depois de seu lançamento, é que a Novacap passa a dar o crédito das imagens a Mário Fontenelle, inclusive destacando a máquina usada para fazer as fotos: uma câmera Leica, provavelmente a ofertada a ele pelo próprio presidente Juscelino Kubitschek³⁸⁹.

Mário Fontenelle nasceu em Parnaíba, estado do Piauí, em 20 de maio de 1919. Mecânico de aviões, por uma série de injunções e reveses em sua vida, passa, em 1955, a ser mecânico particular de Juscelino Kubitschek quando este era governador de Minas Gerais. Em 1957, como já se identificava nele uma predisposição à fotografia e ao registro de imagens ganhou do presidente Juscelino

³⁸⁸ Formato da Revista Brasília - 22X28cm.

³⁸⁹ O presidente João Goulart também havia lhe ofertado uma.

e do vice-presidente João Goulart uma câmara Leica e foi com elas que produziu a maior parte dos registros sobre a construção da cidade; inclusive a foto do cruzamento dos eixos³⁹⁰, divulgadíssima em qualquer obra sobre a construção da cidade. Segundo seus dados biográficos, Mario Fontenelle foi pioneiro das primeiras horas, sendo admitido oficialmente como repórter fotográfico da Novacap. Sobre ele, Lucio Costa lembra:

“(...) Os meus contatos com Mario Moreira Fontenelle foram poucos e espaçados. Ele surgia de repente, mostrava fotos, esboçava um sorriso e sumia. Eram fotos preciosas porque registravam os primeiros momentos dessa epopéia contemporânea que foi construir, na solidão do cerrado, Brasília. Quando da minha penúltima estada na cidade, indagando por ele, tive a confirmação de que estava muito doente num asilo. Fui então vê-lo, com minha filha no Lar dos Velhos (...) Casa térrea, ampla, clara, (...) limpa (...) Ele estava ali, deitado, encolhido. Quando abriu os olhos e me viu, o seu rosto envelhecido como que se iluminou. Procurou uma bolsa onde guardava o seu tesouro, algumas fotos. Mas o diálogo foi difícil, porque, de parte a parte, se interpunha a consciência de que aquele momento era o da despedida, o de sumiço definitivo.(...)”³⁹¹

Destinos diferentes tiveram outros fotógrafos que também documentaram Brasília como o húngaro Thomas Farkas, os franceses Marcel Gautherot e Jean Manzon e o descendente de alemães, Woof Jesco von Puttkamer. Deste quarteto de fotógrafos famosos, Marcel Gautherot e Jean Manzon foram aqueles que mais tiveram clichês seus divulgados na Revista Brasília. Os créditos são dados a eles a partir do número 36 (dezembro de 1959). A Jean Manzon também foi encomendada a produção de filmes sobre a construção da nova capital³⁹².

Ao que tudo indica, a preferência da equipe de arquitetos de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer recaía sobre o francês Marcel Gautherot. Hermano Montenegro, um dos responsáveis pelo projeto gráfico da Revista Brasília, afirma que Mario Fontenelle “não era um bom fotógrafo” e que a inclusão de suas fotos na revista era

³⁹⁰ Mario Fontenelle é o autor da fotografia que retrata a célebre frase escrita no relatório do Plano Piloto de Brasília, definido por Mario Fontenelle como o “gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse, dois eixos cruzando-se em um ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.” Também é de sua autoria a foto de Lucio Costa e Juscelino Kubitschek apoiados em uma placa onde se lê “Eixo Monumental”. Mario Moreira Fontenelle morreu sozinho, em um asilo para idosos, em Brasília, no ano de 1986.

³⁹¹ CAVALCANTE, Raquel (coord.) *Minha Mala, Meu Destino*. Brasília: Alhambra, 1988, prefácio.

³⁹² No DVD que acompanha a tese, reproduzimos “O Bandeirante” – Vídeo 3.

determinada pelo fato dele ser fotógrafo oficial da Novacap em decorrência de sua amizade pessoal com o presidente Juscelino Kubitschek.³⁹³

A diagramação das reportagens fotográficas nas edições do primeiro ano de circulação da revista era feita de forma que as imagens — geralmente em número de 3 — ocupassem páginas isoladas; mas não se pode estabelecer um padrão a não ser o da recorrência em seu uso e em sua disposição por suas páginas. Há que se ressaltar que desde o início da publicação, tem-se o uso de fotografias de formato maior (21X17,5cm, 40X15cm, 25X33cm), ocupando páginas duplas, apresentação que se torna mais freqüente a partir das edições de 1958.

Uma terceira seção da *Brasília* intitula-se Arquitetura e Urbanismo, presente praticamente em todos os números consultados. Nos primeiros números da revista, essa seção se dedicou a divulgar os principais documentos sobre o concurso do Plano Piloto com os projetos classificados em primeiro, segundo e terceiro lugares; nas edições seguintes, o destaque era dado para as apresentações de maquetes dos principais edifícios de autoria de Oscar Niemeyer acompanhados de textos de caráter informativo e, em alguns casos, reflexivo. As fotos, entretanto, são, também, o destaque da seção. Os textos, embora enxutos, não chegam a ser do tipo legenda. Outra seção presente em todos os números era a do Noticiário de Brasília, com pequenos textos informativos e o Boletim da Novacap onde se publicavam todos os contratos, atas administrativas de reuniões, etc.. A partir do segundo semestre de 1958, além do noticiário, foi aberta outra seção, intitulada “Diário de Brasília” que, em seus textos, informava a dinamicidade das obras ao público leitor a partir de textos curtos cujo formato e linguagem utilizadas já trazia a sensação da rapidez com a qual as obras estavam sendo levadas a cabo.

Havia seções que não podem ser encontradas em todas as edições mas que eram freqüentes. Por exemplo, a que diz respeito às visitas de chefes de Estado ou representantes de outros países. Sempre que alguma dessas visitas ocorria, a revista do mês seguinte trazia a matéria, também sempre ilustrada. Há documentação comprobatória no Arquivo Público do Distrito federal de que estas visitas à Brasília eram custeadas pelo governo brasileiro³⁹⁴.

³⁹³ RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit., p. 82.

³⁹⁴ Cf. RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit., capítulo 2.

Havia uma seção, também sazonal no primeiro ano de edição e mais freqüente nos outros dois que dizia respeito à propaganda de Brasília no exterior, em geral composta de pequenos textos de caráter informativo. Esses textos informavam o acontecimento de exposições fotográficas sobre a construção da nova capital, seminários e encontros especializados na área de arquitetura onde Brasília e seu Plano Piloto eram objeto das explanações e, também traziam notícias a respeito da divulgação de filmes a respeito da nova capital. A maior parte delas, de iniciativa do Governo Federal, também eram custeadas com recursos públicos.

Cabe observar igualmente que a diversificação das seções no interior da revista tem relação direta com o início e/ou conclusão das obras. A partir da edição de número 23, ou seja, de novembro de 1958, foi introduzida nas páginas da revista a seção “Rodovias”, que no número seguinte traz como tema textual e imagético a construção da Belém-Brasília, a “estrada das onças”, como os críticos da construção de Brasília ironizavam.

Em março de 1959, nova seção é apresentada: a “Obras Concluídas”. Neste mesmo número, outras duas seções intituladas “Brasília no Congresso” e “Brasília na Literatura” traziam notícias das iniciativas de parte do executivo ou do legislativo para viabilizar aspectos da construção e reproduziam contribuições textuais de inúmeros brasileiros que se esmeravam na produção de textos poéticos ou em prosa sobre a nova capital.

Se a Revista Brasília não pode ser tomada como uma revista-cinema, como outras coevas — caso da *Manchete* ou do *Cruzeiro* —, com certeza ela pode ser classificada como uma revista (bem) ilustrada. A diagramação das fotografias, e sua relação com o corpo textual das matérias, não é de maneira nenhuma meramente ilustrativa em relação ao texto.

Segundo depoimento do responsável pela edição da revista, o Sr Nonato Silva, muitas cartas que chegavam à sede da Novacap dirigidas ao presidente da empresa, Israel Pinheiro, ou então ao presidente da República, continham críticas à construção da nova capital. Outras apresentavam dúvidas. Em ambos os casos, a resposta ao remetente era feita mediante o envio de fotos ou de reportagens da

revista Brasília ou mesmo de suas edições. A fotografia aqui está sendo tratada como prova de uma determinada verdade que se quer construir.³⁹⁵

Também há referências similares aos usos sociais da Revista Brasília, de suas matérias e fotografias. No conjunto documental relativo às cartas ao Presidente Juscelino Kubitschek — sob a guarda do Arquivo Público do Distrito Federal — Ivany Câmara encontrou, em uma delas, a solicitação do funcionário público, José Bento, da cidade de São Carlos, interior de São Paulo, que escreve ao presidente Juscelino Kubitschek pedindo por

“(...) fotografias, revistas, [...], filmes sobre Brasília de 16mm e demais documentos que mostre (sic) a realidade de Brasília.

Compromete-se com o presidente a divulgar os filmes nos bairros da cidade de São Carlos e em outros municípios onde oportunizarem o espaço além de mostrar as fotografias nas vitrines das lojas comerciais locais. Segundo ele

“(...) a obra gigantesca não é bem compreendida por parte de nossos compatriotas.”³⁹⁶

E os exemplos não cessam por aí. Em fevereiro de 1959, também do interior de São Paulo, um corretor de imóveis pede que lhe encaminhem “álbuns e vistas panorâmicas da capital”, afirmando que se comprometia a ser “propagandista oficial” de Juscelino Kubitschek.³⁹⁷

Outra iniciativa da Novacap no sentido da divulgação de obras da capital foi a produção de cinejornais³⁹⁸ que eram veiculados nas principais capitais brasileiras e cidades onde já houvesse eletricidade.

³⁹⁵ Apud. CÂMARA, Ivany Neiva. Op. Cit., p. 124.

³⁹⁶ Apud. CÂMARA, Ivany Neiva. Op. Cit., p. 201.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ No Brasil, há notícia da produção de cinejornais desde 1909 pela firma *Pathé Freres* que, naquela ocasião, lançou o *Pathé Fait Divers*, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, o responsável pela primeira produção de um cinejornal foi o pioneiro Francisco Serrador. Os cinejornais se distinguiam dos documentários à época pela sua própria natureza política. Em geral, o governo ou os partidos políticos patrocinavam essas produções, prática denominada a partir de então de “cavação”. Foi a partir do Decreto n. 21.240 de 04/04/32 que se torna nítida a preocupação do Estado brasileiro com a veiculação de filmes que informassem ao público sobre as ações do governo. O artigo 12º desse Decreto tornava obrigatória a exibição de filmes considerados educativos pelos órgãos

Sobre as condições de produção desses cinejornais, há que se ressaltar que no início dos anos 80, a Fundação Nacional pró-Memória elaborou um catálogo sobre os cinejornais produzidos pela Novacap para documentar a construção de Brasília. A feitura do catálogo era uma forma de proteger e veicular esse conjunto de filmes que tratavam do período da construção da nova capital. Além da decupagem dos cinejornais, a Fundação Nacional pró-Memória transcreveu, nesse catálogo, um conjunto de entrevistas com os cinegrafistas responsáveis pela filmagem de parcela desses filmes, o Sr. José Silva³⁹⁹ e o Sr. Sálvio Silva. O texto do catálogo que introduz este conjunto de entrevistas, afirma:

“Em 1957, sendo Israel Pinheiro o presidente da Novacap, a firma ‘Libertas Filme’, de Belo Horizonte, formada pelos cinegrafistas e sucessivamente transformada em ‘Alvorada Filmes’ e ‘S.S.S. Produções’, foi contratada para filmar o andamento dos trabalhos da construção da Nova Capital.”⁴⁰⁰

Outras produtoras também foram contratadas para a produção de filmes como é o caso já citado anteriormente da firma de Jean Manzon, a firma carioca Persin Perrin Produções⁴⁰¹, a firma paulista Produções Cinematográficas Leides Rosa, a gaúcha Brasfilm, além, é claro da própria Agência Nacional.

Todo esse esforço e gasto financeiro com a produção de filmes é esclarecido com o depoimento de Sálvio Silva, filho de José Silva, ao relatar um episódio ocorrido em 1958 após a produção do primeiro filme colorido sobre a construção de Brasília. Ele conta que Israel Pinheiro o procurou determinando que ele exibisse o referido filme em Minas Gerais. Ainda segundo o cineasta, havia muita pressão contrária à construção de Brasília e era necessário então divulgar o que estava

governamentais responsáveis. Em 1946, apesar da redemocratização do Brasil, mantém-se a obrigatoriedade de apresentações de cinejornais nacionais. O Decreto 20.943 de 24/01/de 1946, em seu artigo 24º estabelece que um filme de longa-metragem só poderia ser exibido associado a um curta-metragem produzido no Brasil. Sobre cinejornais cf. RAMOS, Fernão e MIRANDA, Luiz Felipe. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Senac – São Paulo, 2000. Sobre a legislação aqui citada, cf. RODRIGUES, Georgete. Op. Cit., p. 99.

³⁹⁹ José Silva obteve um cargo de funcionário público do governo mineiro através de sua amizade com Israel Pinheiro, onde exerceu o cargo de Chefe de Diversões Públicas do Estado. Cf. RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit., p. 97.

⁴⁰⁰ ALVIM, Clara de Andrade. (coord.) *Os Cine-jornais sobre o período de construção de Brasília*. Brasília: MEC – SEC – Sphan/pró-Memória, s/d., p. 47.

⁴⁰¹ Responsável técnica pela produção do documentário “As primeiras Imagens de Brasília”. Ver: DVD – vídeo 10.

sendo feito. Sávio Silva afirmou então ter feito projeções em várias cidades de Minas Gerais. Segundo suas informações havia uma política de exibição dos filmes firmada entre a Novacap e a União Cinematográfica Brasileira⁴⁰², empresa responsável pela distribuição de parte significativa dos filmes que eram apresentados no país⁴⁰³.

Há, também, nas cartas encaminhadas ao presidente JK, diversos pedidos específicos de cópias de filmes para serem veiculados pelo Brasil. É o caso da correspondência de um missivista fluminense que argumenta que nem todos têm acesso à revista ou ao cinema e solicita ao presidente Juscelino “(...) arranjar para passar [na sua região] o filme que amostre (sic) sobre a estrada Belém Brasília e sobre a construção da capital.” Ele assume a responsabilidade de exibir o filme ao ar livre para “(...) operários e pequenos lavradores que ficarão tão entusiasmados quanto eu.”⁴⁰⁴

Neste texto transcrito acima, pode-se inferir que a despeito da falta de infraestrutura para a instalação de cinemas em inúmeros municípios e localidades do país, havia uma assistência significativa aos cinejornais da Novacap, até porque a veiculação de curta-metragens nacionais era regulamentada por legislação correspondente.

A Revista Brasília também dá notícia da veiculação de filmes no exterior. Na revista nº 20 de agosto de 1958, pode-se encontrar na página 16 a seguinte referência:

“Filmes em Lisboa

Perante numerosa assistência, figuras de relevo da sociedade portuguesa e do governo, o Escritório Comercial do Brasil nesta capital exibiu no salão de projeção da residência do industrial João Rocha dos Santos o filme: “As Primeiras Imagens de Brasília”.⁴⁰⁵

⁴⁰² A União Cinematográfica Brasileira (UCB – Distribuidora de Filmes) foi criada em 1945 e era propriedade do Grupo de Empresas da família Severiano Ribeiro. A UCB foi a mais influente distribuidora de filmes nacionais até o final da década de 70 do século passado.

⁴⁰³ Idem., p. 56.

⁴⁰⁴ NEIVA, Ivany Câmara. Op. Cit., p. 204.

⁴⁰⁵ *Revista Brasília*. Rio de Janeiro: Novacap. n. 20, agosto, 1958, p. 16.

E mais, quando o entrevistador da Fundação Nacional Pró-Memória pergunta sobre a ausência nos filmes de operários e pessoas comuns em detrimento das autoridades, Sávio Silva esclarece os objetivos de um cinejornal: “Era um jornal de tela, de atualidades, e a preocupação era, realmente, oficial.”⁴⁰⁶

O uso das produções cinematográficas, demonstrado pelo depoimento dos cineastas contratados pela Novacap, é clara: a imagem é capaz de retratar a realidade e portanto aquilo que é filmado e depois apresentado é tomado pelo que *realmente* aconteceu. O filme — assim como a fotografia, como imagens técnicas que são — está associado ao seu referente, possuindo, assim, um caráter indiciário, ou seja, a marca que uma presença deixou na película quer fotográfica, quer cinematográfica. Além deste aspecto, e talvez por causa dele, é muito comum tomar as narrativas, a organização disposta pela narrativa visual como inscrita na própria lógica do mundo, da realidade, como se ela existisse independentemente do homem que lhe atribui sentido.

E mais, afora esta crença já detectada por Pierre Bourdieu e apresentada neste trabalho acerca dos usos e funções da fotografia e, por extensão, do cinema, há como que um acordo tácito entre espectadores de um filme que se pretende documentário e aquele que o produziu: se vou ao cinema para ver um documentário, está implícito que aquilo que verei realmente aconteceu, diferente de um filme de ficção por exemplo. Nas palavras de João Moreira Salles:

“Diante desses filmes, realizador e espectador estabelecem um contrato pelo qual concordam que tais pessoas existiram, que disseram tais e tais coisas, que fizeram isso e aquilo. São declarações sobre o mundo histórico, e não sobre o mundo da imaginação. Para que o documentário exista é fundamental que o espectador não perca a fé nesse contrato.”⁴⁰⁷

Portanto, o documentário — e aqui especificamente o cinejornal — já pressupõe que se a empresa produtora, a que veicula dizem que aquilo é um cinejornal, este fato já determina as expectativas daquele que irá ver o filme. Lembremos

⁴⁰⁶ Idem., *ibidem*.

⁴⁰⁷ SALLES, João Moreira. “A Dificuldade do Documentário.” In: MARTINS, José de Souza (org.) *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005, p. 58.

a singela associação entre documentário e documento como prova de uma determinada realidade.

Paulo Menezes, nessa mesma linha, nos adverte também que

“(...) para a esmagadora maioria do público, mesmo o versado nas lides das ciências sociais e das teorias do cinema e comunicações, o filme é uma expressão do real, mais ou menos fiel, mas sempre real, o que não deve de nenhuma maneira ser desprezado se tentarmos pensar o cinema e o filme documental como elementos da cultura e expressão das formas, conceitos e preconceitos com os quais construímos o mundo e nos posicionamos dentro dele. Não podemos nos esquecer, neste momento do alerta que nos fez Bazin e que a mente culta costuma não encarar com seriedade que mereceria. ‘O fenômeno essencial na passagem da pintura barroca à fotografia não reside em um simples aperfeiçoamento material [...], mas em um atributo psicológico: a satisfação completa de nosso apetite pela ilusão por uma reprodução mecânica da qual o homem está excluído. A solução não estava no resultado mas na sua gênese’. O que ele aqui ressalta, em consonância com Merleau-Ponty, é que esse pressuposto psicológico da percepção é anterior ao que podemos sobre o filme pensar. É com esse pressuposto que vamos ao cinema. Pensamos sobre o filme depois. E é antes deste lapso temporal, evidentemente maior para uns do que para outros, que os mecanismos de ilusão cinematográfica se instauram e constituímos os primeiros sentidos a partir das provocações que as imagens do filme nos sugerem.”⁴⁰⁸

Assim como as primeiras fotografias (daguerreótipos), os primeiros filmes, cerceados pelo estágio da técnica em fins dos Oitocentos e início dos Novecentos, tinham limites objetivos que não permitiam muitos vãos do que hoje seria denominado de filme de ficção. Afinal, já estamos longe o suficiente da primeira sessão pública do cinematógrafo dos irmãos Lumière, ocorrida em 1895 onde foram apresentadas a 33 pessoas — espantadas, incrédulas — um programa de 25 minutos com “curtas”⁴⁰⁹. E este distanciamento no tempo faz com que já não nos espantemos mais com estas máquinas de visão. Como afirma Pedro Miguel Frade,

⁴⁰⁸ MENEZES, Paulo. “O Nascimento do Cinema Documental e o processo não Civilizador.” In: MARTINS, José de Souza (org.) *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005, p. 81.

⁴⁰⁹ Uma das limitações técnicas era o comprimento das películas que eram curtas mesmo — 15 metros, no máximo.

“(...) A história da fotografia lembra-nos imperiosamente que estamos já no fim do século XX e que o nosso olhar envelheceu com o somar dos anos em que se foi constituindo, a pouco e pouco, esse oceânico arquivo de imagens; lembra-nos que estamos já muito longe daquelas primeiras décadas da fotografia nas quais o espanto foi como que tateante de uma cultura confrontada com a eclosão de uma técnica para a qual não se dispunha ainda de saberes apropriados, e de um modo de representação que apenas se podia capturar — na teoria e nos fazeres — pela referência enganadora às técnicas que ela mais radicalmente veio perturbar.”⁴¹⁰

Para aqueles que podem achar que esta é uma maneira ingênua de reagir a um filme, lembremo-nos de nossas próprias reações quando assistimos a filmes de suspense, terror, comédia, drama, enfim... E isso porque permanece a forte crença de que são “imagens da realidade” e não “realidades de imagens”.⁴¹¹ Observe-se que este termo documentário em oposição ao filme de ficção era, no início do cinema no Brasil, chamado de “natural”.

Entretanto, além da dimensão daquilo que o filme comunica, há a questão de como ele o faz. O professor Ulpiano nos alerta acerca daquilo que ele denomina de “a camisa de força da comunicação” pela qual ver seria conhecer, o que constituiria um “paradigma observacional”. Em suas palavras,

“É o paradigma que domina, por exemplo, em certos jornais televisivos, onde a credibilidade da informação é caucionada pela possibilidade de ver o que está acontecendo sob os olhos do espectador, no calor da hora, simultaneamente, sem edição (como se a imagem tremida da câmera e a voz ofegante do locutor, juntamente com todos os critérios de seleção, não constituíssem edição).”⁴¹²

Há ainda toda uma linguagem propriamente dita que opera na construção de um determinado significado. Entretanto, essa linguagem visual é a mesma linguagem textual ou oral? A linguagem textual nos permite, por exemplo, expressar narrativas no tempo presente, no passado e no futuro. Podemos empregar pequenas palavras que expressam temporalidade, condição, negação. Pois bem, quais dessas funções, a linguagem visual pode operar? Ou, de maneira mais

⁴¹⁰ FRADE, Pedro. Op. Cit., pp. 16-17.

⁴¹¹ MENESES, Paulo. “O Nascimento do Cinema Documental e o processo não Civilizador.” In: MARTINS, José de Souza (org.) Op. Cit., p. 79.

⁴¹² MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “O Museu e o problema do conhecimento.” In: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/AnaisMuseus-Casas_IV/FCRB_AnaisMuseusCasasIV_UlpianoBezerraMeneses.pdf (acessado em 22/05/08)

objetiva, na pergunta do professor Ulpiano, “(...) como eu digo: O gato não está sobre a cadeira?”⁴¹³ Gombrich, utilizando-se da divisão da linguagem proposta por K. Bühler, assevera que pode-se distinguir três funções da linguagem verbal: expressão, estímulo, descrição. Destas a linguagem visual só teria a função de estímulo, já que ela não pode expressar, por exemplo, categorias lógicas como *se*, *quando*, *entretanto*, *tudo*, *algum*; da mesma forma, não pode descrever o *embaixo*, o *ao lado de*. Esta impossibilidade não desmerece a linguagem visual: para Gombrich, ela é a chave para a compreensão de um outro tipo de pensamento e de leitura que se baseia nos códigos, nas convenções e no contexto.⁴¹⁴

Lembremos, igualmente, que parte da crítica feita aos trabalhos na área da Antropologia Visual recai sobre a questão da incapacidade da fotografia e do cinema de captar por exemplo a dimensão simbólica de determinadas celebrações ou rituais documentados. Como já destaquei anteriormente, o sentido não se encontra na imagem; a constituição de sentidos e significados para as imagens fotográficas ou fílmicas se constitui a partir da relação entre o objeto e o espectador.⁴¹⁵

Da mesma forma que fizemos com a Revista Brasília, é importante caracterizarmos estes cinejornais da Novacap. Não sabemos ao certo o número de cinejornais que foram produzidos por essa empresa. Há uma estimativa entre 24 e 38 cinejornais. Dos 24 a que tivemos acesso, todos eram em preto e branco com duração variável de 5 a 15 minutos. Os de 15 minutos se referem às comemorações do aniversário de Juscelino Kubitschek (Brasília nº 20) e às festividades de inauguração da Nova capital (Brasília nº 23). Além desses dois cinejornais, outros 3 versavam sobre temas específicos: o Brasília nº 01 registrava aspectos da Primeira Missa em Brasília, produzido pela Libertas Filme⁴¹⁶ com duração de 10 minutos, o Brasília nº 5 dedicado à visita do presidente de Portugal a Brasília, também da Libertas Filme, com duração de 8 minutos; o de nº 16 é totalmente dedicado às comemorações do 1º de maio em Brasília, também da Alvorada Filmes com 11 minutos de duração⁴¹⁷; o de nº 19 com 5 minutos dedicado ao 1º aniversário da Base

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ GOMBRICH, Ernst. *The Image and the Eye. Further Studies in the psychology of pictorial representation*. Londres: Phaidon Press Ltd, 1994, pp. 137-161.

⁴¹⁵ MENEZES, Paulo. Op. Cit., pp. 110-111.

⁴¹⁶ A empresa passa a se chamar Alvorada Filmes em 1958.

⁴¹⁷ DVD – Vídeo nº 9.

Aérea de Brasília; o 21 e o 22 dedicados a mostrar aspectos da produção e do abastecimento de Brasília, ambos com 10 minutos.

Uma observação feita pelo professor José Walter Nunes sobre esta documentação deve ser aqui lembrada: havia muitas dificuldades técnicas para a captação direta de som. Segundo informa José Walter, apenas no final dos anos 50 e início dos 60 é que o gravador NAGRA já se encontra disponível no mercado.⁴¹⁸ Portanto, os cinejornais desse período têm apenas locução. No caso dos discursos de Juscelino ou de outra autoridade, o profissional responsável pela locução do filme é que narra a fala presidencial, como no caso do Brasília nº 16 em que todo o discurso de JK no primeiro de maio é repetido, na íntegra, pelo narrador.

Outra observação que se faz necessária é a significativa repetição de cenas que são sucessivamente editadas e reeditadas e que aparecem em vários desses cinejornais. Avalio que se possa estimar que pelo menos 50% das imagens dos cinejornais consultados são repetidas reiteradas vezes, só variando a locução. Por isso, e este é outro aspecto importante a se ressaltar, as imagens, nesses cinejornais, não necessariamente aparecem vinculadas à locução. Elas têm uma independência em relação à narração que cabe ser estudada.

Também não podemos deixar de mencionar a estreita relação que o cinema tem com o sonho, com a dimensão onírica do ser humano, com a projeção mental; a capacidade de retratar em uma película aquilo que é objeto de desejo. Algo que não têm uma existência concreta mas que, por meio de uma locução narrativa, pode compor junto às imagens, o retrato do que se deseja construir.

Não é outra a brilhante e poderosa imagem construída pela historiadora Georgete Rodrigues a partir da análise dos cinejornais de Brasília e de outros documentos que são resultado de práticas e representações sociais constituídas naqueles anos da construção. É ela que nos convida a sonhar:

⁴¹⁸ NUNES, José Walter. Op. Cit., p. 56.

“Imagine o leitor uma terra em que se plantando tudo dá, como disse o escrivão Pero Vaz de Caminha, o escrivão de Cabral. Uma terra dadivosa e boa. Um lugar de fartura, com cachoeiras naturais. Agora, imagine o leitor, também, esse lugar povoado de gente, gente de todo o país, que chega irmanada em um único sentimento: construir a nova capital do Brasil. Imagine essa terra com a intervenção do homem, com poderosas máquinas. Em um local antes esquecido, agora movem-se tratores, removem-se terras, movem-se moinhos. Local de máquinas e de homens. Imagine um local onde o Estado constrói casas para ‘funcionários de todas as categorias’. Imagine um local cheio de aves, onde gados passeiam. Imagine um local onde engenheiros, trabalhadores e técnicos dedicam-se de ‘corpo e alma’ a uma grande tarefa. Tudo sob o olhar vigilante e solidário do presidente da República e do presidente da Novacap. Imagine que nesse local ‘brotam’ estradas, pontes de concreto, palácios. Imagine que nesse local o mundo curva-se, pasmo, extasiado diante do Brasil. Finalmente, imagine-se o leitor chegando a esse lugar. Lá verá um ‘soberbo espetáculo, visão do futuro que animará a todos’ os que lá chegarem ‘pelos caminhos do céu e da terra’.”⁴¹⁹

Essa terra dadivosa, sonhada e profetizada por Dom Bosco em 1883 existiria entre os paralelos 15° e 20°. Seria uma civilização em terras onde escorreria leite e mel. Esse é um dos temas presentes no cinejornal produzido pela Agência Nacional e intitulado *Brasília Profecia de São João Bosco*. Esse filme começa apresentando uma placa em que se encontra reproduzido um texto sobre a profecia de Dom Bosco.

“Profecia de São João Bosco (30 de agosto de 1883)

Entre o paralelo 15° e 20°, em um sítio onde se formava um lago, surgirá a Grande Civilização, a Terra Prometida, donde manam leite e mel. Uma inconcebível riqueza se estabelecerá. Essas coisas sobreviverão na 3ª geração.”

Brasília é um sonho secular que está surgindo em ritmo febril como na maravilhosa visão profética de São João Bosco. Simboliza esplendidamente o dinamismo, a inteligência e o patriotismo do homem brasileiro.”⁴²⁰

⁴¹⁹ RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit., p. 95.

⁴²⁰ Ver DVD Vídeo 5 - Brasília – Profecia de São João Bosco. Produção Agência Nacional – Duração 7 minutos.

A S.S.S. Produções, contratada pela Novacap, produziu pelo menos dois cinejornais cujo tema era exclusivamente “A produção e o abastecimento em Brasília.”⁴²¹. Neles aparecem imagens de jardins com flores, aspectos de cachoeiras e, na seqüência, imagens de canteiros de hortaliças, com toda a produção hortifrutigranjeira das áreas do entorno do que viria a ser Brasília.

Juscelino Kubitschek também associa Brasília à Terra de Promissão em inúmeras ocasiões. Nesta, que reproduzo abaixo, o motivo é por oferecer uma alternativa de vida digna a todos os brasileiros:

“Divulgando-se a notícia de que havia trabalho para todos em Brasília, avolumavam-se cada semana as levas de trabalhadores que lá chegavam. Vinha gente de todas as regiões do país. Era uma verdadeira torrente humana, que os caminhões canalizavam para o Planalto. Pobres de todas as latitudes em busca da Terra da Promissão.”⁴²²

Essa semântica paradisíaca para o sertão está presente em uma parte significativa do repertório de textos e imagens que tiveram como fonte os viajantes estrangeiros que se embrenharam pelos sertões do Brasil, desde a chegada dos portugueses a essas terras até fins do século XIX.

Sobre eles e seu olhar sobre o território é necessário fazer uma pequena digressão.

Ao falar dessa categoria de viajantes estrangeiros, há um consenso na historiografia, de que esses viajantes do século XVIII e, principalmente do XIX, atuavam de maneira distinta daqueles que aportaram na América portuguesa em séculos anteriores como é o caso de Jean de Léry, André Thevet ou Hans Staden que permaneceram “arranhando o litoral brasileiro como caranguejos”. Segundo estudos, essa literatura do século XVI e boa parte do XVII se caracteriza por ser uma “literatura de sobrevivência”, ou seja, narrativas feitas em primeira pessoa retratando naufrágios, contatos com populações autóctones, motins. Quando esses exploradores adentravam um pouco mais no território, a caracterização da paisagem

⁴²¹ São os cinejornais da Novacap de números 21 e 22. Ambos com 10 minutos de duração cada.

⁴²² KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975, p. 81.

se dava como um composto e não com um detalhamento que tornava cada região um local único no planeta nos moldes da literatura de viagens do século XIX.⁴²³

Ainda está para ser feito um estudo comparativo entre essa literatura dita de sobrevivência e os relatórios de dirigentes das capitanias, por exemplo. Esse estudo, quando feito, aportará um outro olhar sobre a questão do território e sua descrição⁴²⁴. Nesse sentido, não há como não fazer menção aos estudos de Roger Chartier⁴²⁵ relativos às práticas de leitura. Inspirada nesse pensador, podemos perguntar se o fato desses relatórios serem escritos em língua portuguesa não implicaria em uma limitação para a ampliação do público leitor se comparado, por exemplo com livros de relatos de viajantes geralmente escritos em francês ou em inglês. Outra questão que caberia investigar diz respeito à atração exercida pela temática dos viajantes que aportavam a esse novo mundo e produziam seus relatos textuais e iconográficos em comparação com a especificidade da linguagem dos relatórios de governadores de Capitanias de caráter, sem dúvida, administrativa.

Pois bem, feita essa digressão, volto à temática das primeiras narrativas que conformam uma literatura de sobrevivência. Essas foram informadas por um par de idéias muito presente na ocasião dos descobrimentos: na dimensão diacrônica do vocábulo, as novas terras eram a concretização do Paraíso e/ou do Inferno. Vejamos essas duas circunstâncias.

As terras onde os portugueses aportaram eram sinônimo da realização do paraíso a que a Bíblia faz menção e que teólogos medievais afirmavam existir em algum

“sítio recôndito e acessível”⁴²⁶. Havia especialmente algumas narrativas que confirmavam, para o imaginário do europeu, que os portugueses haviam aportado em tal território. Marilena Chauí faz menção a uma narrativa que fala de uma ilha ou de um arquipélago chamado Hy Brazil que passa a

⁴²³ PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, pp. 84 e 92.

⁴²⁴ Cf. MAIA, João Marcelo Ehlert. “Governadores de Ruínas: os relatos de viagem de Couto Magalhães e Leite Moraes.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 40, jul-dez, 2007, pp. 3-23.

⁴²⁵ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

CHARTIER, Roger (org.) *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

⁴²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visões do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. IX, Prefácio.

figurar nos mapas a partir do século XIV situado “(...) a oeste da Irlanda e ao sul dos Açores [denominada] *Isulla Brasil* ou *Isola de Brazil*”⁴²⁷

Nas histórias imaginárias sobre a formação do mundo, uma das cosmogonias que mais se reitera é a de um caos aquático e de uma ilha, forma sob a qual se caracteriza a emergência de terras. Ainda segundo este autor, a existência lendária de uma ilha dos *Bem-Aventurados* está presente no imaginário da Hélade, dos celtas, na história da Irlanda e, como é sobejamente conhecido, no imaginário europeu acerca do Novo Mundo. Imaginário esse que perpassa os séculos XVII, XVIII e XIX e se reatualiza com as viagens de Darwin, do Capitão Cook, as histórias de Robinson Crusoé e as descrições de Louis de Bouganville sobre o Taiti que representavam no imaginário europeu uma oportunidade de devaneio em oposição ao mundo urbano que se instalava na Europa.⁴²⁸

Muitos outros elementos contribuíram para que se concretizasse o Paraíso terreal no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda relaciona a descoberta de metais preciosos nas terras espanholas na América à constituição de um imaginário de abundância também nas terras portuguesas. É ele que nos conta sobre a existência de um relato de um português — Pedro de Hates Hanequim — que morou na capitania das Minas por 26 anos. Foi preso em 1741 porque sustentava que o Paraíso Terreal situava-se entre as serranias do atual estado das Minas Gerais. Acrescentava que ali havia árvores na feição das maçãs e figos e os rios Amazonas, São Francisco e outros eram os que banhavam o Paraíso.⁴²⁹

Havia ainda, segundo este mesmo autor, uma outra narrativa mítica — O Mito da Lagoa Dourada — registrado em alguns mapas e citado, de passagem, por Frei Vicente de Salvador com aquele nome de Dourado ou Lagoa Dourada.⁴³⁰ Sobre essa narrativa, Paulo Bertran nos informa que o sétimo governador geral do Brasil, Francisco de Souza, recebeu notícias de um senhor de engenho, Gabriel Soares de Souza, que lhe contou da possibilidade de existir no vasto interior das terras pertencentes a Portugal, riquezas superiores àquelas encontradas pela Espanha em

⁴²⁷ CHAUÍ, Marilena. Op. Cit., p. 60.

⁴²⁸ TUAN, Yi-fu. *Topolifia ...* Op. Cit., pp. 135 – 137.

⁴²⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit., p. 06.

⁴³⁰ Idem., p. 35.

sua terras americanas. Com pouquíssima precisão geográfica, localizavam tal Eldorado em uma lagoa, a Lagoa Dourada. Alguns cartógrafos do período, previram sua localização de acordo com os relatos que lhes chegavam como podemos observar nas páginas que se seguem.

Essa visão paradisíaca das terras americanas era proveniente de diferentes imaginários europeus. Um dos elementos desse imaginário associa-se ao fato de que a pouca dadivosa natureza européia era um sinal das conseqüências do Pecado Original e da natureza decaída do Homem a partir de então. Sobre a degenerescência dela decorrente, Keith Thomas nos fala:

“O Jardim do Éden era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas (Gênesis, I, 28). No princípio homens e bestas conviveram pacificamente. Os homens provavelmente não eram carnívoros e os animais eram mansos. Mas com o pecado e a Queda a relação se modificou. Ao rebelar-se contra Deus o homem perdeu o direito de exercer o domínio fácil e incontestado sobre outras espécies. A terra degenerou. Espinhos e cardos nasceram onde existiam apenas flores e frutos. O solo fez-se pedregoso e árido, tornando-se necessário um trabalho árduo para seu cultivo.”⁴³¹

A necessidade de trabalho que a natureza européia requeria era, para os católicos europeus dos Tempos Modernos, a antítese do Paraíso, encontrado na natureza dadivosa das terras americanas.

De que se trata esse Paraíso? Um jardim perfeito com vegetação e animais dóceis, clima ameno que muitos europeus afirmavam ter encontrado em suas viagens às terras americanas, características que estão presentes nos discursos sobre a construção da nova capital.

Essa narrativa sobre o Brasil pode ser encontrada em diversas versões e em diferentes épocas constituindo o que Marilena Chauí chama de “imagem mítica fundadora”. Segundo ela, pode-se encontrar essas imagens

“(…) na obra de Rocha Pita, que afirma explicitamente ser aqui o Paraíso Terrestre descoberto, no livro de Afonso Celso, nas poesias nativistas românticas, na letra do Hino Nacional, na explicação escolar da bandeira brasileira e nas poesias cívicas escolares como as de Olavo Bilac. Compreendemos agora o sentido mítico do auriverde pendão nacional. De

⁴³¹ THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 22.

fato, sabemos que, desde a Revolução Francesa, as bandeiras revolucionárias tendem a ser tricolores e são insígnias das lutas políticas por liberdade, igualdade, fraternidade. A bandeira brasileira é quadricolor e não exprime o político, não narra a história do país. É um símbolo da natureza. É o Brasil-jardim, o Brasil-paraíso.”⁴³²

Não é outra a narrativa daqueles anos da construção de Brasília. As palavras são do cardeal de São Paulo Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota na cerimônia da Primeira Missa rezada no Planalto Central em 3 de maio de 1957:

“(…) O cenário é todo esse Brasil imenso, aqui presente na personalização dos seus grandes filhos e aqui representado por esse panorama telúrico ainda virgem e por este horizonte visual ilimitado, e dilatado ainda pela nossa fantasia até nos confins do território nacional através de seus oito e meio milhares de quilômetros quadrados. [...] Foi feita pelo senhor toda essa maravilha da natureza que neste planalto os nossos olhos contemplam embevecidos.(…)”

E conclui:

“(…) Na Bíblia se lê como plantou Deus no meio do Paraíso terreal a miraculosa árvore da vida. Brasília é a árvore da vida nacional providencialmente plantada no planalto central de nossa Pátria. Que as bênçãos de Deus e da Virgem Mãe de Deus façam com que Brasília cresça, floresça e frutifique em perene primavera da vida nova do Brasil. *Incipit vita nova.*”⁴³³

A associação entre as terras brasileiras e o paraíso ressaltou a natureza como uma de nossas características identitárias. Reiterando esta dimensão, Dr. Antônio Pimentel, membro da Missão Cruls, define assim a região do Planalto Central brasileiro:

⁴³² CHAUÍ, Marilena. Op. Cit., p. 62.

⁴³³ *Revista Brasília*, nº 05, maio de 1957, p. 13 – 14.

“É exuberante a fertilidade do solo; a salubridade proverbial; grande abundância de excelente água potável; rios navegáveis; extensos plainos sem interrupções importantes; soberbas madeiras de construção de suas grandes florestas; abundância de preciosos minerais e essências diversas; elevação do terreno determinando um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca do que a primeira vista se poderia supor, em face da sua latitude geográfica; tudo, enfim, que tem as mais estreitas relações com os progressos materiais de uma grande cidade, e com o bem estar de seus habitantes”⁴³⁴

A significado do vocábulo sertão como Paraíso teve amplo campo de reatualização, a partir da literatura de viajantes estrangeiros do século XIX e de escritores brasileiros. No caso dos viajantes estrangeiros, cabe destacar que há uma interpretação tida como *clássica* para explicar a construção literária elaborada por esses viajantes e que aqui vou simplificar: alijados da natureza, em uma Europa que vivenciava o processo de Revolução Industrial, valorizava-se a busca pela antítese desse processo. Diante da perda da natureza, da degradação das relações comunitárias, muitos europeus saíram em busca dessas experiências não mais possíveis em uma Europa que abandonava o campo e as relações e práticas sociais que sustentavam a vida rural.⁴³⁵

Assim, talvez, inconformados com a perda dessas experiências, cenários e lugares e com a crença de que essa realidade não poderia ter desaparecido, os europeus a “encontraram” nas terras americanas, e retomaram a associação ao Jardim do Éden.

Há uma extensa bibliografia que trata da presença desses viajantes nas terras da América portuguesa e posteriormente do Brasil.

Igualmente, há estudos de natureza diversa que procuram demonstrar que a chegada da Família Real ao Vice-Reino do Brasil em 1808 promoveu uma inflexão

⁴³⁴ CRULS, L. *Op. Cit.*, 2003, p. 238.

⁴³⁵ Quando observamos as imagens reproduzidas nas obras deixadas por esses viajantes compreendemos, por exemplo, a experiência estética do *sublime*. Nessa experiência do *sublime*, percebe-se, com clareza, toda a reverência e o temor que a natureza impõe. Muitas imagens feitas por viajantes europeus trazem consigo o adjetivo *pitoresco*. Essa experiência estética remete a tudo aquilo que é irregular; excluindo, também, as intervenções humanas. Cf. KLINGENDER, Francis Donald. *Art and The Industrial Revolution*. Nova York: Schocken Books, 1970.

na política da metrópole portuguesa em relação ao seu domínio colonial na América, uma vez que durante o período colonial, o Estado português pautava-se por uma política de sigilo em relação à divulgação e descobertas de riquezas naturais do interior do território⁴³⁶, o que foi modificado com a chegada da Família Real.

Outras interpretações, contudo, voltadas para a relação entre os Estados europeus e sua política de informação⁴³⁷ têm procurado demonstrar que desde o século XVIII, (e, portanto, antes da vinda da Família Real) particularmente após a ascensão de Pombal ao governo português (1750/1777), houve o desencadeamento de uma política oficial de estudo e pesquisa da fauna, flora e território por membros das academias científicas ou mesmo de cientistas, políticos, estudiosos que viviam na América portuguesa e demais áreas do Império português. Talvez se possa interpretar tal postura inserida nos quadros do Iluminismo quando os governos procuraram incentivar o aprimoramento tecnológico, buscando uma maior eficiência econômica e administrativa por parte do Estado.⁴³⁸ Alguns autores ressaltam ainda que, provavelmente, a pouca divulgação dos estudos portugueses deve-se ao fato de não serem escritos em inglês ou francês, línguas que substituíram o latim nos estudos científicos como aqui já mencionado.

Como não poderia deixar de ser, uma vez que imaginário e sociedade são elementos indissociáveis, pode-se perceber, em tal postura do governo português, as práticas do próprio homem do Setecentos, em sua versão de homem de ciência, “explorador” em um momento no qual assevera Alain Corbin,

⁴³⁶ SALGUEIRO, Valéria. *Paisagens de Sonho e Verdade. Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México nos álbuns ilustrados de oito viajantes*. Rio de Janeiro: Fraiha, 1998, p.32.

Ver também: CORREA, Margarida Maria da Silva. “Naturalistas e Viajantes Estrangeiros em Goiás.” In: CHAUL, Nars Fayad e RIBEIRO, Paulo Rodrigues (org.) *Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição*. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p.75.

LEITE, Miriam Moreira. *Livros de Viagem – 1803 –1900*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, pp. 09 a 26.

⁴³⁷ KURY, Lorelai “Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780 – 1810). In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol.11 suplemento 1, Rio de Janeiro, 2004.

Ver também: Domingues, Ângela. 'Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos', In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, VIII (suplemento), Rio de Janeiro, 2001.

⁴³⁸ FERRONE, Vincenzo. “O Homem de Ciência”. In: VOVILLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 162.

“o sistema de representações induzido pela teologia começa a dissolver-se: o mundo culto volta-se pouco a pouco para outros modos de apreciação da natureza, distanciando-se do providencialismo.”⁴³⁹

Essa percepção acabaria encaminhando esses homens de ciência para a compilação dos dados da Criação, de forma que esse inventário da Criação pudesse ser revelador do plano divino.⁴⁴⁰

Posteriormente, ao longo do século XIX e com mais força ainda no século XX a ciência foi se transformando de uma (dentre outras) metodologia de conhecimento da realidade, em uma visão de mundo praticamente hegemônica no ocidente: a ciência passou a ser o filtro, a lente a partir da qual o mundo podia ser observado e explicado, ou seja, algo sobre o qual o cientista pensa e reflete, tornando-se, mais a frente, o parâmetro a partir do qual se pensa.

Durante todo o século XIX, especialmente após a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em janeiro de 1808, estiveram no então Império do Brasil, inúmeros viajantes de diferentes países da Europa. Sua tarefa era a de retratar em detalhes aquilo que viam ao longo de suas viagens. Muitos também vieram para fazer experiências e comprovar experimentos ou teses questionadas pelo saber científico que se produzia na Europa.

A tendência da história é a busca pelas origens e é consenso atribuir a origem dessa forma de exploração do mundo a dois marcos, ambos relativos ao ano de 1735: à expedição de Charles-Marie de La Condamine, designado pela Academia de Ciências de Paris a aferir tese de Newton sobre o achatamento da Terra nas zonas polares e promover medição da linha Equatorial e à publicação do *Sistema da Natureza* do naturalista sueco Lineu⁴⁴¹.

Além de confirmar tal tese, a expedição de La Condamine acabou por estabelecer outros marcos; por exemplo, instaurar um outro modelo de expedição que não mais aquele do paradigma marítimo que existiu por cerca de 200 anos. Pela necessidade de adentrar os territórios da então América espanhola e chegar ao Peru, seus relatos, desenho e mapas trazem informações sobre o interior do

⁴³⁹ CORBIN, Alain. *O Território do Vazio. A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 42

⁴⁴⁰ Idem., p. 35.

⁴⁴¹ PRATT, Mary Louise. Op. Cit., p. 55 e passim.

continente, inclusive aspectos desconhecidos da fauna e flora da região amazônica, uma vez que seu retorno se deu por meio da navegação fluvial pelo rio Amazonas.

No que diz respeito às imagens produzidas durante essa e tantas outras expedições que a sucederam, o que muda? Apesar dessa literatura de viagens abordar aspectos relativos ao interior do território, o paradigma marítimo de observação e representação das imagens será aproveitado. De que se trata este modo de ver?

Essa representação se caracteriza, em linhas gerais, pela produção de vistas e panoramas de cidades por meio da composição em *coulisse* (bastidor), herança de uma das primeiras formas de representar paisagens — o perfil, que buscava apresentar a relação entre a cidade (ou lugarejo) e seu respectivo entorno. São imagens que, na verdade, apresentam-se como um misto de pintura e cartografia. Há também a representação de vistas parciais. Em ambos os casos, era muito comum inserir na paisagem tipos humanos característicos das localidades retratadas⁴⁴².

Observemos, as duas imagens que se seguem. Ambas apresentam sua composição em *coulisse*. A primeira se refere a aspecto do litoral paulista e a segunda ao interior do território brasileiro.



Charles Landseer: Cidade de Santos. 1825



Cidade de Goiás, século XIX, em desenho de William Burchell.

Cabe aqui ressaltar que a paisagem como uma forma de representação do mundo de maneira plana, estática e horizontal é histórica e, por volta dos séculos XIV e XV, começa a se tornar hegemônica. Até lá, o paradigma mais comum, mas não o único, de representação do mundo era vertical, em estreita relação com a

⁴⁴² SALGUEIRO, Valéria. Op. Cit., p. 58 e passim.

transcendência do mundo cósmico. A paisagem, em seu plano horizontal, representava uma forma secular de compreensão de mundo.⁴⁴³

No que se refere à publicação do *Sistema da Natureza*, esse concorreu para a crença de que cada ser ocupa um lugar específico no planeta. Lembremo-nos que o objetivo era enquadrar, por meio de categorias específicas, todos os vegetais existentes. Como observei a algumas páginas atrás era afirmar que havia uma ordem (ou estabelecer uma) naquele conjunto que parecia caótico. Um dos desdobramentos desse mapeamento foi a publicação de livros, a formação de coleções a constituição de jardins botânicos e dos gabinetes e museus de história natural compondo, sem dúvida uma determinada visualidade para o período. Essas publicações tinham um circuito praticamente garantido não só entre os cientistas e exploradores mas para a sociedade de maneira geral tanto por parte daqueles que tinham acesso a essas publicações em ambientes considerados cultos, mas também porque esses livros, imagens, mapas eram vendidos em estabelecimentos que permitiam que os transeuntes as observassem (no caso de mapas e desenhos principalmente).

A partir do fim do século XIX, os jornais já possuíam técnicas que permitiam a reprodução de imagens em suas páginas, o que em termos de circulação desta tipologia de documentação, amplia o seu público. Acrescente-se a isso, o fato de parcela considerável da população brasileira no período em questão ser analfabeta o que aumentava e muito as possibilidades da fotografia e posteriormente do cinema e das revistas ilustradas como veículos capazes de construir significados e modos de ver. Novamente, as crônicas de Machado de Assis no periódico *A Semana* de 1897 nos fornecem mais elementos que embasam estas conclusões. Em uma delas, acerca da súbita celebridade adquirida por Antônio Conselheiro, ele narra:

“Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de S. José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

___ Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.

___ Quem?

___ Me esqueceu o nome dele.

⁴⁴³ TUAN, Yi-Fu. *Topolifia* Op. Cit., p. 148.

Leitor obtuso, se não percebeste que “esse homem que briga lá fora” é nada menos que o nosso Antonio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita de Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. (...)”⁴⁴⁴

Em termos da dimensão da *visão* a divulgação dessas imagens conforma modelos e modalidades de se “ver” e em relação a este *visível* temos a seleção daquilo que caberia ou não ser publicado determinando a visibilidade ou invisibilidade de determinadas regiões do planeta.

No caso da América portuguesa, vou fazer referência a duas expedições que tiveram, até onde se sabe, objetivos distintos: a de Alexandre Rodrigues Ferreira e de Francesco Tosi Colombina.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira⁴⁴⁵ partiu de Lisboa em 1783. Os motivos que levaram a Rainha de Portugal, D. Maria I, a empreender tal expedição se encontram relacionados à decadência da mineração, e, por isso também, ao desejo de conhecer melhor o território americano oficialmente recém incorporado ao Império Português após a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750 e sua ratificação pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777. A expedição durou 9 anos, tendo Alexandre Rodrigues Ferreira retornado a Portugal em janeiro de 1793 onde, no ano seguinte, assumiu o cargo de Diretor Interino do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico, não mais se dedicando ao material que havia coletado durante a expedição. Com sua morte em 1815, os seus manuscritos foram organizados, mas não imediatamente publicados. Este material — pelo menos 191 documentos textuais e 1.500 desenhos — só veio a ser divulgado por meio de publicação em 1876, ou seja, durante o 2º Reinado, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, volumes 1,2 e 3.

⁴⁴⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “14 de fevereiro.” In: *A Semana II*. São Paulo: Editora Globo, 1997, p. 115.

⁴⁴⁵ Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu em Salvador (Cidade da Bahia) em 27 de abril de 1756. Portanto quando o Brasil ainda pertencia a Portugal. Filho de comerciante português, fez seus estudos em Portugal e foi indicado por Domingos Vandelli e nomeado por D. Maria I para chefiar a expedição científica pelas capitânicas do Rio Negro, Grão-Pará, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783 e 1792.

Observe-se na quantidade de imagens produzidas nessa expedição a preocupação, característica do período com a dimensão da visão. A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira contou com a participação de dois riscadores: Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, além de um botânico.

Sabe-se que, para atender à demanda por imagens e, obviamente por desenhistas, houve um crescimento quantitativo das academias de Belas Artes na Europa. De 19 no início do século XVIII, temos em seu término, mais de uma centena⁴⁴⁶. E, neste sentido, tem-se uma comunhão entre a função do artista e a do cientista. Segundo Daniel Arasse, os artistas assim como os naturalistas, os

“homens de gênio não inventam nada de novo, não conferem a essência a um objeto, reconhecem-no no lugar e no modo em que está. Esta posição rígida mantém-se durante todo o século. () todo o mérito dos gênios consiste apenas em ‘observar, encontrar, imitar’; (...)”⁴⁴⁷

No caso de Portugal, por exemplo, o Real Jardim Botânico tinha vinculado à sua estrutura uma “Casa de Risco” que José Joaquim Freire, riscador da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, freqüentou partir de 1780.

Também por ocasião da assinatura do Tratado de Madri, Francisco Tosi Colombina⁴⁴⁸ esteve a serviço do 1º Governador da então Capitania de Goiás, Dom Marcos Noronha, o Conde dos Arcos. A tarefa entregue a este militar, engenheiro e cartógrafo era elaborar um mapa daquela região recentemente separada da Capitania de São Paulo. O referido mapa definia os limites entre as capitanias do Mato Grosso, Goiás, Pará, Maranhão, Pernambuco e as demais capitanias do Sul. Além disso, o mapa mostra as bacias hidrográficas do Tietê-Paraná-Paraguai, do Tapajós-Amazonas e do Madeira-Amazonas. O epicentro é a bacia Araguaia-Tocantins com a ilha fluvial do Bananal. Também se pode observar nele a região onde hoje se situa o Distrito Federal. Em termos econômicos, demonstrava a economia do ouro e a colonização das novas terras. Na verdade este era o objetivo pessoal de Tosi Colombina com o empreendimento: explorar comercialmente trecho de estrada que seria aberto por sua companhia. O trabalho não foi executado, mas

⁴⁴⁶ ARASSE, Daniel. “O Artista.” In: VOVELLE, M. Op. cit., p. 191.

⁴⁴⁷ Idem., p. 193.

⁴⁴⁸ Francesco Tosi Colombina era explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar.

os mapas produzidos na ocasião são considerados referências quando o assunto é o conhecimento cartográfico da área que viria a ser ocupada por Brasília.

O *circuito social* desses documentos, mapas, pranchas, desenhos e texto se relaciona diretamente à encomenda do Estado Português. Sua circulação imediata e o elemento *visual* por ele estabelecido dependiam do grau de sigilo necessário para se preservar ou não os dados ali registrados e, também, os resultados das expedições. No caso do mapa de Tosi Colombina⁴⁴⁹, ele com certeza foi referência para a atuação não só do Estado português à época, mas também para outras expedições como a missão Cruls e aquela do Marechal Rondon de 1919. Sabe-se, também, que a expedição de Tosi Colombina gerou um projeto de ligação da região ao litoral de São Paulo que foi indeferido pelo Conselho Ultramarino em 1750 por mostrar claramente a presença de interesses lucrativos pessoais desse geógrafo e militar no projeto.⁴⁵⁰

Ao nos debruçarmos sobre esse mapa e desenhos produzidos ao longo do século XVIII e XIX podemos observar também uma certa dificuldade de leitura. Isso é indicativo do uso, em uma determinada época, e do desuso atual de uma série de recursos visuais e códigos que não conseguem mais informar aos seus leitores e dar legibilidade automática a essas representações imagéticas como provavelmente aqueles homens do século XVIII, com o olhar treinado pelo *visível* à época, conseguiam.⁴⁵¹

Entretanto, essa legibilidade não é absoluta e comum a todos os membros de uma determinada sociedade, pois os homens não participam de forma homogênea da cultura na qual estão inseridos. No texto que acompanha o mapa, há um conjunto de instruções para a sua leitura. Observemos, também que como a cartografia é, também, um conjunto de convenções, torna-se necessário apreendê-la de forma a possibilitar apreendermos hoje, determinada *visão* do período.

À medida que essa história natural conhece, nomeia, classifica o conteúdo interno das superfícies do globo terrestre, avança também o maior conhecimento sobre cada canto e recanto do planeta, tornando muito singelo, em termos de

⁴⁴⁹ Ver Anexo VIII.

⁴⁵⁰ SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília: Coordenada/INL, 1971, pp. 13-14.

⁴⁵¹ Ver Anexo VIII.

visualidade, por exemplo, a cartografia⁴⁵² do período anterior que preenchia com desenhos aquelas áreas desconhecidas e, portanto, vazias nos mapas como destaca o manifesto da Associação para a Promoção da Descoberta das Áreas Interiores da África, com sede em Londres:

“Não obstante o progresso da descoberta nas costas e fronteiras daquele rude continente (i.e. África), o mapa do seu interior ainda não é mais do que um extenso vazio onde o geógrafo com base na autoridade de Leão, o africano, e do xerife de Edrissi, autor núbio, traça com mão hesitante uns poucos nomes de rios inexplorados e de nebulosas nações. (...) Atentos a este problema e desejosos de resgatar esta era do peso da ignorância que, em outros aspectos, é tão oposta ao seu caráter, uns poucos indivíduos, profundamente convictos da praticidade e utilidade de assim desenvolver o acervo do conhecimento humano, arquitetaram uma Associação para a Promoção da descoberta das regiões interiores da África.”⁴⁵³

Pois bem, como operam a literatura de viagens, seus mapas e seus desenhos?

Bem, primeiramente é importante retomar a questão da *viagem* na forma como abordei no início deste capítulo. Essas viagens, decorrentes de um novo mapeamento do globo, produziram novas semânticas e novas relações sociais englobando novas práticas políticas e econômicas.

Os registros escritos e, mais ainda, os visuais produzem um efeito de realidade a partir da legitimidade daquele que esteve lá, ouviu e viu e converteu tudo aquilo que foi pesquisado em texto e imagem. Para os homens de Ciência do final do século XVII e do século XVIII, nada substituíria a experiência da viagem e a observação local paralela às anotações feitas tanto textuais quanto imagéticas. Como nos lembram vários escritores, o sentido da visão é desde os gregos, o mais importante dentre os demais. François Hartog destaca em seu livro, por exemplo, a compreensão de Aristóteles acerca desse sentido: esse filósofo associava a capacidade visual ao saber dizendo que ambos são uma única coisa.⁴⁵⁴

Uma última observação sobre a visualidade instaurada por essa literatura diz respeito à compreensão de que, no caso da literatura produzida pelos europeus em

⁴⁵² PRATT, Mary Louise. Op. Cit., pp. 64 e 65.

⁴⁵³ Idem., p. 128.

⁴⁵⁴ HARTOG, François. Op. Cit., p. 14.

suas viagens ao Brasil, estas servem mais para informar sobre a visão dos europeus acerca deles próprios do que sobre nós.

Entretanto, deve-se fazer referência aos guias locais que conduziam essas expedições e que, provavelmente, contribuíram também para o resultado final textual e imagético daquilo que foi produzido.

Lembremo-nos do caso do guano que provocou a Guerra entre Peru e Chile no final do século XIX. Adubo natural que tem por base os excrementos de morcegos e aves, foi levado pela primeira vez à Europa por Humboldt. Com certeza, ele não teria obtido esta informação sem a ajuda dos nativos locais que descreveram a ele as propriedades fertilizantes do guano⁴⁵⁵.

No relato de viagem de Henry Walter Bates que empreendeu viagem à Amazônia durante os anos de 1848 a 1859, ele afirma ter recebido auxílio de uma centena de pessoas que o ajudaram durante sua estada. Ele faz menção a fazendeiros e comerciantes assim como escravos, índios, militares aos quais cita nominalmente⁴⁵⁶. Em uma de suas descrições, ele cita:

“(...) Nosso auxiliar mais valioso era Alexandro, um dos índios do Sr. Leaven. Tratava-se de um jovem tapuia, inteligente e afável, perito em navegação e incansável caçador. À sua dedicação devemos o fato de terem sido levados avante todos os objetivos de nossa viagem.”

Ou ainda

“Ao procurar criados tive a sorte de arranjar um mulato livre, ativo e honesto, chamado José, que se dispôs a trabalhar para mim. Sua família cozinhava para mim enquanto José me ajudava a coletar espécimes.”⁴⁵⁷

Outro autor que menciona a existência desses guias nas expedições é Alfredo de Escagnolle Taunay. No caso, refiro-me ao livro de Taunay *Retirada de Laguna*. Nele, o autor destaca a importância de José Francisco Lopes que foi o sertanejo que guiou a marcha da coluna em território “estrangeiro”. Note-se o sentido empregado com este vocábulo tendo em vista que a coluna não chegou a atravessar a fronteira.

⁴⁵⁵ Sérgio Buarque de Holanda já sinalizara a importância da orientação das populações indígenas na conquista dos “sertões” por parte dos bandeirantes.

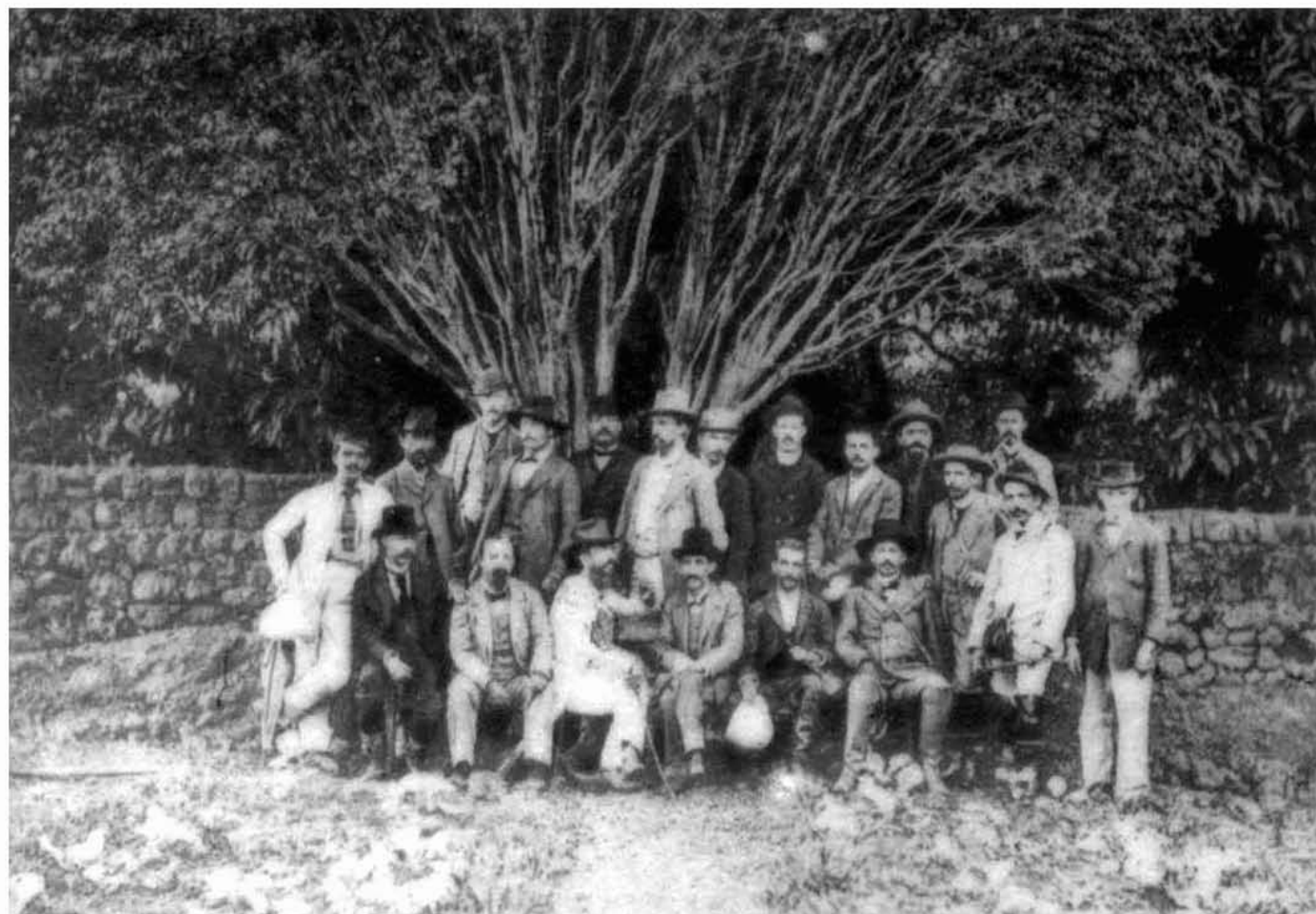
⁴⁵⁶ MOREIRA, Ildeu de Castro. “Saber Nativo.” In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, agosto 2007, Ano 2, nº 23, pp. 44-49.

⁴⁵⁷ BATES, Henry. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979. Apud. MOREIRA, Ildeu de Castro. Op. Cit., p. 46.

Taunay atribui à presença deste guia, o fato da coluna não ter malogrado. Segundo Taunay, as ferramentas de José Francisco Lopes diziam respeito a sua capacidade de adaptação ao meio a partir da aquisição de um conhecimento prático e não livresco. O guia recebeu dele o epíteto de *homem das solidões*. Tem-se aqui uma clara referência ao papel desses homens fronteiriços: eles conheciam o território, o dominavam e o denominavam; eram homens corajosos porque enfrentavam a natureza e sobreviviam. Anos mais tarde, Euclides concluiria acerca desses sertanejos, homens fronteiriços, mesmo que em outras circunstâncias e em outra geografia, que eles eram antes de tudo, fortes.

A Missão Cruls também teve seu guia local documentado por meio de uma das fotografias que compõem o relatório final apresentado: trata-se de Viriato de Castro⁴⁵⁸.

⁴⁵⁸ O último à direita, de pé, usando chapéu, terno cinza e calça clara.



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
CÓD: ARPDF.B.04.01.A.1 Nº 101
CONTEÚDO: MISSAO CRULS - PESSOAL DA COMISSAO
LOCAL: GOIAS - GO / DATA: 1892
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO

No caso do sertão de Goiás, aqueles que, no século XX, ajudaram a compor uma determinada imagem para essa região, se basearam nos relatos de pelo menos sete viajantes que visitaram a então província de Goiás durante o século XIX conforme já mencionamos no capítulo 1 deste trabalho e que recordo nesta oportunidade: os franceses Auguste Saint Hilaire e Francis Castelnau, o austríaco John Emanuel Pohl, o escocês George Gardner, os alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius e o inglês William John Burchell. Como já ressalvei, apenas o último publicou exclusivamente desenhos e financiou sua própria viagem. Nos outros casos, os volumes apresentavam o tradicional texto descritivo e as respectivas ilustrações que poderiam ser pinturas, mapas, litogravuras, desenhos, fotografias. Além disso, eles tiveram suas viagens financiadas quer pelo Estado, quer por instituições científicas, dando-nos uma indicação da *visualidade* que ajudaram a compor.

Procurando compor o quadro de visualidade dessas obras, sabe-se que os volumes de Spix e Martius foram publicados em Munique por M. Lindauer e em Londres por H. E. Lloyd, ambos em 1823. No ano seguinte, houve a publicação em Londres de uma 2ª edição. Na mesma época, Auguste de Saint Hilaire publicava seu livro pela editora Grinbat. George Gardner publicou seu volume de 562 páginas contendo várias ilustrações, em 1846, pela editora Reeve Brothers de Londres. Em 1848 esse volume foi traduzido e publicado em Munique e Dresden por Arnoldische Buchhandlung. Em 1849, sai uma segunda edição na Inglaterra.

No Brasil, as edições dessas obras traduzidas datam das primeiras décadas do século passado, mas foi a partir dos anos 30 que tanto o campo das Ciências Sociais quanto o mercado editorial começa a se consolidar no país, viabilizando sucessivas edições e reedições dessas obras.

Portanto, para se falar de um mercado editorial efetivamente brasileiro, devemos nos remeter aos anos 30 e 40 do século XX. Até então, o mercado era dominado pela Garnier (francesa) e a Laemmert (alemã). Até o final do século XIX, inclusive, os livros até mesmo de escritores brasileiros eram impressos na Europa, pois era mais barato importar livros do que o papel.

Destaca-se que mesmo em seu idioma original, inglês ou francês, na maioria dos casos, esses livros eram lidos pela chamada “boa sociedade” do Império

brasileiro e pela sociedade letrada dos primeiros anos da República. Deve-se acrescentar que não era incomum brasileiros escreverem e publicarem suas obras em idioma estrangeiro. Novamente, cito o exemplo de Alfredo de'Escragnolle Taunay que publicou o seu livro *Retirada de Laguna* em francês pela Imprensa Régia no ano de 1871⁴⁵⁹. Acredito que podemos interpretar esta decisão por dois ângulos não excludentes: a população letrada à época, a quem poderia interessar tal literatura, dominava perfeitamente o francês e o seu desejo de que essa publicação tivesse uma circulação internacional.

Faço esta afirmação não só devido ao número significativo de edições dessas obras, mas, também, à quantidade significativa de referências a essa literatura de viagem nos textos dos intelectuais da República Velha, do Governo Vargas e, finalmente, do governo Juscelino Kubitschek demonstrando que sua leitura concorreu para a construção de determinada *visualidade* que se consolidou sobre os espaços geográficos e as culturas locais.

Tomemos como referência um outro exemplo, de repercussão internacional: a Exposição Universal da Filadélfia em 1876, comemorativa do centenário da independência dos Estados Unidos da América, conhecida, por isso, como *Centennial Exposition*. Alfredo d'Escragnolle Taunay é convidado a escrever o texto referente à contribuição da província de Goiás para o desenvolvimento do Império. Como de praxe, haveria uma exposição nacional, no Rio de Janeiro, preparatória para a internacional, que ocorreu em 1875. O convite foi feito, dentre outros motivos, pelo fato desse escritor ter sido eleito deputado por essa província em 1872. Ao longo de todo o texto que foi divulgado na exposição, em francês, como assim também foi escrito o original, há inúmeras referências aos viajantes estrangeiros cujas obras sustentam parte significativa do material produzido por Taunay. As principais referências são: Auguste de Saint-Hilaire, Francis Castelnau, Georges

⁴⁵⁹ Trata-se da fazenda Laguna na fronteira com o Paraguai. O ataque ao Paraguai pela sua parte setentrional que era o objetivo da expedição da qual Taunay participou não pôde se efetivar devido à falta de comunicação com o centro político do país entendido aí como litoral. Esta falta de comunicação impediu o reabastecimento de víveres e munição o que obrigou os soldados a se retirarem.

Cuvier⁴⁶⁰, Johann Emmanuel Pohl, Johann Natterer⁴⁶¹, Jean-Louis Rodolphe Agassiz, Henry Weddel⁴⁶², Peter Wilhelm Lund, Wilhelm von Eschwege, e Daniel Kidder.⁴⁶³

A Quarta Exposição Nacional, preparatória da participação do Brasil para a Internacional da Filadélfia foi inaugurada em 12 de dezembro de 1875 e encerrou-se em 16 de janeiro de 1876 com um público de 67. 568 pessoas⁴⁶⁴. Já a Exposição Universal da Filadélfia durou seis meses nos quais 10 milhões de pessoas circularam por seus stands de exposição.

Sobre a circulação dessa literatura de viagens e seu público leitor, ainda quando da discussão no Senado Federal sobre a transferência da Capital, o Senador Nogueira Paranaguá afirmara:

“Encarado o problema por este lado, fica provada a evidência, a grande vantagem que advirá para nós outros com a mudança para aquela salubérrima região. Por outro lado verifica-se, como demonstrou de modo brilhante o Sr. Saint Hilaire em seus escritos, opinião em que foi secundado pelo cientista francês Castelnau em suas descrições, o modo de pensar e opinião já emitidas por Glaziou e ultimamente pelo Sr. Cruls que considera aquela região como a melhor do Brasil, asseverando, como assevera em suas descrições o Sr. Glaziou que aquele pedaço do Brasil, só tem em todo o mundo um ponto que o equivale – Nice.”⁴⁶⁵

]

⁴⁶⁰ Georges Cuvier (1769 – 1832) zoólogo, um dos autores da anatomia comparada. Contestava o evolucionismo.

⁴⁶¹ Johann Natterer (1787 – 1843) naturalista austríaco integrante da missão oficial que acompanhou a Imperatriz Leopoldina, quando de seu casamento com o Imperador D. Pedro I. Permaneceu por 19 anos no Brasil (1817 – 1836).

⁴⁶² Henry Weddel era médico inglês que viajou (1843-1847) pelo interior da América do Sul fazendo experiências com inúmeras plantas.

⁴⁶³ TAUNAY, Visconde de. Goyas. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2004.

⁴⁶⁴ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e Trejeitos. A Fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839 – 1889)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 254.

⁴⁶⁵ Serviço de Documentação da Presidência da República. *Coleção Brasília – Antecedentes Históricos*. Volume 2, 1897-1945, Rio de Janeiro, 1960, p. 68.

O historiador inglês Henry Thomas Buckle compara a civilização inglesa à realidade brasileira e para obter informações sobre o Brasil se utiliza da literatura de viagens dos naturalistas Gardner, Spix e Martius e outros, de acordo com o próprio historiador inglês.⁴⁶⁶ A repercussão do trabalho de Buckle, no Brasil, data do século XIX uma vez que

“Quando em 1900 Pedro Lessa escreveu a *Introdução* à primeira tradução brasileira (...), a obra já tinha sido lida, em sua versão original ou na tradução francesa por Tobias Barreto, Capistrano de Abreu e Araripe Jr., por exemplo.”⁴⁶⁷

Tomemos igualmente outro exemplo bastante significativo: a biblioteca particular do presidente Juscelino Kubitschek. Dentre os autores presentes temos Afonso Arinos, Tobias Barreto, Gustavo Barroso, Olavo Bilac, Câmara Cascudo, Viriato Corrêa, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Joaquim Nabuco, Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, André Rebouças, Silvio Romero, Alfredo Taunay, Alberto Torres, José Veríssimo, Oliveira Vianna, Vianna Moog além dos viajantes estrangeiros Spix e Martius, Humboldt dentre outros⁴⁶⁸.

Não são poucos os relatos de escritores, políticos, intelectuais do século XX que afirmam se utilizar das obras dos viajantes estrangeiros por serem as únicas fontes escritas e visuais que nos chegaram daquele período como o estudo empreendido por Flora Sussekind demonstra⁴⁶⁹.

Se a literatura produzida por viajantes estrangeiros tem um peso significativo para a associação do vocábulo sertão à sua semântica enquanto Paraíso Terreal, assiste-se à publicação, também no século XIX, de romances de autores brasileiros que colaboraram para conformar e reiterar essa semântica: Bernardo Guimarães

⁴⁶⁶ MURARI, Luciana. *Tudo o Mais é Paisagem. Representações da Natureza na Cultura Brasileira*. São Paulo: USP, 1992, Tese de Doutorado, p. 99.

⁴⁶⁷ Idem., p. 103.

⁴⁶⁸ Biblioteca particular do Presidente Juscelino Kubitschek – Memorial JK – Brasília/DF.

⁴⁶⁹ SUSSEKIND, Flora. *O Brasil Não é Longe Daqui. O Narrador e a Viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

publica o *Ermitão de Muquém*⁴⁷⁰ e José de Alencar, por sua vez, publica *O Sertanejo*⁴⁷¹, do qual extrai o trecho que se segue emblemático de uma visão romântica e exuberante do sertão:

“Nas abas das serras onde as árvores tinham conservado a verdura sentia-se passar pela floresta um estremecimento de prazer. A brisa da manhã enredando-se pela ramagem rociada não mais arranca os murmúrios plangentes da mata crestada. Agora o crepitar das folhas é doce e argentino, como um harpejo sorridente. Não eram somente as matas, os silvaçais e as várzeas que se arreavam com as primeiras galas do inverno. O espaço até ali mudo e ermo na limpidez do céu diáfano, começou por igual a povoar-se de pássaros que, durante a seca se refugiaram nas serras e emigraram para climas amenos. Já se ouviram granizar os maracanãs entre os leques sussurrando da carnaúba a repercutirem os gritos compassados do canção saltando pela relva. O primeiro casal de marrecas, naquele chegado das margens do Paranaguá, a centenas de léguas, banhava-se nas águas de um alagado produzido pela chuva.”⁴⁷²

Há também as publicações de *O Índio Afonso* de Bernardo Guimarães e *Inocência* do Visconde de Taunay. Sobre este último romance, há nitidamente em suas páginas como nas de *O Cabelo* de Franklin Távora a presença do sertão paraíso, mas também do sertão purgatório e inferno.

E é por meio dessas obras publicadas, principalmente, a partir do século XIX que podemos identificar toda a ambigüidade desse imaginário presente naquela sociedade.

Na verdade, nem a associação do sertão ao Paraíso é exclusiva; por isso, não há coerência no interior desses textos. Neles, coexistiam o sertão *paraíso*, o sertão *purgatório* e o sertão *inferno*. A obra do jesuíta José de Anchieta, por exemplo, já indicava os perigos do sertão. Segundo suas palavras,

⁴⁷⁰ Destaquei esta obra de Bernardo Guimarães uma vez que a história de amor entre os protagonistas — Gonçalo e Maroca — se passa nos sertões de Goiás atingindo as terras indígenas xavantes.

⁴⁷¹ Para uma análise da obra de José de Alencar cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. “O Sertanejo: um pedaço do Brasil na sensibilidade de Alencar.” In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. *História e Sensibilidade*, Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 389-404.

⁴⁷² ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 48-49.

“O mal se espalha nos matos ou se esconde nas furnas e nos pântanos, de onde sai à noite sob as espécies da cobra e do rato, do morcego e da sanguessuga. Mas o perigo mortal se dá quando tais forças, ainda exteriores, penetram na alma dos homens.”⁴⁷³

O Visconde de Taunay atribuiu a morte do guia José Francisco Lopes não ao cólera que já havia dizimado mais da metade dos homens da coluna militar, mas, sim, ao verdadeiro inimigo que eles sequer chegaram a enfrentar, o sertão⁴⁷⁴.

Outros intelectuais, não necessariamente escritores de prosa e poesia, também produziram e publicaram seus textos que, sem terem como tema explícito a formação da nação, ou serem livros tidos de literatura regional, acabam por associar as paisagens naturais brasileiras ao paraíso, mas nunca sem antes fazer as advertências por meio das quais pode-se inferir as ambigüidades e dilemas vividos pelos contemporâneos a esses processos históricos.

Nesse sentido, reproduzo aqui a fala do médico e intelectual Afrânio Peixoto em que afirma como professor da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro:

“Se raros escapam à doença, muitos têm duas ou mais infestações... Vêem-se, muitas vezes, confrangido e alarmado, nas nossas escolas públicas, crianças a bater os dentes com o calafrio das sezões ... E isso não nos ‘confins do Brasil’, aqui no Distrito Federal, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca... Por que não nos iludamos, o ‘nosso sertão’ começa para os lados da Avenida.”⁴⁷⁵

No caso, seguindo essa e tantas outras referências que associam o sertão não mais ao Paraíso, mas, sim, à ausência de civilização, reproduzo, igualmente, a seguir trecho do livro *Minha Formação* de Joaquim Nabuco:

⁴⁷³ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Apud. CHAUÍ, Marilena, Op. Cit., p. 66.

⁴⁷⁴ É necessário observar que, o conteúdo semântico do sertão na situação narrada por Taunay se afasta bastante da idéia de Paraíso, associando o lugar senão ao Inferno, pelo menos ao purgatório.

⁴⁷⁵ Apud., LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan;luperj;UCAM, 1999, p. 60.

“Eu sei bem, para não sair do Rio de Janeiro, que não há nada mais encantador à vista do que os Parques de São Clemente, o caminho que margeia o aqueduto das Palmeiras na direção da Tijuca, a ponta de São João com o Pão de Açúcar, vista do Flamengo ao cair do Sol. Mas tudo isso, é um trecho do planeta de que a humanidade ainda não tomou posse; é como um Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem, uma espécie de jardim infantil.”⁴⁷⁶

Tomar posse aqui significa domesticar a natureza; para muitos intelectuais do período a ausência de civilização aparecia associada à predominância de espaços naturais. A produção intelectual da geração de 1870 é profícua em expor esse sentimento. Tobias Barreto, em poema intitulado *Decadência*, se pergunta:

“(…) Donde é que teu primor, pátria, derivas?
Por que ao orgulho ingênuo te abandonas?
Ai!... as outras nações dizem altivas:
Pitt, ou Bismarck; e nós? ... o Amazonas!...
[...]
Por que não te ergues, ó Brasil fecundo
Por vastas ambições, por fortes brios?
Que glória é esta de mostrar ao mundo,
Em vez de grandes nomes, grandes rios?”

Não há como não fazer uma associação entre estes trechos e o Programa da rádio Mayring Veiga denominado “Parada Nacional”, que abordava aspectos da construção de Brasília. Neste, a fala do locutor promove uma inversão na sincronia do conteúdo diacrônico do sertão⁴⁷⁷ ao associar a imagem do Rio de Janeiro à natureza em oposição à moderna Brasília.

⁴⁷⁶ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Editora UnB, 1981, pp. 44-45.

⁴⁷⁷ Quando afirmo que se fez uma inversão na sincronia, mas dentro da diacronia do vocábulo sertão, me refiro à associação que se faz ao par civilização – barbárie e seus correlatos. Quanto menor a força da natureza sobre os homens, mais nos aproximamos da civilização e nos afastamos da barbárie.

“Nesse colosso universal toda essa enorme massa de terra, que se distribui por 5 regiões da América do Sul é o território brasileiro (...) E este pontinho aqui, mais para o sul e para o leste, a orla marítima do Brasil, é a nossa cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com a sua natureza, onde tudo desafia a imaginação do homem, que a escolheu para capital da República dos Estados Unidos do Brasil. (...) Capital da República até o dia 21 de abril de 1960, quando por força do decreto (...) cederá as honras e as responsabilidades da sede do Governo Federal a Brasília, cidade planejada, feita pela mão do homem, em pleno coração do território, no Planalto Goiano, que espera receber o impulso dos brasileiros vindos de todos os quadrantes, para possuir de fato, a terra, ansiosa por se entregar ao trabalho do homem, que, como um conquistador apaixonado vai terminar o longo noivado dos brasileiros com as riquezas do Brasil central e com o progresso do país. Verdadeira marcha para o Oeste.”⁴⁷⁸

A visão do Brasil como Paraíso Terrestre está presente também na obra de Afonso Celso “Porque me ufano de meu país”. Pode – se aferir a circulação das idéias e imagens presentes no livro uma vez que este passou a ser referência bibliográfica obrigatória nas escolas para o 4º ano primário nas primeiras décadas do século XX. Em 1944, o livro se encontrava em sua 12ª edição. Ao determinar as razões pelas quais Afonso Celso se ufanava de seu país, a grandeza territorial aparece associada à natureza exuberante que

“Dá-lhe tudo quanto pode dar, mostrando-se-lhe sempre magnânima, meiga, amiga, maternal.”⁴⁷⁹

O Sertão paraíso está igualmente presente na obra dos poetas do período. De Fagundes Varela pode-se destacar *A Roça e Mimosa Poema da Rosa*; dentre a obra de Álvares de Azevedo, podemos destacar *A Cantiga do Sertanejo*; da de Junqueira Freire temos o poema *O Menestrel do Sertão* e do poeta dos escravos, Castro Alves, pode-se destacar o poema *América* do qual reproduzo aqui os versos que se seguem:

⁴⁷⁸ RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. Cit., p. 70.

⁴⁷⁹ Apud. CHAUÍ, Marilena. Op. Cit., p. 52.

“Passa o vento das campinas,
leva a canção do tropeiro,
Está deserto o mundo inteiro
Que viu a minha senhora
Dona do meu coração?
Chora, chora na viola
Violeiro do sertão.”

Outro exemplo de sobrevivência e de releitura desse espaço-sertão-Brasília associado a esse imaginário do Mundo Novo e do Paraíso é o samba de José Rosas com Jorge Veiga do ano de 1958 (grifo meu):

“Ai Brasília, Brasília é um mundo novo
Você precisava ver JK falando ao povo.
Vou me embora e não levo saudade da Guanabara,
Vou me embora pra Brasília
Pois Brasília é jóia rara.
Aquilo é um paraíso, Leoni me falou
Me leva, me leva, seu presidente que eu vou.”

Encontramos referências ao sertão semantizado tanto como Paraíso quanto ao Inferno também em Euclides da Cunha e, fiz questão de trazer esta referência para apresentar o raciocínio que se segue logo após a citação deste autor. A referência de Euclides da Cunha acerca do sertão-paraíso se remete à circunstância bem específica: à ação das chuvas sobre aquelas terras.

“(...) ao tomar da travessia o viajante, pasmo, não vê mais o deserto. Sobre o solo que as amarílis atapetam, ressurgue triunfante a flora tropical. É uma mutação de apoteose. Os mulungus rotundos, à beira das cacimbas cheias, estadeiam a púrpura das largas flores vermelhas, sem esperar pelas folhas; as caraíbas e baraúnas altas refrondescem à margem dos ribeirões refertos; ramalham ressoantes, os mariseiros esgalhados à passagem das virações suaves; assomam, vivazes, amortecendo as truncaduras das quebradas, as guixabeiras de folhas pequenina e frutos que lembram contas de ônix; mais virentes os icoseiros pelas várzeas, sob o ondular festivo das copas dos ouricuris: ondeiam, móveis, avivando a paisagem, acamando-se nos plainos, arredondado as encostas, as moitas floridas do alecrim dos tabuleiros, de caules finos e flexíveis; as umburanas perfumam os ares, filtrando-os nas frondes enfolhadas e dominando a revivescência geral não já pela altura senão pelo gracioso porte, os umbuzeiros alevantam dois metros sobre o chão, irradiantes em círculo, os galhos numerosos. (...)”

E o sertão é um paraíso...”⁴⁸⁰

Pode-se observar que a linguagem utilizada também é bastante distinta daquela que se pode encontrar nas obras do século XIX e esta, sem dúvida, apesar de criar um sentido positivo da paisagem que descreve, não o faz nos mesmos moldes da literatura do século anterior, aspecto que o próprio Euclides reconhece e justifica em carta a José Veríssimo:

“Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras — sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer aspecto, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano. [...] Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta — e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnologia própria se impõe obrigatoriamente.”⁴⁸¹

E as referências a esse paraíso continuam. Ele faz as seguintes mais explícitas:

⁴⁸⁰ CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, pp. 126 – 130.

⁴⁸¹ Carta a José Veríssimo, Lorena, 3 dez., 1902. Apud. FLORES, Elio Chaves. “Afeições Euclidianas” In: ERTZOGUE, Marina e PARENTE, Temis. *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 386.

“(…) E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono.”⁴⁸²

“(…) ali era o céu.”⁴⁸³

“(…) na terra de promessa, onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho as barrancas.”⁴⁸⁴

Alguns anos antes, ainda no Brasil do Segundo Reinado, como aluno do Colégio Militar, Euclides expunha sua inquietação com uma cidade que dominava a natureza:

“Guiam-me a pena as impressões fugitivas das multicores e variegadas telas de uma natureza esplêndida que o tramway me deixa presenciar de relance quase. (...) o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! (...) Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!”⁴⁸⁵

No interior de “Os Sertões” se consolida uma outra semântica possível para o vocábulo *sertão*, e que, sem dúvida será ressemantizada nos anos da construção de Brasília: a da compreensão de que apenas a civilização faria a redenção daquele lugar e de sua gente.

A bibliografia publicada sobre *Os Sertões* indica uma mudança na compreensão do autor em relação aos responsáveis por *aquilo* que ocorria nos sertões da Bahia. Tendo saído de São Paulo com uma determinada percepção, Euclides retornou e, como é sabido, defendeu, nessa obra clássica, que os responsáveis pelo que ocorrera não eram os sertanejos, mas, sim o abandono dos poderes públicos em relação àquela população que se encontrava em região isolada geográfica e culturalmente. Viviam à margem de qualquer civilização. “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um

⁴⁸² Idem., p. 135.

⁴⁸³ Idem., p. 98.

⁴⁸⁴ Idem., p. 308.

⁴⁸⁵ CUNHA, Euclides da. “Em viagem”: folhetim. *O Democrata*, Rio de Janeiro, 4 abril, 1884.

parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava”⁴⁸⁶.

A plasticidade do texto de Euclides já foi ressaltada por inúmeros estudiosos, compreendendo-a como a capacidade de produzir significados e sentidos a partir de sua narrativa. Ela cria no público leitor uma determinada visualidade que, no caso daqueles que procuravam legitimar a construção de Brasília, associa os descampados, os desertos mostrados pelas imagens veiculadas ao sertão, legitimando a tarefa de “(...) construção de uma cidade em pleno deserto do Planalto Central (...)”⁴⁸⁷.

Vejamos como Euclides também define o sertão:

“(...) É uma paragem impressionante.

As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos. O regime torrencial dos climas excessivos, sobre vindo de súbito, depois das insolações demoradas, e embatendo naqueles pendores, expôs há muito, arrebatando-lhes para longe todos os elementos degradados [...] dispondo-se em cenários em que ressalta, predominantemente, o aspecto atormentado das paisagens. [...] no contorcido dos leitos secos dos ribeirões efêmeros, no constrito das gargantas e no quase convulsivo de uma flora decídua embaralhada em esgalhos – é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos [...]. As forças que trabalham a terra atacam-na na textura íntima e na superfície, sem intervalos na ação demolidora, substituindo-se, com intercadência invariável, as duas estações únicas da região. Dissociam-na nos verões queixosos, degradam-na nos invernos torrenciais.”

Ora, se o sítio escolhido para a construção da nova capital precisava encarnar o significado do sertão-atraso, do sertão-inferno era para que Brasília pudesse ser o símbolo da modernidade, do progresso, da civilização. Da mesma forma que a serpente habita o Paraíso⁴⁸⁸, o sertão ao ser significado como o Inferno, adquire sua carga contrária, de redenção, como se todo o sofrimento do Inferno nos levasse a alcançar o Reino dos Céus.⁴⁸⁹ Como o Cristianismo postula, sofra na terra para

⁴⁸⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. Cit., p. 735.

⁴⁸⁷ Ver DVD – Vídeo 1 “Brasília, Terra de Todos Nós” minuto 14:40.

⁴⁸⁸ CHAUÍ, Marilena. Op. Cit., p. 66.

⁴⁸⁹ DEBS, Sylvie. Op. Cit., p. 120.

conseguir entrar no Reino dos Céus: esses são os bem-aventurados. É Jacques Le Goff que nos instrui:

“O deserto é efetivamente um espaço ambigüidade: o monge encontra lá o demônio de um modo que pode dizer-se inevitável, porque o demônio no deserto está em sua casa; mas o monge encontra também no deserto, de certo modo o Deus que lá veio procurar. A noção de deserto oscila entre uma concepção paradisíaca e uma concepção de prova.”⁴⁹⁰

Na obra de Euclides da Cunha isto que poderia ser interpretado pelos seus leitores como uma contradição, tem explicação lógica: os responsáveis pelo sertão-inferno são os homens, não Deus.

Pelo impacto de *Os Sertões* como referência à construção de nossa identidade, pode-se afirmar que o universo de sentido por ela construído reverberou naqueles que tanto a sua época, quanto nos anos subseqüentes, procuravam uma explicavam para o nosso passado e perspectivas para o futuro.

Ruy Viana, escrevendo na Revista Brasília, recupera Euclides da Cunha ao afirmar que

“(...) Com a construção de Brasília, executa o governo um programa de idealismo nacional. Acorda-se com essa obra gigantesca, a consciência cívica dos sertões abandonados e longínquos, desafia-se o ceticismo do litoral brasileiro, cujas populações se deixam contaminar pela decrepitude moral das civilizações que importam, copiando os estatutos políticos e a obra de arte dos outros povos.”⁴⁹¹

Corroborando essa visão, Santos Vahlis escreve:

“(...) Instalada no coração do país, a nova Capital brasileira automaticamente estará incorporando à vida nacional uma imensa região que sabemos nos pertencer apenas porque isso vem dito nos mapas. Brasília terá a força de fazer da imensa planura amazônica um pedaço real do Brasil. A Hiléia Amazônica, vizinha de Brasília, deixará de ser um foco de

⁴⁹⁰ LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 41.

⁴⁹¹ VIANNA, Ruy. “Programa de Idealismo” In: *Revista Brasília*. Rio de Janeiro: Novacap, dez. 1957, vol. 12, p. 17.

atração para os que, fora de nossas fronteiras, olham com gula nossas riquezas abandonadas.”⁴⁹²

Portanto, nas palavras de um contemporâneo da construção de Brasília e também colaborador da Revista da Novacap, Osvaldo Orico, Brasília seria *solução e revolução*⁴⁹³. Não é outro o objetivo do destaque que é dado para toda a *modernidade* que está sendo empregada em Brasília. A civilização é a redenção do sertão desde o século XIX.

“(…) da nova capital, os brasileiros do litoral descortinarão uma pátria maior do que a que enxergam, nas avenidas e nas praias. O sertanejo verá o nascimento de outro Brasil, que não será o da palhoça, o das febres, o da verminose, o do analfabetismo. Para todos se abrirão as perspectivas de um Brasil integrado na unidade real da terra e no sentimento comum de que essa unidade já está viva na grande nova capital, levantada no planalto central: Brasília.²³ Ou ainda como aparece descrito na fala de Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, arcebispo do Recife, que afirma em 1960 que com a inauguração de Brasília – a nova capital do Brasil – abre-se uma nova fase de progresso para a pátria. Não há dúvida que o presidente Juscelino Kubitschek despertou grande parte do território nacional. Quem viu quase imobilizada aquela imensa região e, hoje, a contempla palpitante de vida e progresso, poderá imaginar o que significa tudo isso para o futuro do Brasil.”⁴⁹⁴

A obra do historiador inglês Henry Thomas Buckle, já aqui citada por sua significativa influência sobre inúmeros intelectuais brasileiros, nos fornece a linha de argumentação dessa relação proporcional entre mais natureza, menor civilização/menos natureza, mais civilização:

“O Brasil, quase tão grande como toda a Europa, está coberto de uma vegetação cuja profusão é incrível. Realmente, é tão fecunda e vigorosa a sua vegetação, que a natureza parece entregar-se a uma desregrada orgia de pujança. Grande parte deste imenso país se acha coberta de espessas florestas, onde magníficas árvores florescendo com uma beleza sem igual e de admiráveis matizes, dão frutos com uma prodigalidade inesgotável. Sobre a copa dessas árvores empoleiram-se pássaros de deslumbrantes plumagens, que fazem seus ninhos nesses sombrios e elevados retiros. Em

⁴⁹² VAHLIS, Santos. “Brasília e a grande tentação.” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1958.

⁴⁹³ ORICO, Osvaldo. “Interpretação de Brasília” In: *Revista Brasília*. Rio de Janeiro: Novacap, out. 1957, vol. 10, p. 1.

⁴⁹⁴ “Brasília é um marco histórico no movimento de emancipação nacional” In: *Correio Braziliense*. 26 de abril de 1960.

baixo, sobrecarregam-se os troncos de cipoadas, de plantas trepadeiras, de inumeráveis parasitas, formigando de viventes. Também encontram-se miríades de insetos de toda espécie, répteis de estranhas e singulares formas, cobras e lagartos mosqueados com fatal beleza: tudo isso acha meios de viver nessa vasta oficina, nesse imenso depósito da natureza. E para que nada falte a essa terra maravilhosa, as suas florestas bordam-se de prados enormes, que, regurgitando de calor e umidade, fornecem alimento a inumeráveis manadas de gado selvagem, que se nutrem e engordam nessas esplêndidas pastagens, ao passo que as planícies ricas de outro gênero de vitalidade, são o abrigo favorito dos mais ferozes e astutos animais, que entre si se devoram, mas tão numerosos que pareceria impossível ao poder humano extingui-los jamais.

Tais são a efusão e abundância vitais que distinguem o Brasil entre todos os países do mundo. Porém, no meio dessa pompa, desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem. Fica reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. Tão formidáveis são as forças que se opõem, que nunca pôde fazer-lhes frente, ou resistir a sua imensa pressão. Todo Brasil, apesar das grandes vantagens que parece possuir, tem permanecido sem a menor civilização. Seus habitantes são selvagens errantes, incapazes de combater os obstáculos que a própria riqueza da natureza espalhou em seu caminho.[...] Os europeus têm introduzido ao longo da costa alguma pouca civilização, que os indígenas jamais obteriam pelos seus próprios esforços. Essa civilização, porém, muito imperfeita, não penetrou o interior do país onde ainda se vê um estado de coisas semelhantes ao que tem existido em todo o tempo. O povo, ignorante, e por isso brutal, não conhecendo sujeição nem lei, continua a viver no seio da inveterada barbárie. Nesse país são ativas as causas físicas e operam sobre tão grande escala, que tem sido impossível até hoje escapar aos efeitos de sua ação combinada. Os progressos da agricultura são retardados por impenetráveis matas, e as colheitas destruídas por inumeráveis insetos. As montanhas, demasiado altas para serem escaladas, os rios muito largos para serem atravessados em pontes, tudo isso se reúne para deter o espírito humano, assim que a energia da natureza embaraça o gênio do homem. Em parte alguma se vê um contraste tão doloroso entre a grandeza do mundo externo e a pequenez do mundo interno. E o espírito do homem, subjugado nessa luta desigual, não só tem sido incapaz de progredir, como recuaria se não tivesse auxílio estranho. [...] De tal combinação resultou essa incomparável fertilidade que, no que toca ao homem, frustrou seu próprio fim, detendo seu progresso por uma exuberância que menos excessiva, o auxiliaria.”⁴⁹⁵

Nessa linha de argumentação, o deputado Manoel José de Almeida afirma:

“(...) Há dois séculos escreve-se, nas barrancas do ‘Nilo Brasileiro’, uma página dolorosa da degradação, em que o homem abandonado ao despotismo de uma natureza singular, a um tempo, dadivosa e madrastra, definha intelectual, técnica e socialmente. Centro irradiador de cultura e de riqueza, a Nova Capital surge, assim, ao deprimido habitante dos 115 mil

⁴⁹⁵ BUCKLE, Henry Thomas. *História da Civilização na Inglaterra*. São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, 1900, pp. 87-90. Apud. MURARI, Luciana. Op. Cit., pp. 98 – 99.

quilômetros quadrados, que compõem os municípios ribeirinhos do noroeste do Estado, como autêntica via de salvação.(...)”⁴⁹⁶

Os relatórios de viagens de sanitaristas do Instituto Oswaldo Cruz pelos estados brasileiros também nos dão elementos para sustentar esta afirmação:

“Conhecemos quase todos os estados do Brasil e pesa-nos dizer que à exceção dos estados do Sul, nos quais se cuida de algum modo da instrução do povo, da viação, de leis protetoras da lavoura, da pecuária e indústria conexas, quase todas os outros executadas as capitais e alguns municípios, são vastos territórios abandonados, esquecidos pelos dirigentes, com populações vegetando na miséria e no obscurantismo. [...] Nós, se fôramos poetas, escreveríamos em algum poema trágico, com a descrição das misérias, das desgraças dos nossos infelizes sertanejos abandonados.[...] Os nossos filhos, que aprendem nas escolas que a vida simples dos nossos sertões é cheia de poesia, e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas regiões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser magistralmente descrito pelo Dante imortal. Os sertões que conhecemos, quer os dos extremo norte quer os centrais [...] são pedaços do purgatório, como no-lo pintam os padres, onde se purgam os pecados em vida, sem outra compensação que a inconsciência em que cai o desgraçado em que nele se afunda.”⁴⁹⁷

No cinejornal número 16 produzido pela Novacap para divulgar as comemorações do Dia do Trabalho em Brasília, Juscelino Kubitschek afirma que está

“(...) enfrentando grandes inimigos do Brasil, sobretudo a distância. Estamos enfrentando as florestas e os rios caudalosos para dominá-los e pô-los a serviço da pátria”⁴⁹⁸

Destacaria, igualmente, o cinejornal número 10 por dois aspectos: primeiramente chamo a atenção para a locução final do vídeo que traz explicitamente na fala do narrador essa relação entre a natureza pré-existente e que vai sendo transformada em civilização. Assim, em seus minutos finais, pode-se ouvir a seguinte locução:

⁴⁹⁶ ALMEIDA, Manoel José de. “O Encontro do Buriti Perdido.” In: *Revista Brasília*, mar. 1959, n. 27, p. 1.

⁴⁹⁷ PENNA, Belisário e NEIVA, Arthur. Expedição pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1916, p. 185.

⁴⁹⁸ Ver DVD - Vídeo nº 9 - Cinejornal Brasília nº 16 – Alvorada Filmes/Novacap – Duração 11’.

“As vastas extensões antes virgens e mudas sofreram uma transformação completa. Em menos de dois anos, brota do chão, como milagre da natureza, uma cidade nova em folha, que vai regurgitar de vida, marcando um novo passo no desenvolvimento do país. Brasília é produto de esforços reunidos: o empenho do governo, o amor de uma multidão de pioneiros entre administradores, técnicos e operários e, antes de tudo, a confiança de que se está criando as bases de uma nova civilização.”⁴⁹⁹

Entretanto, qual visibilidade que perpassa praticamente todos os cinejornais da Novacap e também outras produções fílmicas relativas à construção de Brasília?

Eu diria que a questão se concentra no contraste expressivo entre a cidade e o plano de fundo sempre “manchado de desertos”.⁵⁰⁰ Logo no início do cinejornal da Novacap Brasília nº 10, o objetivo é apresentar a inauguração da rodovia Brasília – Anápolis. O contraste entre a modernidade que chega com a estrada com as áreas adjacentes que aparecem como plano de fundo chamam a atenção e esgarçam tanto a modernidade quanto o sertão. A locução do narrador privilegia a questão do desenvolvimento e da modernidade que a rodovia Brasília – Anápolis trará, o que contrasta violentamente com as imagens de uma vastidão e de um horizonte indelével.⁵⁰¹

Portanto, nos exemplos aqui apresentados a presença do sertão semantizado como paraíso, inferno ou purgatório se encontra presente. Pode-se inferir, portanto a clara disputa metaforizada no título da obra de Glauber Rocha – “Deus e o Diabo na Terra do Sol” e na frase de Guimarães Rosa em *Grande Sertão - Veredas*: “(...) sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo quando vier, que venha armado!” Ou ainda, como na música de Fagner “(...) Pulsando num segundo letal, no Planalto Central, onde se divide o bem e o mal”⁵⁰².

Nas palavras de Juscelino e de tantos outros, Brasília era em enfrentamento, um problema, era uma “guerra redentora”⁵⁰³ “(...) estonteante, patriótica batalha [...]

⁴⁹⁹ Ver DVD - Vídeo nº 6 – Cinejornal Brasília nº 10. - Alvorada Filmes/Novacap – Duração 10’.

⁵⁰⁰ Ver DVD - Vídeo nº 6 – Cinejornal Brasília nº 10 - minuto 4:50.

⁵⁰¹ Ver DVD – Vídeo nº 6, minuto 3:50 do Cinejornal Brasília nº 10. Ver também DVD – Vídeo nº 7 (Duração 19”) e Vídeo nº 8 (Duração 46”).

⁵⁰² Música de Fagner “Cavalo-ferro” interpretada por Ednardo.

⁵⁰³ Ver DVD Vídeo 10 – “As Primeiras Imagens de Brasília.” – Duração – 10’.

cuja vitória está marcada para o dia 21 de abril de 1960.”⁵⁰⁴ Nos jornais como *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa* e todos os veículos de imprensa da rede dos *Diários Associados*, as críticas eram mais contundentes e as fotografias foram um outro campo de batalha, numa verdadeira guerra de imagens na mídia impressa. São inúmeras as reportagens que exibiam fotografias tiradas das obras que reforçavam a idéia de sertão como ausência de civilização. Uma delas se intitulava “Prédio do Congresso” e tinha como segunda legenda: “dentro do mato”.⁵⁰⁵

Alguns jornais da época da construção de Brasília, cujas linhas editoriais eram contrárias à transferência da capital, expressavam esse imaginário do sertão como uma terra sem lei. O jornal *O Globo* relaciona diretamente certas práticas vigentes, naquele contexto, à ausência de Civilização:

“Ambiente de Jagunçada e Prepotência em Brasília (...) Ou Brasília começa, desde já, a civilizar-se, ou não suportaremos, por mais tempo esse ambiente de jagunçada e prepotência que favorece alguns poderosos em detrimento dos trabalhadores. Que a voz da imprensa moralize Brasília (...) a Novacap, encarregada de manter inclusive o policiamento da futura capital do país ... está investindo na função de policial indivíduos completamente desprovidos de condições para tanto, analfabetos, pode afirmar-se, truculentos, e que estão cometendo uma série de arbitrariedades.”⁵⁰⁶

Vejamos outro trecho do jornal *A Hora* de 14 de junho de 1958 que também abordava a questão:

“Os criminosos de Brasília são remetidos para a cidade de Luiziana. Afirma-se que presos em flagrante e enviados para aquela comarca no dia seguinte aparecem tranqüilos nas ruas da Cidade Livre, em colóquio com a polícia. Esta é a chamada guarda da Novacap. Tem 51 integrantes, dos quais apenas três são goianos e seis mineiros. O restante é composto de nordestinos. Ganha, cada um 5 mil cruzeiros, além de adicionais. Extremamente violenta encaminha quase todos os dias as suas vítimas

⁵⁰⁴ Ver DVD Vídeo 1 – “Brasília Terra de Todos Nós” - Duração 15” – minutagem: 4:00

⁵⁰⁵ *Tribuna da Imprensa*. 17 de fevereiro de 1960.

⁵⁰⁶ *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 maio 1958, Apud. RIBEIRO, Gustavo Lins. Op. Cit, p. 56.

para o hospital e dizem, por brincadeira, naturalmente, que no exame de seleção o comandante — um coronel reformado da polícia carioca — exige apenas que o candidato levante um saco de 70 quilos para provar se tem ou se não tem força. Um dos últimos atos violentos da guarda da Novacap foi o espancamento de um trabalhador. Acabaram furando-lhe os olhos e ficou por isso mesmo.”⁵⁰⁷

A civilização, da qual Brasília era a expressão mais moderna, é explorada na revista Manchete com a imagem que se segue:

⁵⁰⁷ Apud. RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança. A Experiência dos Trabalhadores na Construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008, pp. 56-57.

Da mesma forma que o cinema, as revistas e a arquitetura, a pintura dos modernistas também produziu e foi produto dessas relações sociais que expressavam imaginários sobre o sertão.

Destaco, por exemplo, em termos de representação da paisagem sertão, os quadros de Tarsila do Amaral *Abaporu* e *A Lua e Distância*, os três de 1928 e *Antropofagia*, *Sol Poente* e *Floresta*, estes de 1929.



Abaporu -1928



Sol Poente - 1929



Distância - 1928



Floresta - 1929



Antropofagia - 1929

Ou então, os quadros de Cândido Portinari que transferem a aridez da paisagem para a vitimização de personagens, como no caso de Criança Morta ou Enterro na Rede, ambas de 1944.



Criança Morta - 1944



Enterro na Rede - 1944

Também não devemos esquecer que muitas dessas imagens — e tantas outras — compuseram, como afirmei no capítulo três, ilustrações de capas de livro do período.

A própria Tarsila do Amaral ilustrou o livro de Oswald de Andrade “Poesia Pau-Brasil”. Devo lembrar também o nome de Napoleão Potyguara Lazzarotto, curitibano, mais conhecido por Poty e reconhecido como um dos mais importantes desenhistas brasileiros tendo ilustrado obras como *O Quinze* de Raquel de Queiroz, *Pelo Sertão* de Afonso Arinos, uma das edições da José Olympio para *Os Sertões* de Euclides da Cunha e nada menos do que *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa; foram seus mapas, nas orelhas do livro de Guimarães que guiaram muitos pela travessia do Liso de Sussuarão.⁵⁰⁸



Por dois aspectos, então, Brasília é a expressão de um milagre: se havia tantas forças contrárias à sua construção foi um milagre que ela tivesse se efetivado. E isso só aconteceu porque ela é expressão da vontade divina.

“Brasília é um milagre, testemunha de um país de possibilidades inesgotáveis e completamente diferente daquilo que o mundo inteiro julga, de tratar-se o Brasil de um país atrasado e pouco desenvolvido”.⁵⁰⁹

A visão mítica que associa as terras brasileiras ao Paraíso evoca que essas são resultado de um plano divino. É recorrente a idéia cristalizada no senso comum de que o Brasil é “abençoado por Deus e bonito por natureza”⁵¹⁰ como diz a composição musical brasileira.

É Eni Pulcinalli Orlandi que, ao trabalhar no campo da análise do discurso, afirma que as narrativas que nos circunscrevem no campo da natureza, do território,

⁵⁰⁸ BRANDÃO, Ângela. “Do Sertão: a paisagem é a pele.” In: HEFFNER, Hernani. *Miragens do Sertão*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2003, pp. 29-32, (catálogo da exposição).

⁵⁰⁹ Documento produzido pelo Escritório de Propaganda de Amsterdã na Holanda. RODRIGUES, Georgete. Op, Cit., p. 93.

⁵¹⁰ Jorge Ben Jor – “País Tropical”

da paisagem, acabam por nos retirar da história, e com isso, interditam qualquer ação, qualquer intervenção efetiva de grupos e agentes sociais. Estaríamos apenas cumprindo a palavra de Deus, ou seja, nossa história não é fruto da ação dos homens, mas sim, de um ordenamento divino.⁵¹¹

Assim como Deus criou o mundo a partir do nada, nos diferentes discursos sobre a construção da nova capital, essa referência também aparece, inclusive o que se refere ao território onde ela seria construída: este era o nada.

Nessas inúmeras *recorrências* discursivas marcantes e complementares dessa idéia, talvez a mais significativa seja a da existência no território propriamente da futura capital de um *marco zero*, de um antes e de um depois, como nos “mostra” a foto de autoria de Mario Fontenelle representada pelo cruzamento dos eixos residencial e monumental, onde hoje fica a rodoviária de Brasília.

⁵¹¹ ORLANDI, Eni Pulcinalli. *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Universidade de Campinas, 1990, p, 15.

A maior parte das fotografias e das imagens fílmicas da época da construção reitera a existência desse nada. A locução dos filmes, aborda também este aspecto reforçado pela entonação da narração e das imagens de fundo: “Não havia nada, absolutamente nada neste imenso território”⁵¹². Esta interpretação dada àquelas circunstâncias teve um enorme impacto; podemos observar isso com a fala de candangos que participaram desse processo de construção que reiteram o fato de terem aqui chegado e começado Brasília do nada.⁵¹³

Essas memórias se articulam, se misturam com o trabalho de reconstituição histórica oficial do Governo JK e se contrapõem à outras memórias cujas narrativas, segundo Marcio de Oliveira e Luiz Sergio Duarte da Silva, não foram inseridas na versão oficial da construção da nova capital no Planalto Central.⁵¹⁴ Segundo esses autores, a participação goiana naquilo que ficou conhecido como o *problema* da transferência da Capital se restringiu à questão da desapropriação das terras. Ainda segundo estes autores, o papel dos políticos goianos nessa empreitada não se restringiu a isso.

Entretanto, não são essas as únicas memórias que foram parcialmente silenciadas e não figuram no trabalho de reconstituição histórica do Governo JK. As narrativas daqueles que contestam ter vivido no vazio, no sertão têm sido recolhidas por meio de uma série de iniciativas que vão desde pesquisas acadêmicas, recolhimento de depoimentos por parte de instituições públicas e a publicação e edição de livros e filmes com outras versões que de alguma maneira acabam por se contrapor à história construída oficialmente naqueles anos.

Essas iniciativas só vêm reiterar que o passado se reformula à medida das questões que o presente apresenta e que, desta maneira, cabe a nós historiadores expressar a dimensão política deste processo que não é outra coisa senão mais um aspecto da cidadania: o direito ao passado.

⁵¹² Ver DVD – Vídeo 3 – O Bandeirante – Direção: Jean Manzon – Duração: 12’ - minutagem: 3:00

⁵¹³ Ver DVD – Vídeo 11 “Mãos à Obra em Brasília” da Série Abrigos da Memória na Vila Planalto – DF.

⁵¹⁴ OLIVEIRA, Marcio de. Op. Cit., p. 109. e SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A Construção de Brasília. Modernidade e Periferia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

Sendo assim, como contraponto àquelas memórias que insistem que Brasília foi construída a partir do nada, temos em depoimentos recolhidos em Luiziânia e Planaltina, exemplos de memórias outras:

“(…) Por isso podemos afirmar que a Pré-história do Planalto e de Brasília está em Luiziânia e em sua projeção em comunidades vizinhas. Espíritos superficiais e levianos acham que, quando Brasília se ergueu no Planalto, aqui era o vazio e o caos, obscurecendo desta arte mais de dois séculos de história no Planalto Goiano. No entanto, esta história existe e podemos dizer que ela se desenvolveu em seu período heróico. Foram os lances do homem com a natureza agreste e bravia, cercado por toda a sorte de hostilidade e sem os recursos da ciência e da técnica (…) Onde estão, pois, o vazio e o caos e a ausência de regras jurídicas de que falam os cronistas e comentadores apressados da Nova Capital?”⁵¹⁵

Ou ainda, em relação a Planaltina:

“A história de Planaltina, marcada pelo gesto cultural de sua gente, não é senão os antecedentes da história de Brasília. Por aí passaram os mentores da interiorização e as expedições de estudo e localização da Capital. Desde os índios Quirixás, os bandeirantes ou mudancistas, sempre esteve presente a marca do pioneirismo nessa localidade. Uma história, mais de três séculos, de coragem e luta pela transformação dos cerrados planálticos.”⁵¹⁶

⁵¹⁵ GILBERTO, Joaquim. “Evangelino Meireles no Tempo e no Espaço.” In: MEIRELES, José Dilermando. *Evangelino Meireles – Vida e Obra – Conferências*. (Mimeo). Apud. JACINTO, Andréa Borghi Moreira. *Margens Escritas: versões da capital antes de Brasília*. Trabalho apresentado na 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006, GT 50 – Sertão: sentidos e re-sentidos, p. 14.

⁵¹⁶ CASTRO, Mário. *A Realidade Pioneira*. Brasília: Thesaurus, 1986. Apud. JACINTO, Andréa Borghi Moreira. *Margens Escritas: versões da capital antes de Brasília*. Trabalho apresentado na 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006, GT 50 – Sertão: sentidos e re-sentidos, p. 14.

Apesar de trechos cujos sentidos são explicitamente de contestação a uma determinada memória oficial, poder-se-ia achar outros, na fala dos mesmos interlocutores, onde essa memória oficial ganha destaque, demonstrando que as memórias não podem ser categorizadas em completamente oficiais ou não, uma vez que sentidos e discursos circulam na sociedade, sendo por ela apropriados de acordo com as intenções e usos políticos que se possam fazer deles.

Claro está que esse trabalho de pesquisa e documentação de fontes outras que não o discurso dito oficial (mesmo que ele não o seja de todo) é importantíssimo⁵¹⁷ porque permitem cotejar suas interpretações com outras, mostrando e demonstrando a pluralidade de sentidos e projetos políticos existentes em uma sociedade.

Retornando à questão discursiva do “nada”, essa abordagem reforça a compreensão de que Brasília é a expressão de um mito fundador que se realiza na história divina, e é executada por uma legião de homens especiais como “(...) Bernardo Sayão desbravador do sertão goiano(...)”⁵¹⁸, Israel Pinheiro, e, é claro, Juscelino Kubitschek, que parecia “(...) enfrentar e vencer o que parece impossível.”⁵¹⁹

De acordo com a interpretação de Marilena Chauí, a história que a Bíblia nos traz é uma história de afastamento e aproximação do Criador e da sua criatura, de Deus e dos homens. Ora, se essa história é estabelecida por Deus que tem o dom da onisciência, ele delega, a algumas de suas criaturas, a capacidade de conhecer o destino: são os profetas que através dessa relação especial que têm com Deus, conhecem a História e controlam o tempo que é concebido como um meio de realização da palavra de Deus com uma finalidade: o da reconciliação entre Criador e criatura.

⁵¹⁷ Cito também o trabalho desenvolvido na produção dessas memórias através da documentação fílmica: “Memórias de lá e de cá”, “Mãos à Obra em Brasília”, “Cadê Brasília que construímos?” e a Série Nossa História, Nosso Patrimônio”.

⁵¹⁸ Ver DVD - Vídeo 1 – Brasília Terra de Todos Nós. Minuto 13:10.

⁵¹⁹ Ver DVD - Vídeo 3 – O Bandeirante – Jean Manzon – Minuto 6:00.

Pode-se inferir da documentação produzida pelo Governo JK e consultada para este trabalho que a história da construção de Brasília é resultado dessa vontade divina. É prova, portanto, de que Brasília não era uma obra de loucos ou de homens tomados pelo pecado da vaidade ou da soberba; era obra de Deus, da Providência Divina. Brasília deveria se modelar “na conformidade dos altos desígnios do Eterno”; a Providência Divina deveria fazer “desta nossa cidade terrestre um reflexo da cidade de Deus”.⁵²⁰ A conclusão de sua construção e sua inauguração “sem atrasos”, no dia certo adquiriu significados de correção, exatidão e certeza da verdade divina, pois, se não fosse vontade de Deus, como se conseguiria ter construído Brasília em três anos e 11 meses? A inauguração de Brasília era reveladora, portanto, do plano divino conhecido, inclusive, desde o século XIX pelo santo italiano Dom Bosco que profetizara a construção de uma civilização de onde escorreria leite e mel. Brasília, portanto era a salvação do Brasil, era a solução de boa parte dos problemas brasileiros (se não de todos).

É Juscelino Kubitschek que afirma:

“(...) Dia em que Brasília, ontem apenas uma esperança e hoje entre todas a mais nova das filhas do Brasil, começa a erguer-se, integrada no espírito cristão, causa, princípio e fundamento da nossa unidade nacional; dia em que Brasília se torna autenticamente brasileira. Porque desde as suas origens o Brasil existe com a presença de Cristo. Este é o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da Esperança. O dia da Ressurreição da Esperança. É o dia da cidade que nasce. Plantamos com o sacrifício da santa Missa, uma semente espiritual neste sítio que é o coração da Pátria.”⁵²¹

⁵²⁰ Discurso proferido por Juscelino Kubitschek por ocasião da realização da Primeira Missa em Brasília. In: *Revista Brasília*. Rio de Janeiro: Novacap, maio 1957, vol. 5, p. 1.

⁵²¹ Idem., *ibidem*.

Em tudo e por tudo, as fotografias divulgadas em diversos periódicos e imagens dos cinejornais que retratam, por exemplo, a Primeira Missa em Brasília⁵²² procuram associá-la àquela ocorrida quando da chegada dos portugueses às terras da América. Essa cerimônia “alcançou a mesma significação histórica da Primeira Missa do Brasil, rezada a quatrocentos e quarenta e sete anos por frei Henrique de Coimbra [em uma] legítima redescoberta do Brasil”.⁵²³

Gustavo Ribeiro chama a atenção para o fato da primeira visita de um representante estrangeiro ter sido o do presidente de Portugal, Craveiro Lopes, visita essa, fartamente documentada e veiculada em jornais, revistas e nos cinejornais⁵²⁴. Segundo este autor:

“(...) Os portugueses, como elemento colonizador, “civilizador”, desde sua chegada no país, passam a gozar de uma posição privilegiada que pode ser percebida em contextos diversos, em diferentes discursos e mesmo em atos concretos. JK fez questão que o presidente de Portugal, na época Craveiro Lopes, fosse o primeiro chefe de Estado a visitar a construção de Brasília, em 2 de junho de 1957. O primeiro embaixador a apresentar credenciais em Brasília foi também propositadamente o embaixador português, em 30 de junho de 1958, logo após a inauguração do Palácio da Alvorada. O significado deste privilégio sugere que, tendo sido os portugueses os primeiros europeus a chegar ao Brasil, deveriam ser também os primeiros a chegar oficialmente a Brasília.”⁵²⁵

Para adensar ainda mais o cenário histórico, se fizeram presentes à cerimônia 20 índios Carajás que foram trazidos do posto Getúlio Vargas na Ilha do Bananal e que presentearam o presidente Juscelino Kubitschek com “flechas e objetos típicos de suas tabas” constituindo aquilo que a Revista Brasília denominou de “nota pitoresca das cerimônias”⁵²⁶ que foram irradiadas para todo o país pela Agência Nacional segundo a mesma fonte.

⁵²² A primeira missa em Brasília também não ocorreu em qualquer data. Foi escolhida a data que, à época, se comemorava o Descobrimento do Brasil, qual seja, 03 de maio. A Primeira Missa em Brasília foi celebrada pelo Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota no dia 03 de maio de 1957.

⁵²³ *Revista Brasília*. Rio de Janeiro: Novacap, maio 1957, vol. 5, p. 3.

⁵²⁴ Ver DVD - Vídeo 6 - Cinejornal Brasília nº 10.

⁵²⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança. A Experiência dos Trabalhadores na Construção de Brasília*. Brasília: Ed. UnB, 2008, p. 40.

⁵²⁶ *Idem.*, p. 11.

Além da transmissão pelo rádio através da Agência Nacional, a Novacap dedicou não só um número exclusivo da *Revista Brasília* para documentar o “acontecimento”, mas, também produziu um cinejornal sobre o tema, intitulado “Primeira Missa em Brasília”⁵²⁷. As imagens selecionadas tanto para documentação do número especial da revista quanto para o cinejornal privilegiam a chegada do avião Viscount ao Planalto Central, a presença de populares, autoridades, membros da Igreja Católica e dos índios Carajás. A locução informa: “os índios Carajás constituíram o alvo de curiosidade dos presentes”. A outra tomada da câmera apresenta Juscelino Kubitschek ao lado dos índios. O cinejornal se encerra com uma tomada do Cruzeiro.

A presença de indígenas, entretanto, foi apropriada por aqueles contrários à transferência da capital para Goiás. Essa “dizibilidade” vinha, é claro do litoral, especificamente do Rio de Janeiro: quer na música citada no capítulo 1 e aqui reproduzida, quer nas páginas da revista *Manchete* ou na imprensa, Brasília é sertão, espaço da barbárie:

“Não vou, não vou
Eu não sou índio nem nada
Não tenho orelha furada,
Nem uso argola pendurada no nariz
Não uso tanga de pena
E a minha pele é morena
Do sol da praia
Onde nasci e me criei feliz
Não vou para Brasília,
Nem eu nem minha família
Mesmo que seja pra ficar
Cheio da grana.
A vida não se compara,
Mesmo difícil e tão cara,
Quero ser pobre sem deixar Copacabana.

(*Não vou para Brasília*. – Billy Branco, Os Cariocas e conjunto Severinho Filho, 1957)

⁵²⁷ Primeiro cinejornal produzido pela Novacap.

A notícia publicada no jornal *Tribuna da Imprensa* assusta ainda mais ao destacar que falta infra-estrutura na cidade a 36 dias do Rio perder o estatuto de Capital Federal.

“Nunca mais volto a Brasília – disse ontem (...) o lavrador Silvio Gomes de Almeida, que há menos de uma semana, atacado por índios bugres num subúrbio da nova capital foi atingido por flechas na orelha, no braço e na nuca. Silvio, que tem 33 anos, estava em Brasília contratado pela firma Alcatrone. Quarta-feira passada, embrenhando-se na zona suburbana com mais de 38 companheiros, viu-se à mercê dos bugres, perto do rio Araguaia. Procurando socorro na cidade que dentro de 36 dias será a nova capital, verificou que ali não havia enfermaria capacitada a cuidar de ferimentos de certa gravidade. Silvio foi transportado para o Rio, em avião da FAB e medicado ontem no Souza Aguiar.”⁵²⁸

E o responsável por isso tudo era uma única pessoa: o presidente Juscelino Kubitschek, para o bem ou para o mal. Mas, voltemos à questão da Primeira Missa:

A cruz da primeira missa em Brasília é uma das *recorrências* imagéticas mais significativas nas fotografias veiculadas e nos cinejornais da Novacap; no filme “O Bandeirante” de Jean Manzon, há referências tanto ao cruzeiro quanto à Primeira Missa em Brasília. O narrador afirma que “(...) Como nos primeiros dias da descoberta, a vida primitiva mantém os candangos unidos pela fé, pelo amor e pela esperança.”⁵²⁹ No filme “Brasília Terra de Todos Nós”, comemorativo dos 40 anos da cidade, a locução informa que quando da primeira missa em Brasília, “(...) a Cruz era erguida pela primeira vez no cerrado.”⁵³⁰

Aliás, a cruz é um dos elementos discursivos mais fortes da capital desde a sua existência como projeto. O Relatório do Plano Piloto de Brasília já a traz como um de seus símbolos civilizatórios. É a ordem em oposição à desordem. Assim, Lúcio Costa inicia sua apresentação:

⁵²⁸ “Flechado: índios de Brasília já expulsaram um” *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1960. Apud. SANTOS, Michelle dos. *A Construção de Brasília nas tramas das imagens e memórias pela imprensa escrita*. Brasília: UnB – PPGHIS (Dissertação de mestrado), 2008, p. 159.

⁵²⁹ Ver DVD – Vídeo 3 - O Bandeirante - minuto 4:30.

⁵³⁰ Ver DVD – Vídeo 1 – Brasília Terra de todos nós – minuto 4:10.

“Desejo inicialmente desculpar-me perante a Direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital e também justificar-me.

Não pretendia competir e, na verdade, não concorro; apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta. Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples "maquis" no desenvolvimento da idéia apresentada, senão eventualmente na qualidade de mero consultor. E se procedo assim candidamente, é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório; se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida; se não o é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.

A liberação do acesso ao concurso o reduziu de certo modo à consulta àquilo que de fato importa, ou seja à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planeamento regional, mas a causa dele; a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida.

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher, satisfatoriamente, sem esforço as funções vitais próprias de UMA CIDADE MODERNA QUALQUER, não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma Capital. E para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de UMA CERTA DIGNIDADE E NOBREZA DE INTENÇÃO, porquanto desta atividade fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente,

daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de torna-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura das mais lúcidas do país.

Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:

1. Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz.
2. Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada.(...)”⁵³¹

⁵³¹ Para ver o Relatório do Plano Piloto em sua totalidade Cf. Anexo I

Uma das associações mais diretas que se pode fazer, seguindo as abordagens de Yi-fu Tuan e também de James Holston é de que a cruz estabelece a sacralidade do local. Ao fazê-lo, como já analisei anteriormente, retira-se a dimensão histórica de todo o processo, ao tempo que a reinscreve na categoria de um mito, no caso, um mito de fundação. Essa aura do sagrado também está presente no texto do relatório quando o próprio Lucio Costa se diz quase obrigado a fazer o projeto e apresentá-lo à Comissão da Novacap. Seu tom é de *cumprimento de um chamado*. Como Brasília foi, segundo Lúcio Costa, fonte de uma inspiração, de algo que lhe sobreveio quase de maneira iluminada, fica-nos a própria associação entre a concepção desse projeto de capital e o conceito de Distrito Federal como um ente da federação que pode ser deslocado para qualquer lugar, como se pairasse por sobre a nação. E, para reiterar ainda mais esta afirmação, tem-se a questão de que, por suas linhas arrojadas, por sua arquitetura moderna, Brasília levaria a civilização para o Planalto Central goiano. Como na locução do filme “Brasília, terra de todos nós” que afirma: “(...) no imenso deserto, surgiram palácios de linhas revolucionárias e poéticas. Esses palácios parecem flutuar (...)”⁵³²

Nessa aura de redenção que a transferência da capital iria promover, se dá a realização do ideário modernista contido no movimento antropofágico e no manifesto Pau-Brasil. Nas palavras de Renato Ortiz:

“(...) Ao Brasil real, contemporâneo, os modernistas contrapõem uma aspiração, uma ‘fantasia’ que aponta para a modernização da sociedade como um todo.”⁵³³

Assim era Brasília, uma idéia, uma fantasia, uma utopia e para realizá-la segundo Magalhães Júnior,

⁵³² Ver DVD – Vídeo 1 - “Brasília Terra de Todos Nós” - minuto 11:19.

⁵³³ ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 35.

“(...) faltava-nos muito. Faltava-nos quase tudo. Porque nos faltava o principal: um homem de vontade firme, com a coragem de assumir a suprema responsabilidade que tanto poderia cobri-lo de glória como de ridículo. Um verdadeiro ‘homo faber’. O povo ama os gestos corajosos e as grandes decisões, em que alguém joga destemidamente sua vida ou todo o seu futuro. [...] Por muito que avançássemos, sempre haveria problemas e mais problemas, novos e antigos, a atacar. E, entre esses, o da mudança da Capital, sempre adiado... Diante de nós estaria, como prova da incapacidade, o artigo da Constituição, inútil, lírico, platônico a comandar em vão, como uma voz no deserto, a transferência da sede do Governo para o Planalto Goiano... Nenhum presidente cuidava disso, pelo temor de iniciar uma obra que poderia ficar ao abandono, interrompida e desprezada pelo seu sucessor. A principal alegação com que se adiava a solução de tal problema era a de que se tratava de uma obra não para um simples período de governo, mas para toda uma geração. [...] Muitos estavam preparados para regozijar com o fracasso. Quando viram o seu desesperado empenho em cumprir a palavra tentaram tudo para tolherem os movimentos e reduzir-lhe o esforço. A princípio, eram formalmente contra tal ‘loucura’, sancionada por três congressos de loucos que se julgavam constituintes e, por isso, decidiram em nome da Nação. Depois, vendo que a idéia era verdadeiramente nacional, com raízes não só na letra fria da Constituição mas na vontade e no coração do povo brasileiro, acima das divisões partidárias e diferenças ideológicas, passaram a ser contra o ritmo acelerado em que se processavam as obras. Por fim, entraram para o rol das ridicularias as obstinadas vozes discordantes. A tal ponto que chegaram a ser de um grotesco quase patético os últimos esforços desenvolvidos pelos mais renitentes adversários da nova Capital, no triste e inglório afã de se manterem nessa difícil tarefa e ingrata posição negativista.(...)”

Claro está que, frente a tal empreendimento e a tão grande campanha difamatória, somente alguém muito especial poderia ter levado a frente tal tarefa de formalizar o encontro do Brasil com seu centro, com o seu coração.⁵³⁴ Segundo textos e reportagens que expõem as idéias daqueles que eram contra e os que eram a favor à construção da Nova capital, Brasília era um problema, uma questão que poucos enfrentaram, os jornais e revistas foram o locus desse território de lutas, que retoma “o embate cósmico final entre a luz e a treva, o bem e o mal, o paraíso ou o inferno, Deus e o Diabo, de sorte que o governante é sacralizado (luz e bem) ou satanizado (treva e mal)”.⁵³⁵ Em 16 de setembro de 1959, o Diário Carioca do DF afirma sobre o presidente JK:

⁵³⁴ E esta idéia de centro é fundamental para a concepção de Brasília pois o centro, o coração faz a mediação, num processo de reconciliação entre os pólos que, neste caso, são o litoral e o sertão. Cf. TUAN, Yi-fu. *Topofilia...* Op. Cit., p. 19.

⁵³⁵ CHAUÍ, Marilena. Op. Cit., p. 86.

“O Presidente JK é um pioneiro com plena consciência das formidáveis conseqüências futuras de sua atividade desbravadora. A audácia de seu temperamento não o estimula à aventura, mas lhe dá inspiração para dedicar-se à execução das tarefas que aparentemente ultrapassam a ambição de um homem e até mesmo de uma geração. Quando ele entre o ceticismo geral invocado no discurso que há dias pronunciou em Brasília assinou a mensagem do Congresso em 1956, pedindo autorização para construir a nova capital, sabia o que isso representava de esforços e sacrifícios não apenas para seu governo e para sua pessoa como para o próprio país. Mas, com a visão de estadista, com o ânimo do desbravador, com a disposição de quem não se furta às tarefas que se apresentam impossíveis aos olhos dos tímidos e até mesmo dos simplesmente sensatos, decidia, naquele instante, dedicar-se com ele a uma obra que não era apenas uma obra, mas um movimento, como assinala agora, nas vésperas da inauguração da magnífica cidade erguida no Planalto Central do Brasil.

O discurso que o presidente pronunciou em Brasília, homenageando os pioneiros e desbravadores é uma página de evidente importância para os que quiserem traçar a história de uma nação que decidiu sair do rol das pequenas nações e explorar todas as possibilidades de seu desenvolvimento. O paralelo traçado pelo Sr. Juscelino Kubitschek entre o que foi a ação dos bandeirantes e o que está sendo a ação dos desbravadores do Planalto Central não só tem toda a procedência histórica, como dá a medida exata da plena responsabilidade com que o chefe do governo se lançou à tarefa que não se conclui com a inauguração de Brasília, mas que apenas começa com o primeiro ato de ocupação efetiva de uma faixa de terra que representa dois terços do território nacional.”⁵³⁶

Estudiosos assinalam que desde a redemocratização do país, a imagem de Juscelino Kubitschek vem sendo recuperada como a daquele governante que, não só tinha um projeto de Nação, mas que o realizou de maneira democrática.

“Muitas foram as reportagens produzidas tendo como referência a fase juscelinista, destacando a figura do homem público, herói nacional, responsável pelos destinos da nação e arquiteto do desenvolvimento. A *Revista Exame*, em 1997, retratando pesquisa feita entre historiadores, sociólogos, cientistas políticos e economistas, com o objetivo de identificar qual o melhor presidente do Brasil depois de 1930, apresenta, no topo, o presidente Juscelino como expoente de uma época marcada pelo otimismo e pelo crescimento. Esse resultado indica que as imagens sobre o desenvolvimento brasileiro, do qual JK é símbolo, continua a responder a anseios de diversos grupos sociais décadas depois do fim de seu mandato.”⁵³⁷

⁵³⁶ *Diário Carioca do DF*, 16/09/1959.

⁵³⁷ CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. “Os ‘Anos Dourados’: memória e hegemonia. In: *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia: Ed. UFU, vol. 9, n. 14, 2008, p. 171.

Nelson Rodrigues dá sua contribuição para explicar a importância dos anos JK afirmando que Juscelino era o “cafajeste dionisiaco” que retirou de nós, brasileiros, o complexo de “vira-lata” que detínhamos até então. Do mesmo Diário Carioca do DF, selecionei a seguinte matéria intitulada “Nasce em Brasília o Homem de Amanhã”:

“Um Novo Homem

(...) E o mais importante fenômeno de nossos dias não é o crescimento demográfico estupendo e o crescimento ainda mais estupendo de nossa economia, senão o aparecimento de um novo homem com uma nova fé e uma coragem que tem raízes na própria grandeza nacional que os gerou e que ele ajudou a aumentar.

Poderia parecer romântico, pouco econômico falar do novo espírito que se alastra pelo país, mas a verdade é que esse é o mais importante fenômeno de nosso tempo. O brasileiro está aprendendo a tomar posse de suas terras, a dominá-las, a melhorá-las, a aperfeiçoá-las aos seus propósitos. Já não teme as empresas gigantescas que no passado eram consideradas privilégios das grandes potências. (...)”⁵³⁸

Outros adjetivos menos contundentes, mas de igual efeito, associam Juscelino Kubitschek ao perfil de homem dinâmico, arrojado, trabalhador e empreendedor. As imagens e a locução dos filmes e cinejornais do período nos mostram um presidente que não descansava nunca, que dormia pouco, por estar sempre supervisionando as obras de construção de Brasília. Neles, Juscelino pouco aparece só. Como já observamos, Israel Pinheiro, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Bernardo Sayão lhe fazem companhia compondo o que se chamava à época — recuperando caracterização dos bandeirantes — de raça de gigantes. Há que se ressaltar que a morte em janeiro de 1959 de Bernardo Sayão foi tão impactante que o dia de seu enterro foi o único dia em que não houve trabalho em Brasília.

Associado a todos esses adjetivos que lhe legitimaram o epíteto de “fundador” Juscelino personifica a imagem do pioneiro, do bandeirante, desbravando os sertões.

E aqui, retoma-se, decalcada na figura do bandeirante, a questão do sertão. Para uma determinada historiografia, os bandeirantes e sua história enquanto

⁵³⁸ Diário Carioca do DF, 13/09/1959, p. 1.

personagens responsáveis pela ampliação do território brasileiro, são resultado de um processo inaugurado por São Paulo nos anos 30 do século XX. Segundo essa abordagem, eles eram os desbravadores, ou seja, *des – bravavam*, retiravam o bravo, o bárbaro do interior, abrindo esse sertão para a chegada da civilização.

Entretanto, segundo outros estudos que buscam recuperar a semântica desse vocábulo nos séculos XVI e XVII, seu sentido era outro: paulista, bandeirante, era sinônimo de gente bárbara.

A imagem do bandeirante como um herói nacional, como representante de uma “nobreza da terra” pode ser encontrada nos livros de Oliveira Viana e cancelada por imagens até hoje utilizadas em livros didáticos, como, por exemplo, as de autoria de Ivan Wasth, falecido em 2007. Além de pinturas de artistas diversos que retratam o bandeirante em sua face heróica, também reproduzidas em livros didáticos.

Uma historiografia mais recente, que procura discutir essa imagem, no mínimo dupla do bandeirante, assevera que este personagem representado como herói foi recuperada pelos paulistas ao mesmo tempo em que São Paulo se destacava como o estado que economicamente era a “locomotiva” do Brasil. E nesse processo, as tradições são inventadas mesmo. A figura do bandeirante, enquanto elemento responsável por ampliar o território e levar a civilização ao sertão, é resultado de uma construção.

Portanto, esta imagem do bandeirante é relativamente recente: dos anos 30 para cá. Representam fortes elementos dessa construção episódios como a Revolução Constitucionalista de 1932 que enalteceu o papel do bandeirante em textos discursivos e imagéticos; também a criação e efetivação do Monumento às Bandeiras do artista plástico Victor Brecheret é um outro exemplo. Sem falar nas pinturas de Portinari, Henrique Bernadelli, Belmonte, na poesia do “príncipe dos poetas, Guilherme de Almeida (o mesmo da poesia Prece Natalícia de Brasília) e, claro, Cassiano Ricardo. Também é dessa época o destaque dado ao fato de São Paulo ter sido o estado que “sediou” o ato da Proclamação da Independência. Em artigo publicado no Correio Braziliense no dia da inauguração de Brasília, J. F. de

Almeida Prado afirmava que a partir daquele momento, o Brasil teria três períodos históricos: o colonial, a independência e a inauguração de Brasília⁵³⁹.

Outros autores como Alcântara Machado⁵⁴⁰ e uma historiografia mais recente buscam mostrar que a vida cotidiana do bandeirante era, no mínimo, mais acanhada. Entretanto, não foi esse aspecto o ressaltado durante o período da construção de Brasília, momento oportuno para o reitar de outras construções míticas.

Entretanto, ao tempo que o discurso oficial enaltecia essa raça de gigantes da qual pertencia Juscelino Kubitschek e tantos outros, outras diacronias do vocábulo também emergem. Não há controle absoluto sobre os sentidos produzidos e objetivados. Ora se havia bandeirantes é porque havia sertão; e o espaço do sertão deveria ser aniquilado em prol da civilização.

No caso, fica claro que quanto mais se destacam as dificuldades para a realização de uma tarefa, mais a sua consecução é engrandecida. Portanto, o governo Juscelino Kubitschek não construiu Brasília apenas em concreto.

No texto dedicado à sua mãe, “Mestre Júlia” e que serve de abertura ao livro “Por que construí Brasília?” JK diz que ao refletir sobre o tema da construção de Brasília ele conclui que o assunto não pertence a ele, mas aos “historiadores da cidade e do país”⁵⁴¹

Muitos dirão que essa afirmação é óbvia porque todos os governos tendem a construir um relato de seus “feitos”. Na forma como o governo JK contou a história da construção de Brasília — e esse contar não significa algo articulado racional e conscientemente — estão explicitadas as referências fundamentais, os acontecimentos escolhidos e aqueles que foram excluídos. Foram as representações sintetizadas e condensadas de vários tempos históricos e as práticas vividas que significaram Brasília.

Por isso, como tantos outros, consideramos o discurso oficial construído *pari passu* à própria construção de Brasília como um discurso de reconstituição histórica. Como nos ensina Eni Orlandi, histórico porque foi construído sob determinados condicionamentos e, pelo seu lugar de fala, pôde projetar-se no futuro; mas ele

⁵³⁹ PRADO, J. F. de Almeida. “A Nova Metrópole”. *Correio Brasiliense*, 21 de abril de 1960.

⁵⁴⁰ ALCANTARA MACHADO, José de . *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

⁵⁴¹ Idem., p. 5

ainda é histórico porque teve, novamente pelo seu lugar de fala, a possibilidade de construir uma tradição e, assim, estabilizar a memória⁵⁴².

Neste processo, reitero o papel desses homens na ressemantização do sertão. Ao fazê-lo, como acredito ter demonstrado, os artífices de Brasília mobilizaram referências extremamente caras ao universo simbólico do país que, com certeza extrapolam a função de capital de um país. Ser capital para Brasília é muito pouco, Brasília é de outra natureza. E, neste sentido, Juscelino Kubitschek tinha extrema clareza:

“(...) Brasília não poderia existir e não deveria ser uma cidade qualquer, igual ou semelhante a tantas outras que existiam no mundo, devendo constituir a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer para a civilização, um universo irrevelado, teria de ser forçosamente, uma metrópole com características diferentes, que ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro.”⁵⁴³

⁵⁴² ORLANDI, Eni Pulcinalli. *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990, p.35.

⁵⁴³ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que Construí Brasília?* Rio de Janeiro, Edições Bloch, s/d, p.62.

Considerações Finais

“Um lugar conhece o outro por calúnias e falsos levantados; as pessoas também, nesta vida”

Guimarães Rosa

Ao tentar colocar um ponto final na escrita de uma tese, nada mais óbvio do que a pergunta acerca de como se elabora uma interpretação, de como se produz um determinado conhecimento possível para um também determinado momento do passado, com a pretensão de se fazer e escrever História.

Tendo consciência de que o conteúdo do passado é ilimitado, me dou conta de que a história também o pode ser e que, portanto, a escrita da história é inesgotável o que, neste momento, não deixa de ser um alento para quem se encontra, com tantas dúvidas acerca dos objetivos cumpridos e resultados obtidos.

Por outro lado, o passado e a história, inesgotáveis, ilimitados, como já sabemos, são de naturezas ontológica distintas, portanto irreduzíveis um ao outro. O que fazemos, seguindo lições apreendidas há muito, é tentar transformar histórias em uma outra versão possível do passado.

Pois bem, que história procurei construir nessas páginas? A que problemática ela se refere?

Em uma dimensão mais ampla, a problemática que aqui se coloca é a da questão nacional e de suas relações com o regional, da representação da nação, da construção de identidades, por meio da seleção/escolha não só de uma capital para o país, mas, sobretudo, de um lugar para essa capital.

A manutenção da capital no litoral ou sua transferência para o interior, espaços carregados de representações e sentidos, era uma questão crucial, como podemos concluir após termos nos debruçado sobre a documentação que traz ao presente o intenso debate travado durante os anos da construção simbólica e efetiva de Brasília.

Pode-se inferir pelos acalorados debates, que a sua localização seria capaz de definir, dentre outras coisas, a nossa identidade, aquilo que nós éramos e, sobretudo, especialmente, o nosso futuro enquanto nação.

Para aqueles que acreditavam que o cerne de nossa nacionalidade se encontrava no interior, levar a capital para o coração do Brasil significaria promover o encontro do Brasil consigo mesmo; o Brasil autêntico e não eivado de estrangeirismos como vaticinara Euclides da Cunha.

O Rio de Janeiro e seu cosmopolitismo, para os contemporâneos que compartilhavam desta visão, não apresentavam características genuinamente nacionais e, portanto, não era a cidade adequada para representar a nação.

Ora, segundo uma determinada interpretação tornava-se necessário construir uma cidade no interior que fosse um símbolo da identidade de um espaço geográfico e social, e dos valores associados a esse espaço. Esta cidade deveria realizar o tal encontro do Brasil consigo próprio, com sua verdadeira identidade, agregar, levar o desenvolvimento para o interior e para toda sua população. Tornar esse interior centro de irradiação de desenvolvimento; objetivos totalmente defensáveis e, em muitos aspectos, atingidos. Entretanto, quando o assunto é a representação da síntese da nação, há que se analisar com mais cautela.

Ao longo do ano de 2008, houve infinitos eventos promovidos no Rio de Janeiro que buscaram ser uma *comemoração* da transferência da Família Real Portuguesa para a América. Nessa linha, houve também o lançamento de inúmeros livros que se dedicaram a diferentes aspectos dessa transferência. Podemos interpretar esse movimento como mais um dentre inúmeros esforços que a cidade do Rio de Janeiro faz para manter-se enquanto um lugar de referência para o país. E esse esforço é necessário: o Rio de Janeiro está politicamente morto e sua morte não foi decretada com a transferência da capital para Brasília em 21 de abril de 1960. Sem nenhuma dúvida, a transferência não foi causa de nada; talvez possamos interpretá-la como um acontecimento no sentido do revelar de um processo que já vinha ocorrendo há muito. Para aqueles que se dedicam a estudar o tema, pode-se associar a decadência política à decadência econômica que retirou o Rio da centralidade e a deslocou para São Paulo, esta sim, metrópole econômica, cultural e, hoje, com o Partido dos Trabalhadores no poder, política também. O Rio,

neste cenário, tem que se esforçar muito para tentar ser a representação do país. Em geral, suas associações, como metonímia da nação, são obliteradas não só por sua estagnação política e econômica mas, pelos problemas sociais que hoje decalcam a imagem da cidade à violência urbana. Resta ao Rio ser paisagem. Uma bela paisagem, sem dúvida, sustentada, em grande medida pelos meios de comunicação.

Na ocasião de minha chegada a Brasília era quase automático traçar paralelos e comparações. O contraste entre as duas cidades é significativo, mas nada que explicasse de maneira essa falta de capitalidade nos anos de sua construção e, (por que não?) nos dias atuais.

Indagava sobre os motivos para tal e após leituras, conversas, idas a arquivos, acentuava-se um aspecto que foi selecionado por mim como objeto de estudo, qual seja, o fato de durante os anos da construção de Brasília, reiterar-se os aspectos sertanejos do local onde se construiria a nova capital: Brasília, antes de ser Brasília teve de ser sertão. Nos discursos imagéticos e textuais produzidos pelo Governo JK, destacavam-se os aspectos sertanejos desse espaço, talvez para que as características modernas da cidade que seria erigida no Planalto Central do Brasil se sobressaíssem ainda mais. Afinal, no Brasil nossa tradição é a busca pela modernidade nos ensina Renato Ortiz e, não há modernidade no Brasil sem sertão.

Sendo assim, decidi investigar de que maneira o sertão foi sendo ressignificado pelos discursos imagéticos e textuais produzidos pelo governo naqueles anos da construção da nova capital acreditando que a maneira como este foi sendo ressemantizado pode ser uma explicação, dentre outras que a sociologia, a ciência política e a própria História podem apresentar, para a ausência de capitalidade da cidade à época e ainda hoje.

A despeito de todas as intencionalidades daqueles que procuraram produzir e controlar sentidos na expectativa de um controle do futuro e, conseqüentemente do tempo, a História Cultural nos informa que não há leituras autorizadas, ou uma única leitura possível para discursos textuais, imagéticos, orais. À medida que se produzem textos também se produzem possibilidades de interpretação dos mesmos.

Podemos, a partir dos documentos que nos chegaram do passado inferir esses sentidos e, mais do que isso, dar a conhecer os efeitos por eles produzidos.

Ou seja, as representações e as práticas que esses sentidos foram capazes de gerar. Ao historiador, cabe perguntar por essa capacidade de agenciamento de textos, discursos, imagens. Enfim, que efeitos, que práticas e novas representações estes produziram e geraram.

Confirmou-se, ao longo do processo de pesquisa, que não havia um único sentido sendo produzido e veiculado em relação a esse espaço — o sertão-Brasília, mas sim uma verdadeira disputa por sentidos sendo travada em diversos campos.

Há, portanto, aqui, uma questão semântica a ser considerada, conforme demonstramos ao longo do capítulo cinco. A permanência da utilização do vocábulo sertão numa experiência histórica outra que não foi a mesma que lhe deu origem. Ao ser utilizado, este mobilizou a carga semântica que vem da diacronia de seu uso. Usos cristalizados pela literatura, relatórios administrativos, relatos de viajantes, na produção imagética de gravadores e pintores e, posteriormente de fotógrafos e cineastas.

Ao reempregá-lo em novos contextos e experiências históricas, ao utilizá-lo na sincronia daqueles anos da construção de Brasília, atribui-se a esse vocábulo uma outra carga semântica, não de todo nova, mas que compôs novas representações sobre esse território. Esse processo de ressemantização do vocábulo sertão é que coube aqui investigar.

Para tal, e se tratando da questão de imagens e representações, optei por trabalhar com discursos textuais e imagéticos produzidos por autores cuja abordagem era externa ao sertão: discursos políticos, narrativas de viagem, relatórios científicos, fotografias, mapas desenhos, filmes. Documentação cujos suportes são distintos e que estabeleceram a necessidade de se ter um tratamento diferenciado, mas que, de uma maneira ou de outra, possibilitaram responder sobre a questão da visualidade pensada como um conjunto de discursos e práticas que constituem variadas formas de experiência visual em circunstâncias históricas específicas.

Para os contemporâneos ao processo de construção de uma cidade para ser capital do Brasil, havia, imagino, inúmeras questões envolvidas. Pelos documentos que nos chegaram, uma das questões centrais era a existência de

um desequilíbrio no que se refere ao desenvolvimento do país: a clássica dicotomia sertão/litoral. Era necessário modernizar o interior. Essa era a palavra de ordem, sustentada pela constatação de que com exceção de alguns pontos do litoral, o Brasil era uma enorme paisagem sertaneja.

Foi, portanto, em torno desse par modernidade/sertão que construí os eixos dessa tese.

Um primeiro eixo em que busquei verificar os impactos das modernidades que chegavam ao país, especialmente, às cidades do litoral na visualidade, ou seja, nos discursos e nas práticas daqueles homens e mulheres que vivenciaram essas experiências. Essas modernidades contribuíram para o desenvolvimento de uma outra produção visual e sustentaram novos modelos e modalidades de olhar, contribuindo para a divulgação de novas estéticas e vanguardas artísticas que de uma maneira ou de outra tem Brasília como referência.

Compondo esse processo de modernização do país, por meio do que acontecia em sua capital, vivenciava-se o processo de questionamento de modelos sociais, econômicos políticos que culminaram na alteração do regime de governo e no questionamento dos destinos da nação. Estes novos artefatos da modernidade, as fotografias, o cinema, permitiram que o litoral conhecesse melhor o restante do país, levando à constatação de que o Brasil não era apenas o litoral.

Um segundo eixo deste trabalho foi justamente procurar entender como nesse processo em que o Brasil “real” chegava aos centros urbanos do litoral, especialmente à capital federal, por meio desses novos artefatos instituidores de novos padrões visuais, a cidade do Rio de Janeiro sustentou sua capitalidade, inclusive em meio aos debates da Assembléia Nacional Constituinte de 1891 que discutiu a demarcação de território para o estabelecimento da futura capital do país no sertão.

Um terceiro eixo de análise foi justamente dos significados mobilizados em torno da categoria sertão. De que maneira os usos e significados estabelecidos e suas apropriações contribuíram para construir uma imagem de Brasília que não correspondia às expectativas dos contemporâneos ao

processo de sua construção e que acabaram por reiterar que, “(...) bom mesmo é o Rio de Janeiro”. Esses usos e significados permitem afirmar que esta categoria — sertão — nunca conseguiu abarcar, incluir a nação inteira em uma única narrativa, apesar de ser junto ao seu par, o litoral, uma categoria fundamental para o entendimento da nação.

Por fim, há que se ressaltar que a reescrita do passado, tanto na perspectiva daqueles que construíram uma memória e uma história para Brasília e para o sertão quanto em relação à reflexão sobre o fazer historiográfico pressupõe a compreensão de que fontes e bibliografia consultadas passaram por uma construção que não se apoderou diretamente dos fatos, mas foi resultado das “armadilhas” da memória e também das regras do próprio fazer historiográfico.

Como afirmei no início deste trabalho, meu lugar de fala, foi o do litoral: “tomar o sertão pelo mar”⁵⁴⁴. Entretanto, nesse caminho percorrido em busca da tal “capitalidade” de Brasília fiz vários encontros. Um deles foi o conjunto de filmes que graciosamente me foram emprestados pelo professor José Walter Nunes do Necoim da UnB. Neles⁵⁴⁵, a partir do depoimento de pessoas de vários sertões do Brasil, descobri que a capitalidade de um país talvez fosse muito pouco para as dimensões que Brasília teve e tem no sentido da construção mítica da nação e de nossa identidade.

Ao lidar durante quatro anos com discursos “oficiais” cotejados com esses depoimentos de candangos que para cá vieram para construir para si e para tantos outros um outro país, pude perceber que, de maneira paralela à reconstituição histórica oficial feita pelos historiadores de Brasília, há outras histórias sendo contadas; e que essas narrativas, não se colocam necessariamente em confronto com a história dita oficial ou hegemônica, mas que compartilham dos significados atribuídos à Brasília e à construção de uma nova nação, conformando o que Ecléa Bosi chama de “comunidade de destino”.

Temos, por exemplo, a interpretação dos candangos que aqui chegaram para construir a nova capital e que criaram discurso textuais e imagéticos acerca de sua

⁵⁴⁴ Tomei a expressão emprestada de Hernani Heffner. HEFFNER, Hernani. *Miragens do Sertão*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2003, pp. 29-32, (catálogo da exposição).

⁵⁴⁵ Vídeos “Batalhas do Patrimônio”, “Memórias de Lá e de Cá” e “Cadê Brasília que construímos?”.

participação nesse processo. Essas memórias não necessariamente estão em confronto com aquela dita oficial, resultado de todo um esforço de reconstituição histórica por parte do Governo JK. Mais do que nunca, os depoimentos que encontramos no vídeo “Mãos a obra em Brasília”, por exemplo, e que reproduzem o discurso de que aqui havia o “nada”⁵⁴⁶ nos mostram processos de apropriação, de compartilhamento e utilização política dos próprios argumentos considerados quase que exclusivamente oficiais.

E foi ao longo da pesquisa e escrita deste trabalho que fui me dando conta dessa dimensão da cidade que está muito além da representação ou não da cabeça-da-nação ou da capitalidade do país. Ser capital talvez seja muito pouco para tudo aquilo que significou Brasília durante os anos de sua construção simbólica e em concreto. Todos os que dela participaram e ainda hoje moram na cidade são, sem dúvida, como nos ensina Tereza Negrão, moradores do símbolo⁵⁴⁷.

Os depoimentos presentes nos vídeos citados mostram não uma única capital, uma única cidade, mas uma multiplicidade delas; da mesma forma, o sertão se apresenta como plural, muito além do Paraíso, Purgatório ou Inferno.

Ao longo da escrita deste trabalho me esforcei para tentar perceber, quer nas imagens, textos e depoimentos veiculados ao longo dos anos da construção de Brasília, quem falava do sertão, como falava, por que o fazia. Isto com o objetivo de identificar não os sentidos do sertão, mas os efeitos produzidos a partir dos sentidos e apropriações estabelecidos pela diacronia do vocábulo e pela sincronia de seu uso produzindo novos efeitos.

Este sertão-vocábulo esteve presente em todo o tempo de construção da cidade e, por isso, como nos adverte Guimarães Rosa, ele “está em toda parte”.

Esteve, principalmente, no litoral: a construção de uma nova capital para o país, cidade moderna e modernista, incomodava em muitos casos e ocasiões. Para aqueles que eram contrários à interiorização da capital, nova era a música que saía do violão de João Gilberto, nova era Copacabana. Brasília era sertão, mesmo, qualquer que fosse seu significado.

⁵⁴⁶ Ver DVD – Vídeo 11.

⁵⁴⁷ NEGRÃO DE MELLO, Tereza. *O espetáculo dos moradores do símbolo: mobilização por Diretas-Já da perspectiva de Brasília*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1988.

Portanto, o que foi dito e visto naqueles anos de sua construção pode nos mostrar como a sociedade brasileira estabeleceu condições de produção e reprodução de sentidos e, claro, seus efeitos, suas práticas.

É por meio das práticas e representações construídas em torno deste espaço sertão e deste lugar Brasília, capital do Brasil, que se pode perceber que espaços e lugares não são dados naturais; “eles habitam nas pessoas e são habitados por elas”; nessas circunstâncias portam suas história que pode ser apreendida por meio dos valores e sentidos atribuídos pela sociedade a eles.

Procurei demonstrar também, ao longo deste trabalho, o efeito da obra de Euclides — *Os Sertões* — na semântica deste vocábulo; Euclides é um divisor de águas: o sertão, nunca mais foi o mesmo. Além do universo de sentido que Euclides foi capaz de condensar, esta sua obra instituiu um olhar e uma abordagem das questões e problemas da sociedade brasileira.

Sem dúvida, espaço, lugar, paisagem são categorias conformadas pela percepção visual humana. Mais do que nunca, o século XX foi prodigioso na produção de equipamentos que tornam visível o invisível, ou o próprio visível. Como procurei demonstrar, esse processo foi de tal forma acachapante que a capacidade perceptiva do homem ocidental hoje (que também não é um dado da natureza) se encontra conformada a estes dispositivos técnicos. Compreendemos e *reconhecemos* o mundo a partir deles, num processo de descolamento da representação e de seu referente, que vem se radicalizando ao passo que contribui para a naturalização da paisagem.

As práticas que envolveram o uso do vocábulo sertão naqueles anos da construção de Brasília e as representações que engendraram, estiveram profundamente associadas à questão da identidade da nação, inclusive porque manipulam temas e questões muito caros a todos nós brasileiros como o território, o mito do Brasil Paraíso, a dicotomia dos dois Brasis: um no sertão e outro no litoral.

Entretanto, o peso da semântica da palavra sertão, estabelecida na diacronia de seus múltiplos usos, recuperados pelo Governo JK, estabeleceram para aquele lugar Brasília uma carga semântica tal, que impediu que Brasília representasse, naqueles anos, a capital dos brasileiros.

Bem, mas esse trabalho não se constitui apenas de objetivos traçados e, não sei se atingidos; tenho consciência, acredito, que de parcela de suas limitações e daquilo que não consegui fazer.

Era necessário estudar como Goiás vivenciou este processo; não conheço a história do Estado em profundidade, mas pela bibliografia que relata os acontecimentos que envolvem a construção de Brasília, a invisibilidade das iniciativas dos goianos na transferência da capital, e que não foram poucas, a perda de parte de seu território e o esforço de apagamento das memórias ali existentes, pode nos falar um pouco sobre a necessidade de que aos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre a questão, se sejam acrescentados outros.

Podemos incluir aí, igualmente, a perda de território, também, para a constituição do Estado do Tocantins. Ressalto aqui, inclusive, iniciativas no sentido de organização dos acervos documentais relativos à história do Estado que se encontram dispersos ou uma parte em São Paulo, ou em Goiás Velho ou ainda em Goiânia, talvez Portugal.

Complementando este eixo, creio que teria sido extremamente enriquecedor um maior conhecimento sobre a construção de Belo Horizonte e, especialmente, Goiânia e todo o contexto sobre o Estado Novo e a Marcha para o Oeste. Pela documentação que consegui consultar e analisar para a elaboração dos capítulos 3 e 4 relativa à produção estética de Cassiano Ricardo, tenho certeza que um aprofundamento na documentação produzida sobre a Marcha para o Oeste teria sido extremamente enriquecedora.

Também seria necessário estudar a mobilização de princípios estéticos veiculados pelos novos dispositivos visuais no curso da interação social. Pude observar, por exemplo, nas cartas encaminhadas pelas tidas pessoas comuns à Novacap e ao presidente Juscelino Kubitschek, uma fonte para inferir como essas pessoas viam e compreendiam a realidade que chegava a elas por meio das imagens e de que maneira essa “realidade” produziu outras compreensões de si e do mundo.

Enfim, estas e outras ausências nos colocam uma agenda para prosseguir nos estudos acerca do tema e de Goiás.

Anexo I

COSTA, Lúcio. "Relatório do Plano Piloto de Brasília" *Módulo – Revista de Arquitetura e Artes Plásticas*. Rio de Janeiro, Ano 03, nº 08, edição especial, julho, 1957.

Desejo inicialmente desculpar-me perante a Direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital e também justificar-me.

Não pretendia competir e, na verdade, não concorro; apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta.

Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples "maquis" no desenvolvimento da idéia apresentada, senão eventualmente na qualidade de mero consultor. E se procedo assim candidamente, é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório; se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida; se não o é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.

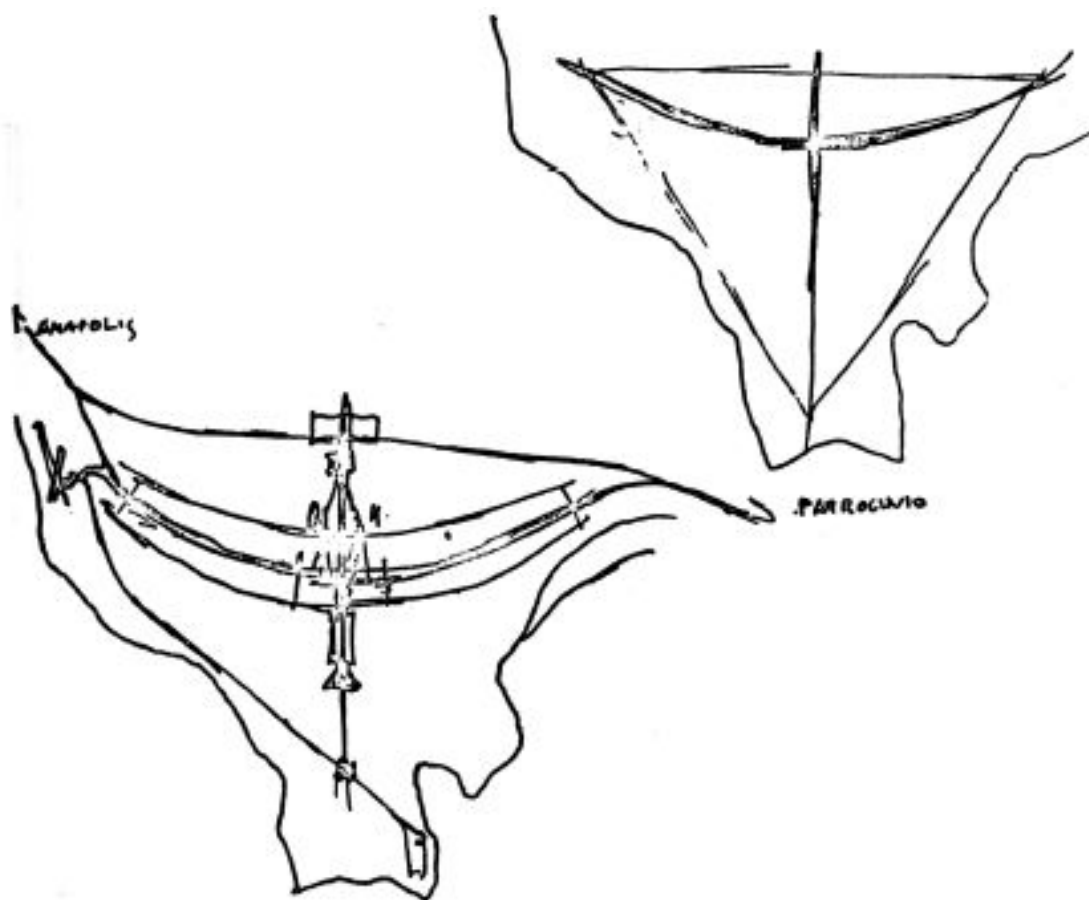
A liberação do acesso ao concurso o reduziu de certo modo à consulta àquilo que de fato importa, ou seja à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele; a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região.

Trata-se de um ato desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida. Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher, satisfatoriamente, sem esforço as funções vitais próprias de UMA CIDADE MODERNA QUALQUER, não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma Capital. E para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de UMA CERTA DIGNIDADE E NOBREZA DE INTENÇÃO, porquanto desta atividade fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de torna-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura das mais lúcidas do país.

Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:

1. Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz.

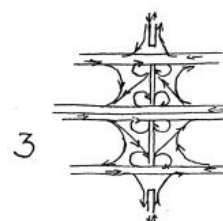
2. Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada.



3. E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária — inclusive a eliminação de cruzamentos — à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de



3



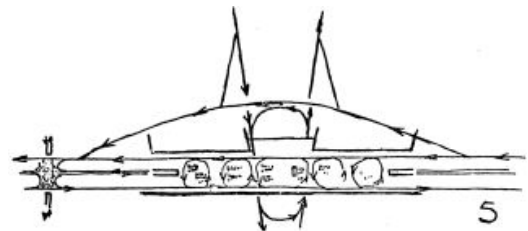
12

acesso, a função circulatória-tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais, para o tráfego local, e dispondo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais.

4. Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, e, por fim, a estação ferroviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal que passou a ser assim o eixo monumental do sistema. Lateralmente à interseção dos dois eixos, mas participando funcionalmente e em termos de composição urbanística do eixo monumental, localizaram-se o setor bancário e comercial, o setor de escritórios de empresas e profissões liberais e ainda amplos setores de varejo comercial.



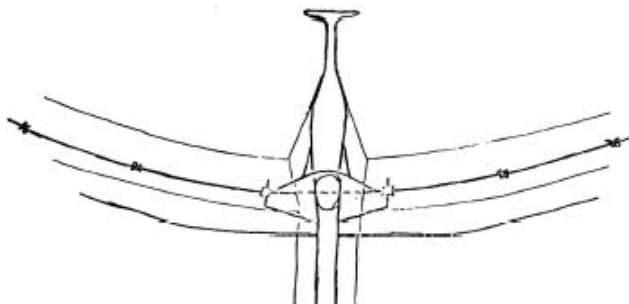
5. O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego que não se destina ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes, etc.



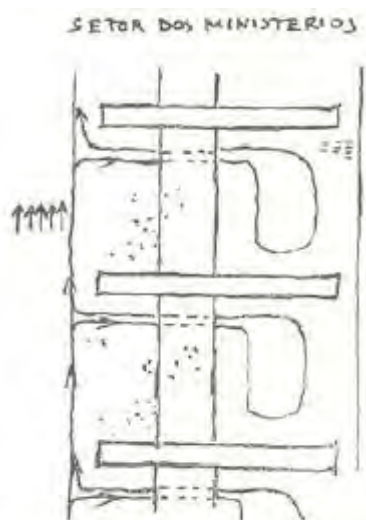
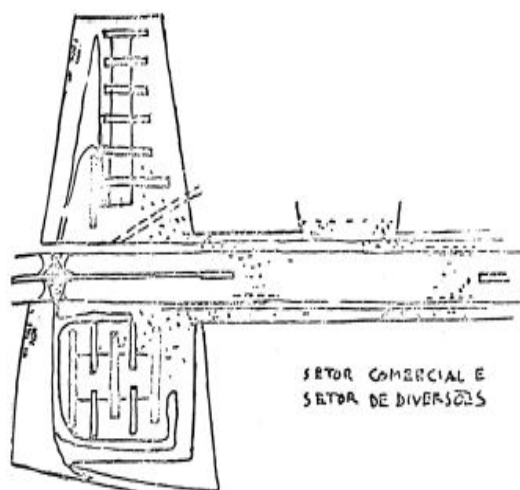
6. O tráfego destinado aos demais setores prossegue, ordenado em mão única na área inferior coberta pela plataforma e entalada nos dois topos, mas aberta nas faces maiores, área utilizada em grande parte para o estacionamento de veículos onde se localizou a estação rodoviária interurbana, acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma. Apenas as pistas de velocidade mergulham, já então subterrâneas, na parte central desse piso inferior que se espraia em declive até nivelar-se com a esplanada do setor dos Ministérios.



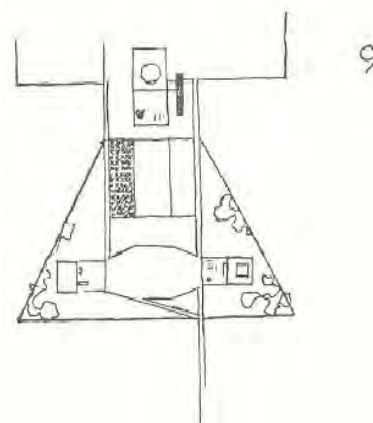
7. Desse modo e com a introdução de três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos setores residenciais sem qualquer cruzamento. Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados, mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do setor esportivo, e que acede aos edifícios do setor comercial ao nível do subsolo, contornando o centro cívico, em cota inferior, com galerias de acesso previstas no terrapleno.



8. Fixada a rede geral do tráfego de automóvel, estabeleceram-se tanto nos setores centrais como nos residenciais tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão, sem, contudo, levar tal separação a extremos sistemáticos e antinaturais, pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se "desumaniza, readquirindo *vis-a-vis* do pedestre, feição ameaçadora e hostil, quando incorporado à massa anônima do tráfego". Há, então, que separá-lo, mas sem perder de vista que, em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe.

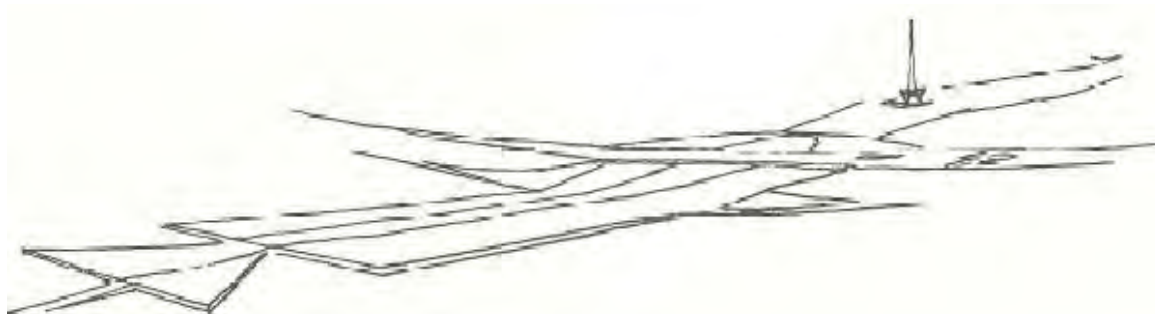


9. Veja-se agora como, nesse arcabouço de circulação ordenada, se integram e articulam os vários setores. Destacam-se, no conjunto, os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se, então, um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha, a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base, a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma esplanada ampla, disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação, em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista. Ao longo dessa esplanada — o Mall dos ingleses, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno; os Ministérios militares, constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência — todos com áreas privativas de

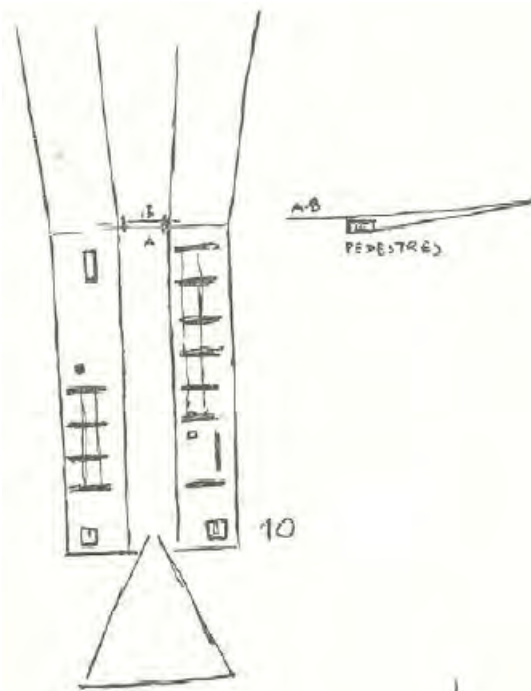


estacionamento — sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da

biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor esse também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas e onde também se prevê a instalação do Observatório. A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento e, ainda, principalmente por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma, onde os dois eixos se cruzam.



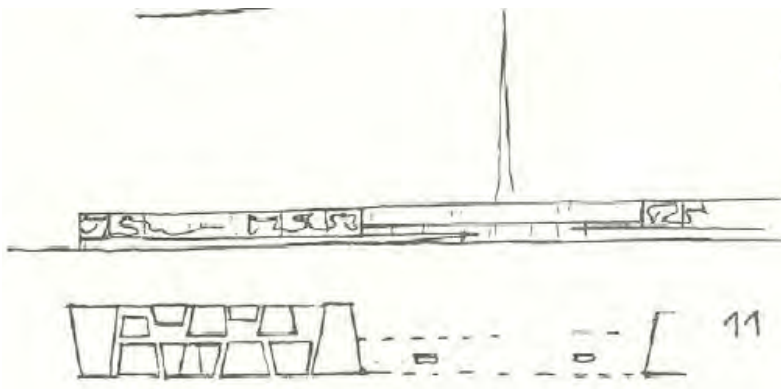
10. Nesta plataforma, onde, como se viu anteriormente, o tráfego é apenas local, sitou-se então o centro de diversões da cidade (mistura, em termos adequados, de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos Ministérios, não foi edificada, com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões, como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo, assim, o conjunto deles, um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a



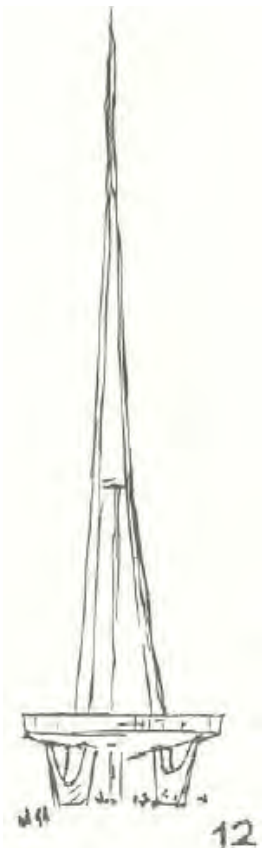
instalação de painéis luminosos de reclame. As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (arcadas) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos, com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão. O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces, para que os restaurantes, clubes, casas de chá, etc, tenham vista de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclave do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo, e, mais acima, para a torre monumental das estações radioemissoras e de televisão tratada como elemento plástico integrado na composição geral. Na parte central da plataforma, porém, disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes, etc, construção baixa, ligada por escadas rolantes ao *hall* inferior de embarque, separada por envidraçamento do cais propriamente dito. O sistema de mão única obriga os ônibus, na saída, a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista ao eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial — despedida psicologicamente desejável. Previram-se igualmente nesta extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas de pedestres, uma fronteira ao teatro da ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, as pistas de rolamento, sempre de sentido único, foram ligeiramente sobrelevadas em larga extensão para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco

e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios.

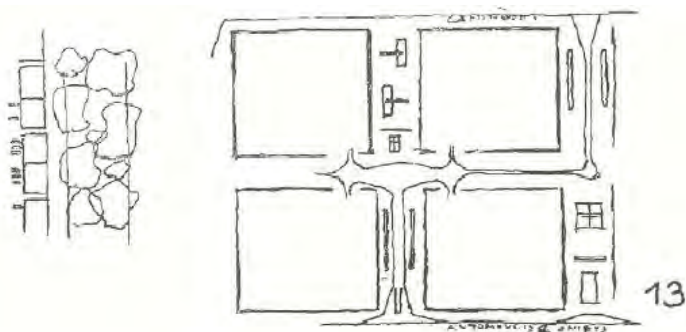
11. Lateralmente ao setor central de diversões, e articulados a ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados, exclusivamente, ao comércio - lojas e magazines, e dois setores distintos, o bancário-comercial e o dos escritórios para profissões liberais, representações e empresas, onde foram localizados respectivamente o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Esses núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento e dispõem de autoportos para estacionamento em dois níveis e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa área térrea com sobreloja, de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma seqüência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres.



12. O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a Praça da Municipalidade e a torre radioemissora, que se prevê de planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos estúdios e mais instalações e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura. De um lado, o estádio e mais dependências, tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro, hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico constituindo essas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que pulmões de nova cidade.



13. Na Praça Municipal instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. A penitenciária e o hospício, conquanto afastados do centro urbanizado, fazem igualmente parte deste setor.

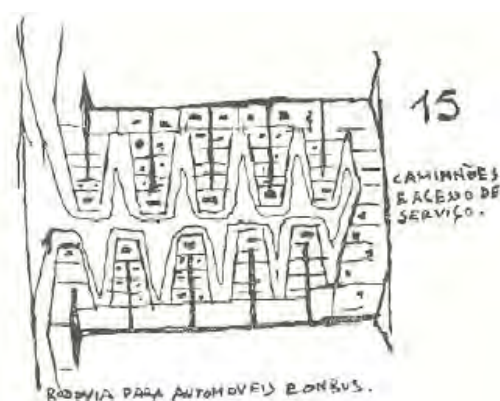


14. Acima do setor municipal, foram dispostas as garagens da viação urbana, em seguida, de uma banda e de outra os quartéis e numa larga faixa transversal o setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias de interesse local, com setor residencial autônomo, zona esta rematada



pela estação ferroviária e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.

15. Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo monumental, vê-se que a fluência e unidade do traçado, desde a praça do Governo até a Praça Municipal, não excluem a variedade e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo praticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo de desempenho arquitetônico de cada setor na harmonia da integração urbanística do todo.



16. Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie

vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem. Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras. Dentro dessas "superquadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém, a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra. Ao fundo das quadras, estende-se a via de serviços para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras a instalação de garagens, oficinas, depósitos de comércio em grosso, etc. e reservando-se uma faixa de terreno equivalente a uma terceira ordem de quadras para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalam-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza. O mercadinho, o açougue, as vendas, quitandas, casas de ferragens etc, na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias, etc na primeira seção da faixa de acesso privativo dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando, assim, as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só. Na confluência das quatro quadras, localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema, a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube de juventude, com campos de jogos e recreio.

17. A graduação social poderá ser dosada facilmente, atribuindo-se maior valor a determinadas quadras, como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda, de acesso autônomo, e via de serviço para o tráfego de caminhões comuns às quadras residenciais. Essa alameda, por assim dizer, privativa dos bairros das embaixadas e legações, se prevê edificada apenas num dos lados, deixando-se o outro com a vista desimpedida sobre a paisagem, excetuando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo do centro da cidade. No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodoviária serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia, em certo grau, a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação. E, seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos

têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, de maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido, deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.

18. Previram-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira para que as casas construídas nos lotes do topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo do serviço para todos os lotes. E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas, de alto padrão arquitetônico — o que não implica tamanho — estabelecendo-se porém, como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional dessas concessões.

19. Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial, evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão e grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.

20. Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e os núcleos de pesca podem chegar à beira d'água. O clube de Golfe situou-se na extremidade leste, contíguo à residência e ao Hotel, ambos em construção e o late Clube, na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até à margem da represa, bordejada neste trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende de sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo. Essa estrada se articula ao eixo rodoviário e também à pista autônoma de acesso direto do aeroporto ao centro cívico, por onde entrarão na cidade os visitantes ilustres, podendo a respectiva saída processar-se, com vantagem, pelo próprio eixo rodoviário-residencial. Propõe-se ainda a localização do aeroporto definitivo na área interna da represa, a fim de evitar-lhe a travessia ou o contorno.

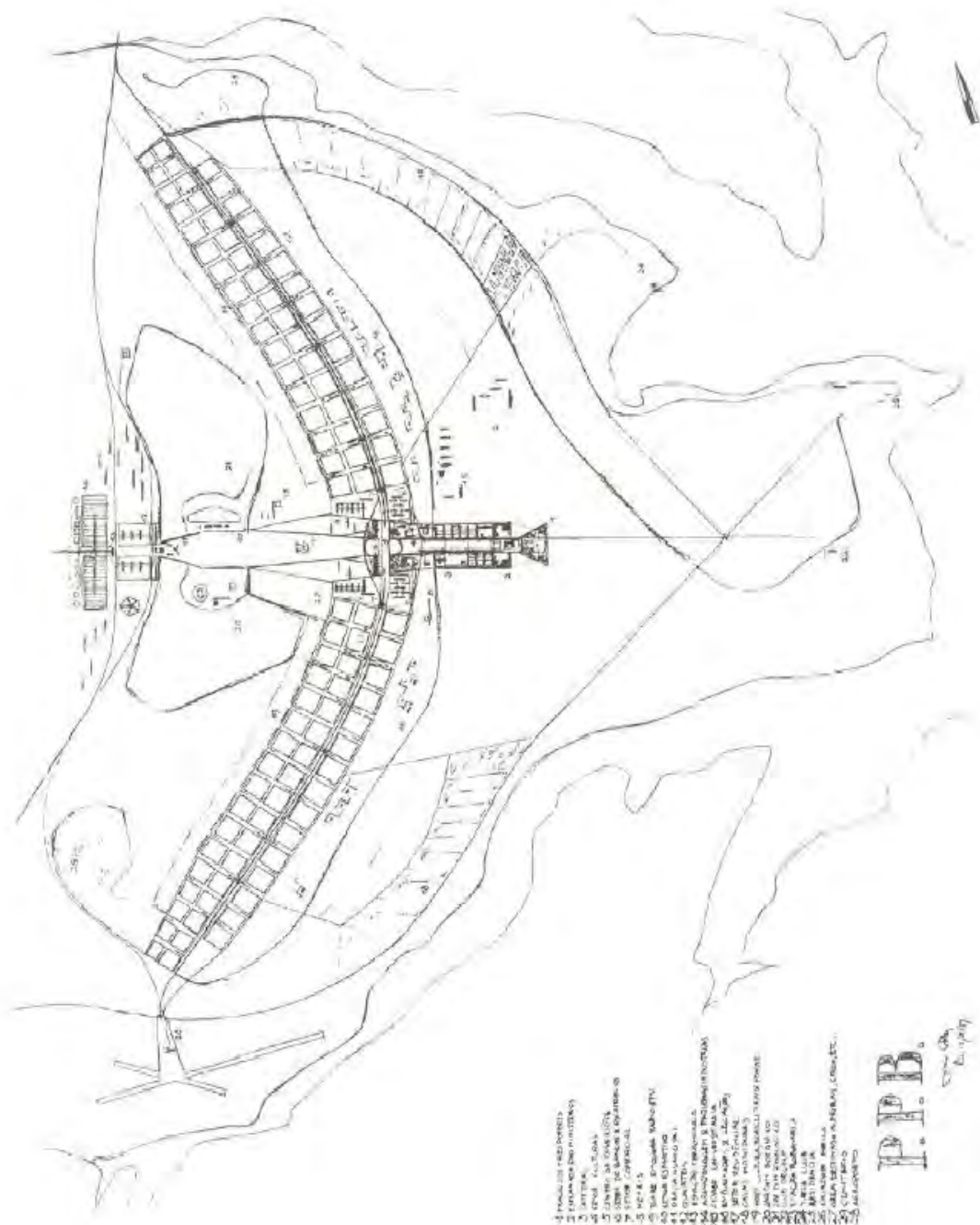
21. Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades NORTE e SUL, as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e, finalmente, o número de apartamentos na forma usual, assim por exemplo: N-Q3 - L - ap 201. A designação dos blocos em relação à entrada da quadra deve seguir da esquerda para a direita, de acordo com a norma.

22. Resta o problema, de como dispor do terreno e torná-lo acessível ao capital particular. Entendo que as quadras não devem ser loteadas, sugerindo, em vez de venda de lotes, a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em

causa e do gabarito, a fim de não entravar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras. Entendo, também, que esse planejamento deveria de preferência anteceder a venda das quotas, mas nada impede que compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da Companhia projeto próprio de uma urbanização de uma determinada quadra, e que, além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia funcione, em grande parte, como incorporadora. E entendo igualmente que o preço das quotas, oscilável conforme a procura, deveria incluir uma parcela com taxa fixa, destinada a cobrir as despesas do projeto no intuito de facilitar tanto o convite a determinados arquitetos, como a abertura de concursos para a urbanização e edificação das quadras que não fossem projetadas pela Divisão de Arquitetura da própria Companhia. E sugiro ainda que a aprovação dos projetos se processe em duas etapas, anteprojeto e projeto definitivo, no intuito de permitir seleção prévia e melhor controle da qualidade das construções. Da mesma forma quanto ao setor do varejo comercial e aos setores bancários e dos escritórios das empresas e profissões liberais, que deveriam ser projetados previamente de modo a se poderem fracionar em subsetores e unidades autônomas, sem prejuízo da integridade arquitetônica, e assim se submeterem parceladamente à venda no mercado imobiliário, podendo a construção propriamente dita, ou parte dela, correr por conta dos interessados ou da Companhia, ou, ainda, conjuntamente.

23. Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia da exigência de aparência contraditória. É assim que, sendo monumental, é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamento, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E, por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que pode ser construída por partes — primeiro as faixas centrais com um trevo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins.

Brasília — capital aérea e rodoviária
Cidade parque.
Sonho arqui-secular do Patriarca



1. FORTIFICATION
2. FORTIFICATION
3. FORTIFICATION
4. FORTIFICATION
5. FORTIFICATION
6. FORTIFICATION
7. FORTIFICATION
8. FORTIFICATION
9. FORTIFICATION
10. FORTIFICATION
11. FORTIFICATION
12. FORTIFICATION
13. FORTIFICATION
14. FORTIFICATION
15. FORTIFICATION
16. FORTIFICATION
17. FORTIFICATION
18. FORTIFICATION
19. FORTIFICATION
20. FORTIFICATION
21. FORTIFICATION
22. FORTIFICATION
23. FORTIFICATION
24. FORTIFICATION
25. FORTIFICATION
26. FORTIFICATION
27. FORTIFICATION
28. FORTIFICATION
29. FORTIFICATION
30. FORTIFICATION
31. FORTIFICATION
32. FORTIFICATION
33. FORTIFICATION
34. FORTIFICATION
35. FORTIFICATION
36. FORTIFICATION
37. FORTIFICATION
38. FORTIFICATION
39. FORTIFICATION
40. FORTIFICATION
41. FORTIFICATION
42. FORTIFICATION
43. FORTIFICATION
44. FORTIFICATION
45. FORTIFICATION
46. FORTIFICATION
47. FORTIFICATION
48. FORTIFICATION
49. FORTIFICATION
50. FORTIFICATION
51. FORTIFICATION
52. FORTIFICATION
53. FORTIFICATION
54. FORTIFICATION
55. FORTIFICATION
56. FORTIFICATION
57. FORTIFICATION
58. FORTIFICATION
59. FORTIFICATION
60. FORTIFICATION
61. FORTIFICATION
62. FORTIFICATION
63. FORTIFICATION
64. FORTIFICATION
65. FORTIFICATION
66. FORTIFICATION
67. FORTIFICATION
68. FORTIFICATION
69. FORTIFICATION
70. FORTIFICATION
71. FORTIFICATION
72. FORTIFICATION
73. FORTIFICATION
74. FORTIFICATION
75. FORTIFICATION
76. FORTIFICATION
77. FORTIFICATION
78. FORTIFICATION
79. FORTIFICATION
80. FORTIFICATION
81. FORTIFICATION
82. FORTIFICATION
83. FORTIFICATION
84. FORTIFICATION
85. FORTIFICATION
86. FORTIFICATION
87. FORTIFICATION
88. FORTIFICATION
89. FORTIFICATION
90. FORTIFICATION
91. FORTIFICATION
92. FORTIFICATION
93. FORTIFICATION
94. FORTIFICATION
95. FORTIFICATION
96. FORTIFICATION
97. FORTIFICATION
98. FORTIFICATION
99. FORTIFICATION
100. FORTIFICATION

P.P.B.

1874

Apreciação do Júri

Suposição: uma "civitas", não uma "urbs".

Críticas

1. Demasiada quantidade indiscriminada de terra entre o centro governamental e o lago.
2. O aeroporto talvez tenha de ser mais afastado.
3. A parte mais longínqua do lago e as penínsulas não são utilizadas para habitações (V. nº 2).
4. Não especificação do tipo de estradas regionais, especialmente com relação a possíveis cidades satélites.

Vantagens

1. O único plano para uma capital administrativa do Brasil.
2. Seus elementos podem ser prontamente apreendidos: o plano é claro, direto e fundamentalmente simples - como, por exemplo, o de Pompéia, o de Nancy, o de Londres feito por Wren e o de Paris de Louis XV.
3. O plano estará concluído em dez anos, embora a cidade continue a crescer.
4. O tamanho da cidade é limitado: seu crescimento após 20 anos se fará (a) pelas penínsulas e (b) por cidades satélites.
5. Um centro conduz a outro, de modo que o plano pode ser facilmente compreendido.
6. Tem o espírito do século XX: é novo; é livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido.
7. O método de crescimento - por arborização, alguns caminhos e a artéria principal - é o mais prático de todos.
8. As embaixadas estão bem situadas, dentro de um cenário variável. A praça dos Três Poderes dá para a cidade, de um lado, e para o parque, do outro. Devemos partir do geral para o particular - e não de modo contrário. O que é geral pode ser expresso de maneira simples e breve; mas é mais fácil escrever uma carta longa do que uma curta. Inúmeros projetos apresentados poderiam ser descritos como demasiadamente desenvolvidos; o de nº22, ao contrário, parece sumário. Na realidade, porém, explica tudo o que é preciso saber nesta fase; e omite tudo que é sem propósito.

Anexo II

Prece Natalícia de Brasília

Guilherme de Almeida

Agora e aqui é a Encruzilhada Tempo – Espaço,
Caminho que vem do Passado e vai ao Futuro;
Caminho do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste;
Caminho de ao longo do mundo:
Agora e aqui todos se cruzam pelo sinal da Santa Cruz.

Ave Cruz; Tanta cruz pelos caminhos,
através tanto do tempo e tanto espaço
Deus de braços abertos para o homem
Do broquel dos Cruzados estampou-se
potentéia de goles e vazada
no velame das naus da Descoberta
Do restelo veio ela ao Mar Ignoto
Na passagem da linha, à noite, quando
Mergulhou no Novo Horizonte e Tramontana
O céu de lua nova persignou-se
No Cruzeiro do Sul do Mestre João.
Vera Cruz, Santa Cruz – Chamou-se a terra
achada e “em tal maneira graciosa
que deu árvore sua à cruz chantada para
a missa e que foi padrão de posse (...).
Crucifixo foi a arma que, nas selvas,
contra as flechas ervadas empunharam
“ad maiorem Dei Gloriam” as missões.
Signo heróico daqueles que partiam do
cruzeiro dos adros aos sertões, foi o gesto,
na gesta das Bandeiras do que elevou
a mão para benzer-se e levou-a depois à cruz da espada.
Presidiu o ansioso cruzamento
dos três sangues que as redes e
as esteiras conchegaram nas ocas e senzalas (...).
E, um dia augural, num alvo papel pregado à prancheta
a cruz sempiterna pousou sua sombra e –
um traço, outro traço – “do gesto primário
de quem assinala um lugar” dois riscos
cortando-se em ângulo reto, e, pois, de uma cruz nascente, Brasília!
E, sublimação do “gesto primário”,
ponto de encontro das fundas raízes do
Tempo e do Espaço, emergentes da Terra em forma de cruz.
E porque és cruz, és Fé;
e porque és Fé, Brasília sozinha no plaino
serás a inatingível, a ilesa:
na ilesa sombra, a teu pés,
não se há de tramar o torvo
conluio dos quatro elementos,
nem contra os teus muros as fúrias adversas prevalecerão.

Chuva que te inunde,
 Vento que te açoite,
 Sol que te incendeie,
 Bruma que te ofusque,
 Astro que te agoure,
 Raio que te toque:
 _ Tu secarás a chuva
 abaterás o vento
 apagarás o Sol,
 Dissiparás a bruma.
 Conjurará o astro,
 Embotará o raio!
 Aí estás, Brasília!
 E como estás vivendo belamente
 Este instante que é,
 De todos os teus instantes, o eternizador;
 Aí estás Brasília de olhar menina
 Menina dos olhos olhando sem mágoa o passado e sem medo o Futuro,
 O centro da Cruz
 Tempo – Espaço, plantada no seu quadrilátero
 Com suas quatro hastes que são quatro séculos
 E são quatro pontos cardeais
 E são quatro ciclos de ação:
 o da Descoberta, o do Bandeirismo,
 o da Independência e o da Integração.
 Feita do fluxo e do refluxo
 das forças que dão poder,
 centrípeta para tornar-se centrífuga,
 Brasília é a tua Cruz da Quarta Dimensão,
 e Tetra grama do Milagre
 Novíssimo que és tu; a que dirá “Presente!”,
 impávida ao chamado do fasto e do nefasto;
 a que é Marco Zero das vias todas,
 da mais ínvia a mais viável;
 o imã parta limalha de aço do trabalho;
 a ponta do compasso autor da Equidistância;
 Brasília, a tua Cruz que é
 Presépio também e a cujos pés a ti,
 no teu Natal rogamos:
 - Barca da Esperança,
 Carta de marcar,
 Rosa dos Ventos,
 Vela da Conquista,
 Figura de proa,
 Bandeira de popa,
 Torre de comando,
 Estrela do mareante,
 Porto do destino,
 Ancora da firmeza,
 Portal do sertão,
 Corda de arco,
 Ferpe de flecha,
 Doutrina de taba,

Foice de desbravamento,
Clareira da selva,
Clarinada no ermo,
Bateia de garimpo,
Diadema das esmeraldas,
Crizol de raças,
Ara da liberdade,
Trono do império,
Barrete frígio,
Toque de Alvorada,
Meta das metas:
- Vive por nós!

Ano I, dia 1º de Brasília

Anexo III

Ante o perigo externo e para preservar a integridade da Capitania na unidade do país, João Fernandes Vieira, nos meados do século XVIII, sugere a escolha de duas regiões "As mais longes do mar" para sede dos habitantes de Pernambuco. O Marquês de Pombal, por 1761, pensa em erguer no sertão uma cidade, não apenas Capital da Colônia, mas do Reino, a meio Caminho da África e das Índias, na rota das linhas vitais do seu Comércio. Quando, em 1807, a Família Real emigra para o Brasil, vários Conselhos haviam sido emitidos em favor de semelhante providência.

Os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira 1789/1792 revelam que "A Capital se havia de mudar para São João Del Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos; e que nesta se havia de abrir estudos, como em Coimbra, em que também se aprendessem leis" - No depoimento do tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, José de Resende Costa Filho, Padre José da Silva de Oliveira Rolim, e outros, que afirmam ser "O malvado alferes" Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, a pessoa de quem teriam ouvido a assertiva.

Em notas de 1821, para instruções do Governo Provisório de São Paulo aos deputados às Cortes de Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva preconiza "Criar uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Regência que poderá ser em 15º de latitude, em sítio sadio, ameno, fértil, e junto a algum rio navegável" e "abrir desta caminhos de terra para as diversas províncias e portos de mar", cabendo-lhe a primazia, em 1823, de sugerir o nome Brasília que pela primeira vez ocorrera no ano anterior, em escrito anônimo.

A Francisco Adolfo Varnhagen se deve, a meio século passado, a mais acurada campanha pela interiorização. "Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do governo imperial?", pergunta numa de suas memórias. "Cremos haver deixado demonstrada a conveniência da exclusão de todos os portos do mar", responde, acrescentado razões de comunicação, transporte, produção, segurança, clima, assistência e ação civilizadoras - que militam para que fique "A distância igual dos cinco pontos, Rio, Bahia, Cidade de Oeiras, Cuiabá e Curitiba".

Em 1822, os deputados brasileiros às Cortes de Lisboa advogam a interiorização da Capital; a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, a possibilita; a Constituição Federal de 1891 acolhe a idéia de transferência da Capital da República para o Planalto Central; a Constituição Federal de 1934 reitera o dispositivo sobre a mudança da Capital para um ponto central do Brasil; a Carta de 1º de novembro de 1937 a torna mera possibilidade, mas a Constituição Federal de 1946 consagra em definitivo a decisão - que aguardaria o executor.

Em sua campanha eleitoral pela presidência da república, Juscelino Kubitschek de Oliveira mantém em cada localidade vivo diálogo com o povo, para ouvir-lhe aspirações e anseios. A 4 de abril de 1955, em Jataí, pequena cidade de Goiás, é inquirido por um popular se é seu propósito construir a nova capital no interior do país. "Cumprirei em toda a sua profundidade a Constituição e as leis. A Constituição consagra a transferência. É necessário que alguém ouse iniciar o empreendimento - e eu o farei", responde o candidato.

A 18 de abril de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek assina em Anápolis a mensagem ao Congresso Nacional em que propõe a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital NOVACAP - "Com a finalidade precípua de promover o planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura metrópole nacional". E a 19 de setembro do mesmo ano o Congresso Nacional decreta e o Presidente da República sanciona a lei no 2.874, que "dispõe sobre a mudança da capital federal e dá outras providências".

A 24 de setembro de 1956, o Presidente da República aprova, pelo decreto no 40.017, a constituição da sociedade por ações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital nomeando Israel Pinheiro da Silva presidente, Bernardo Saião Carvalho de Araújo, Ernesto Silva e Íris Meinberg diretores. Publicado o edital para o concurso nacional do plano piloto, o júri - integrado pelos arquitetos e urbanistas William Holford, André Sive, Stamo Papadaki, Oscar Niemeyer, Hildebrando Horta Barbosa e Paulo Antunes Ribeiro - declara...

Vencedor o projeto do arquiteto Lúcio Costa, que antevê a cidade "A um tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional", "concebida não como simples organismo capaz de encher satisfatoriamente sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como URBS, mas como CIVITAS", nascida, "do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz".

Três de maio de 1957: "No dia do aniversário da descoberta e da primeira missa nas terras de Santa Cruz, muito nos agrada que tão fausta data seja recordada com a celebração da primeira missa em Brasília. Pedindo a Deus que continue a derramar sobre a generosa nação brasileira os seus celestes favores, para que progrida e prospere à luz do Evangelho e dos ensinamentos da igreja, concedemos de coração a Vossa Excelência, às autoridades presentes, à sugestiva cerimônia e a todo o querido povo brasileiro a nossa especial benção apostólica" . PIVS PP XII.

A 1o de outubro de 1957, do presidente da República, à sanção da lei no 3.273, que fixa o dia 21 de abril de 1960 para a mudança da Capital: Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a nação dá após a sua independência política, para a sua plena afirmação, como povo que tomou, a seus ombros uma das mais extraordinárias tarefas que a história viu atribuir-se a uma coletividade: a de povoar e civilizar as terras que conquistou, vastas como um continente; a de integrar, na comunhão dos povos, um dos mais ricos territórios do mundo".

"Brasília representa para todos os que nela colaboramos experiência tão cheia de lutas e ensinamentos que nunca poderá ser esquecida ... lembro com admiração o entusiasmo com que Juscelino Kubitschek conduziu os trabalhos durante três anos, lutando decididamente contra a oposição mais obstinada ... espero que Brasília seja uma cidade de homens felizes; homens que sintam a vida em toda a plenitude, em toda a fragilidade; homens que compreendam o valor das coisas simples e puras - um gesto, uma palavra de afeto e solidariedade". Oscar Niemeyer.

"Brasília só pode estar aí ... porque a fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós ... a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer. Viestes alguns de Minas Gerais outros dos estados limítrofes, a maioria do Nordeste. Caminhastes de qualquer maneira até aqui ... porque ouvistes, de longe, a mensagem de Brasília; porque vos contaram que uma estrela nova iria acrescentar-se às outras vinte e uma da Bandeira da Pátria. Reconheço e proclamo, neste momento, que sois expressão da força propulsora do Brasil". Juscelino Kubitschek.

1960 A.D.: "Viramos no dia de hoje uma página da história do Brasil. Prestigiado, desde o primeiro instante, pelas duas casas do Congresso Nacional e amparado pela opinião pública ... damos por cumprido o nosso dever mais ousado, o mais dramático dever". "Neste dia - 21 de abril - consagrado ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ao centésimo trigésimo oitavo ano da independência e septuagésimo primeiro da República, declaro, sob a proteção de Deus, inaugurada a cidade de Brasília, capital dos Estados Unidos do Brasil". - Juscelino Kubitschek.

Porque cristalizou em sua sensibilidade e vocação de estadista essa aspiração do povo brasileiro; porque presidiu com ânimo inquebrantável a todos os atos de sua construção; porque acompanhou com espírito alerta e sem fadiga cada passo à frente; porque superou com vigor indomável todas as críticas iconoclastas; porque estimulou com audácia, energia e confiança todos os seus comandados - por tudo isso é erguido este memorial de Brasília, que consagra a sua maior obra - Meta das Metas...

... A fim de que os brasileiros de hoje e os de amanhã recebam esta herança, e a honrem, e a aprimorem, e a engrandeam, na perpetuação da cidade do homem dignificado pelo trabalho, pela fraternidade, pela paz. "Brasileiros! daqui, do centro da pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã".

Anexo IV

Políticos envolvidos mais ativamente nos debates sobre a transferência da Capital Federal para o Planalto Central*:

Adolpho Affonso da Silva **Gordo** (SP)

Alcides de Mendonça **Lima** (RS)

Alexandre Stockler Pinto de Menezes (MG)

Alfredo **Cassiano do Nascimento** (RS)

Alfredo Ellis (SP)

Amaro Cavalcanti (RN)**

Américo Lobo (MG)

Anfrísio Fialho (PI)

Antão Gonçalves de **Faria** (RS)

Antonio Adolpho **Menna Barreto** (RS)

Antonio Amaro da **Silva Canedo** (GO)

Antonio Borges de **Ataíde Junior** (ES)

Antonio da **Silva Paranhos** (GO)

Antonio Justiniano **Esteves Junior** (SC)

Antonio Moreira da Silva (SP)

Antonio **Pinheiro Guedes** (MT)

Aquilino do Amaral (MT)**

Aristides César Spínola Zama (BA)

Aristides de Araújo **Maia** (MG)

Astolpho Pío da Silva Pinto (MG)

Augusto de Oliveira Pinto (RJ)

Belarmino Carneiro (PE)

Manoel Inácio **Belfort Vieira** (AM)

Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo (PR)

Caetano Manoel de **Faria e Albuquerque** (MT)

Carlos Antonio de **França Carvalho** (RJ)

Carlos Augusto **Campos** (SC)

Carlos Justiniano das Chagas (MG)

Costa Machado (MG)

Dionísio E. de Castro Cerqueira (BA)

Domingos Correa de **Moraes** (SP)

Domingos José da **Rocha** (MG)

Eliseu de Souza Martins (PI)

Felipe Schmidt (SC)

Fernando Abbott (RS)

Firmino Pires Ferreira (PI)
 Francisco Álvaro **Bueno de Paiva** (MG)
Francisco Coelho Duarte **Badaró** (MG)
 Francisco **Correa Rabelo** (MG)
 Francisco de Paula **Leite Oiticica** (AL)
 Francisco **Prisco** de Souza **Paraíso** (BA)
Francisco Luiz da **Veiga** (MG)
Garcia Dias P. de C. e Albuquerque (BA)
Generoso Marques dos Santos (PR)
Gonçalo de Lago Fernandes Bastos (CE)
Henrique Alves de **Carvalho** (MA)
João Antonio de **Avellar** (MG)
 João **Batista da Motta** (RJ)
 João Batista de **Sá Andrade** (PB)
João **Batista Laper** (RJ)**
 João da Silva **Retumba** (PB)
 João das **Chagas Lobato** (MG)
 João **Thomas Carvalhal** (SP)
João Vieira de Araújo (PE)
Joaquim de Oliveira Catunda (CE)**
 Joaquim de Souza **Mursa** (SP)
 Joaquim Francisco de **Abreu** (RS)
 Joaquim **Leonel** de Resende **Filho** (MG)
 Joaquim **Nogueira Paranaguá** (PI)
 Joaquim **Pereira da Costa** (RS)
 Joaquim Xavier **Guimarães Natal** (GO)
 José Augusto **Vinhaes** (DF)
José Bevilaqua (CE)
 José Cândido de **Lacerda Coutinho** (SC)
José de Melo Carvalho **Muniz Freire** (ES)
 José Ferreira **Cantão** (PA)
 José Freire **Bezerril** Fontenelle (CE)
José Gomes **Pinheiro Machado** (RS)
José Hygino Duarte Pereira (PE) **
José Joaquim de **Almeida Pernambucano** (PE)
 José Joaquim **Ferreira Rabelo** (MG)
 José **Leopoldo de Bulhões** Jardim (GO)**
José Mariano da Cunha (PE)
Júlio Anacleto **Falcão da Frota** (RS)
Júlio de Castilhos (RS)**

Lauro Severiano Muller (SC)**
Lopes Trovão (DF)**
Manoel **Uchôa Rodrigues** (AM)
Manuel de **Moraes Barros** (SP)
Manuel Luiz da **Rocha Osório** (RS)
Manuel Presciliano de **Oliveira Valladão** (SE)**
Marciano Augusto Botelho **de Magalhães** (PR)
Martinho da Silva **Prado Jr.** (SP)
Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas (MG)
Paulino Carlos de Arruda Botelho (SP)
Pedro Américo de Figueiredo (PB)
Policarpo Rodrigues **Viotti** (MG)
Ramiro Fortes de Barcelos (RS)
Raulino Horn (SC)
Rodolpho N. Rocha Miranda (SP)
Sebastião **Fleury Curado** (GO)
Severino dos Santos **Vieira** (BA)
Teodoro Alves Pacheco (PI)
Thomas Delphino (DF)
Urbano Marcondes dos Santos Machado (RJ)
Vicente Antonio do **Espírito Santo** (PE)
Virgílio Damásio (BA)**
Vitorino Ribeiro Carneiro **Monteiro** (RS)

*Em negrito destaquei seus nomes como eram conhecidos politicamente; os que estão sublinhados ocupavam cadeiras no Senado da República, os outros eram Deputados da Câmara Federal.

**Representantes que compuseram a Comissão de 21 representantes (um de cada unidade da federação) para apreciar o Projeto Constitucional apresentado pela Comissão responsável pela sua elaboração.

Anexo V

Artigos do projeto apresentado pela Comissão nomeada pelo Governo Provisório da República para elaboração do projeto constitucional a ser discutido e votado.⁵⁴⁸

Projeto de Américo Brasiliense de Almeida e Melo

Art. 2º As antigas províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás ficam constituídas em Estados, com seus atuais limites.

O Distrito Federal, outrora Município Neutro, passará à categoria de Estado, desde que a sede do governo seja transferida para outra parte, em virtude de ato do Congresso Nacional.

548 O Governo Provisório nomeou, através do Decreto nº 29, em 03 de dezembro de 1889, uma comissão, composta por cinco membros, para a redação do projeto que seria apresentado à Assembléia Constituinte para a discussão e feitura da nova Constituição. Saldanha Marinho, que seria o seu Presidente, Rangel Pestana, Antônio Luiz dos Santos Werneck, Américo Brasiliense de Almeida Mello e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro foram os escolhidos, todos antigos republicanos, sendo que os dois primeiros haviam assinado o Manifesto Republicano de 1870, importante documento em defesa da República.

A Comissão deliberou, para a organização dos trabalhos, que cada membro seu apresentaria um projeto, o que realmente ocorreu, à exceção de Santos Werneck e Rangel Pestana, que resolveram apresentar um trabalho conjunto, e de Saldanha Marinho, que, na condição de Presidente da Comissão, não apresentou proposta. Concluídos os projetos, foi, então, unificado o trabalho da Comissão, que apresentou o projeto definitivo ao Governo Provisório em 30 de maio de 1890. Antes de apreciado pela Assembléia Constituinte, foi ainda o projeto revisado e retocado por Rui Barbosa. Este projeto também foi submetido à apreciação de uma Comissão formada por 21 membros da Assembléia Nacional Constituinte. Havia um representante por unidade da federação. A Comissão era composta pelos seguintes Constituintes: Francisco Machado (Amazonas), Lauro Sodré (Pará), Casimiro Júnior (Maranhão), Teodoro Pacheco (Piauí), Joaquim de Oliveira Catunda (Ceará), Amaro Cavalcanti (Rio Grande do Norte), João Neiva (Paraíba), José Higino (Pernambuco), Sabino Besouro (Alagoas), Oliveira Valadão (Sergipe), Virgílio Damásio (Bahia), Gil Goulart (Espírito Santo), Bernardino de Campos (São Paulo), João Batista Lapér (Rio de Janeiro), Ubaldino do Amaral (Paraná), Lauro Müller (Santa Catarina), Júlio de Castilhos (Rio Grande do Sul), João Pinheiro (Minas Gerais), Lopes Trovão (Capital Federal), Leopoldo de Bulhões (Goiás) e Aquilino do Amaral (Mato Grosso);

Projeto de Antonio Luiz Santos Werneck e Francisco Rangel Pestana

Art. 15. O território do Distrito Federal, onde assentará a capital da União, não será superior em extensão ao atual Município Neutro, e o seu poder legislativo e executivo, assim como sua administração, mediata ou imediatamente, ficam a cargo do Presidente da República.

Art. 16. Este território e a capital da República serão escolhidos por lei do Congresso. Caindo a escolha dentro dos limites de um ou mais Estados, será preciso o assentimento destes; mas a área cedida ficará desligada e independente, enquanto não for daí transferida a capital federal, voltando se o for a incorporar-se no Estado ou Estados a que pertenceu em todo ou em parte, salvas as hipóteses do art. 9º.

Projeto de José Antonio Pereira Magalhães Castro

Art. 3º As autoridades que exercem o Governo federal residirão no lugar, que será designado para a Capital da União, por lei especial do Congresso.

Parágrafo único.

Mudada a sede da União, a atual capital será incorporada ao Estado do Rio de Janeiro.

Projeto final da comissão de juristas (Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Santos Werneck, Rangel Pestana e Magalhães Castro)

Art. 2º As antigas províncias são consideradas Estados; e o Distrito Federal, outrora Município Neutro, continuará a ser capital da União até que o Congresso resolva sobre a transferência.

Parágrafo único. Escolhido para esse fim, o território com assentimento do Estado ou Estados de que houver de ser desmembrado, o referido Distrito será anexado ao Estado do Rio de Janeiro ou formará novo estado conforme determinar o Congresso.

Emenda de Rui Barbosa

Art. 2º. Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo Município Neutro o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso.

Parágrafo Único. Se o Congresso resolver mudar a Capital, escolhido para esse fim, o território com o assentimento do Estado ou Estados, de que houver de desmembrar-se, passará esse distrito de *per si* a constituir um Estado.

Texto final do projeto

Art. 2º. Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo Município Neutro [constituirá] o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso.

Parágrafo único. Se o Congresso assentar em (resolver a) mudança da Capital, escolhido para esse fim, o território, mediante o consenso do Estado ou Estados de que houver de se desmembrar-se passará o [atual] Distrito Federal de *per si* a constituir um Estado.

Projeto de Constituição

Art. 2º. Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso.

Parágrafo Único. Se o Congresso resolver a mudança da Capital, escolhido, para este fim, o território, mediante o consenso do Estado ou Estados de que houver de desmembrar-se, passará o atual Distrito Federal, de *per si*, a constituir um Estado.

Projeto João Coelho Gomes Ribeiro

Art. 4º. A Capital da República será transferida para uma das cidades do Estado do Rio de Janeiro, que oferecer condições de salubridade, população reduzida e comunicação por via férrea com a atual capital.

Art. 5º. O distrito da nova capital constituirá o Distrito Federal.

Art. 6º. O Município Neutro será incorporado ao Estado do Rio de Janeiro ou formará novo Estado, conforme resolver o Congresso.

Projeto de Brasília Rodrigues dos Santos

Art. 5º. A sede do governo federal continua a ser a cidade do Rio de Janeiro, com o território do Município Neutro enquanto outro local não for designado por lei especial da Assembléia Federal, obtida a cessão do território necessário do estado ou dos estados a quem pertencer.

Anexo VI

Projeto nº 71 – 1891

Autoriza as despesas necessárias para a exploração e demarcação da superfície de 14.400 Km² no Planalto Central do Território da República, de acordo com o artigo 3º da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as despesas necessárias para mandar, sem perda de tempo, explorar e demarcar no planalto central do território da República, em situação que fique, quanto possível, eqüidistante dos pontos extremos do mesmo território a superfície de 14.400 km², pertencente à União, de acordo com o artº 3 da Constituição Federal.

Parágrafo Único: O Governo dará à Comissão que nomear para a execução desse trabalho as instruções necessárias, incumbindo-lhe de apresentar com relatório circunstanciado, contendo todas as informações e esclarecimentos úteis, a planta completa de toda a superfície demarcada, e indicação do local que lhe parecer preferível para assento da futura capital,

Art. 2º Aprovados pelo governo os trabalhos da comissão, e escolhida a área em que deva ser construída a cidade que será a capital federal, abrirá o mesmo governo imediatamente concorrência no país e no estrangeiro, a propostas para a construção de edifícios públicos necessários à instalação da nova capital, contratando afinal, depois de maduro exame das respectivas propostas, com quem mais vantagens oferecer; contanto que seja empresa nacional legalmente constituída, ou estrangeira autorizada a funcionar no país, e ofereça quer uma, quer outra, todos os requisitos de idoneidade.

§ 1º Os proponentes, além das provas de sua idoneidade e de outros esclarecimentos que lhe possam ser exigidos, deverão instruir suas propostas com

projetos e plano geral da futura cidade, desenhos e plantas de ruas, praças, fontes, logradouros, etc., plantas e perfis dos edifícios públicos que se propuserem construir, atendendo-se, em tudo, com o devido rigor, às prescrições de higiene e às regras da estética e da arte.

§ 2º Para poupar encargos maiores ao Tesouro da União, fica ainda o governo autorizado a estipular, em favor da empresa cuja proposta for proferida, as seguintes concessões:

1ª) De terrenos até à superfície de 36 Km² no local em que tiver de ser assente a futura capital; ficando, porém, salvo à União o direito de, em todo o tempo, e independentemente de indenização, apropriar-se dentro da área concedida, de qualquer porção, não edificada, de que vier a precisar para fins de necessidade, ou utilidade pública;

2ª) De vias-férreas, de navegação fluvial ou de qualquer outro sistema de viação para comunicar a capital com os diversos Estados da União;

3ª) De carris urbanos, de suprimento de água, de esgotos de excreto, águas servidas e pluviais, de redes telefônicas e de outros serviços tendentes a satisfazer, na futura capital, as comodidades reclamadas pela civilização;

4ª) De isenção de décimas, por determinado tempo, ou de quaisquer impostos relativos aos prédios que forem construídos, até ao termo do prazo de dez anos contados da data de inauguração da futura capital.

Art. 3º: Revogam-se as disposições em contrário.

Substitutivo 71-B aprovado em 2ª discussão

Concede ao Poder Executivo o crédito de 250.000\$ para mandar estudar, escolher e demarcar no planalto central da República a superfície de 14.400 quilômetros para nele ser estabelecido a futura Capital Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedido ao Poder Executivo o crédito de 250:000\$ para mandar estudar e demarcar no Planalto Central da República a superfície de 14.400

quilômetros para nele ser estabelecida a futura Capital federal, de conformidade com o art. 3º da Constituição.

Oportunamente serão apresentados ao Congresso:

Planta da nova Capital;

as plantas e orçamentos dos edifícios necessários ao serviço público;

Indicação das comunidades necessárias da nova Capital com os diversos pontos da República em sistema com o plano geral de viação;

avaliação dos diversos edifícios públicos da atual Capital federal, que deixaram de ser necessários aos serviços da União, para serem vendidos oportunamente em concorrência pública e o produto das vendas aplicado aos edifícios da mesma categoria na nova capital.

Art. 3º O Poder Executivo providenciará desde logo quanto à salvaguarda das terras devolutas e matas do novo Distrito Federal.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a contratar, mediante concorrência pública:

1º) Os esgotos da nova capital;

2º) O abastecimento de água;

3º) A iluminação pública.

Artigo 5º. A iluminação será de preferência a elétrica, sendo concedido também à empresa que se encarregar deste serviço a transmissão e distribuição de força motriz elétrica às indústrias da nova capital.

Art. 6º Depois de demarcado o novo Distrito federal, o Poder Executivo fará estabelecer burgos agrícolas nas suas proximidades, concedendo os favores já estabelecidos por lei.

Art. 7º O Poder Executivo concederá à empresa, mediante concorrência, certo número de lotes urbanos, para serem construídas habitações para empregados públicos e classes menos abastadas, concedendo os favores que julgar conveniente, porém impondo a condição do inquilino resgatar a casa mediante uma quota mensal, paga com o respectivo aluguel.

Art. 8º Os lotes urbanos são concedidos nominalmente às pessoas que quiserem estabelecer-se na nova Capital, determinando o Poder Executivo as condições de venda e das construções.

Art. 9º As empresas que se organizarem para a construção dos melhoramentos indispensáveis a nova cidade pagarão 10% dos lucros em benefício da municipalidade e resgate dos edifícios públicos do Distrito Federal da futura Capital.

Anexo VII

Membros da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil

Membros	Nascimento e Morte	Local de nascimento	Profissão
Luiz Cruls		Bélgica	Astrônomo
Julião de Oliveira Lacaille	(1851 - 1926)		Astrônomo
Antonio Martins de Azevedo Pimentel	(- 1928)	Vassouras - RJ	Médico
Henrique Morize	(1861 - 1930)	França	Astrônomo
Pedro Gouveia			Médico
Celestino Alves Bastos			Ajudante
Augusto Tasso Fragoso (general)	(1869 – 1945)	São Luís - MA	Secretário
Hastimphilo de Moura (Marechal) autor das Cadernetas da Missão Cruls			Ajudante
Alípio Gama	(1863 – 1935)	RS	Ajudante
Antonio Cavalcante de Albuquerque			Ajudante
Alfredo José Abrantes Militar			Farmacêutico
Eugenio Hussak			Geólogo
Ernesto Ule			Botânico
Felicissimo do Espírito Santo			Auxiliar
Antonio Jacinto de Araújo Costa			Auxiliar
João de Azevedo Peres Cuiabá			Auxiliar
José Paulo de Mello			Auxiliar
Eduardo Chartier			Mecânico
Francisco Souto			Ajudante
Pedro Carolino Pinto de Almeida			Comandante
Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim			Alferes
Henrique Silva			Alferes

Bibliografia

1. Livros e Teses

- ABREU, Regina. *O Enigma dos Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Massangana, 2005.
- _____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar. As fronteiras da Discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALVES, Elder Patrick Maia. *A Configuração Moderna do Sertão*. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2004, (Dissertação de Mestrado).
- ALVIM, Clara de Andrade (Coord.). *Os Cine-jornais sobre o período da construção de Brasília*. Brasília: Funarte, 1983.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e Persuasão. Ensaio sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AZEVEDO, André Nunes. *Rio de Janeiro. Capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE, Depext – SR 3 – UERJ, 2003, p. 45.
- BACZO, Bronislau. "Imaginação Social." In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, Vol. 5 Antrophos-Homem.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BAXANDALL, Michael. *O Olhar Renascente. Pintura e Experiência Social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português – séculos XVI – XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BLOCH, Marc. *Introdução a História*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- BOLLE, Willi. *grandesertão.br*. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Ed. 34, 2004.
- BOMENY, Helena. *Guardiões da Razão. Modernistas Mineiros*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- BOMENY, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória/Sertão. Cenários, Cenas, Pessoas e Gestos nos Sertões de João Guimarães Rosa e Manuelzão*. São Paulo: Editora Cone Sul/Editora Uberaba, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. *L'Identité de la France. Espace et Histoire*. Paris: Flammarion, 1990.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. Bauru:Edusc, 2004.
- BURKE, Peter e PORTER, R. *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 1993.
- CÂMARA, Ivany Neiva. *Imaginando a Capital: Cartas a JK (1956 – 1960)*. Tese de Doutorado. PPGHIS: Universidade de Brasília, 2008.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um Historiador fala de Metodologia e Antropologia.Ensaio*. Bauru: Edusc, 2005.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, Carlota. *Sertão*. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 2000.
- CAVALCANTE, Raquel (coord.) *Minha Mala, Meu Destino*. Brasília: Alhambra, 1988.
- CAVALCANTI, Lauro (org.) *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: MINC – Iphan, 2000.
- CEBALLOS, Viviane Gomes de. *“E a história se fez cidade...”: construção histórica e historiográfica de Brasília*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005 (Dissertação de Mestrado).
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *Artes de fazer. A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, vol 1.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade. Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *A Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa (orgs.). *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*. São Paulo: Cosac&Naif, s/d.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia. A História entre Certezas e Inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002
- _____. *Do Palco à Página: publicar teatro e ler romances na época moderna – (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHAUL,Nars Fayad. *Caminhos de Goiás. Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia: UFG, 2002.

- COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Catálogo da Exposição *Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII*. Lisboa: Cordoaria Nacional, 1997.
- CONNERTON, Paul. *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- CRULS, Luiz. *Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- CORBIN, Alain. *O Território do Vazio. A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DEBS, Sylvie. *Cinema e Literatura no Brasil. Os Mitos do Sertão: emergência de uma identidade nacional*. Fortaleza: Interarte, 2007.
- FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo-Edusp, 1991.
- FABRIS, Annateresa (org.) *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1994.
- FARIAS, Darcy Dornelas de. *Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás (1955 – 1958)*. Brasília, 2006, UnB, Dissertação de mestrado.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social. Novas Perspectivas sobre o passado*. Lisboa, Teorema, 1994.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 – 1940)*. São Paulo: Unesp, 2002.
- FONTANA, Riccardo. *Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro*. Brasília: R. Fontana, 2004. (Brasília: Charbel)
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRADE, Pedro Miguel. *Figuras do Espanto. A Fotografia antes de sua cultura*. Lisboa: Edições Asa, 1992.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790 – 1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- GALASSI, Peter. *Before Photography. Painting and the Invention of Photography*. Nova York: The Museum of Modern Art, 1981.
- GELL, Alfred *Art and Agency. An Anthropological Theory*. Oxford – Nova York: Clarendon Press, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GLORIA, José Carlos Monteiro da. *Quando aqui era sertão. Fragmentos do Cotidiano e Representações do Território: Planaltina na primeira metade do século, nas lembranças de antigos moradores*. Brasília: UnB, 1999, Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UnB.
- GOMBRICH, Ernst. *The Image and the Eye. Further Studies in the psychology of pictorial representation*. Londres: Phaidon Press Ltd, 1994.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro (org.) *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005.

- GOMES, Ângela de Castro et alli (org.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira:CPDOC, 2002.
- GOMES, Paulo Emílio Salles *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*, São Paulo: Perspectiva, 1984.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando. Nos Varadouros do Mundo*. Brasília: Ibama, 2003.
- HARTOG, François. *A Memória de Ulisses.Narrativa sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- HEFFNER, Hernani. *Miragens do Sertão*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2003, pp. 29-32, (catálogo da exposição).
- HEIDEGGER, Martin. *History of The Concept of Time. Prolegomena*. Indianápolis: Indiana University Press, 1992.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*.São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia..* São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- HOMERO. *Odisséia* São Paulo: Cultrix, 1989.
- KLINGENDER, Francis Donald. *Art and The Industrial Revolution*. Nova York: Schocken Books, 1970.
- KOK, Gloria. *O Sertão Itinerante. Expedição da Capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado.Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC – Rio, 2006.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.
- KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins e MELLO, Maria Thereza Negrão de (org.) *Os Espaços da História Cultural*. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- JOLY, Martine. *Introdução à Análise da Imagem*. Campinas: Papirus, 1996.
- LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LARA, Cecília de. *Comentários e Notas à edição fac-similar de 1982 de Pathé-Baby*. São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- LEITE, Miriam Moreira. *Livros de Viagem – 1803 –1900*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997,
- LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- LOUREIRO, Ana Claudia Nonato da Silva. *Rio de Janeiro, uma análise da perda recente de centralidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, (Dissertação de Mestrado).
- MACHADO, Arlindo. *A Ilusão Especular. Introdução à Fotografia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MANZON, Jean. *Flagrantes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoras Bloch, 1950.
- MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARTINS, José de Souza (org.) *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília:INL, 1987.
- MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira. *Arte e Fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.
- MENDES, Ricardo. *A revista S.PAULO: a cidade nas bancas*. Campinas: Unicamp, (3): 91-97, dez.1994.
- MENEZES, Maria Lúcia Pires. *Parque Nacional do Xingu: a construção de um território estatal*. São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la Perception*. Paris: Edições Gallimard, 1945.
- MICELI, Sergio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MIRANDA, Wander Melo. *Anos JK. Margens da Modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial, Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
- MOREIRA, Vânia *Brasília: a Construção da Modernidade. Um meio para muitos fins (1956-1961)*. Vitória: EdUfes, 1998.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes. 2003.
- MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MURARI, Luciana. *Tudo o Mais é Paisagem. Representações da Natureza na Cultura Brasileira*. São Paulo: USP, 1992, (Tese de Doutorado).
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Editora UnB, 1981.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite na virada do Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEGRÃO DE MELLO, Tereza. *O espetáculo dos moradores do símbolo: mobilização por Diretas-Já da perspectiva de Brasília*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1988.
- NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O Papel Político-Educativo de A Informação Goyana na Construção da Nacionalidade*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- NIEMEYER, Oscar. *Minha Experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- NORA, Pierre (org.) *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto/Gallimard, 1997.
- NUNES, José Walter. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense;Brasília:CNPq, 1990.
- OLIVEIRA, Marcio de. *Brasília: O mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

- ORLANDI, Eni Pulcinalli. *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- _____. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 2002.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Fernão e MIRANDA, Luiz Felipe. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Senac – São Paulo, 2000.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança. A Experiência dos Trabalhadores na Construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas Anãs do Sertão. O Cerrado na História das Minas Geras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, Vol. 1
- _____. *Sertão, Lugar Desertado. O Cerrado na Cultura das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, Vol. 2.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1997, Tomo III.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília*. Brasília, UnB, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- ROSAS, Roberta Jenner. *Do Paraíso ao Grande Hospital: dois olhares da ciência sobre o Sertão (Goiás 1892 – 1912)*. UnB: Brasília, 1996, (Dissertação de Mestrado).
- SÀ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006
- _____. *O Brasil “Modelado” na Obra de Belisário Penna*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999, (Dissertação de Mestrado).
- SALGUEIRO, Valéria. *Paisagens de Sonho e Verdade. Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México nos álbuns ilustrados de oito viajantes*. Rio de Janeiro: Fraiha, 1998.
- SANTOS, Michelle dos. *A Construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)*. Departamento de História, Universidade de Brasília, 2008, (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZ, Jorge (org.). *Da Antropofagia à Brasília*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo sociedade e Cultura nos primeiros anos 20*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A Construção de Brasília. Modernidade e Periferia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

- SILVA, Marcos Antonio da. *A República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SOUZA, Candice Vidal e. *A Pátria geográfica: as representações de sertão e litoral e a construção da nação no pensamento social brasileiro*. Brasília: UnB, 1996, dissertação de mestrado.
- STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras da Civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SUSSEKIND, Flora. *As Revistas do Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- _____. *Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *O Brasil Não é Longe Daqui. O Narrador e a Viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TAMANINI, Lourenço Fernando. *Brasília - Memória da Construção*. Brasília:Projecto, 2003
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado. História Oral*. Rio de Janeiro:Paz e terra, 2002.
- TUAN, Yi-fu. *Topofilia. Um Estudo da Percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
- VELLOSO, Mônica Pimenta Velloso. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História. Foucault revoluciona a História*. Brasília, Editora da UnB, 1980.

2) Artigos

- ANDRADE, Carlos Drummond de. "Lúcio Costa na repartição." In: CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Minc – Iphan, 2000.
- ARASSE, Daniel. "O Artista". In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- BACZO, Bronislau. "Imaginação Social." In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, Vol. 5 Antrophos-Homem.
- BARBOSA, Francisco de Assis. "Prefácio".In: LARA, Cecília de.*Comentários e Notas à edição fac-similar de 1982 de Pathé-Baby*. São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982.
- BERTRAN, Paulo. "Prefácio" In: CHAUL,Nars Fayad. *Caminhos de Goiás. Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia: UFG, 2002.
- BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias*. 13 de janeiro de 1901. In: DIMAS, Antônio (org.) *Vossa Insolência: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Apud. TURAZZI, Maria Inez. "Uma Cultura Fotográfica." In: TURAZZI, Maria Inez (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília:Iphan/MinC, 1998, vol. 27
- BLAJ, Ilana. "Mentalidade e Sociedade. Revisitando a Historiografia sobre São Paulo colonial." In *Revista de História*. São Paulo: USP – Departamento de História, 2000, nº 142-143.

- BICALHO, Maria Fernanda. "O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa." In: *URBANA – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade – CIEC*. Dossiê "Religião, poder, civilização e etnia na cidade colonial. IFCH, Departamento de História, Unicamp, Ano 1, nº 1, set/dez 2006.
- BORNHEIM, Gerd. "A descoberta do Homem e do Mundo." In: NOVAES, Adauto. *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BRANDÃO, Ângela. "Do Sertão: a paisagem é a pele." In: HEFFNER, Hernani. *Miragens do Sertão*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2003, pp. 29-32, (catálogo da exposição).
- CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. "Os 'Anos Dourados': memória e hegemonia. In: *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia: Ed. UFU, vol. 9, n. 14, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. "Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro". In: *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: FCRB, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. "Além de Tordesilhas" In: *Folha de São Paulo* Caderno mais! 12/09/1999, p. 03.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 2000, art. Sertão.
- CASTRO, Mário. *A Realidade Pioneira*. Brasília: Thesaurus, 1986. Apud. JACINTO, Andréa Borghi Moreira. *Margens Escritas: versões da capital antes de Brasília*. Trabalho apresentado na 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006, GT 50 – Sertão: sentidos e re-sentidos.
- CATROGA, Fernando. "Memória e História". In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.
- CEDRO, Marcelo. "A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para sua ação nos anos 50 e 60." In: *ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte*. Uberlândia: Edufu, V. 9, n. 14, 2008, pp. 128-142.
- CERTEAU, Michel de e GIARD, Luce. "Espaços privados". In: CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CORBAIN, Alain. "Paris-Provence". In: NORA, Pierre (org.) *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto/Gallimard, 1997, Vol.2, pp. 2851-2852.
- CORREA, Margarida Maria da Silva. "Naturalistas e Viajantes Estrangeiros em Goiás." In: CHAUL, Nars Fayad e RIBEIRO, Paulo Rodrigues (org.) *Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição*. Goiânia: Ed. UCG, 2001.
- DIAS, M^a. Odila. "A Interiorização da Metrópole". In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 176.
- DOMINGUES, Ângela. 'Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos', *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, VIII (suplemento), Rio de Janeiro, 2001.
- FERRONE, Vincenzo. "O Homem de Ciência". In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- FLORES, Elio Chaves. "Afeições Euclidianas" In: ERTZOGUE, Marina e PARENTE, Temis. *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 355-387.

- FOOT HARDMAN, Francisco. "Antigos Modernistas." In: NOVAES, Adauto. (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GILBERTO, Joaquim. "Evangelino Meireles no Tempo e no Espaço." In: MEIRELES, José Dilermando. *Evangelino Meireles – Vida e Obra – Conferências*. (Mimeo). Apud. JACINTO, Andréa Borghi Moreira. *Margens Escritas: versões da capital antes de Brasília*. Trabalho apresentado na 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006, GT 50 – Sertão: sentidos e re-sentidos.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. "Essa Gente do Rio... os intelectuais cariocas e o Modernismo." In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1993, vol. 6, n. 11, p. 62.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional." In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, Vol.1.
- KOSELLECK, Reinhart. "Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos." In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1992, vol.5, n.10, pp. 134-146.
- KURY, Lorelai "Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780 – 1810). In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol.11 suplemento 1, Rio de Janeiro, 2004.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. "Governadores de Ruínas: os relatos de viagem de Couto Magalhães e Leite Moraes." In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 40, jul-dez, 2007, pp. 3-23.
- MAUAD, Ana Maria. "Fotografia e História. Possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (org.) *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004. pp.19-36.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. "A Paisagem como fato cultural." In: Yázigi, Eduardo (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 29-64
-
- "Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual. Balanço Provisório, Propostas Cautelares." In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, 2003, vol. 23, n. 45, pp. 11 – 36.
-
- "A Fotografia como documento. Roberto Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico." In: *Tempo*. Revista do Departamento de História – UFF – Ichf – Niterói, Nº. 14, Vol. 7, jan.2003, pp. 131 – 151.
-
- "Rumo a uma 'História Visual' " In: MARTINS, José de Souza (org.) *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005.
- MESQUITA, Zilá. "Espaço, Território, Lugar... Estas Palavras Ciganas... In: *Educação, Subjetividade e Poder*. Porto Alegre, n.5, Vol. 5, julho 1998, pp. 64-75.
- MOREIRA, Ildeu de Castro. "Saber Nativo." In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, agosto 2007, Ano 2, nº 23.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. "O Sertanejo: um pedaço do Brasil na sensibilidade de Alencar." In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. *História e Sensibilidade*, Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 389 – 404.
- NEVES, Margarida de Souza. "Brasil, Acertai vossos ponteiros" In: *Brasil, Acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro, MAST, 1991

- NUNES, Brasilmar Ferreira. "Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília." In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org.) *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- OLIVEIRA, Marcio de. "A participação Goiana na Construção de Brasília." In: *Sociedade e Cultura*, vol.08, nº 1 jan/jun. 2005, p. 97-109.
- POMIAN, Krzysztof. "Coleção" In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol1.
- RIBEIRO, Marília Andrés. "O Modernismo brasileiro: arte e política." In: *ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte*. Uberlândia: Edufu, V. 9, n. 14, 2008.
- ROUANET, Sérgio Paulo e PEIXOTO, Nelson Brissac. "É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: *Revista USP*. Dossiê Walter Benjamin. São Paulo: USP, 1992, nº. 15.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto Civilizatório do Império." In *EBA 180*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília: Coordenada/INL, 1971.
- STARLING, Heloisa. "Juscelino Prefeito." In: *Belo Horizonte*. Prefeitura Municipal. Catálogo de exposição Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2002.
- TOPIK, Steven. "Metrópoles Macrocéfalas: uma comparação entre a primazia do Rio de Janeiro e a Cidade do México entre 1880 e 1910. In: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. 1991, Volume 34 (1), pp. 53-77.
- TURAZZI, Maria Inez. "Uma Cultura Fotográfica." In: TURAZZI, Maria Inez (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan/MinC, 1998, vol. 27
- VELLOSO, Mônica Pimenta. "A 'cidade-voyeur': o Rio de Janeiro visto pelos paulistas... In: *Revista Rio de Janeiro*. Niterói, Vol. 1, nº 4, set/dez 1986, pp. 55 - 65.
- VERGARA, Moema de Rezende. "Ciência e história no Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República." In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. 13, nº4, out/dez, 2006.
- WOODWARD, Kathryn. "Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual." In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- ZILLY, Berthold. "A Barbárie: antítese ou elemento da Civilização? Do Facundo de Sarmiento a Os Sertões de Euclides da Cunha." In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001.

3) Fontes

- ALCANTARA MACHADO, José de. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- _____. "Pathé Baby". In: *Obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983, Vol. II.
- ALENCAR, Marcelo. "Novo Sonho é ser Distrito Federal" - *Jornal do Brasil* – 16/06/1992, Caderno Cidade, p. 04.
- ANDRADE, Carlos Drummond. "Confidência do Itabirano." In: *Sentimento do Mundo*. São Paulo: Record, 2001.

- ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1966.
- BRASIL. Presidência/ Serviço de Documentação. *Coleção Brasília*. Rio de Janeiro, 1960.
- CAMINHA, Pero Vaz . Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, Jaime (org). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.
- CRULS, Luiz. *Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- CUNHA, Euclides da. “Em viagem”: folhetim. *O Democrata*, Rio de Janeiro, 4 abril, 1884.
- João do Rio. “A Era do Automóvel”. In: *A Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.
- MOREIRA, Ildeu de Castro. “Saber Nativo.” In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, agosto 2007, Ano 2, nº 23, pp. 44-49.
- NIEMEYER, Oscar. *Minha Experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, s/d.
- _____. *Meu Caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, 3 volumes.
- PENNA, Belisário e NEIVA, Arthur. Expedição pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1916.
- PRIORE, Mary Del.”História que desafia o Rio-centrismo” In: *O Globo*. – Caderno Prosa e Verso, 28/05/2005.
- TAUNAY, Visconde de. *Goyas*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2004.
- TEFFÉ, Nair de. *A Verdade sobre a Revolução de 22*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, 1974, p. 43. Apud. *Nosso Século*. São Paulo: Abril Cultural/Círculo do Livro, 1985.
- Anais da Câmara dos Deputados - 1890, 1891, 1946.
- Anais do Senado Federal – 1905, 1911.
- “Brasília em Letra e Música” – Reportagem de Conceição de Freitas. *Correio Braziliense*, 13 de março de 2005. Caderno Cidades.
- Jornal *A Hora*
- Jornal *A Notícia*, Rio de Janeiro, 18 e 19 de novembro de 1904.
- Jornal *Correio Braziliense*. abril de 1960
- Jornal *Tribuna da Imprensa*, 1960.
- Jornal *Diário Carioca do DF*, 1959.
- Revista *Fon!Fon!*
- Revista *Informação Goyana*..
- Revista *Oeste*.
- Revista *Brasília* Rio de Janeiro, 1956 – 1960
- Revista *Manchete* – “Brasília amanhece capital”, 21/04/1960.

Literatura

ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. São Paulo: Ática, 1987.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

João do Rio. "A Era do Automóvel". In: *A Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. "A Nova Geração." In: *Crítica & Variedades*. São Paulo: Editora Globo, 1997.

_____. "14 de fevereiro." In: *A Semana II*. São Paulo: Editora Globo, 1997.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 1997.

_____. *A Semana II*. São Paulo: Globo, 1997.

PENA, Martins. *Comédias*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1972.

4) Páginas da Internet:

http://veja.abril.com.br/idade/educacao/pesquise/obras_primas/biblioteca_nacional.html#resultado

(acessado em 15 de março de 2008).

http://www.coresprimarias.com.br/ed_10/ulpiano_p.php

(acessado em 24 de maio de 2008).

http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/AnaisMuseusCasas_IV/FCRB_AnaisMuseusCasasIV_UlpianoBezerraMeneses.pdf

(acessado em 22/05/08)

www.memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. "Quando a gente não espera, o sertão vem: *Grande Sertão: Veredas*, uma interpretação da história do Brasil e de outros espaços." www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm

Filmografia

Anos JK – Uma trajetória política – Sílvio Tendler

Cinejornais da Novacap

"O Bandeirante"

"Primeiras Imagens de Brasília"

"Cadê Brasília que construímos?"

"Memórias de lá e de cá"

"Batalhas pelo Patrimônio"

"Mãos à Obra em Brasília"